

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

FÁBIO PEREIRA DE CARVALHO

***VASSOURAS: COMUNIDADE ESCRAVA, CONFLITOS E SOCIABILIDADE
(1850-1888)***

Niterói
2013

FÁBIO PEREIRA DE CARVALHO

**VASSOURAS: COMUNIDADE ESCRAVA, CONFLITOS E SOCIABILIDADE
(1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Verónica Secreto de Ferreras.

Niterói
2013

FÁBIO PEREIRA DE CARVALHO

**VASSOURAS: COMUNIDADE ESCRAVA, CONFLITOS E SOCIABILIDADE
(1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Verónica Secreto de Ferreras – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Larissa Moreira Viana
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Carolina Vianna
FIOCRUZ

Professor Doutor Norberto O. Ferreras – Suplente
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Viviana Gelado – Suplente

Niterói
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C331 Carvalho, Fábio Pereira de.

Vassouras: comunidade escrava, conflitos e sociabilidades (1850-1888) / Fábio Pereira de Carvalho. – 2013.

219 f. ; il.

Orientador: Maria Verónica Secreto de Ferreras.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 210-219.

1. Escravo. 2. Vassouras (RJ). 3. Conflito. 4. Socialização.
I. Secreto de Ferreras, Maria Verónica. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 326.0981

RESUMO

O objetivo geral dessa dissertação é reconstruir a lógica das relações dentro da comunidade de escravos em Vassouras/RJ entre 1850 e 1888, tendo em conta que essas relações não foram de forma alguma homogêneas ou estáticas. Correspondiam ao contexto em que os escravos estavam inseridos, sua própria composição e sua visão de mundo. Através da discussão historiográfica, brasileira e norte-americana, do que seja uma comunidade escrava, são analisados apenas processos criminais em que réu e vítima sejam escravos entre o fim do tráfico transatlântico de escravos e o fim da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade escrava; Vassouras; conflitos; sociabilidade.

ABSTRACT

The overall goal of this dissertation is to reconstruct the logic of relations within the community of slaves in Vassouras/RJ between 1850 and 1888, taking into account that these relations were not at all homogenous or static. Corresponded to the context in which the slaves were inserted his own composition and its worldview. Through the historiographical discussion, Brazilian and American, than be a slave community, were discussed only criminal cases in which the defendant and victim are slaves between the end of the transatlantic slave trade and the abolition of slavery.

KEYWORDS: slave community; Vassouras; conflicts; sociability.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es la reconstrucción de la lógica de las relaciones dentro de la comunidad de esclavos en Vassouras/RJ entre 1850 y 1888, teniendo en cuenta que estas relaciones no eran en absoluto homogénea o estática. Correspondió al contexto en el que los esclavos se les insertó su propia composición y su visión del mundo. A través de la discusión historiográfica, brasileña y americana, de lo que sea una comunidad de esclavos, sólo se discutieron las causas penales en que el acusado y la víctima son esclavos entre el fin de la trata transatlántica de esclavos y la abolición de la esclavitud.

PALABRAS CLAVE: comunidad de esclavos; Vassouras; conflictos; sociabilidad.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – SÃO FERNANDO SOB DOIS ÂNGULOS: O CENÁRIO HISTÓRICO DE VASSOURAS ENTRE ELITES E ESCRAVOS.....	1
2. “PRA QUÊ ME FAZ ASSIM, PARCEIRO”.....	36
2.1. <i>De benevolência, passividade e agência: Brasil e Estados Unidos pensando a escravidão.....</i>	36
2.2. <i>A comunidade de escravos e seu problema de definição.....</i>	43
3. “QUE DESSAS ARTES NÃO FALAVA COM ELA”: MULHERES E CRIANÇAS ESCRAVIZADAS.....	52
3.1. <i>Histórias de mulheres escravizadas.....</i>	53
3.2. <i>Histórias de moleques crioulos.....</i>	87
3.3. <i>Comunidade escrava vista a partir de mulheres e crianças escravizadas.....</i>	106
4. “PORQUE SE SOUBESSE TINHA AVISADO SEU SENHOR”: ECONOMIA E PRESTÍGIO ESCRAVO.....	111
4.1. <i>Prestígio e economia escrava: furtos, quilombos e endividamento.....</i>	114
4.2. <i>Prestígio e poder simbólico: de dentro e de fora do portão das senzalas.....</i>	140
4.3. <i>Economia e prestígio dentro da comunidade escrava.....</i>	162
5. CONCLUSÃO – A COMUNIDADE ESCRAVA OU OS FILHOS DE OXALÁ.....	166
REFERÊNCIAS.....	174

“Barbara e eu discutimos as várias opções para desenvolver a pesquisa e resolvi examinar a sociedade cafeeira em uma área específica do Brasil, analisando-a, na medida do possível, sempre com a esperança de poder olhá-la de dentro e não de fora”.

Stanley Stein. “Uma viagem Maravilhosa”. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein* (Vassouras, 1949). Rio de Janeiro/Campinas: Folha Seca/CECULT, 2007, p. 36.

A todos que fizeram possível esta dissertação
ser *Uma viagem Maravilhosa*: pais, esposa,
familiares, amigos e professores.

1. INTRODUÇÃO – SÃO FERNANDO SOB DOIS ÂNGULOS: O CENÁRIO HISTÓRICO DE VASSOURAS ENTRE ELITES E ESCRAVOS



Figura 1. Fazenda São Fernando, fachada principal. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

I

A história da Fazenda São Fernando¹, em Massambará, hoje perímetro rural do 5º distrito do Município de Vassouras, pode até mesmo ser usada como um metônimo da história de Vassouras, tanto macro quanto microssociamente.

A origem territorial de Vassouras remonta ao século XVIII, quando as doações de terra se intensificaram ao longo do Caminho Novo, especificamente às sesmarias da Varzia e Vila Latina. Nesse momento, o Caminho Novo estava intimamente ligado à descoberta de ouro em Minas Gerais e ao povoamento da região de Vassouras, como destacou Stanley Stein:

¹ Todas as informações sobre a história da Fazenda São Fernando foram encontradas no Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, da INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro.

“No princípio do século XVIII, ao se iniciar o surto de mineração, a primeira via de comunicação entre Minas e Rio de Janeiro através do porto de Parati, a sudeste do Rio, revelou-se insatisfatória, e novas passagens foram procuradas através do escarpamento. Uma dessas estradas, o Caminho Novo, deixava a cidade ribeira de Paraíba do Sul e entrava no que é agora o município de Vassouras, em Cabaru, em seguida, acompanhando o rio Ubá, curso acima para a serra do Mar e descendo para as planícies, chegava ao porto de Estrella na baía de Guanabara” (STEIN, 1990, p.31-32).

Fernando Luís dos Santos Werneck, fundador da fazenda São Fernando, no fim do século XVIII e início do XIX, era filho de enricados mineiros que haviam saído da região de Ouro Preto com a decadência do ouro, exatamente como a maioria dos primeiros povoadores de Vassouras haviam feito. Os novos rumos dos acontecimentos aturaram no sentido de completar o povoamento de Vassouras durante o último quartel do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX: o esgotamento das minas do norte; a expansão do cultivo do café em direção aos terrenos elevados do Vale do Paraíba e a eliminação de um pequeno grupo de índios coroados onde agora está situada Valença, na margem norte do Paraíba. De volta das minas e das cidades situadas nas estradas, que haviam florescido no negócio de mineração, vieram aqueles que enriqueceram, os contingentes de Barbacena e de São João d’El Rey, com um olho nos morros virgens pontilhados com posseiros ocasionais e outro no próximo mercado da cidade do Rio de Janeiro, com açúcar, rum, milho, carne de porco, feijão e banana (STEIN, 1990, p. 33-34).

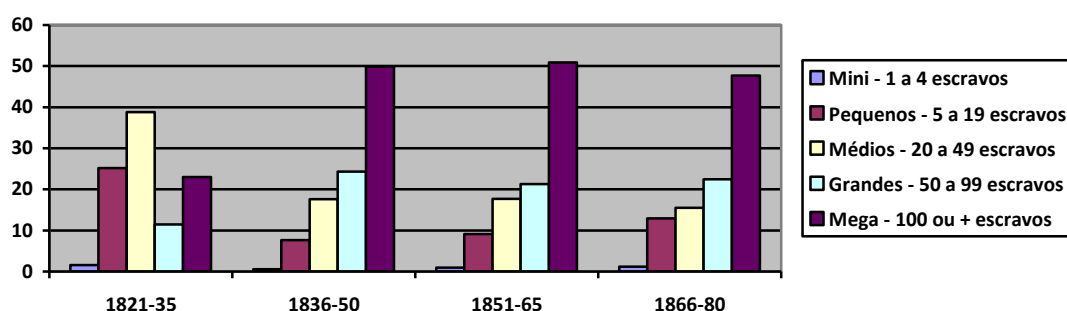
E será com a exploração de alguns desses produtos simples como cana-de-açúcar, feijão, café e carne, que a fazenda irá se processar. Em 1825, ocasião da morte de Maria Luisa, primeira esposa de Fernando Luís, a fazenda tinha uma pequena produção de café, apenas 3.500 pés.

O apogeu da fazenda São Fernando também está intimamente ligado ao próprio apogeu de Vassouras. Em 1850, a propriedade tinha uma extensão de 464 braças de testada e 1.500 de fundos, com 87 mil pés de café. Fernando Luís faleceu em 20 de abril de 1850, e a essa altura, sua propriedade possuía casa de vivenda, paiol, casa de armazenar café, 26 lances de senzalas, telheiros, várias casas para empregados e tropas, chiqueiro murado e lajeado, além de 189 escravos. Empregava vários assalariados, entre médicos, capelão, administrador, arreador, hortelão, feitores de roça e terreiro. Referenciais como terras, escravaria, fortuna e prole numerosa haviam garantido a Fernando Luís, em vida, prestígio político e social, colocando a Fazenda São Fernando em posição de destaque no Vale do Paraíba Fluminense. Para Ricardo Salles (2008),

essa era a maior peculiaridade de Vassouras, que concentrava grandes fazendas, fortuna e numerosa população escrava (como a fazenda São Fernando) e, por isso, boa parte da camada superior da boa sociedade imperial.

Significativo o número de escravos de Fernando Luís em 1850, cento e oitenta e nove. Vassouras, ao longo do tempo, assistiu a um processo de concentração da propriedade escrava, na qual a Fazenda São Fernando teve efetiva participação.

Figura 2. Acumulação e concentração social da propriedade escrava em Vassouras, 1821-80



Fonte: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

O gráfico acima mostra que a propriedade escrava na mão dos megaproprietários, ou seja, aqueles que – como Fernando Luís – possuíam mais de 100 escravos, foi cada vez mais concentrada.



Figura 3. As paróquias de Vassouras, c. 1850: 1- Nossa Senhora da Conceição (cidade); 2- Santa Cruz dos Mendes; 3- Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes; 4- São Sebastião dos Ferreiros; 5- Sacra Família do Tinguá.

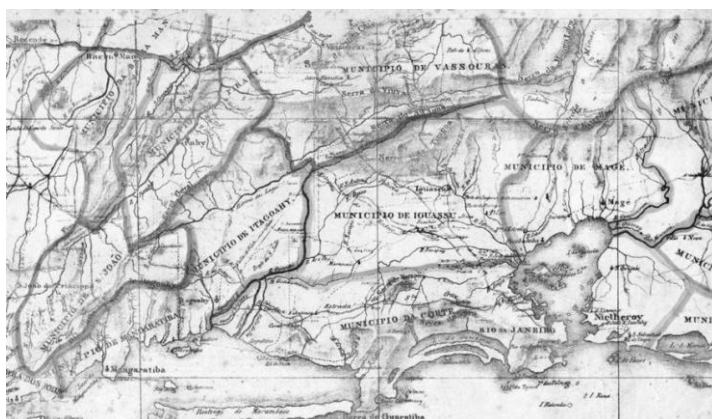
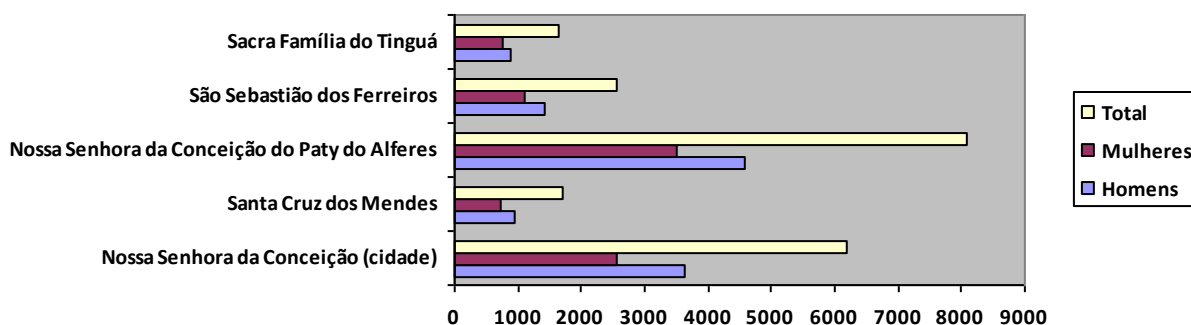


Figura 4. A província do Rio de Janeiro, c.1850.

A fazenda São Fernando estava localizada na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, a leste da área do antigo município (ver o mapa acima).

Esta paróquia era a que mais possuía escravos no Município de Vassouras, mais de 8 mil escravos, como demonstra o gráfico a seguir, a propósito da distribuição dos escravos por paróquia, por ocasião do recenseamento de 1872.

Figura 5. Gráfico sobre a população escrava em Vassouras, 1872



Fonte: STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

O café se tornou uma grande cultura na província fluminense já a partir de 1830. A conjuntura internacional teve importância crucial para esse fenômeno. Apesar de sua relativa antiguidade no Brasil – pois foi introduzida em 1727 – a cultura do café não representará nada de apreciável até o início do século XIX, quando adquire importância nos mercados internacionais (PRADO JUNIOR, 2004). A industrialização, a urbanização e o crescimento populacional tornaram os países centrais da economia mundial dependentes de fornecedores externos de artigos para a indústria (caso do algodão norte-americano) ou para o consumo pessoal das massas urbanas (café e açúcar do Brasil e de Cuba) – na Grã-Bretanha, por exemplo, o volume das importações simplesmente quadruplicou entre 1780 e 1850. Foi dessa forma que as sociedades escravistas americanas se inscreveram na ordem mundial do livre mercado, onde a concorrência e a alta produtividade as induziram à hiperespecialização produtiva (PARRON, 2011, p. 27).

Por causa dessa hiperespecialização, em 1850, o café estava em seu ponto alto e contribuía com 79% da safra do país, incluindo as safras de outros produtos. As famílias dos grandes proprietários do Vale do Paraíba Fluminense casavam entre si, evitando a fragmentação da propriedade, enquanto ampliavam sua rede de riqueza, poder e influência. Assim foi com os pais de Fernando Luís dos Santos Werneck: Antonio Luis casou-se com Luísa Maria Angélica, uma das filhas do Capitão Ignácio de Souza Werneck. Este, de 1790 a 1820, foi o grande responsável pela demarcação e início da

construção da chamada Estrada do Commercio, importante já que nesse tempo a expansão das regiões unidas de Valença e Vassouras requeria novas estradas que pudessem escoar as exportações crescentes de milho, cana, toucinho de fumeiro e café (STEIN, 1990). Juntamente com os Ribeiro de Avellar, eram os donos da rica paróquia vassourense de café de Paty do Alferes. Segundo Ricardo Salles (2008, p. 143):

“Os Werneck constituíam um verdadeiro clã, originado a partir de seu fundador, o major Inácio Werneck, que possuía fazendas praticamente em toda a região do Vale. O clã abria-se em diversos ramos: os Lacerda Werneck, talvez o mais proeminente deles, os Chagas Werneck, os Santos Werneck e os Sousa Werneck”.



Figura 6. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty do Alferes, primo e contemporâneo de Luis Fernando dos Santos Werneck.

Assim como os Werneck, outras grandes famílias escravistas se formaram em Vassouras, entre elas, a Ribeiro de Avellar, a Corrêa e Castro, a Paes Leme, a Teixeira Leite, a Gomes Leal e a Monçores. O momento de formação dessa classe senhorial se confunde com a própria construção do Estado Imperial. O reconhecimento do papel econômico exercido pelos fazendeiros de café se fazia pela concessão de títulos, os baronatos, muito desejados pelas famílias de Vassouras. Desde o primeiro ano do reinado de Dom Pedro II (1841) ao seu último (1889) esses títulos não hereditários foram distribuídos a fazendeiros de café. Suas contribuições financeiras, principalmente durante a Guerra do Paraguai, seu apoio político ao regime imperial ou suas ações filantrópicas fizeram com que alguns se tornassem “barões do café”.

Aproximadamente 14% de todos os títulos foram concedidos a fazendeiros de café, incluindo todos os fazendeiros influentes de Vassouras, enquanto cerca de 30% de todos os títulos iam para fazendeiros, seus banqueiros e seus comissários (STEIN, 1990, p. 156). Exemplo disso, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty do Alferes, primo de Fernando Luís dos Santos Werneck e seu contemporâneo. Preocupado com o prestígio dos fazendeiros de café, o Barão escrevera em seu livro *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro (1847)*: “Um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias uma jantar esplêndido, e só lhe custa dinheiro o vinho e o sal, ou algum acepipe; o mais tem ele de casa, e com muita profusão. Acreditamos não exagerar;

alguns habitantes da corte, que têm visitado as nossas fazendas, reconhecerão isto e nos farão justiça”.²

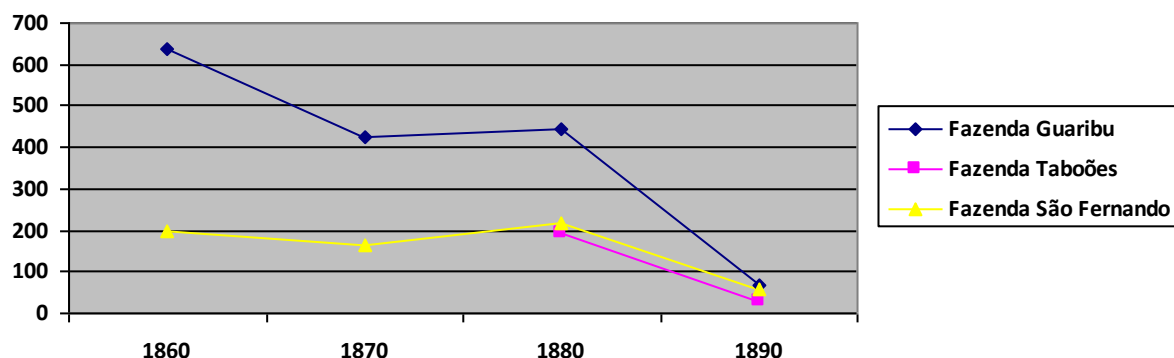
A importância dos fazendeiros de café na política imperial está na própria formação da classe senhorial, que como classe dominante consolidou uma ordem social hierárquica, em cujo ápice encontravam-se os grandes senhores de escravos, em particular os da província fluminense. Tal ordem, por sua vez, implicou a construção de uma política hierárquica, em cujo topo encontravam-se o imperador e os estadistas imperiais, a nobreza e a boa sociedade, condição de manutenção da primeira – e que a ela se sobrepôs e se interligou intimamente. Se, durante todo o Segundo Reinado, houve estreita correspondência e dependência entre estas duas ordens, com a primazia estrutural da ordem social sobre a ordem política, uma vez que a escravidão e o controle sobre os escravos eram o chão sobre o qual ambas se erguiam, nunca houve homologia. O equilíbrio das duas ordens e dessas entre si dependia do poder econômico e social dos grandes senhores, o qual, por sua vez, dependia e se realizava sobre a escravidão. (SALLES, 2008, p. 56) Portanto, a classe senhorial vassourense, como uma das mais importantes do Vale do Paraíba Fluminense, tinha ligações políticas fortes durante o Segundo Reinado, como faz crer a própria visita de Dom Pedro II a Vassouras, quando percorreu a província fluminense e se hospedou nas casas de fazenda por volta de 1847 (SCHWARCZ, 2008, p. 357), e o apoio da maioria dos fazendeiros ao Partido Conservador (STEIN, 1990).

O café, produto que tornou possível o nascimento da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, teve sua idade de ouro nas décadas de 1850 e 1860. Contraditoriamente, uma das explicações para isso foi o fim do tráfico transatlântico de escravos. Como nos informa Stein (1990, p. 55), enquanto àqueles cujas propriedades eram pequenas e com poucas reservas de escravos, o rápido aumento no preço dos escravos, depois de 1852, gerou uma calamidade, àqueles proprietários de terras que haviam se endividado na aquisição de grandes quantidades de escravos no período de preços mais baixos, o fim do comércio foi uma verdadeira dádiva. Isso dobrou a garantia que poderia ser oferecida para conseguir outros empréstimos e lhes permitiu por fim à primitiva economia autossuficiente que caracterizava as primeiras fazendas.

² WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1878, p. 95

Após a morte de Fernando Luís dos Santos Werneck, que já havia se casado novamente, com Jesuína Polucena, filha dos proprietários da fazenda Manga Larga, sua fortuna foi deixada para ela e seus filhos. A viúva recebeu 95 escravos, 464 braças de terras de testada com 1.500 de fundos, nas quais estavam a sede da fazenda com todas as construções e a maior parte dos cafezais, totalizando seu inventário o montante de 184 contos 865 mil 204 réis, após o pagamento das dívidas. Menos de cinco meses antes de sua morte, Jesuína Polucena contraiu novas núpcias, em regime de comunhão de bens, no oratório da fazenda, com o Dr. João Arsênio Moreira Serra, espanhol de Leão, naturalizado brasileiro, filho de João Moreira Serra e Manoella Maria Gosmão. Sob sua administração, ampliou as terras, incorporando uma área no chamado Pasto das Éguas; a casa de vivenda ganhou jardins, muros de pedra e escadas, bem como uma horta e um pasto gramado e valado; foram construídas uma enfermaria e uma casa para mantimentos, assobradadas, com forro, telhas, assoalho e vidraças; uma olaria e uma tenda de ferreiros, possibilitando a fabricação, na própria unidade produtiva, de materiais como telhas, tijolos, cravos, pregos etc., o que assegurava mais ainda a sua autossuficiência. O maquinário de beneficiamento foi modernizado, sendo incorporado um engenho a vapor com força de oito cavalos, vários ventiladores e moinhos, engenho de pilões de 15 mãos, engenho de cana e moenda, roda para cevar mandioca, prensa e forno de cobre. Com a morte de João Arsênio, sua enteada Guilhermina Leopoldina d'Oliveira Werneck negociou a propriedade com todas as plantações, benfeitorias e escravos a Mathias Bernardino Alexandre (um dos senhores que vamos ver no capítulo 2). Alexandre Polaco, como era conhecido Mathias Bernardino Alexandre, logo a revendeu a José Ferreira Neves, negociante carioca que havia se estabelecido em Vassouras. Após sua morte em 12 de janeiro de 1879, a fazenda ficou como herança da viúva, que se casou com José Benedito Marcondes Machado. Por essa época, as dívidas acumuladas já perfaziam o total de 142 contos 878 mil e 625 réis, o que ocasionou a execução da hipoteca pelo Banco do Brasil. Foi adquirida por um pouco mais de 56 contos de réis em 1889.

Figura 7. Desvalorização das Fazendas Guaribu, Taboões e São Fernando



Fonte: STEIN, Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990. Os dados da Fazenda São Fernando são elaborações minhas

O gráfico acima compara a desvalorização das fazendas Guaribu, Taboões e São Fernando, mostrando como o fim da escravidão acabou por arruinar as propriedades, desvalorizando-as ainda mais.

A desvalorização da propriedade, as dívidas das famílias que foram proprietárias da Fazenda São Fernando também são exemplos para se pensar no declínio dos grandes fazendeiros de Vassouras. Enquanto o valor dos bens da fazenda, constituído de casas, maquinaria, terra e café, mudava lentamente, a rápida desvalorização de escravos transformou-se num problema para as fazendas anos antes da abolição, reduzindo a garantia da qual os fazendeiros dependiam para obter empréstimos. Sensível às exigências dos fazendeiros de café politicamente poderosos, despojados de sua propriedade escrava pela abolição um ano antes, o governo provincial tentou estimular os bancos particulares a conceder aos fazendeiros o dinheiro de que tanto precisavam. A única instituição bancária que desejava fornecer crédito rural, o Banco do Brasil, representou o ponto final da era dos barões. Como aconteceu com José Benedito Marcondes Machado, que de 1879 a 1889 foi o proprietário da fazenda São Fernando, o banco, apesar de tolerante nas décadas de 1870 e início de 1880, impediu legalmente que os fazendeiros infratores remissem o penhor, até mesmo porque o declínio agrícola do município se intensificou nos anos próximos à abolição. O banco não tinha laços familiares ou a obrigação de manter a fazenda de um amigo, sua responsabilidade era acima de tudo em relação ao governo e não a particulares. Apesar disso, como se verifica na tabela abaixo, houve um estímulo comercial através de investimentos: o Banco do Brasil concedeu grandes créditos e mais do que dobrou seus empréstimo aos

fazendeiros da província do Rio no breve período de 1877 a 1883 (STEIN, 1990, p. 288-292). Não foi o suficiente para acabar com a crise. Soma-se a tudo isso um elemento ambiental: a degradação do solo³.

Tabela 1. Hipotecas do Banco do Brasil na província do Rio de Janeiro e em Vassouras, 1877 e 1883

	Província do Rio (1877)	Província do Rio (1883)	Vassouras (1883)
Número de fazendas			
hipotecadas	294	351	44
Valor das fazendas	---	45.313:690\$	6.916:208\$
Total dos empréstimos	14.316:693\$	32.712:165\$	4.735:501\$
bancários			
Porcentagem do valor total	---	72	68
em empréstimos			

Fonte: STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 287.

Durante todo o tempo da implantação e consolidação da escravidão em Vassouras, a relação entre senhores e escravos talvez tenha sido a mais conturbada de todos os municípios do Vale do Paraíba. Grandes tentativas de insurreições e medos rondaram o sono e roubaram o sonho de muitos senhores de escravos.

A primeira delas, e talvez a mais conhecida, foi o Quilombo de Manoel Congo. Na verdade, o quilombo foi desbaratado pelas autoridades antes de ser formado, mas o nome deste escravo nunca sairia da cabeça de senhores e escravos na província do Rio de Janeiro. No dia 5 de novembro de 1838, em meio à escuridão, centenas de escravos pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier abandonaram as senzalas. Parecia

³ Assim resumia Stanley Stein sobre a economia em declínio em Vassouras, ligando questões ambientais a econômicas: “A próspera estrutura erigida pelos fazendeiros de café nos anos anteriores a 1850 e após esse ano já continha as sementes da decadência. Mesmo durante os anos mais prósperos, já se pressentia o declínio da economia, à medida que fazendas malsucedidas eram transferidas aos credores e os empréstimos feitos para a aquisição de escravos a fim de produzir mais café não podiam ser amortizados. Posteriormente, os preços do café passaram a flutuar, os escravos tornaram-se escassos e dispendiosos, e as encostas virgens eram transformadas em morros devastados cobertos de cafezais antigos. As fazendas em melhor situação mantinham a produção adquirindo maquinaria para compensar a força de trabalho idosa e ineficiente. No entanto, aqueles fazendeiros que permaneceram devedores por terem adquirido escravos durante os anos prósperos e aqueles que se juntaram a eles em termos de dívidas pela aquisição de maquinaria enfrentaram um mercado difícil no final da década de 1870 e por toda a de 1880. Eles não podiam pagar dívidas acumuladas, tampouco obter novos empréstimos feitos às fazendas era baseado no valor da propriedade escrava, e a iminência da abolição – repentina ou gradativa, mas de qualquer maneira inexorável – deixava os fazendeiros sem garantia”. STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 253.

tratar-se apenas de uma fuga coletiva. O capitão-mor possuía duas grandes fazendas situadas na freguesia, não muito distantes entre si, que, juntas, contavam com quase quinhentos escravos. O pânico tomou conta não só de Vassouras, mas as notícias logo chegaram à Corte Imperial. O grupo que havia fugido da fazenda chamada Freguesia rumou, na madrugada seguinte, para a outra fazenda, denominada Maravilha. Lá, tentaram matar o feitor, arrombaram os paióis e casas de vivenda, de onde roubaram mantimentos e ferramentas, e reuniram mais cativos para uma escapada definitiva. Após reunir grande quantidade de provisões, rumaram para a floresta vizinha, onde se encontrava outro grupo de escravos – pertencente ao fazendeiro Paulo Gomes de Ribeiro Avelar – que também haviam fugido. Nesse momento, a população africana, na maioria jovem adulta, representava cerca de 70% de toda a população escrava na região. Na fazenda do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, quase todos os escravos eram africanos, e, com certeza, a maioria não tinha ainda mais do que cinco anos de trabalho nas fazendas de café. Manuel Congo, escravo ferreiro e com família se tornou o líder da insurreição e tentativa da formação do grande quilombo. Dizia-se que tinha capacidade de se tornar “invisível”, também chamado de “pai” ou “mestre”, é provável que se tornara um líder religioso numa empreitada quase messiânica, uma vez que a figura do ferreiro era, na África Central, muito respeitada e estava ligada aos seus poderes espirituais. No dia 8 de novembro, ainda sob o calor dos acontecimentos, o juiz de paz oficiou ao coronel chefe da Guarda Nacional da região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro Barão de Pati do Alferes (de quem aludimos acima), clamando providências e ressaltando a gravidade da situação. Lacerda Werneck não decepcionou os seus colegas senhores, e atacou-os antes que pudessem fazer alguns ranchos. O número de escravos envolvidos passou de cem, talvez de duzentos, e poucos foram aqueles capturados (GOMES, 2006).

Dez anos após a insurreição de Manoel Congo, novamente os fluminenses passaram por outro grande medo em Vassouras. Em 1848, as autoridades policiais descobriram um plano de rebelião de grandes proporções, centrado nas fazendas. O dia da insurreição estava marcado para o dia de São João Batista (24 de junho) e ia começar com o envenenamento dos senhores “pelas Mocambas do Anjo”, que “eram os pretos e pretas que mais de perto servissem os senhores”. Em seguida, “a ferro se daria cabo aos que não tivessem sucumbido pelo veneno”. A conspiração tinha claramente sua origem num culto religioso, centro-africano e de raízes kongo/mbundu. No que diz respeito à maneira de matar os brancos que sobrevivessem ao envenenamento (“a ferro se daria

cabo” a eles), provavelmente os instrumentos a serem usados eram barras de ferro. A hipótese mais plausível; os ferreiros escravos, encontrados nas grandes fazendas tinham essas armas na mão. Para kongo e mbundu, os ferreiros tinham poderes espirituais próprios, especialmente para interceder junto aos bisimbi, tidos como os criadores da metalurgia. Assim, as barras de ferro – e não faltavam facas para tal serviço – pode ter tido um sentido ritualístico. Chama a atenção que o líder desse plano de rebelião em 1848, um “pardo livre”, era ferreiro de profissão, a mesma de Manoel Congo em 1838 (SLENES, 2006).

Se os planos descobertos em 1838 e 1848 refletem basicamente a demografia escrava em Vassouras na primeira metade do século XIX, o contexto de entrada de inúmeros africanos trazidos pelo comércio de escravos depois do tratado de 1831, os outros dois grandes medos dos senhores de escravos na segunda metade do século XIX diz respeito ao contexto de “domesticação” da escravidão no Brasil, que é marcado pelo fim do tráfico e a tentativa de regular o movimento do comércio interprovincial, uma política pró-escravista baseada no paternalismo e patriarcalismo, que deu subsídio para a continuação da escravidão; e a tentativa de proteger o país de uma grande rebelião de escravos.⁴

Nesse sentido, temos os rumores de uma insurreição generalizada em 1854 na região do Vale do Paraíba Fluminense, que produz uma reunião entre os fazendeiros para tratar do assunto, deliberando uma “comissão permanente”, formada por quatro fazendeiros do município e presidida pelo comendador Laureano Correa e Castro – futuro Barão de Campo Bello. Os fazendeiros formulam algumas “instruções” a serem seguidas. Segundo os fazendeiros,

Os membros da Comissão Permanente (cada um relativamente aos fazendeiros moradores no distrito que lhe couber inspecionar) devem empregar todos os meios a seu alcance para convencerem os ditos fazendeiros do perigo das insurreições e da necessidade, quanto antes, de adotarem providências que obstem e previnam tão terrível mal. Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto, contudo o das insurreições parciais é sempre iminente, com particularidade hoje que as fazendas estão se abastecendo com escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de triste celebridade. Insurreições parciais têm havido por vezes em diversos pontos e infelizmente não serão as últimas. Dormir sobre o caso é uma

⁴ O conceito de domesticação da escravidão é forte nos Estados Unidos, logo após a independência dos Estados Unidos e o fim do tráfico de escravos em 1808. Para o Brasil, esse conceito seria viável na medida que após o fim do tráfico, em 1850, as mesmas características seriam buscadas, principalmente entre os vale-paraibanos. Para o conceito de domesticação da escravidão, ROTHMAN, Adam. *Slave Country. American Expansion and the Origins of the Deep South*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

imprevidência, que entrega-nos desarmados ao perigo, ou faz com que no momento dele se tomem providências desordenadas, insensatas e só próprias para infundirem e arraigarem no espírito dos escravos a convicção do susto e terror que nos causam. Urge portanto adotar-se um complexo de medidas prudentes e moderadas, um sistema de cautela e vigilância que tenha em vista a segurança de uns, sem ao mesmo tempo despertar as suspeitas de outros.⁵

O primeiro item das deliberações dos fazendeiros de Vassouras era de haver “uma pessoa livre por 12 escravos, duas por 25, cinco por 50, sete por 100, dez por 200; e daí para cima mais duas pessoas livres por cada 100 escravos que crescerem”.⁶ Este item talvez indique a resistência dos fazendeiros de pensar a colonização como alternativa para a mão de obra escrava. O segundo item, “devem igualmente os fazendeiros ter armamento correspondente ao número de pessoas livres, depositado em uma casa forte e sempre pronto para qualquer ocorrência”.⁷ Os quatro itens restantes diziam respeito à política de domínio dos escravos. Eram eles, “manter uma polícia vigilante, fazendo os escravos dormir em lugar fechado, proibindo a comunicação de umas para as outras fazendas e não consentindo que tenham mais armas, além das indispensáveis para a lavoura; permitir e promover divertimento entre os escravos; promover por todos os meios o desenvolvimento das ideias religiosas entre os escravos, fazendo com que estes se confessem, ouçam missa o maior número de vezes e celebrem mesmo certas festas religiosas; permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade”.⁸ Essa política de dominação dos senhores de escravos vai não somente interferir nas relações entre senhor e escravos, mas também entre os próprios escravos.

O último grande medo dos senhores de escravos de Vassouras não foi causado por rumores ou descoberta de planos de insurreições. Na verdade, era resultado da luta dos malês em 1835 e sua terrível memória nas mentes dos escravistas brasileiros, que produziu uma desconfiança dos escravos vindos do Norte. Esse medo ultrapassou décadas, e em 1874 na Assembleia Provincial foi pronunciado e alardeado que “o vulcão que pode fazer erupção súbita e repentina (...)”, incendiando as “(...) províncias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo (...)”, regiões concentradoras da lavoura de café e, também, de um elevado número de cativos “das províncias do Norte” (Machado, 1993, p. 82).

⁵ Cf. Instruções para a Comissão Permanente Nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Guimarães & CA, 1854.

⁶ Cf. Instruções para a Comissão...

⁷ Cf. Instruções para a Comissão...

⁸ Cf. Instruções para a Comissão...

Senhores de escravos poderosos no contexto da política imperial, senhores de escravos amedrontados no contexto da política municipal. Tudo isso, vai refletir em como os escravos conceberam a vida em contato com outros escravos, mas suas relações não serão pura e simples reflexo da dominação senhorial. Felisberto se matou, mesmo sendo um escravo doméstico. Mesmo sendo em 1881. Mesmo com os prêmios e incentivos senhoriais. Mesmo sendo crioulo, e por isso, mais propício para entender o mundo a sua volta. Não saberemos o motivo exato de sua morte, mas alguns elementos contados por outros escravos podem nos fazer pensar a sua relação com escravos de sua comunidade. O caso do suicídio de Felisberto, escravo da Fazenda São Fernando, em 1881, é uma estratégia narrativa para continuar apresentando as características da população escrava.

II

“É nessa micropolítica que o escravo tenta fazer a vida e, portanto, a história”, afirmava João José Reis e Eduardo Silva, acerca da *negociação e conflito* com senhores. Podemos ir além, e dizer que a micropolítica se mostra também nas relações entre escravos, porque nelas há também disputa por poder latente.⁹ Nessa parte, separa-se a conjuntura “macro” para se enveredar numa pequena brecha deixada no Centro de Documentação Histórica, na cidade de Vassouras, com a finalidade de enriquecer a análise político-social e tornar as variáveis mais numerosas, complexas e mais móveis.¹⁰ Trata-se do suicídio de Felisberto, um dos escravos domésticos da fazenda São Fernando, a mesma que vínhamos acompanhando juntamente com a trajetória vassourense. Através de sua história, contada por depoimentos de livres e escravos, será possível discutir as características da população escrava entre 1850 e 1888. O suicídio escravo não será pensado como um ato de resistência, mas sim como uma possibilidade

⁹ Segundo René Rémond, “já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais abstratas. A mais constante é pela referência ao poder: assim a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 444.

¹⁰ Para Jacques Revel, “[A abordagem micro-histórica] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social”. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 20.

de entrever as relações entre escravos existentes naquele momento. Ao assim proceder, também se joga luz sobre a metodologia das fontes que serão utilizadas nos próximos capítulos. Desde já é preciso reforçar, os processos criminais, os quais são fontes deste estudo, não se tratam de suicídios escravos – até mesmo porque o único processo criminal envolvendo suicídio de escravo é o que veremos na continuação –, mas sim de conflitos entre escravos. Dado a sua excepcionalidade e sua aproximação com a Fazenda São Fernando, o caso a seguir pode nos fornecer uma prévia do que encontraremos nas fontes analisadas posteriormente.

Felisberto – numa triste incoerência entre nome e destino –, escravo crioulo da Fazenda São Fernando, nesse momento de propriedade de José Benedito Marcondes Machado, foi encontrado enforcado, dando cabo de seu suplício e levando consigo as explicações mais íntimas de seu ato. O que se pode deduzir do acontecido é pelo que foi deixado pelas testemunhas, escravas e livres, através da mediação de um escrivão, nas páginas de um velho processo encontrado hoje no Centro de Documentação Histórica em Vassouras.

O processo se inicia com a comunicação do Ilmo senhor subdelegado, em 14 de outubro de 1881:

“Fui hoje chamado a fazenda de São Fernando (...) verifiquei: estar o cadáver pendurado em uma árvore por um cipó, ter em baixo um chapéu de couro, um cobertor, uma garrafa pelo meio de aguardente, um embornal, duas caixas de fósforos, três charutos e uma carteira deteriorada. Vestia calça escura e camisa de algodão (...). O fato, segundo diz o doutor Moreira e pelo estado do cadáver parece ter se dado a um mês mais ou menos”.¹¹

Se a comunicação do subdelegado foi feita no dia 14 de outubro de 1881, a morte do escravo teria acontecido em meados de setembro, pois, como relata o administrador a seguir, o escravo fugiu no dia 27 de agosto. À época do processo, José Benedito Marcondes Machado estava em São Paulo, encontrando-se sua fazenda sob os cuidados do administrador Arthur Pereira da Silva, de 26 anos. Para o Barão de Paty do Alferes, os administradores deveriam cuidar de tudo o que dissesse respeito à coleta do café, sendo de sua responsabilidade a revista dos escravos antes de depois do trabalho, não sendo demais “monta[r] depois a cavalo, e vai ver as roças, demorando-se todo o tempo possível no lugar em que se acham os pretos trabalhadores, observar se o serviço é bem feito, o capim bem arrancado, os roçados com todas as árvores bem decepadas, os

¹¹ CDH-USS, documento 104664572012.

cipós bem cortados, etc”.¹² O trabalho de Arthur Pereira da Silva não foi bem realizado: foram os cipós não verificados por ele que enlaçaram o pescoço de Felisberto. Segundo o próprio administrador,

“Felisberto fugiu da fazenda onde ele respondente é administrador, no dia 27 de agosto desse corrente ano, e que apareceu no dia 13 desse corrente mês [de outubro] enforcado no capoeirão junto da fazenda de Caetano Jose Pereira, e que é de supor que Felisberto enforcou-se a mais de esse mês”.¹³

Devido ao estado deteriorado do corpo, há quase dois meses dependurado numa árvore, Arthur Pereira Silva, o feitor Graciano e Jacinto Gomes de Avellar Coelho (provavelmente vizinho da fazenda São Fernando), “reconheceram ser o cadáver do preto Felisberto escravo da dita fazenda de São Fernando, não só pelo número da camisa, como pelo chapéu que se achava próximo”.¹⁴ Felisberto, portanto, tinha como se diferenciar dos demais escravos, ao ponto de ser reconhecido pelo número de sua camisa e pelo chapéu.

Cinco escravos foram escutados como informantes no processo aberto sobre a morte de Felisberto. Gualtez, José, Antônio, Balbino e Florentino, informaram mais detalhes sobre os dias que antecederam o enforcamento. De forma quase uniforme, os escravos afirmaram que

“Felisberto seu parceiro esteve alugado em casa do doutor Joaquim Francisco Moreira, e dali vindo para casa, foi trabalhar na horta por uns três dias, daí a senhora dele respondente e de Felisberto ordenou que este fosse para roça; Felisberto para ali foi indo somente trabalhar um dia; daí fugiu e passado mais ou menos 1 mês foi encontrado enforcado”.¹⁵

Felisberto esteve alugado. Uma prática muito difundida nas cidades, o aluguel de escravo é muito pouco estudado para o mundo rural no Brasil. A prática de alugar escravos, nas áreas rurais, respondia à contratação extra por parte de pequenos, médios e grandes senhores de terras, muitas vezes por um ano ou pela parte da colheita, que demandava mais trabalho. Os escravos mais especializados também não escapavam dessa possibilidade, já que seus serviços poderiam ser de grande valia: carpinteiros, mecânicos e outros. Como sabemos, a fazenda São Fernando e seu proprietário José

¹² WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 62.

¹³ CDH-USS, documento 104664572012.

¹⁴ CDH-USS, documento 104664572012.

¹⁵ CDH-USS, documento 104664572012.

Benedito Marcondes Machado, que havia se casado com a herdeira da propriedade em 1879, que por sua vez comprara de Alexandre Polaco, passavam por sérios problemas financeiros. Dessa forma, o fato de alugar escravos para trabalharem em outras fazendas poderia ter sido um meio encontrado pelos senhores para sanar um pouco da dívida, ao mesmo tempo fazendo um pouco de economia com comida e vestimenta.

Os escravos podiam responder de maneira positiva ao aluguel. Eles poderiam viajar de um lugar para outro, viver mais independentemente, talvez ganhar uma pequena quantia por um trabalho extra. Ao mesmo tempo, isso também significava deixar seus familiares durante um bom tempo, ajustando-se a uma diferente rotina de trabalho, lidando com senhores e feitores que eram às vezes duros e implacáveis. Como resultado, a maioria dos escravos sentia que deveria tomar parte nas decisões sobre como, quando, e para quem seriam emprestados. Quando algo não os agradava, os conflitos apareciam (FRANKLIN and SCHWENINGER, 1999, p. 4). Felisberto era um escravo doméstico e o aluguel para a fazenda do dr. Joaquim Francisco Moreira com certeza era para o trabalho na roça, o que deve ter desagradado bastante ao escravo. Provavelmente via na troca constante de senhores a ruína de seu destino.



Figura 8. Cozinha da Fazenda São Fernando. Aqui Felisberto poderia ter passado boa parte de sua vida, no trabalho doméstico. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

A morte de um senhor, a partilha, a venda de uma propriedade ou a chegada de um novo senhor – como no caso de Felisberto, a chegada de José Benedito Marcondes Machado, que havia se casado com a viúva do antigo dono, o negociante carioca José Ferreira Neves, que por sua vez comprara a fazenda de Alexandre Polaco, que a revendeu depois da herdeira Guilhermina Leopoldina d’Oliveira Werneck, última da família do fundador a ter posse da fazenda, se desfazer da propriedade – era uma das situações mais incômodas que poderiam pairar sobre as cabeças dos escravos. Como analisou Sidney Chalhoub:

“A morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade da alforria. Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades” (CHALHOUB, 2003, p. 111).

Essas incertezas podem ter passado pelos pensamentos de Felisberto e outros escravos da fazenda e até mesmo de grande parte da comunidade escrava de Vassouras, porque, como vimos, o fim da década de 1860 foi de início da decadência econômica de grande parte dos fazendeiros. Elione Silva Guimarães (2009) também destacou como a morte de Casimiro Lúcio Ferreira de Carvalho, proprietário da fazenda Santana da Barra, no Vale do Paraíba Mineiro, desestruturou a vida da comunidade da fazenda, tanto de escravos como de livres. O interessante é constatar a diferença que a troca de senhores poderia trazer para os escravos no Brasil e na Argentina: neste último, a troca de senhores entre escravos poderia ser obtida através de um “papel de venda”, documento que lhes servia para procurar outro senhor “a seu gosto”, permitindo-lhes sair de uma relação de escravidão “injusta”. Obviamente, o papel de venda,

“era um forma de limitar o direito de propriedade, uma vez que obrigava o senhor a fazer uma venda indesejada. Isso já era instituído nas *Siete Partidas*. Na *Partida 4*, era estabelecido que o senhor não poderia tratar o escravo com demasiado rigor, e, se isso ocorresse e o escravo se queixasse ante o juiz, o proprietário seria obrigado a vendê-lo sem poder voltar a adquirir seu domínio jamais. Por esse motivo, os escravos que entraram na justiça de Buenos Aires com pedidos de outorga de ‘papel de venda’ fizeram-no alegando maus tratos de seus senhores” (SECRETO, 2010, p. 43).

De fato, o direito e os costumes espanhóis, levados a cabo pelas reivindicações dos escravos, estabeleciam formas diferentes pelas quais os escravos podiam barganhar autonomia e conseguir liberdade. A troca de senhor, institucionalizado no “papel de venda”, fazia dessa prática uma experiência positiva em relação à conquista de autonomia e alforria, no Império Espanhol, especialmente no Rio da Prata; enquanto no Brasil, pelo contrário, os escravos tendiam a ver sua autonomia e possibilidade de alforria mais distantes, uma vez que nenhum direito e costume poderiam lhe garantir que seu *status* permanecesse o mesmo com a mudança de senhor. Ademais, a troca de senhor, no caso platino, por ser uma escravidão predominantemente urbana, não afetaria a família escrava, diferentemente da venda de escravos no mundo rural brasileiro.

Outra diferença do costume platino e brasileiro seria a experiência escrava em relação ao aluguel. Como analisa María Verónica Secreto (2010, p.51), “quando um deles percorria a cidade buscando colocação, podia interessar-se em transformar uma experiência temporária, a do aluguel, em outra mais duradoura, através da passagem como escravo para outro senhor”. O aluguel, entretanto, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos¹⁶ não tinha essa contrapartida para o escravo, apesar deles terem lutado para tomar das mãos senhoriais algumas decisões. Em Vassouras, como em todo Vale do Paraíba após o fim do tráfico transatlântico de escravos¹⁷, o aluguel de escravos, quando as rendas dos fazendeiros já não eram as mesmas, parece ter sido corrente na relação entre os senhores e escravos. É o que se observa dos testemunhos dados pelos informantes escravos. O fato de terem deixado claro na breve história de Felisberto que este estava alugado é significativo. Analisando bem sua descrição do dia em que voltara do aluguel, um dos escravos, Gualtez – do testemunho descrito mais acima –, afirma que Felisberto foi trabalhar na horta durante três dias. O trabalho na horta era de suma importância, pois como afirmou o Barão de Pati do Alferes, “todo fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe cheguem para o gasto, de forma que não lhe seja preciso comprar para o consumo, embora faça menor safra”.¹⁸

¹⁶ Harriet Jacobs nos fala do doloroso processo de aluguel em sua cidade de natal, Edenton, na Carolina do Norte. Em capítulo dedicado ao assunto, intitulado “O ano novo para os escravos”, Jacobs afirma que “o dia de aluguel no Sul calha a 1 de Janeiro. No dia 2, os escravos devem comparecer junto dos novos donos. Num determinado pedaço de terra, trabalham até apanha do milho e do algodão. Alguns senhores dão-lhes um bom almoço debaixo das árvores, após o que trabalham até à véspera de Natal. Se entretanto não forem acusados de faltas graves, são-lhes concedidos quatro ou cinco dias livres, conforme o senhor ou o capataz decidirem. Depois vem a véspera do Ano Novo; aí, reúnem todos os seus poucos haveres – melhor dizendo, os seus poucos não-haveres – e esperam ansiosamente pela madrugada. À hora marcada, os campos enchem-se de uma multidão de homens, mulheres e crianças que esperam, como criminosos, que seja proferida a sentença de cada um. Não há escravo que não saiba qual o senhor mais humano, ou o mais cruel, cinquenta léguas em redor”. JACOBS, Harriet. *Incidentes na vida de uma escrava*. Lisboa: Antígona, 1993, p. 30.

¹⁷ Eliane Silva Guimarães encontrou para o Vale do Paraíba mineiro a necessidade de alguns senhores de alugar cativos como trabalhadores extras. Segundo Guimarães, “Apesar de possuir muitos manciplios, Casimiro necessitou alugar 25 cativos para a colheita de 1866. Esta prática não era incomum em Santana da Barra, visto que em outubro de 1865 a firma Leal & Santos intermediou o aluguel de escravos do capitão José Fernandes de Miranda para a colheita do café de Santana da Barra. E essa não foi a primeira ocasião em que os Ferreira de Carvalho se valeram deste expediente, conforme se depreende da carta que Leal & Santos encaminharam ao capitão José Fernandes. (...) No ano de 1866 Leal & Santos intermediaram novo aluguel dos cativos do capitão José Fernandes de Miranda para Casimiro, solicitando 40 escravos, mas o contrato foi fechado para 25, nas mesmas bases do contrato anterior”. GUIMARÃES, Eliane Silva. *Terra de preto*. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009, pp. 139-140.

¹⁸ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 59.



Figura 8. Ruínas da antiga senzala da Fazenda de São Fernando. Aqui Felisberto ficou apenas um dia. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

O trabalho na horta se diferenciava do trabalho no eito. Felisberto era um escravo doméstico, e por isso era possível que se visse superior aos outros. Depois de três dias trabalhando na horta, a sua senhora o mandou para o eito. Ficou um dia na senzala (fotografias abaixo) e fugiu. Sendo achado morto depois de alguns meses.

Se não foi o motivo principal do suicídio de Felisberto a imposição de sua senhora ao trabalho agrícola, pelo menos foi uma das explicações que alguns escravos poderiam ter pensado para o ato desesperado do escravo: aqui o trabalho doméstico tinha significado superior ao trabalho agrícola.



Figura 9. À frente da sede, os antigos pátios de café da Fazenda São Fernando. Aqui Felisberto também só trabalhou um dia e fugiu. Fonte: AEL, Fundação Stanley Stein.

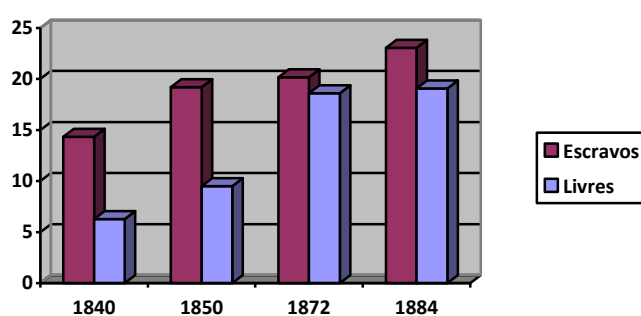
Entretanto, esta “horta” da qual o escravo Guatez nos fala pode ter sido o que a historiografia norte-americana chamou de “provision ground system”, o que para o Caribe ficou conhecido como “brazilian custom” (TOMICH, 1993, p. 224), e o que no Brasil apenas chamamos de “roça própria dos escravos”. Nada mais, nada menos, do que um pedaço de terra, no qual alguns escravos plantavam para sua sobrevivência.

Como veremos no capítulo 3, esse sistema se desenvolveu plenamente em Vassouras e ultrapassou a limitação da subsistência escrava, e ainda foi estimulada por ocasião dos rumores de uma revolta escrava em 1854 e pelo Barão de Paty do Alferes. Na verdade, seria mais adequado expressar-se como “economia escrava”, já que não abarcava somente os produtos da roça, mas cada vez mais, depois dos anos de 1850, roubos de café, tanto de escravos das plantações como de escravos quilombolas, e empréstimos de dinheiro.

Nesse caso, Felisberto teria ido para sua roça própria - o que seria improvável, já que o escravo Gualtez afirmara que o escravo tinha trabalhado por três dias na horta quando no máximo era permitido o domingo para tanto, a não ser um improvável acerto com seu senhor antes de ser alugado – verificaríamos a luta desses escravos por manter e expandir suas atividades econômicas, o que foi característico da escravidão em Vassouras a partir de 1850.

A história de Felisberto ilustra bem como era Vassouras do fim do tráfico de escravos (1850) ao fim da escravidão (1888). No momento de sua morte em 1881, a população escrava era maior do que depois do fim do tráfico, como vemos no gráfico abaixo. Pode ter sido significativo para isso, uma política de crescimento vegetativo da população escrava levado a diante pelos fazendeiros, juntamente com a compra de escravos no mercado interno do Rio de Janeiro e do Nordeste.

Figura 10. População escrava em Vassouras 1840-1884

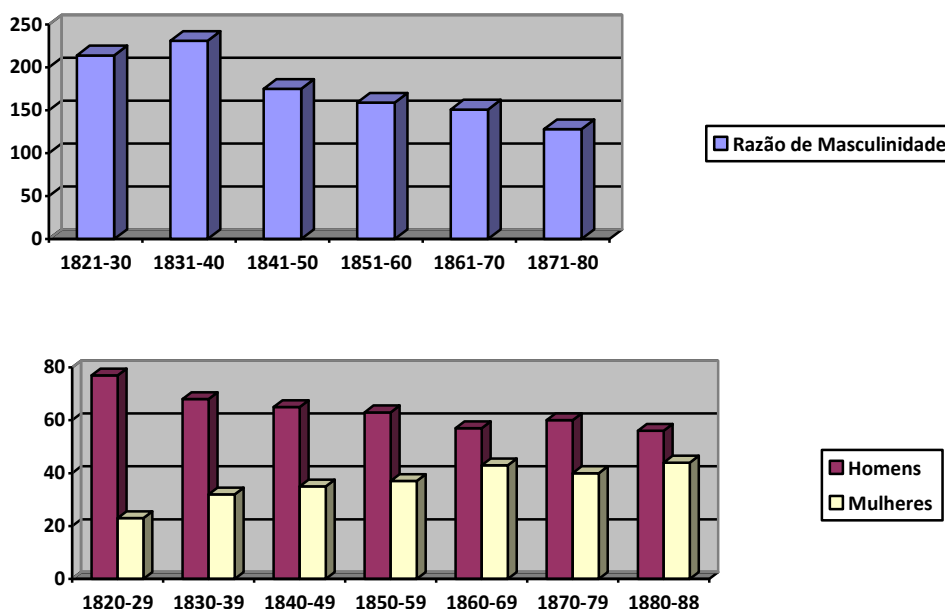


Fonte: SALLES, R. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Segundo Ricardo Salles (2008), a população escrava em Vassouras passou de 19.210 em 1850 para 20.168 em 1872, e para 23.073 em 1884. Como Felisberto, a

população escrava em Vassouras era predominantemente masculina, como confirma os dois gráficos a seguir:

Figura 11 e 12. Razão de Masculinidade e proporção homens-mulheres, 1820-1888 em Vassouras.

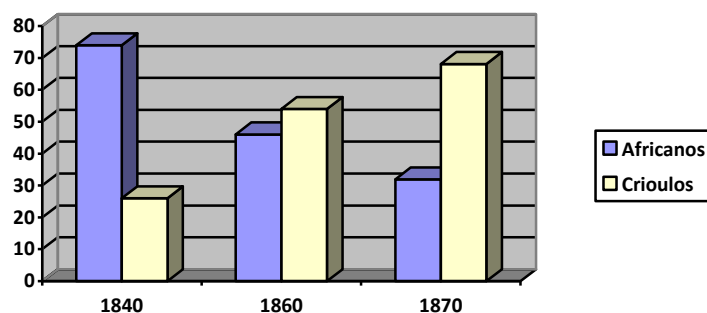


Fonte: STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

A maior presença de homens entre os cativos visto ao longo das décadas, entretanto, mostra que, enquanto os homens estavam em declínio, as mulheres escravas estavam aumentando. Sua importância após o fim do tráfico será imprescindível à comunidade escrava. Felisberto, ao que consta, não era casado, e muitos escravos não o foram, na medida em que a concorrência por uma esposa era alta. Entretanto, as lógicas de uniões entre cativos e cativas não era determinada somente pela proporcionalidade numérica. Várias questões irão se sobrepôr a estas uniões, como demonstradas no capítulo 2.

Como Felisberto, a população escrava de Vassouras passou a ser mais crioula do que africana, passando da década de 1840, quando mais de 70% de africanos, para a década de 1870, data em que os crioulos quase chegaram a esta porcentagem. Mas isso não significa a inexistência ou o desaparecimento da população escrava africana: José, que trabalhava ao lado dele, era africano.

Figura 13. Africanos e crioulos em Vassouras, 1840-1870



Fonte: SALLES, R. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Diante deste quadro é possível afirmar que a população de escravos passou por um processo de transformação com o fim do tráfico, no qual “os africanos ainda desempenhavam um papel muito importante nas comunidades de senzala e nas relações sociais como um todo entre senhores e escravos, mas aumentava a importância dos crioulos” (SALLES, p.183).

Sem dúvida, a influência da cultura africana entre os escravos em Vassouras foi muito forte, mesmo com o processo de criouliização demográfica. Como toda a província do Rio de Janeiro, a presença dos escravos de língua banto da África Central, correspondente ao que hoje é Angola e o Congo, foi maciça em Vassouras. Esses, antes de 1811 chegaram a ser 92,2% dos escravos no Rio de Janeiro, e depois dessa data nunca foram menos de 60% (KARASH, 2000). Como também é conhecido, muitos dos escravos eram já cristianizados, ou pelo menos recebiam o batismo na África Central. Desde o século XV, o catolicismo estava entranhado na política do Kongo e do território português em Angola. Obviamente, esse catolicismo respondia aos anseios da população e dialogava com práticas religiosas tradicionais da região, tendo uma prática particular.

Juntamente com o catolicismo peculiar da maioria dos escravos bantos que chegavam ao Rio de Janeiro e Vassouras, os senhores de escravos sublinhavam a importância da Igreja na manutenção da escravaria. Já dizia o Barão de Pati do Alferes,

“o escravo deve ter o domingo e dia santo, ouvir missa se houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os

sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores e a quem os governa”.¹⁹



Figura 14 e 15. Capela da Fazenda de São Fernando. Felisberto deve ter escutado muitas missas aqui realizadas, senão noivados e casamentos, como o da viúva de Fernando Luís dos Santos Werneck, Jesuina Polucena com o espanhol João Arsênio Moreira Serra, em 1850. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

Vassouras era também uma mistura entre influência católica e africana, banto principalmente – apesar da chegada de muitos escravos crioulos e africanos da Bahia e do Nordeste como um todo após 1850, onde predominavam escravos de origem da África Ocidental. A simbologia do suicídio de Felisberto está fortemente ligada a esse sincretismo religioso, característico do cenário do Vale do Paraíba Fluminense. A árvore e as florestas para os bantos representavam o Outro Mundo, sua posição na fronteira entre a área desmatada da cidade e o lugar selvagem e inculto das matas simbolicamente ligava os mundos dos vivos e dos mortos (THORNTON, 2009, p. 158). Enforcado no cipó da árvore num capoeirão, Felisberto estaria fazendo a transição para o Outro Mundo, o mundo dos espíritos. Enforcado no cipó da árvore poderia ter repetido o ato de Judas, tão popular nas festas católicas do interior do Rio de Janeiro, “apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os judas de sábado de aleluia” (FREYRE, 2003, p. 419).

Como Felisberto, a comunidade escrava em Vassouras entre 1850 e 1888 era, portanto, predominantemente crioula, masculina, solteira, que transitava no tanto no mundo católico como no mundo das práticas tradicionais africanas, que ou traziam consigo ou eram passadas pelo ambiente em que cresciam. Após 1860, esses escravos temiam sobre seu futuro, já que a situação não era de opulência. Como os barões do

¹⁹ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 63.

café, os escravos também se relacionavam tendo como base a questão do prestígio. Para os escravos que conviveram com Felisberto, como o africano José, que trabalhava ao seu lado na horta, o escravo se suicidou “de punição por ter vindo da casa do doutor Moreira e sido transportado para a roça”²⁰. Essa comunidade escrava não era igualitária, como na utopia de Thomas Morus, mas possuía sua própria lógica de prestígio e desprestígio. Para aqueles escravos da fazenda São Fernando, sair do trabalho doméstico para o trabalho agrícola era um desprestígio tão grande, que explicaria o suicídio de um escravo.

2. Fontes de pesquisa: processos judiciais, a Justiça e a criminalidade escrava

O objetivo geral dessa dissertação é reconstruir a lógica das relações dentro da comunidade de escravos em Vassouras entre 1850 e 1888, tendo em conta que essas relações não foram de forma alguma homogêneas ou estáticas. Correspondiam ao contexto em que os escravos estavam inseridos, sua própria composição e sua visão de mundo.

A reconstrução parcial da história do suicídio de Felisberto se deve muito ao tipo de fonte utilizada: processos criminais. Através da resignificação dada à história do direito, nos últimos anos, as fontes judiciais, e ainda mais os processos-crime, deixaram de ser vistos como documentos “mentirosos”, que levariam a uma só final: a dominação de classe.

No Brasil, os pesquisadores começaram a dar importância a este tipo de documentação na década de 1980, quando um turbilhão político rondava o país: Diretas-já, redemocratização, anistia. Neste mesmo período, novos programas de pós-graduação ampliaram o conhecimento histórico e abriram possibilidades para revisões teóricas, notadamente, para a contestação de que os trabalhadores, seja na escravidão ou não, só poderiam ser vistos ligados a movimentos políticos organizados, e que fora desses movimentos, seriam apenas uma massa de coisas sem consciência de classe. Tentando recuperar as experiências de trabalhadores, os pesquisadores se propuseram a buscar novas fontes. Os processos-crime passaram a ter uma atenção especial justamente por revelar o cotidiano dos trabalhadores, mesmo que através de várias narrativas.

²⁰ CDH-USS, documento 104664572012.

De forma crítica, como em todas as fontes analisadas pelos historiadores, devem ser examinados os processos-crime. Algumas considerações têm que ser tomadas. Em primeiro lugar, os processos remetidos à justiça não representam de forma alguma a representatividade em relação à totalidade dos atos ilegais praticados. As variações numéricas dos delitos podem obedecer mais a determinadas necessidades, preocupações e deficiências das autoridades encarregadas de sua perseguição do que a reais oscilações de atos ilegais cometidos (por que somente o suicídio de Felisberto se tornou processo criminal, sendo que há indícios de outros casos?). São elas que determinam as prioridades de controle e definem em cada momento o que se considera um ato delituoso e a sua gravidade (SOTO, 2000: p. 305-306). Por isso, não se pode assumir como pressuposto que todo ambiente escravista no Brasil dos oitocentos comportava uma crescente criminalidade escrava, eliminando a inquirição a respeito da dinâmica social dos aspectos locais em estudo. As fontes judiciais podem, inclusive, reforçar esses procedimentos, pois sua natureza é de ordem a criminalizar os atos mais banais do cotidiano.

O historiador deve atentar para essas sutilezas da documentação histórica e colocar-se diante dela com curiosidade e disposição de investigar seus detalhes, desdobrando-se para familiarizar-se com seu vocabulário específico, sua formatação e os jargões próprios dos seus produtores (CAMPOS, 2007, p. 232). À luz destes cuidados, atentando para contradições que aparecem com frequência, é preciso analisar as fontes lendo nas entrelinhas e explorando pequenos indícios. Como enfatiza Sidney Chalhoub,

“ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles mentem. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência” (CHALHOUB, 2001, p. 41).

Já que é de natureza judiciária o principal corpo documental a ser analisado nessa dissertação, é de fundamental importância enfatizar, antes da apresentação dessas fontes, como pressuposto interpretativo, que a justiça tinha como necessidade afirma-se como uma instituição autônoma. A justiça, outrora vista como um braço da dominação de uma classe dominante sobre toda a sociedade, surge como um lugar privilegiado de disputas e conflitos. Para Eugene Genovese,

“Como classe sócio-econômica, os senhores de escravos moldaram o sistema jurídico de acordo com os seus interesses. Entretanto, no seio daquela classe sócio-econômica, na classe como um todo, havia elementos que competiam pelo poder. (...) Para qualquer centro político como esse [dentro da classe de senhores de escravos], a classe como um todo deve adquirir uma melhor compreensão de si mesma, transformando-se de uma ‘classe em si’, que reage a pressões sobre sua posição objetiva, numa ‘classe para si’, que conscientemente luta por moldar o mundo à sua própria imagem. Só a posse do poder público pode disciplinar uma classe como um todo e, através dela, as demais classes da sociedade. O sistema jurídico pode tornar-se, então, não apenas expressão da disposição dos governantes de compor com os governados; ele pode vir a ser um instrumento mediante o qual a porção vanguardista da classe dominante impõe seu ponto de vista à classe como um todo e à sociedade em geral. A lei deve disciplinar a classe dominante, além de orientar e educar as massas. *Para realizar tais tarefas, tem de exibir uma equanimidade suficiente para impor a submissão social, ou seja, deve legitimar-se eticamente aos olhos de várias classes, e não somente da classe dominante*” (grifo nossos) (GENOVESE, 1988: p. 49-50).

Mesmo sendo a justiça e o direito algo para legitimar o poder da classe dominante, ela é capaz de restringir esse mesmo poder. É a conclusão que chega Edward Palmer Thompson, em trabalho sobre as leis inglesas no século XVII,

“Assim chegamos não a uma conclusão simples (lei = poder de classe), mas a uma conclusão complexa e contraditória. De um lado, é verdade que a lei realmente mediava relações de classe existentes, para proveito dos dominantes; não só isso, como também, à medida que avançava o século, a lei tornou-se um magnífico instrumento pelo qual esses dominantes podiam impor novas definições de propriedade, para proveito próprio ainda maior, como no caso da extinção legal dos vagos direitos de uso agrários e da ampliação do aumento das terras comunais. Por outro lado, a lei mediava essas relações de classe através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes. Pois existe uma enorme diferença, que a experiência do século 20 deve ter tornado evidente até para o pensador mais distanciado, entre o poder extralegal arbitrário e o domínio da lei. E não só os dominantes (na verdade, a classe dominante como um todo) estavam restringidos por suas próprias regras jurídicas contra o exercício da força direta e sem mediações (prisão arbitrária, emprego de tropas contra a multidão, tortura e aqueles outros úteis expedientes do poder com que estamos todos familiarizados), como também acreditavam o bastante nessas regras, e na retórica ideológica que as acompanhava, para permitir, em certas áreas limitadas, que a própria lei fosse um foro autêntico onde se tratavam certos tipos de conflito de classe. Inclusive existiram ocasiões (...) em que o próprio Governo saiu derrotado dos tribunais. Essas ocasiões, paradoxalmente, serviram para consolidar o poder, acentuar sua legitimidade e conter movimentos revolucionários. Mas, para completar o paradoxo, essas mesmas ocasiões serviram para colocar ainda mais freios constitucionais ao poder” (THOMPSON, 1987, p. 356).

Assim antes de legitimar o poder do senhor de escravo Felisberto, a própria abertura do processo mostra como a Justiça pode ter atuado de forma um pouco mais autônoma do poder senhorial. Nos processos criminais envolvendo escravos se torna

claro a “intromissão” no que os senhores consideravam o governo da Casa, ou seja, “exercer em toda sua latitude, o monopólio da violência no âmbito do que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado” (MATTOS, 2004, p.132). Manter o monopólio da violência quer dizer principalmente manter o monopólio da justiça entre os escravos, ninguém deveria julgá-los e condená-los a não ser o seu próprio senhor.

Assim, muito influenciados pelos estudos de Edward P. Thompson e Eugene D. Genovese, “na década de 80, os pesquisadores passaram a procurar fontes judiciais como via de acesso ao cotidiano e ao universo de homens e mulheres cujas vozes não costumam ser registradas nos chamados ‘documentos oficiais’ (do executivo ou legislativo) ou em outras fontes, como os jornais” (NEDER, 1998, p. 6). Neste sentido, o estudo de Maria Helena Pereira Toledo Machado, analisando as cidades de Campinas e Taubaté, entre 1850-1888, marcou o estudo com processos criminais por buscar novos significados ao conceito de resistência escrava:

“pressupunha acomodação e legitimação do regime escravista, enquanto sistema de contrapartidas e trocas entre seres desiguais. Na busca de frear a ganância dos senhores, os escravos reinterpretavam a ideologia paternalista, retirando-lhe o caráter arbitrário e ocasional, reapresentando-a na forma de obrigações senhoriais e direitos escravos” (MACHADO, 1987, p. 126).

A criminalidade cativa vem sendo estudada mais profundamente, nos últimos anos, por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Em sua grande maioria, buscam um entendimento da relação entre senhores e escravos, tanto nas grandes plantações exportadoras com muitos escravos, até pequenas lavouras dedicadas ao mercado interno, com grupos reduzidos de cativos.

Para a província de São Paulo, Maria Cristina Cortez Wissenbach²¹ – tendo em foco o entorno da cidade de São Paulo –, César Múcio Silva²² – trabalhando com a cidade de Botucatu – e Luciana de Lourdes dos Santos²³ – investigando a cidade de Rio Claro – afirmam que havia um controle pouco rígido da escravaria, entre 1830 e 1888. Ricardo Alexandre Ferreira, em sua dissertação de mestrado publicada pela UNESP,

²¹ WISSENBACH, Maria C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

²² SILVA, César M. *Processos-Crime. Escravidão e violência em Botucatu, 1850-1888*. São Paulo: Alameda, 2004.

²³ SANTOS, L. de L. dos. *Crime e liberdade: o mundo que os escravos viviam*. Araraquara, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista.

atenta para a criminalidade em Franca, neste período, lugar de *Senhores de poucos escravos*, que

“no dia-a-dia da relação com os senhores, os escravos paulatinamente ampliavam sua autonomia, testando os limites das atitudes não reprimidas. Furtivas andanças pelos mais variados locais e horários, relações amorosas e sociabilidades não consentidas ampliavam-se até ser efetivamente interrompidas pelo poder dos senhores, que não raras vezes receberam dos cativos respostas violentas, embora nem sempre imediatas” (FERREIRA, 2005, p. 154).

Em sua tese de doutorado, apresentada na mesma universidade em 2006, o mesmo autor empreende uma análise das alianças entre escravos e livres para cometerem homicídios na cidade de Franca, entre 1830 e 1888, demonstrando que

“o recurso às soluções violentas para os desacertos do cotidiano permeava tanto as relações extremas dos cativos com seus senhores, quanto os conflitos estabelecidos com a população em geral. No pequeno núcleo urbano, nos subúrbios da vila e na zona rural, durante os dias e as noites, as disputas por jogos, pela possibilidade de frequentar os mesmos lugares, pelos mesmos amores, por dinheiro, pela posse de animais ou objetos de valor pessoal levavam livres, libertos e escravos a travarem disputas que acabavam em ferimentos e mortes” (FERREIRA, 2006, p. 187).

Nesta tese, é importante o destaque dado pelo autor à permeabilidade entre os mundos de escravos e livres, levando-os até a praticarem *crimes em comum*, como bem exemplifica o título de sua tese.

A criminalidade escrava também foi tema de dissertações sobre outras regiões do país, principalmente Minas Gerais. Alysson Luiz Freitas de Jesus analisa a violência no *Sertão das Minas*, entre 1830 e 1888, como formadora da identidade dos homens do sertão norte-mineiro, moldada por uma maior proximidade entre o mundo dos livres e o mundo dos escravos. Enfatiza que o seu principal objetivo foi o de provar “que a conformação identitária dos nossos atores sociais se dá basicamente no contato entre os diversos grupos que formavam um determinado lugar cultural” (JESUS, 2007, p. 79). As relações violentas entre esses mundos mostram que o contato entre eles foi constante. Através da violência, não só se acentuava a diferença, mas também se criava afinidades entre os indivíduos — forros, livres e escravos. Assim como Ferreira e Jesus, Leonam Maxney Carvalho (2009) também reforça a ideia de um maior contato entre escravos e livres em sua dissertação de mestrado sobre a cidade mineira de Oliveira, entre 1840 e 1888.

Vemos, então, que apesar dos trabalhos citados priorizarem a relação senhor e escravo, os autores verificaram uma estreita ligação entre estes e a camada livre despossuída. Em artigo publicado no livro *Violência na História*, Flávio dos Santos Gomes e Isadora Moura Mota sublinham, tanto para os quilombolas de Diamantina em Minas Gerais quanto para os escravos de Vassouras, na segunda metade do século XIX, que

“se, de um lado, os fazendeiros procuravam, em diversos momentos, reelaborar políticas de domínio, visando ao controle da população escrava, isto não aconteceu sem a percepção e, mais, a influência dos cativos. Entre medos, retaliações, barganhas, repressões, etc., senhores e escravos, em variadas ocasiões, modificaram lentamente, porém profundamente, os contornos dos mundos em que viveram” (GOMES e MOTA, 2009, p. 112).

Elione Silva Guimarães, deixando de lado as relações senhor-escravo, concentrou-se apenas na “classe social dominada” de Juiz de Fora entre 1850-1888. Para ela, importava “buscar compreender porque escravos crioulos, com redes de solidariedade estabelecidas, agiram com violência em determinadas situações; as razões desses conflitos e as questões que estavam em disputa entre indivíduos da classe social dominada” (GUIMARÃES, 2006, p. 108). Assim, para autora, os escravos crioulos já teriam as redes de solidariedade estabelecidas, o que acreditamos que, pelo contrário, estas redes estavam justamente neste momento (e talvez em todos os momentos) no centro dos conflitos. Não previamente estabelecida, mas em constante reagrupamento. Como a mesma autora afirma, o importante é menos saber o *motivo* dos conflitos, mas que eles sejam uma fresta de onde podemos penetrar dentro da comunidade de escravos.

3. O corpo documental: tipologias possíveis

Se a história do suicídio de Fesliberto em 1881 nos serviu para apresentar a composição da escravaria em Vassouras, este trabalho não se propõe a analisar especificamente suicídios de escravos (como já sublinhado). Se este foi o único caso encontrado na documentação do Centro de Documentação Histórica em Vassouras, dificilmente teria sido o único em toda história de Vassouras. Stanley Stein (1990, p. 176) nos colocar a par de três, pelo menos. Eva que se suicidou em 7 de abril de 1874 com uma facada no estômago; da mesma forma que Maximiano em 3 de novembro de 1873 e Henrique enforcado no dia 23 de maio de 1882. Sua análise dos casos se baseia

na ideia de que os escravos atentavam contra suas próprias vidas quando não podiam responder ao regime em que se encontravam por meio da resistência passiva ou violenta. Suas conclusões devem ter sido muito influenciadas pelo tipo de fonte em que encontrou esses casos: os jornais *O Município* e *O Vassourense*. Nenhum destes suicídios, por quaisquer que fossem os motivos, não chegaram a produzir um processo criminal. É através da abertura e produção desse documento que se abre a possibilidade de uma análise mais detalhada dos conflitos inerentes à sociedade escravista. Por isso, com o objetivo já exposto, de reconstruir a lógica das relações entre escravos, que os processos criminais envolvendo somente escravos serão enfatizados. É através deles que isso se torna mais evidente. O suicídio de Felisberto não deixa de se encaixar nesse perfil, entretanto, há outros que podem ser colocados em diálogo, essencialmente os que envolvem escravos como réus e como vítimas.

O corpo documental é composto por 17 processos criminais, entre homicídios e ofensas físicas que estejam envolvidos escravos como réus e vítimas. Alguns aspectos desta documentação saltam aos olhos. Em primeiro lugar, os crimes cometidos contra mulheres escravas. De 17 processos criminais, 6 são contra mulheres, e mais uma execução de sentença – este tipo de documento pouco nos informa sobre as circunstâncias do crime, mas somente sobre a condenação. Portanto, mais de 40% dos processos envolviam questões de relacionamento homem-mulher.

Para os casos que envolveram escravos como réus e vítimas temos uma distribuição quase uniforme entre as décadas, sendo a década de 1860 a produzir mais processos: 6 ao total. O total de processos criminais envolvendo escravos, deve-se lembrar, não corresponde ao total de conflitos entre escravos nesse período: haveria casos resolvidos no âmbito particular, sem que a polícia ou os inspetores soubessem, ou pequenas rixas que nem chegaram a se tornar um processo criminal.

Quadro 2. Detalhamento dos processos criminais envolvendo escravos em Vassouras, 1850-1888.

Ano	Nome (réu-vítima)	Sexo (réu-vítima)	Origem (réu-vítima)	Ocupação (réu-vítima)	Idade (réu)	Arma do crime	Local do crime	Motivo alegado
1850	Valetim-Joaquina	Homem-Mulher	Africano-Africana	Roceiro-Doméstica	24	Faca	Fazenda	Ciúmes
1853	Quintiliano e João-Narciso	Homens	Criulo, Africano-Criulo	Tropeiro, tropeiro/tropeiro	30, 34	Mãos	Estrada	Jogo

1858	Simão-Antônio	Homens	Crioulos	Roceiros	?	Pau	Fazenda	Roubo café
1860	João-Ignácio	Homens	Crioulos	Pajem- Quilombola	24	Espingarda	Mato	Acabar com quilombo
1862	Vitor-Samuel	Homens	Africano-?	Carroceiros	?	Pau	Armazém	Dívida
1862	Romualdo-Carlota	Homem- Mulher	Africano- Crioula	Roceiro- Doméstica	30	Canivete	Cozinha	Ciúmes
1864	José-Henrique	Homens	Africano- Crioulo	Pajem-?	25	Pistola	Mato	Roubo café
1866	José-Laura	Homem- Mulher	Crioulos	Pajem-?	12	Pistola	Casa- Grande	Acidente brincando
1866	Augusto-Cândida	Homem- Mulher	Crioulos	Doméstico- Doméstica	30	Faca	Cozinha	Ciúmes
1872	Possidonio-Antonio	Homens	Crioulos	Carroceiros	14	Espingarda	Morro	Acabar com quilombo
1872	Lino-Felix	Homens	Africano- Crioulo	Maquinista- Roceiro	?	Faca	Fazenda	Caxambu
1876	Felisberto e Fábio	Homens	Crioulos	Roceiros	14	Faca	Senzala da fazenda	Rixa
1879	Umbelino-Úrsula	Homem- Mulher	Crioulos	Roceiro- Doméstica	25	Faca	Casa- Grande	Ciúmes
1883	Pedro-Antonio	Homens	Crioulos	Maquinista- Aprendiz	29	Pau	Fazenda	Desobediên- cia
1884	Avelino-Emília	Homem- Mulher	Crioulos	Doméstico- Doméstica	25	Faca	Cozinha	Ciúmes
1884	Irineo-José	Homens	Crioulos	Quilombolas	30	Mãos	Tronco da fazenda	Pacto de morte
1886	Amaro-Sebastião	Homens	Crioulos	Roceiros	37	Faca	Fazenda	Comida

Fonte: Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra, Vassouras.

A maioria dos casos envolveram crioulos. Demograficamente, como demonstrado acima, os crioulos se tornaram maioria em relação aos africanos no final do século XIX em Vassouras. Os conflitos entre africanos e crioulos, portanto, não foram numericamente importantes. Parece, por conseguinte, que o processo de crioulição não pode ser “criminalizado” em Vassouras, ou seja, não se pode ver através de conflitos em que os escravos se envolveram uma generalização do escravo crioulo *versus* escravo africano.

Entre as ocupações, os escravos domésticos e trabalhadores agrícolas aparecem como a maioria, até mesmo porque estas eram as duas maiores demandas por trabalho no contexto vassourense após o fim da abolição do tráfico transatlântico de escravos. A idade daqueles que cometeram o assassinato (ou tentaram) se situa na idade mais produtiva para os senhores, de 12 a 37 anos. Envolviam escravos, então, em plena maturidade física e de maior valor monetário para seus proprietários.

Sem dúvida alguma, a arma de maior utilização nos assassinatos foram as chamadas “armas brancas”, ou seja, faca, canivetes, pedaços de pau e mesmo a

imposição da força física. Eram essas que estavam mais disseminadas e mais facilmente acessíveis aos escravos, uma vez que grande parte eram escravos domésticos e que 70% dos casos (12) tiveram como cenário as dependências das fazendas de café. Entre estes, destaca-se a cozinha, principalmente em relação à morte de escravas – metade delas lá perderam suas vidas. A interpretação de Gilberto Freyre pode ser utilizada também para Vassouras desde o fim do comércio transatlântico, já que em alguns casos a arma utilizada tinha relação com o trabalho em que esses escravos estavam encarregados:

“Impedidos de usar armas de fogo, espadas, bengalas de estoque – armas de fidalgos, de senhores ou de brancos – os escravos – principalmente os negros de ganho e carregadores de fardos, que parecem ter constituído no Rio de Janeiro como no Recife, junto com os ferradores, os ferreiros, os serralheiros e os maquinistas, a aristocracia guerreira da massa cativa – tornaram-se peritos, junto com cabras livres e moleques de rua, uns no manejo de facas e navalhas e, principalmente, nas cabeçadas, nos rabos-de-arraia e nas rasteiras de capoeiragem” (FREYRE, 2004, p. 644)

Entre os motivos alegados pelos escravos para cometer o crime, são diversos, a não ser em relação ao conflito entre homens e mulheres, quando o ciúme é a explicação de todos os casos. Roubos de café e ataques aos quilombolas também têm suas repetições, mas nada comparado ao ciúme.

Portanto, mesmo que não tenhamos fontes qualitativas como nos Estados Unidos (autobiografias, entrevistas de ex-escravos, escritos de escravos), as fontes judiciais, mais especificamente as que envolvem a morte de escravos pode nos ser de grande valia – como foi para a discussão em relação ao suicídio de Felisberto em 1881 – para tentar entrever as ligações, as hierarquias, o relacionamento que os escravos faziam e refaziam dentro daquilo que aceitamos como comunidade de escravos.

As fontes consultadas se encontram na cidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, organizadas no centro da cidade pela Universidade Severino Sombra. Chamado *Centro de Documentação Histórica*, dispõe da documentação dos cartórios do 1º e 2º ofícios de Vassouras, de 1808 a 1930. Ademais, será de grande valia dois livros importantes localizados na Biblioteca Nacional: Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão de Pati de Alferes). *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1863; e *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de Vassouras*. Rio de Janeiro, 1954. Outras fontes serão consultadas à medida que as situações forem sendo tecidas. Assim, como complementares, os inventários dos senhores de escravos envolvidos nas

demandas serão consultados. Este grupo de fontes é restrito a alguns poucos senhores – ou familiares próximos – que se pode encontrar no CDH.

Os jongs são colocados em diálogo com os conflitos em que os escravos se envolveram. O jongo é senão uma demanda, uma disputa entre dois escravos, e isso pode ser aproveitado para as situações cotidianas vistas através dos documentos criminais. Foram primeiramente utilizados como fontes para a escravidão no Brasil, e em Vassouras, por Stanley Stein. “Em *Vassouras* [livro de Stein] eles aparecem por todo o texto, ao lado dos relatos de viajantes, dos inventários, dos manuais de fazendeiro, de artigos de jornais e de documentos oficiais”. (LARA e PACHECO, 2007, p.64) Entretanto, é preciso certo cuidado com esses cantos e pontos, que, se por um lado, podem indicar palavras combativas de escravos que expressavam tanto a amargura, a resignação irônica e a desforra nos tempos da escravidão, por outro, são também expressões de lutas presentes, ou presentes em 1949, quando Stanley Stein os gravou na região de Vassouras e hoje transcritas no livro *Memória do Jongo* de organização de Silvia Hunold Lara e Gustavo Pacheco.

Destaca-se outro tipo de fontes, que podem aparecer eventualmente nos próximos capítulos. São descrições de vidas de escravos, nos Estados Unidos, notadamente as autobiografias de Harriet Jacobs e de Frederick Douglass. Ao citá-los e trazendo suas experiências à realidade pesquisada, tentei ao máximo descobrir para os escravos de Vassouras, como Natalie Z. Davis fez para os camponeses na França, “o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido” (DAVIS, 1987, 21). A utilização desses tipos de fontes, de forma alguma, busca encobrir ou substituir o corpo principal da dissertação. É utilizada somente como uma possibilidade, dentro várias, respostas que os escravos pudessem ter pensado ao longo de suas vidas. Estas autobiografias foram utilizadas pelo movimento abolicionista norte-americano, e por isso, devem ser lidos com o merecido cuidado para o que informam e a intensidade com que informam. Contudo, são lembranças de ex-escravos que viveram a *Antebellum Slavery*²⁴, ou seja, a escravidão antes da guerra civil. De 1815 a 1860, período em que a

²⁴ A *Antebellum Slavery* (e sua possibilidade de comparação) é assim definida por Peter Kolchin: “durante três quartos de século após a Guerra de Independência, a escravidão americana, apesar de majoritariamente confinada no Sul, sofreu uma massiva expansão. Os 697,897 escravos contados pelo primeiro censo federal em 1790 aumentou mais do que 70%, para 1,191,354, por 1810, dois anos depois do fim da importação legal de escravos. Durante os próximos 50 anos a população escrava vai mais do que triplicar, alcançando 3,953,760 em 1860. (...) Em 1750, a escravidão existia em todas as colônias americanas, e na maioria do Novo Mundo; um século depois, o ‘Sul escravista’ ficara cada vez mais sozinho, juntando-se no Hemisfério Ocidental apenas ao Brasil e às ilhas espanholas de Cuba e Porto Rico”. KOLCHIN, Peter. *American Slavery (1619-1877)*. New York: Hill and Wang, 2003, p. 93.

escravidão nos Estados Unidos floresceu sem o tráfico atlântico, tem características similares ao período de pós-abolição do tráfico no Brasil, principalmente em Vassouras, onde havia grande interesse por parte dos senhores que os escravos se reproduzissem e florescessem um comércio interno entre as regiões norte e sul.

A dissertação é dividida em três capítulos. O capítulo 1, intitulado “pra que me faz assim, parceiro”, traça um panorama historiográfico da vasta historiografia da escravidão no Brasil e nos Estados Unidos da América. Essas duas historiografias estiveram e estão intimamente ligadas, desde pelo menos Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum, passando pela Escola Paulista da década de 1970 e também da renovação do centenário da abolição, a partir de 1988. O diálogo entre as duas historiografias será importante para retomarmos um conceito não muito explorado pelos historiadores da escravidão no Brasil: a comunidade escrava. A partir deste ponto, busca-se um conceito que melhor se encaixe aos escravos. Para isso foi preciso esmiuçar a bibliografia norte-americana sobre comunidade e, particularmente sobre comunidade escrava.

O capítulo 2, intitulado “Que dessas artes não falava com elas: mulheres e crianças escravizadas”, debruça-se sobre as fontes de pesquisa: processos criminais em que somente escravos estejam envolvidos. O fato de termos encontrado grande parte das fontes sobre escravos que assassinaram ou tentaram assassinar escravas (e nunca o contrário) impôs uma divisão dos capítulos através do gênero. Esta questão foi meramente quantitativa, não sendo uma proposta anterior analisar separadamente mulheres de homens. A grande quantidade de processos criminais em que as mulheres escravizadas são vítimas, entretanto, demonstra a luta dessas mulheres por maior autonomia no que diz respeito aos relacionamentos amorosos. O tão comentado privilégio de se casar não tinha aceitação entre as mulheres, que preferiam ficar sozinhas a se submeter aos caprichos dos maridos e dos senhores, numa dupla dominação. Isso nos mostra como o prestígio dentro da comunidade escrava era diferente, nesse quesito, para homens e mulheres: enquanto os primeiros acreditavam nos benefícios de ter uma mulher submetida aos seus mandos, as últimas se congratulavam de uma vida independente dos homens. As crianças surgem através de dois processos, que demonstram como a infância era um cuidado dos mais velhos e como a adolescência era um período conturbado para a descoberta de ser um escravo(a).

O capítulo 3, intitulado “Porque se soubesse tinha avisado seu senhor: economia e prestígio escravo”, traz questionamentos sobre o prestígio dos escravos dentro da própria comunidade, e como juntamente outras formas de prestígio, vinda de incentivos

e premiações senhoriais, dialogaram e entraram em conflito dentro da comunidade escrava. Partindo do pressuposto de que nem somente os escravos especializados/domésticos poderiam ter notoriedade entre todos os escravos, constata-se novas formas de se conseguir prestígio social, seja através do poder simbólico, seja através de uma economia própria.

2. “PRA QUÊ ME FAZ ASSIM, PARCEIRO”

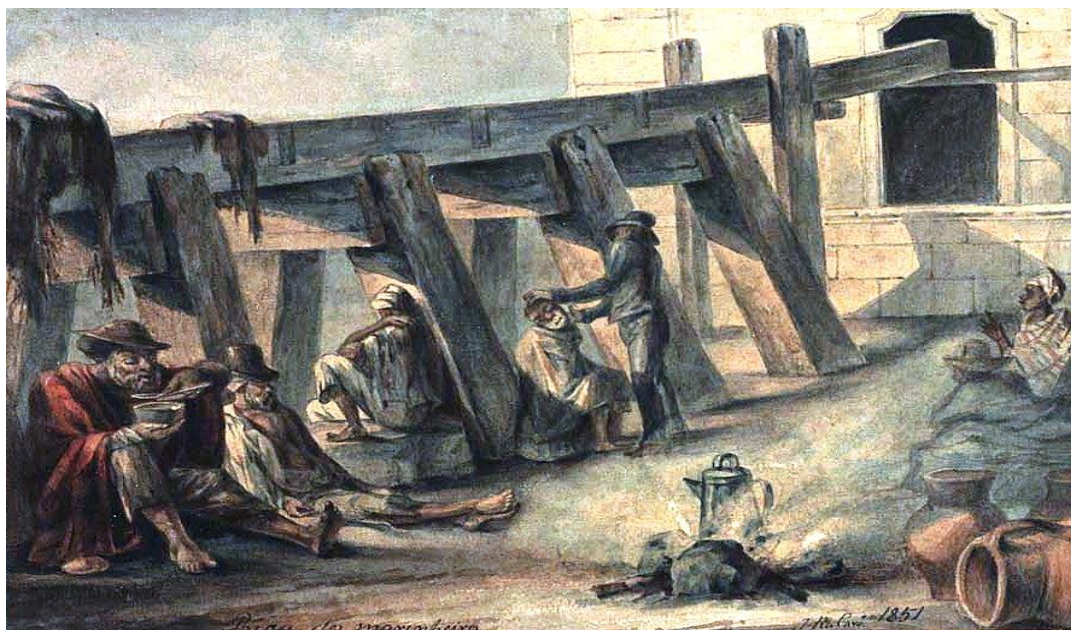


Figura 2. Carvalho, José dos Reis - Bica dos marinheiros, 1851. BN ARC.30-E:j:I. Escravos em repouso e em atividades diversas junto a aqueduto de madeira.

2.1. *De benevolência, passividade e agência: Brasil e Estados Unidos pensando a escravidão*

As primeiras interpretações sobre o Brasil²⁵ entre o final do século XIX e início do XX oscilaram entre a ideia de um país inviável pelo passado escravista e pela mestiçagem e a originalidade da “mistura racial” que tendia para o branqueamento da população. Posicionando-se criticamente aos teóricos da degeneração e do branqueamento, Gilberto Freyre valorizou em *Casa-Grande & Senzala* (1933) as contribuições do africano, do português e, em pequena escala, do indígena. (VIANNA, 2007, 24-25) Se o mestiço ganha contornos positivos com Freyre, a história da escravidão vai passar a ter um grande peso a partir de suas obras.

Para explicar o sucesso da colonização portuguesa no Brasil, Gilberto Freyre coloca a miscigenação como ponto central. A aptidão dos portugueses para a vida tropical seria provada pela colonização do continente americano, sinal que já havia sido demonstrado nos contatos com a África e a Índia anos antes. A base seria a agricultura;

²⁵ A historiografia brasileira da escravidão foi objeto de vários estudos. Destaca-se SCHWARTZ, Stuart B. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001 e CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e abolição no Brasil*. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

e as condições para que isso fosse possível seriam a estabilidade da família patriarcal, a regularidade do trabalho por meio da escravidão e a união do português com a mulher índia. Pois então, nasceria aqui no Brasil uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na exploração econômica e híbrida na composição, que se desenvolveria pelo exclusivo religioso (e não por uma consciência de raça) e pelas mãos de privados (e não pela ação oficial). Porém tudo isso, diferentemente da América hispânica, se combinaria com o espírito político e de realismo econômico e jurídico do português. A predisposição do português para uma colonização híbrida se daria por ser o português um povo localizado culturalmente entre a Europa e a África; um povo não somente de uma dessas culturas, mas da mistura das duas. A influência africana amoleceu a intransigente cultura europeia, da igreja medieval.

Citando muitos portugueses que tentaram caracterizar seu povo, entre eles Eça de Queirós, Gilberto Freyre vê neste povo um caráter antagônico, que foi gerado pela mistura entre a parte europeia e a parte africana, e que vai influenciar e explicar a própria colonização do Brasil, equilibrada e em antagonismos. Os elementos que ajudaram a formar Portugal como nação – o dualismo cultural e racial – é que vai dar ao colonizador uma adaptabilidade física e psíquica aos trópicos. Como se explicaria um país tão escasso de homens ter feito um império mundial, na Ásia, na África e nas Américas? Graças a dois pontos: a capacidade de se mover habilmente por um vastíssimo império, mobilidade esta que se verificava entre os administradores, técnicos, guerreiros – como se o império fosse um jogo de gamão; e a capacidade de multiplicar, engravidando nativas, uma atitude que tanto tinha de instintiva da parte do indivíduo como tinha de política, por vezes estimulada pelo Estado. A exaltação da colonização e o aspecto brando e benevolente da escravidão foram as marcas deixadas por Freyre (2003).

Nesse momento, ainda na década de 1930 e 1940, os estudos de Freyre e Frank Tannenbaum se encontram, quando este nos Estados Unidos compara países de tradição católica e protestante, em seu livro *Slave and citizen*. Aqui vai se criar a ideia de que a colonização portuguesa no Brasil, por ser de tradição católica e mais familiarizada com a escravidão, explicaria a benevolência do sistema escravista em contraste com o de tradição britânica nos Estados Unidos, que exigiu dos escravos e ex-escravos uma disputa mais acirrada e aberta contra a discriminação racial (VIANNA, p. 28). Nasceria daí a interpretação de que a escravidão no Brasil foi mais branda e nos Estados Unidos muito mais cruel.

O estudo da desigualdade social no Brasil produzido por intelectuais que se formaram na Universidade de São Paulo, nas décadas de 60 e 70, culminou em interpretações opostas à visão de Gilberto Freyre. Ao enfatizar o caráter cruel da escravidão brasileira, autores como Fernando Henrique Cardoso, Octavi Ianni e Florestan Fernandes produziram uma interpretação baseada na violência, muito influenciada pelo marxismo característico de Caio Prado Junior, no seu *sentido da colonização*. Um expoente desta época, muito ligado às ideias da sociologia que florescia na USP, foi Jacob Gorender que escreveu *O Escravismo Colonial*. Seguindo a definição aristotélica de escravo, afirma que a contradição em ser coisa ou pessoa é inerente à sua condição.

“Primordialmente, a contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos, enquanto indivíduos concretos, porque, se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprir neles pelo menos o resíduo último de pessoa humana. Ante que os costumes, a moral, o direito e a filosofia reconhecessem a contradição e se preocupassem com resolvê-la de modo positivo, em favor da legitimação da instituição servil, conciliando os termos coisa e pessoa, antes disso os próprios escravos exteriorizavam sua condição antagônica na medida em que reagiram ao tratamento de coisas”. (GORENDER, 1978: p. 63-64)

Gorender, então, acreditava que somente os escravos exteriorizavam sua condição de seres humanos quando reagiram à coisificação. Ou seja, só “re-agiram”, não agiram. Mais à frente relaciona o ser humano com o crime.

“Seu comportamento e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso. O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra seu senhor à fuga do cativeiro. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: Além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal”. (Idem, p.65)

Em suma, se o escravo se rebelasse estaria assumindo a condição de pessoa, se não seria uma coisa. A interpretação da Escola Paulista também estava em diálogo com os estudos sobre a escravidão nos Estados Unidos. Assim como o diálogo Freyre/Tannenbaum, os sociólogos da USP também abriram conversa com as interpretações sobre a escravidão americana, influenciada principalmente pelos estudos de Kenneth M. Stamp, em *The peculiar Institution, 1956*; Franklin Frazier, em *The Negro in the United States, 1957*; Stanley M. Elkins, em *Slavery: A problem in American Institutional and Intellectual Life, 1959*; e Robert W. Fogel e Stanley L.

Engerman, em *Time on Cross: The Economics of American Negro Slavery, 1974*. Todos estes trabalhos enfatizam, como a Escola Paulista, que os escravos internalizaram os valores de seus senhores, infantilizando-os como “*sambos*” (KOLCHIN, 2003).

Esta tese do escravo “coisificado” só será revisto, mais tarde, por volta do centenário da abolição da escravatura no Brasil, quando se produziu inúmeros trabalhos referentes ao tema. O trabalho de Silvia Hunold Lara, *Campos da violência*, se inseria justamente na discussão da “coisificação” do escravo, que era visto somente como pessoa quando cometia algum crime. O objetivo de Lara foi fugir deste paradigma de análise da violência entre senhores e escravos, procurando “penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática” (LARA, 1988: p. 21). Lembrando que noções como justiça, crime e humanidade são históricos, ela acreditava que “era o castigo – a violência ministrada sabiamente pelo senhor – que garantia a continuidade da relação de produção, que fazia com que o escravo até mesmo ‘aceitasse’ o muito trabalho e a pouca alimentação” (LARA, 1988, p. 56).

O castigo físico foi interpretado por diversos setores da sociedade:

“o castigo físico dos escravos não chegou a ser contestado nas diversas instâncias da sociedade. Muito se objetou contra os excessos envolvidos na sua prática, mas jamais se propôs sua abolição. Se, em comum, Coroa, Igreja, senhores e até escravos não contestavam o castigo, cada um deles tinha, porém, uma leitura diferente da sua função e de suas delimitações. A Coroa pretendeu cercear os abusos, impondo limites à sua prática, com a finalidade de não perder o controle do poder da Colônia. A Igreja o fez em função da defesa dos ideais humanitários e cristãos e a partir de certa concepção da dominação; o senhor, para não pôr em risco seu investimento, não propiciar motivos de revolta; os escravos o aceitaram como algo que faz parte da educação... Apesar das diversas leituras e interpretações, servindo para educar, dominar, ordenar o trabalho, o castigo físico impunha-se como algo perfeitamente ‘natural’... Uma ‘naturalidade’ que, também ela, foi essencial à continuidade do escravismo, à reprodução da relação senhor-escravo” (LARA, 1988, p. 72).

Silvia Lara, ressaltando a intervenção do escravo na sua venda, mais precisamente para Campos dos Goitacazes, assim como suas estratégias na fuga e nas manumissões, propõe se não seria melhor recuperar os escravos como sujeitos históricos, como agenciadores de suas vidas mesmo em condições adversas, não apenas como vítimas? Sobre vítimas é possível somente um discurso de pena, proteção, discurso que tira desses homens e mulheres sua capacidade de criar, de agenciar e ter consciências políticas diferenciadas. O discurso da vitimização é o discurso da

denúncia, mas não é, também, a fala do intelectual insensível ao potencial político do outro, do diferente?

Mais autores, por volta do centenário da abolição, produziram interpretações diferentes daquela do escravo-coisa. Célia Maria Marinho de Azevedo, escrevendo em 1987, partiu de uma crítica à visão de que a substituição do negro pelo trabalhador estrangeiro era inevitável, pois a escravidão havia deformado o ser humano e assim ele seria incapaz de fazer um trabalho que não fosse imediatamente coercitivo. Partindo disso a autora se pergunta:

“até que ponto a imagem de uma massa inerte, desagregada, inculta, sem grande importância histórica naquele momento, na medida em que já teria saído marginal da escravidão, não surgiu do ângulo de formulações de teor étnico-racista que justamente procurariam com isso justificar a necessidade de imigração europeia em substituição ao negro?” (AZEVEDO, 1987: p. 22).

Azevedo confrontou a ideia de que foram os abolicionistas que levaram os negros à libertação, lançando mão de um argumento totalmente contrário, de que foi “em reação às fugas e rebeliões de escravos nas fazendas, revoltas e manifestações cidadinas de negros e abolicionistas populares, que os dirigentes abolicionistas assumiram uma postura decisivamente pró-libertação, sem prazo e sem condições, combinada com projetos de integração do negro no mercado de trabalho livre e de conciliação sócio-racial” (AZEVEDO, 1987, p. 250). Nesse argumento, os escravos são colocados como sujeitos históricos que souberam lutar por aquilo que acreditavam.

Sidney Chalhoub, escrevendo logo depois “que o bonde do centenário passou”²⁶ (CHALHOUB, 2003, p. 251), vai criticar os autores da “teoria do escravo-coisa”, como ele mesmo denominou. Segundo esta teoria, as condições duras da vida em cativeiro tiraram dos escravos a capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Ademais, acreditavam autores como Jacob Gorender e Fernando Henrique Cardoso, que só se revoltando os escravos se tornariam humanos.

As discordâncias do autor em relação à “teoria do escravo-coisa” está na sua armadura teórica. “Eles já ‘sabem’, de antemão, que o ‘oprimido pode chegar a ver-se qual o seu opressor’, e isto os torna incapazes de ler com o mínimo de desconfiança até os comentários mais claramente racistas e preconceituosos dos viajantes do período”

²⁶ “Enquanto o escrevia [o livro], passou o bonde do centenário da Abolição. Passou cheio, lotado daquilo que tornou lugar-comum: a teoria do escravo-coisa”.

(CHALHOUB, 2003, p. 250). Antes mesmo de analisarem as fontes, já sabem o que o escravo pensa. Por outro lado, o “fazer” do escravo está ligado, nesta interpretação, às dicotomias rebeldia/coisificação, conformismo/resistência ou passividade/atividade. Aqueles que não se encaixam em um conceito logo caem no segundo. Ou se é rebelde e se torna humano por isso, ou é conformista e se torna coisa por isso. “Ambos os pólos têm sua parcela de validade. Todavia, diante de vítimas somos levados a sentir pena; diante de heróis devemos ficar embasbacados” (CHALHOUB, 2003, p. 250).

Refletindo como os escravos foram capazes de politizar seu cotidiano e atuarem como verdadeiros sujeitos e agentes históricos o autor conclui:

“O processo histórico que resultou no 13 de maio foi significativo para uma massa enorme de negros que procurou cavar seu caminho em direção à liberdade explorando as vias mais ou menos institucionalizadas na escravidão dos brasis no século XIX – penso aqui, é claro, no pecúlio, na alforria por indenização, nas autorizações para ‘viver sobre si’, e em tudo o mais que procurei reconstruir neste texto. O fato de muitos escravos terem seguido este caminho não significa que eles tenham simplesmente ‘espelhado’ ou ‘refletido’ as representações de seus ‘outros’ sociais. Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades. (...) Afinal, o que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la” (CHALHOUB, 2003, p. 252-253).

Um pouco depois da historiografia que se criou em torno do centenário, Hebe Mattos, em *Das cores do silêncio* (1995), procura entender as matrizes culturais em relação aos significados da liberdade, que emprestavam inteligibilidade às relações sociais no Brasil escravista e, a partir delas, as estratégias, identidades e expectativas sociais, desenvolvidas pelos escravos e pelo conjunto de homens livres em resposta às transformações sócio-econômicas e à crescente perda de legitimidade da instituição escravista, na segunda metade do século XIX.

Hebe Mattos também vai criticar a corrente da “Escola Paulista”, afirmando que,

“parece-me bem mais razoável supor que, na vigência da escravidão, as expectativas de liberdade, que se abriam aos nascidos livres despossuídos, e o sonho de liberdade dos escravizados foram culturalmente construídas no interior da sociedade escravista e estiveram a ela integradas. Deste modo, ‘livres pobres’ ou escravos (uma vez que socializados enquanto tais) agiam socialmente a partir dos códigos culturais correntes naquela sociedade, mesmo que reinterpretados a partir de suas posições sociais específicas. Ou seja, considero-me diante de uma sociedade estruturalmente desigual e

baseada na propriedade de homens, mas passível de ser compreendida e capaz de fornecer referências à ação de todos aqueles que a formavam e transformavam. É a partir dessa premissa que tento recuperar os significados da liberdade na vigência da escravidão, no contexto das transformações sociais que marcaram o sudeste escravista no século XIX”. (MATTOS, 1995, p. 40)

Trabalhando com processos judiciais em que os réus eram escravos, a autora afirma que a mobilidade espacial e boa relação com padrinhos e senhores aproximavam os cativos do ideal de liberdade. Assim como para os homens livres pobres, a família e o parentesco (e clientelismo) eram capazes de maximizar a autonomia dos escravos.

Entretanto, todos esses pesquisadores que buscaram evidenciar a autonomia dos escravos, foram acusados por Jacob Gorender de *reabilitarem* a escravidão, ou seja, reaver os estudos que enfatizavam os aspectos doce e ameno da escravidão no Brasil (GORENDER, 1990). Entretanto, se Gilberto Freyre passa a ser visto de outra forma por essa nova historiografia, ela está baseada numa reformulação teórica dentro do próprio marxismo.

Esse movimento de revisão no Brasil teve como grande impulsionador Edward Palmer Thompson. Sua crítica ao marxismo ortodoxo, sua busca por ver “as coisas de baixo para cima”, influenciou os pesquisadores responsáveis pela virada historiográfica do final dos anos 80. A tentativa de Eugene Genovese de verificar as possibilidades para os escravos nos Estados Unidos, ainda na década de 1970, também teve efeito sobre os pesquisadores brasileiros (CARVALHO, 2011). Apesar de ter sido o historiador americano mais lido no Brasil (parte de seu livro *Roll, Jordan, Roll*), publicado naquele ano de 1988, Genovese contou com a ajuda de vários outros estudiosos na revisão dos paradigmas teóricos da escravidão nos Estados Unidos. Dentre eles destaca-se Jonh W. Blassingame, *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South* (New York, 1972); Hebert Gutman, *The black family in slavery and freedmon, 1750-1925* (New York, 1976); Harry P. Owens, *Perspectives and Irony in American Slavery* (Jackson, 1975); George P. Rawick, *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community* (Westport, 1972); Leslie Howard Owens, *This Species of Property: Slave life and Custom in the Old South* (New York, 1976); Paul D. Escott, *Slavery Remembered: A Record of Twentieth-Century Slave Narratives* (Chapel Hill, 1979); e Charles W. Joyner, *Down by the Riverside: A South Carolina Slave Community* (Urbana, 1984). A partir da revisão das afirmações de Stanley Elkins, Robert Fogel e Stanley Engerman, os historiadores focalizaram mais atenção histórica nos escravos, e

assim tiveram que buscar “novas” fontes. Autobiografias de ex-escravos (algumas escritas depois de escaparem para o Norte e algumas após a emancipação) e entrevistas com ex-escravos, a maioria pertencente à coleção extensiva que foi recolhida pelo *Federal Writers’ Project* durante os anos de 1930. Provaram que os escravos, no período entre a independência e a abolição, não viviam totalmente em um ambiente fechado, mais do que isso, muitos escravos possuíam importantes relações com pessoas além de seus senhores (KOLCHIN, 2003, p. 136).

2.2. *A comunidade de escravos e seu problema de definição*

A historiografia brasileira e norte-americana, através de um amplo processo de discussão, deixa ainda espaço para nos perguntarmos: existiu uma comunidade de escravos? Antes, entretanto, de delimitarmos o que seria uma comunidade de escravos, devemos nos perguntar o que é uma *comunidade*. A noção de comunidade existe desde as análises sociais e políticas feitas por Platão e Aristóteles para a *pólis* grega. Entretanto, a história do conceito de comunidade é mais recente e remonta aos fundadores da sociologia na Europa e nos Estados Unidos. Neste último, verificou-se a partir do início dos anos 1970 o apogeu dos “communities studies” como um gênero central para se entender a história social estadunidense. Eles começaram a se perguntar se a urbanização, a modernidade e o capitalismo destruiriam os modelos tradicionais de vida social. Sempre com conotação positiva, associada a visões de uma boa vida, a comunidade também passou a ser vista como ameaçada pelo processo de modernidade. Essa noção de uma “comunidade ameaçada” é uma forma estática de concebê-la, que ignora o processo histórico e impossibilita que possamos vê-la em outros tempos e lugares. Outro problema sempre inerente aos estudos de comunidade é a sua definição. Richard Beeman (1977, p. 428-429) acredita que os historiadores dos Estados Unidos na Época Colonial não conseguiram definir o que vinha a ser comunidade.

Apesar de ser um dos conceitos mais fundamentais das ciências humanas, a comunidade é difícil de ser definida. A mais comum hoje em dia a coloca como um agregado de pessoas que dividem interesses comuns numa localidade particular. Entretanto, quando se utiliza o passado para definir comunidade, se a memória social tem um referente geográfico, mas é claramente o significado emocional, mais do que um lugar específico, que emerge. A solidariedade que caracteriza as comunidades não significa que elas sejam todas harmônicas ou monolíticas. O conflito dentro da

comunidade existe em diferentes formas. Há uma expectativa de uma qualidade especial de relacionamento humano numa comunidade, e é essa dimensão experimental que é crucial para sua definição. Comunidade, então, pode ser definida melhor como uma experiência do que um lugar (BENDER, 1978, p. 6). Portanto, para Thomas Bender, a comunidade é definida por uma rede relações sociais marcadas pela mutualidade e por ligações emocionais,

“Community, which has taken many structural forms in the past, is best defined as a network of social relations marked by mutuality and emotional bonds. This network, or Kai T. Erikson refers to as the ‘human surround’, is the essence of community, and it may or may not be coterminous with a specific, contiguous territory. The New England town was a community, but it was not a definition of community. Similarly, a family, a neighborhood, a group of friends, or a class can be a community without providing a definition of the concept. One must keep an open stance toward the various structural forms that might contain community. A definition of community must, therefore, be independent of particular structures”. (BENDER, 1978, p. 7)

Quando vamos passar da *comunidade* para a *comunidade escrava*, parece que alguns historiadores brasileiros acabam por cair na armadilha apontada por Thomas Bender: a família, a vizinhança, um grupo de amigos ou uma classe pode ser uma comunidade sem ser sua definição. Assim, Ana Maria Lugão Rios (1996) definiu em sua dissertação de mestrado, *Família e transição*, que os conceitos família e comunidade possuem o mesmo significado.

“a família estendida é vista como um dos elementos que demonstram a existência da comunidade, já que estendem vínculos de uma cultura comum, e por isto ambos os termos aparecem com conotação semelhante”

Carlos Engermann definiu que a comunidade escrava está ligada às grandes plantations. Segundo ele,

“Se há um contexto que pode ser situado entre a biografia, uma amostra insuficiente e a generalização das grandes massas de dados, acreditamos que este seja o dos grandes plantéis. E mais, não estamos apenas avaliando os grandes plantéis pelo seu volume demográfico, mas pela configuração social que o tempo de convívio pode ensejar neles. A proliferação de vínculos de solidariedade é o que pode gerar novos usos e significados aos poucos meios de socialização disponíveis aos escravos. Dito de outro modo, o que estamos buscando é a configuração de comunidades escravas, plantéis minimamente atados pela solidariedade que brota da partilha de rituais, de símbolos e do parentesco”. (ENGERMANN, 2005, p. 175)

O autor parte da ideia de que os grandes plantéis são mais *estáveis* do que os pequenos, e que a solidariedade só poderia advir dessa convivência. Como está mais do que comprovado, os escravos se relacionavam com escravos e livres de outras fazendas, e até criavam alianças afetivas.²⁷ Outro problema, como critica Sheila de Castro Faria, é que “no Sudeste (como, de resto, em todo o Brasil) a maioria das unidades produtivas eram constituídas por pequeno número dos escravos. Estes escravos, então, para o autor, não estariam em nenhuma comunidade”. (FARIA, 2007, p. 145)

Sheila de Castro Faria, partindo do pressuposto genérico do sociólogo B. E. Mercer (também utilizado antes por Ana Maria Lugão Rios) de que uma comunidade é “uma unidade local, numa época determinada, partilhada por pessoas com cultura comum e que apresentam uma identidade distinta como grupo”, tenta definir no Brasil, lugares onde a comunidade foi mais forte ou mais fraca. Primeiramente, acredita que as irmandades podem ser consideradas formadoras de comunidades, ao mesmo tempo em que a observa também como um instrumento de segregação entre os próprios escravos. Posteriormente, acredita que as insurreições são momentos em que a comunidade poderia aparecer e seus laços serem reforçados, o que não valeria para a Bahia.

“O certo é que, em tempos de paz e na vida cotidiana e comunitária, num ou noutro lugar, as hierarquias prevaleciam, segregando grupos, dependendo das variáveis do momento e do tempo de vida dos africanos nas propriedades” (FARIA, 2007, p. 146).

Se a autora parte de um conceito genérico de comunidade, ela consegue, entretanto, ver que a comunidade, como destacou Thomas Bender, é histórica. Por outro lado, também é válida a sua argumentação de que as hierarquias prevaleciam na vida cotidiana, deixando de lado aquela ideia harmônica de comunidade.

Ao contrário de Sheila de Castro Faria, Hebe Mattos afirma que a comunidade de escravos no Brasil não passou de um ideal, já que a liberdade desempenhava um papel primordial na mente dos escravos, o que atrapalhou as relações comunitárias. Segundo a autora,

“Neste sentido, relações comunitárias, forjadas sobre a base da família e da memória geracional, antes de conformar uma identidade escrava comum, engendraram para alguns (os grupos mais antigos no plantel) a possibilidade de se distinguirem frente ao estereótipo mais comumente associado à

²⁷ Ver FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum*. Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca, 1830-1888). 2006. (Tese de Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP, 2006, p. 187 e RIOS, Ana Lugão.

escravidão (a falta de laços, o celibato, os castigos físicos e o trabalho coletivo)”. (MATTOS, 1998, p. 127)

Em reflexão sobre os quilombolas, Flávio dos Santos Gomes afirma a existência do que definiu de *campo negro*

“Defino, aqui, *campo negro* como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados. Tal qual uma arena social, constituiu-se palco de lutas e solidariedade conectando comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos que vivenciaram os *mundos da escravidão*”. (GOMES, 2006, p. 45)

Gomes consegue enxergar através dos quilombos do recôncavo da Guanabara e da insurreição de Manoel Congo em Vassouras, a possibilidade dos escravos formarem ligações muito além de sua própria vizinhança.

Infelizmente, nem mesmo entre a historiografia que trabalha desde os anos 1970 com o conceito de comunidade escrava, a americana, há consenso enquanto ao termo. O problema não é com o conceito de comunidade em si, mas ele aplicado aos escravos. É certo que, tanto entre a historiografia da escravidão no Brasil como nos Estados Unidos, os escravos desenvolveram seus costumes apesar da vigilância dos seus proprietários. É justamente por causa da impossibilidade de se controlar a vida dos escravos no total, que eles puderam gozar de alguma autonomia, mesmo que parcialmente, da influência de seus senhores.

Apesar de não ter sido John W. Blassingame o primeiro a levantar a possibilidade de existência de uma comunidade escrava – já que o livro *The negro in Virginia*, produzido por um projeto do governo americano de entrevistas com ex-escravos em 1940, já havia anteriormente tido chamado atenção para “Negro community” –, foi quem começou uma discussão mais significativa acerca deste fenômeno (STEVENSON, 2007, p. 78). Para ele, ter uma cultura distinta ajudou aos escravos desenvolver um forte senso de solidariedade de grupo. Eles uniram-se para se protegerem dos aspectos mais opressivos da escravidão e para preservar sua autoestima. Embora sua fraqueza como indivíduos isolados, eles encontraram alguma proteção no grupo (BLASSINGAME, 1972 p. 75-76). Segundo Joe Gray Taylor, da McNeese State University,

“It was the first scholarly attempt to analyze the slave community from the point of view of the slave; it used slave narratives as its main sources; and it made tentative use of what has become known as psycho-history to dispute the thesis advanced by Stanley Elkins that the oppression of slavery reduced slaves to an infantile "Sambo" personality.” (TAYLOR, 1979, p. 452)

O autor se encontrava em discussão com historiadores que acreditavam que os negros e escravos tinham absorvido toda a cultura branca. Mais detalhadamente, em artigo escrito no livro editado por Harry P. Owens, *Perspectives and Irony in American Slavery* (1976), John W. Blassingame se detém mais na descrição da comunidade de escravos, no que concerne ao *status* e a estrutura social dentro dela. Critica a posição de Kenneth Stampp de que tanto escravos domésticos, feitores e artesãos ocupariam o mais alto nível da hierarquia social dentro da comunidade. Desta maneira, a hierarquia é pensada como totalmente dependente do contato entre escravo e senhor, e ao valor que este dava ao trabalho. Diferentemente, para Blassingame (1976, p. 150-151), a análise da estrutura social na “slave community” só vai avançar se enfatizarmos suas bases internas. Através das entrevistas feitas em 1930, chega à conclusão que havia três tipos de classes entre os escravos: a mais alta, de curandeiros, pastores, anciãos, “professores”, rebeldes; a do meio, artesãos, escravos ao ganho, capatazes que protegiam escravos; e a classe mais baixa, escravos domésticos, trabalhadores do eito, concubinas voluntárias, informantes.

Apesar de Paul D. Escott, também se utilizando das mesmas fontes de John W. Blassingame – as narrativas de ex-escravos – acreditar que a *plantation* era o principal teatro das vidas dos escravos, e lá, através de vários significados de resistência, eles tentaram alterar seu destino para melhor, discorda da existência de uma divisão entre os escravos. Segundo ele,

“Extensive material in the slave narratives reveals that for a small minority of slaves, this view was partially correct, but that for the large majority, there was no well-developed class system and group loyalty overrode tendencies toward class divisions” (ESCOTT, 1979, p. 59)

A inimizade entre escravos domésticos e do eito poderia advir de roupas mais finas e maior prestígio que teriam com os senhores. A pouca incidência de casamentos entre escravos domésticos e do eito, para Escott, aconteceria provavelmente porque os escravos domésticos e os do eito não passavam tanto tempo juntos. Portanto, o historiador acaba diminuindo os conflitos entre os escravos, nos quais as divisões e grupos poderiam aparecer – obviamente não “classes” como coloca o autor.

Tentativas foram muitas de se descobrir as “slave communities”. Em artigo para a *Review of race and culture* em 1981, Steven E. Brown buscou relacionar sexualidade e comunidade escrava. Para ele, um aspecto crucial de qualquer comunidade envolve sua atividade em relação ao sexo, à sexualidade. Portanto, se os escravos estabeleceram morais de caráter sexuais, então, também estavam “capable of developing a genuine community”. (BROWN, 1981, p. 2) Em uma análise que se utiliza de fontes qualitativas, como as narrativas de escravos, as autobiografias de escravos e processos judiciais, o autor aborda os ritos matrimoniais, suas cerimônias, e o sexo pré-marital, concluindo que

“Most slaves emphasized family relationships which formed an integral aspect of their existence. This family pride reflects the strong sense of community which slaves developed. Although other aspects of community development may or may not have occurred, slaves clearly formed community values to guide sexual relationships” (BROWN, 1981, p. 10).

Associando a comunidade escrava e os funerais, David R. Roediger afirma que na maioria dos casos o enterro de escravos demonstram a persistência de costumes africanos tanto quanto a habilidade da comunidade escrava a agir independentemente (ROEDIGER, 1981, p. 169). Margaret Washington Creel, também tenta relacionar comunidade escrava e religião. Para ela a noção de comunidade pressupõe que subjetivamente o termo representa um sentido de coletividade e junção, baseado num modelo definitivo de relações positivas, possivelmente mudando com o tempo, e um sentido de dependência mútua. A comunidade, para a autora, ocorre objetivamente quando um grupo de atores sociais está ligado pela responsabilidade e compromisso feitos para manter a organização e a estabilidade. Assim, para a proteção e segurança que a comunidade oferece, ela extrai lealdade, obediência, alguma renúncia da individualidade, e autoridade pessoal. Creel (1988) nos traz à tona uma discussão sobre comunidade desde a década de 50 discutida na antropologia e sociologia por C. J. Calhoun, Thomas Bender e Robert Redfield. Essa dualidade da comunidade será muito importante para o estudo da comunidade escrava.

Outro que influenciado pelas discussões da historiografia revisionista dos Estados Unidos foi Charles Joyner, em *Down by the riverside* (1985). Segundo Joyner, a expectativa da lealdade grupal e solidariedade faz parte da cultura de instituições, na qual o grupo é essencialmente isolado da sociedade mais ampla e tem de viver e trabalhar dentro de um círculo cotidiano mais ou menos controlado. Aqueles que

aparecem para negar ou ignorar esta expectativa de solidariedade pode se tornar objeto de extrema hostilidade por parte dos outros. Nas plantações de arroz de Waccamaw pareceria mais apropriado pensar em termos de degraus de solidariedade como uma tentativa de entender os muitos meios nos quais os escravos habilidosamente acomodaram-se harmoniosamente e resistiram como um significado de aguentar o que eles tinham que aguentar e escapar do que eles poderiam escapar (JOYNER, 1985, p. 86). Se a comunidade em Blassingame aparece como sinônimo de cultura, coesão e resistência aos senhores de escravos, Joyner amplia o conceito e propõe a existência de conflitos dentro da própria comunidade.

Em uma pequena passagem sobre a comunidade em Edgefield no século XIX, na Carolina do Sul, Orville Vernon Burton acredita que os escravos forjaram “a sense of family and community and a consensus on values among slaves were forged from this camaraderie”. (BURTON, 1985, p. 152) Tendo como principal fonte as narrativas de ex-escravos e contos populares, o autor afirma que família e comunidade eram formadas por amigos e familiares que estavam dentro e fora da *plantation*.

Em 1986, Jean Buttenhoff Lee busca resolver o problema da comunidade de escravos no século XVIII para Chesapeake, entretanto, sem definir claramente o que concebia como uma comunidade. Muitas vezes “slave community” é sinônimo de plantel numeroso de escravos, às vezes como a população total escravizada, ou mesmo o agregado de famílias escravas. Através de fontes quantitativas, como “tax lists”, o autor enfatiza que suas evidências não negam a procura dos escravos para criar uma vida comunal, mesmo ela sendo muito difícil de ser feita. Sua discussão é com dois historiadores especificamente, Russel R. Menard e Allan Kulikoff. O primeiro ressalta a impossibilidade de se formar famílias na região devido à diferença entre homens e mulheres escravas, enquanto o segundo afirma que os negros de Chesapeake conseguiram criar uma cultura afro-americana. Eles concordam que o declínio das importações de escravos deixou a taxa de homens/mulheres mais próxima, e que a população nesse período aumentou. Esses fatores alargaram as oportunidades dentro da escravidão, principalmente gerando mais autonomia para os escravos. Portanto, para os três autores a demografia é que gera autonomia, não os escravos que a procuram sempre. Todos os argumentos são baseados numa história demográfica da região (LEE, 1986).

Analisando a relação da família escrava com a comunidade escrava, Brenda Stevenson em *Life in Black and White* (1996), acredita que

“The matrifocality of many slave families, for example, meant that the realities of slave manhood and womanhood differed substantially within the context of family life from those whose familial experiences were nuclear and patriarchal. Likewise, extended families and slave communities were important, not just because they monitored slave behavior and maintained slave values, thereby protecting the integrity of community. Members of slave communities also actually played substantial physical, material, and emotional roles in the lives of slaves. (...) One’s master might have had the final authority, but there also were other slaves and slave institutions that exerted influence, perhaps more influence than masters realized” (STEVENSON, 1996, p. 226-227).

A importância dada por Brenda Stevenson à comunidade escrava como mais influente nas vidas dos escravos é um passo a mais em relação à centralidade desta instituição.

Também oferecendo um panorama em que a comunidade aparece como intercurso social que envolveu linguagem, contos, música, dança e rituais, como cerimônias de casamento e funerais, Larry Eugene Rivers afirma que os escravos na Flórida do século XIX ganharam alguma oportunidade através do tempo livre para reforçar a resistência mental e emocional não somente através de suas instituições familiares e religiosas, mas também através de sua recreação e outros exercícios comunitários. A comunidade aparece somente em tempos livres, e os conflitos advindos dessas relações uma mera consequência das “human emotions” (RIVERS, 2009, p. 104).

Assim como Margareth Washington Creel, Peter Kolchin, professor da University of New Mexico, na década de 1980, através de um artigo (em *The Journal of American History*) e dois livros importantes na historiografia sobre a escravidão (*Unfree Labor* e *American History*) irá defender a análise da comunidade com base nos estudos de Thomas Bender. Trabalhando com duas formas de trabalho distintas, a servidão na Rússia e a escravidão nos Estados Unidos, o autor vai buscar, na verdade, a comparação entre experiência escrava (KOLCHIN, 1983).

Para Peter Kolchin, os trabalhos revisionistas, desde Blassingame, no afã de acabar com o esteriótipo do escravo passivo, lançaram-se ao outro extremo, buscando uma comunidade, solidariedade, ligações familiares que apresentassem um retrato positivo demais entre os escravos.

“Any evaluation of the problem of ‘community’ must come to grips with two partially distinct but interrelated questions, those of autonomy and comunality. (...) It is important, however, to keep in mind the limitations

to this slave autonomy. (...) I believe that an even-handed appraisal must not only incorporate the important revisionist work of the past two decades but also come to grips the insecurity of slave life, the limits to slave autonomy, and the particular character that 'community' assumed among the slaves." (KOLCHIN, 1993, p. 150)

Através da análise de Kolchin a comunidade escrava não é apenas a aplicação de um conceito ao mundo dos escravos, mas sim como particularmente eles forjaram, (re)construíram e (re)significaram sua própria comunidade.

O problema é que o termo comunidade pressupõe uma territorialidade, uma continuidade e uma organização institucional que os escravos não conseguiram ou não foi a eles possível realizar, uma vez que foram transplantados de suas culturas e territórios para o Novo Mundo. Por isso, em comparação com comunidades de camponeses, e até mesmo de servos e indígenas, a organização da comunidade escrava é rudimentar. Entretanto, mesmo que rudimentar, não podemos negar "the existence of communal sentiment and behavior among slaves" (KOLCHIN, 1987, p. 207).

Como diz um jongo, recolhido pelas bandas de Vassouras por Stanley J. Stein na década de 1940: "Pra quê, parceiro, pra quê/Oê, pra quê me faz assim, parceiro/Pra quê, parceiro, pra quê". O tom da canção é juntamente de conflito, repúdio, apavoramento. Como seres humanos os escravos resistiram a serem transformados em dóceis, obedientes criaturas do desejo de seu senhor: para ele a harmonia seria o ideal. Mas os escravos não transformaram a comunidade escrava numa utopia (KOLCHIN, 1993, p. 155).

3. “QUE DESSAS ARTES NÃO FALAVA COM ELA”: MULHERES E CRIANÇAS ESCRAVIZADAS



Figura 3. Sorrieu, Frédéric - Le départ pour la roca. Coleção Thereza Cristina Maria, Biblioteca Nacional.

Durante um ano, entre 1865 e 1866, o naturalista suíço Luis Agassiz e sua mulher Elizabeth Cary Agassiz viajaram pelo Império do Brasil e relataram não só observações de caráter científico, mas também do cotidiano por onde passaram. Em Vassouras, em época de colheita de café, viram um “espetáculo” verdadeiramente “pitoresco” para os seus olhos europeus: “os pretos, homens e mulheres estavam espalhados pela plantação trazendo às costas amarradas às suas roupas uma espécie de cesto feito de caniços e bambus. (...) Cada qual deve uma quantidade certa de trabalho: tanto por homem, tanto por mulher”. (AGASSIZ, 1938, p. 157) Homens e mulheres escravizadas trabalhavam lado a lado no eito, como demonstra a fotografia de Frédéric Sorrieu, *Le départ pour la roca*, encontrado na Coleção Thereza Cristina Maria na Biblioteca Nacional (figura 1). O trabalho agrícola já fazia parte da rotina das mulheres no que é hoje Angola e Congo, de onde vinha a maioria das escravas africanas (THORNTON, 2009, p. 15). Em manual agrícola dedicado ao filho em 1847 e reeditado 31 anos depois (mostrando a longevidade de suas ideias), o Barão de Paty do Alferes,

Francisco Peixoto de Lacerda Verneck, se refere ao trabalho das mulheres, em suas fazendas e nas de outros:

“Cada homem deve ter uma foice grande, chamada meia-roça, um foicinha, uma enxada grande e outra pequena; mas as foices devem estar guardadas, e só lhe serão entregues quando comecem a haver roçados, ou cortes que se façam com as fouchinhas. As mulheres bastam ter enxadas e fouchinhas, salvo se elas forem também ao roçado como alguns usam; mas eu não adoto esse sistema, escolho para este trabalho homens e robustos”.²⁸

Foi assim, ao lado de homens escravizados que Lúcia, “trabalhadora de enxada”, encontrava-se no dia 8 de outubro de 1879, quarta-feira às nove horas da manhã, quando o feitor José de Bastos repreendeu o escravo Manoel e seus “parceiros” de que o serviço que estavam fazendo ia por demais demorado, sendo em seguida morto pelo escravo Gil, que reconheceu ser o “cabeça” e auxiliado por Manoel. Como também afirmou Eva, outra escrava trabalhadora de roça, “que diz ser casada”, ao ser perguntada se havia conhecimento de que existisse entre seus parceiros ajuste para matar a Bastos, “respondeu que dessas artes não falava perto dela respondente com medo que fosse contar aos brancos e que não consentia que fizesse isso”.²⁹ As mulheres foram excluídas do plano para matar o feitor, por não serem confiáveis às vistas dos assassinos, assim como outros escravos. A divisão estava feita, e o grupo de Gil, que incluía mais escravos, impôs-se sobre os outros.

Homens e mulheres trabalharam juntos tanto no eito como na Casa-Grande. Ademais, seus filhos foram criados em universo singular, cujas expectativas de seus pais, seu senhor e de si próprios se embaralhavam no complicado sentido de ser um “moleque”. Entender a relação existente entre eles é o principal objetivo deste capítulo. Para tanto, precisamos adentrar mais no universo feminino dos cativos. Depois às crianças.

3.1. *Histórias de mulheres escravizadas*

A maioria daqueles que pensaram a comunidade escrava não o fizeram discutindo as experiências da mulher escravizada, e podemos até afirmar que alguns a

²⁸ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 65.

²⁹ CDH-USS, Documento 105664514033

ignoraram. A importância da mulher tem sido colocada como central nas discussões sobre comunidade escrava desde o trabalho de Deborah White, *Ar'n't I a Woman?: Female Slaves in the Plantation South* (1985), quando a autora passa a entender a mulher escrava não só como um membro ativo da comunidade, mas também formadora de seus próprios grupos comunitários. Assim como Brenda Stevenson (2007, p. 81), o que se pretende nesse capítulo é questionar sobre a possibilidade das mulheres possuírem ou não uma comunidade específica, dentro da própria comunidade escrava, no contexto do fim do tráfico de escravos em Vassouras.

Poucos trabalhos foram feitos sobre a questão da mulher escrava no Brasil. Somente nos últimos 20 anos a questão tem sido levada a cabo, com as realizações específicas de Maria Odila Leite da Silva, *Nas fímbrias da escravidão urbana* (1985); Luciano Figueredo, *O avesso da memória* (1993); Sandra Lauderdale Graham, *House and Street* (1988) e *Caetana diz não* (2005). Tratando especificamente de mulheres em cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, estes trabalhos acompanharam trajetória e personagens para entender o cotidiano das mulheres africanas e crioulas. Todos ressaltam que as mulheres elaboraram formas de enfrentamentos, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. (GOMES e PAIXÃO, p. 950, 2008)

Nos Estados Unidos, o estudo da escravidão feminina teve mais tempo para se desenvolver. Procurando reformar algumas premissas de historiadores importantes na década de 1970, como John W. Blassingame, Eugene D. Genovese e Hebert Gutman, alguns historiadores(as) trabalham com a ideia de que é necessário incorporar questões de gênero na escravidão para a análise historiográfica se torne mais completa e complexa. Foi nesse sentido que autoras como Debora Gray White (1985), Jacqueline Jones (1985), Hilary McD. Beckles (1989) e Bárbara Bush (1990) renovaram a interpretação da escravidão dando ênfase à mulher dentro da comunidade de escravos, muito influenciadas pela filósofa Angela Davis, através do seu importante artigo em *The Black Scholar*, “The role of Black women in the community of slaves” (1971) (HIGGINBOTHAM and WATTS, 1988).

Tendo esta historiografia das mulheres escravas nas Américas em mente, vale ressaltar que esta primeira parte do capítulo irá ter como objetivo primeiro resgatar as experiências das mulheres escravas em Vassouras, sem, entretanto, superestimá-las. Apesar das fontes analisadas aqui (assassinatos e tentativas de assassinatos) de 1850 a 1888 terem como vítimas mulheres escravas – todos os documentos são de réus homens

e vítimas mulheres escravizadas –, não cabe, como nos mostrou Beckles para Barbados, negligenciar a importância dos homens escravizados nesse processo,

“The vision of women as the human infrastructure, the bedrock of the slave family and also, by extension, the slave community, has assisted also in reinforcing an image of the male slave as marginal, irregular, tangential, and transient – an orbital figure that revolved about a female core representing certainty, continuity, and flexible but unflagging strength”. (BECKLES, p. 116, 1989)

Hilary McD. Beckles (1989) não enfrentou o problema que muitos historiadores da escravidão no Brasil enfrentaram: Barbados é um caso excepcional de superioridade de escravas em relação aos escravos. No Brasil, Estados Unidos e outras partes do Caribe, a maioria da escravaria se constituía de homens escravizados. Esta questão colocou fortes barreiras para o desenvolvimento de uma historiografia da família escrava. Por muito tempo, acreditou-se que os laços familiares não se desenvolveram no Brasil entre os cativos por ser uma condição *sine qua non* para o domínio senhorial. Entretanto, por volta do centenário da abolição no Brasil e dos estudos de Herbert Gutman nos Estados Unidos, essa questão foi reavaliada. Robert W. Slenes propôs que

“os escravos certamente não puderam criar as instituições familiares que eles desejavam, mesmo no contexto da *plantation*. Os senhores, contudo, também não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam; muito menos eles conseguiram transformar seus trabalhadores em máquinas, desprovidas de ‘todas as formas de união e de solidariedade’ e reduzidas a ‘condições anômicas de existência’. (...) No mínimo, a formação de uma família transformava o cativo e seus parentes em ‘refêns’. Deixava-os mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor (por exemplo, à venda como punição) e elevava-lhes o custo da fuga, que afastava o fugitivo de seus entes queridos e levantava para estes o espectro de possíveis represálias senhoriais”. (SLENES, 1999, p. 114)

As uniões entre escravos não eram raras no Sudeste, como se imaginava algumas décadas atrás. O padrão da escravidão no Brasil como um todo – durante o período de tráfico em vigor – é de uma africanidade e masculinidade alta. Numa sociedade em que a proporção de homens escravos é muito maior, o poder de barganha das mulheres escravas aumentava. Apesar da grande possibilidade de escolha, as mulheres sempre optavam por uniões monogâmicas, ao seu agrado dentro das tradições africanas. (SLENES, 1999) Nesse sentido, o cenário encontrado em Vassouras após o fim do tráfico é bem peculiar.

Segundo os relatórios de presidente de província, Vassouras contava com 20.589 habitantes em 1840, sendo 6.256 livres e 14.333 escravos; em 1851 de 28.638 habitantes, sendo 9.428 livres e 19.210 escravos; e em 1878 de 39.981 habitantes, sendo 19.085 livres e 20.896 escravos. Em 1884, os escravos somam 18.891, número elevado para o final da escravidão. O crescimento da escravaria se dá também depois de 1850. A cidade de 1045,45 quilômetros, em 1880, já possuía ares de uma urbes desenvolvida, com 16 escolas de ambos os sexos, 9 inspetores de quarteirão, 13 advogados, além de uma Tipografia, professores de piano e canto, modistas, costureiras e oficinas de costura – sem falar da Companhia Ferro-carril Vassourense. Assim é apresentada no Almanak Laemmert:

“A cidade está collocada entre colinas em uma altura considerável acima do nível do mar, na distância de cerca de 137 kilometros da cidade do Rio de Janeiro. A sua comunicação diária com a capital do Império é feita pela estrada de ferro D. Pedro II até á estação de Vassouras, e dessa estação a esta cidade pela linha de *bonds* da Companhia Ferro-Carril Vassourense. As ruas principaes da cidade são calçadas com grandes lagedos, que dão fácil escoamento ás águas nos tempos chuvosos, e quasi toda cidade está arboriosa de palmeiras e eucaliptus. O clima é excellente, e torna por essa razão muito recommendável ás pessoas que sofrem incommodos de saúde. (...) Pela facilidade de transporte entre esta cidade e a capital, tem sido ultimamente considerado este logar um arrabalde do Rio de Janeiro”³⁰

A contar com os dados do censo de 1872, Vassouras dispunha, segundo o jornal *O Vassourense*, de 21.093 escravos, sendo 44% de mulheres e 56% de homens.³¹ Uma proporção parecida com a de Barbados, no século XVIII, Jamaica, São Vicente e Trinidad no início do século XIX, locais em que a proporção de mulheres e homens tendia a se igualar. (BECKLES, 1989, p. 19) Em comparação a outras cidades, os números de Vassouras se parecem mais com os de Mariana em Minas Gerais, onde entre 1850-1888, 44% eram escravas (FLAUSINO, 2006, p. 39), do que uma região de expansão da economia de café como Piracicaba em São Paulo, onde a porcentagem de mulheres nunca passou de 34%. (MOTTA, 2006)

Segundo Iamara da Silva Viana e Ana Maria Leal de Almeida, as mulheres escravizadas da segunda metade do século XIX em Vassouras, estavam em sua maioria ligadas ao trabalho do eito. Nas décadas de 50 e 60 cerca de 30% das escravas estavam na lavoura, enquanto nas décadas seguintes 65% das escravas estavam lado a lado com seus companheiros nas labutas da roça. (ALMEIDA, 2001, p. 102) Nos inventários *post*

³⁰ <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

³¹ *O Vassourense*, ano III, n. 30, 27-07-1884.

mortem analisados por essas duas autoras, encontra-se as diversas profissões ocupadas pelas mulheres escravas: foram cozinheiras (6,90%), padeiras (0,31%), costureiras (17,30), engomadeiras (2,51%), lavadeiras (3,76%), rendeiras (0,63%), domésticas (14,58%), mucamas (10,19%), roceiras (34,95%), enfermeiras (0,47%), parteiras (0,38%) (VIANA, 2008, p. 46). O fato é que as escravas ligadas aos serviços da casa somam mais de 56%, o que nos faz contestar as assertivas das duas autoras pelos números por elas mesmas apresentados. Além disso, muitas vezes os escravizados poderiam ter até vários destas ocupações com o tempo, ou ao mesmo tempo. Não seria absurdo pensar que muitas vezes escravos e escravas domésticas tenham sido transferidos para o trabalho no eito, ou vice-versa³². Essas "profissões" não podem ser consideradas como estanques, mas sim dentro da própria dinâmica das relações sociais entre os escravos e entre os livres.

³² O único caso de suicídio escravo encontrado no arquivo CDH-USS, nos mostra a revolta de um escravo doméstico que é transferido para o trabalho na roça, em 1882. O informante escravo Gualtez de 38, "Respondeu que o que sabe é o seguinte: Que Felisberto seu parceiro esteve alugado em casa do doutor Joaquim Francisco Moreira, e dali vindo para casa, foi trabalhar na horta por uns três dias, daí a senhora dele respondente e de Felisberto ordenou que este fosse para roça; Felisberto para ali foi indo somente trabalhar um dia; daí fugiu e passado mais ou menos 1 mês foi encontrado enforcado". CDH-USS, documento 104664572012.

O comércio de interno de escravos contribuiu muito para que as mulheres tenham tido uma ascensão numérica em Vassouras da segunda metade do século XIX.

Comércio de escravos em Vassouras 1867-79						
	Africanos	Homens	Mulheres	Crioulos	Homens	Mulheres
1867	29	16	13	109	47	62
1868	12	8	4	29	15	14
1869	15	10	5	41	24	17
1870	13	7	6	50	28	27
1871	8	7	1	60	32	28
1872	22	19	3	63	31	22
1874	0	0	0	14	10	4
1875	35	24	11	177	98	79
1876	16	10	6	89	44	45
1877	15	12	3	100	48	52
1878	24	20	4	95	54	41
1879	0	0	0	55	31	29
Total	189	133	56	882	462	420

Tabela 2. Registro de Escritura de Venda de Escravos, CDH-USS.

Segundo a tabela acima, os escravos, entre africanos e crioulos, somam 595 (55%), enquanto as mulheres 476 (45%). Esses números já impressionam pela proximidade entre a venda de homens e mulheres. Em alguns anos, por exemplo, a venda de mulheres superou a de homens: em 1867, foram vendidas 75 mulheres africanas e crioulas, enquanto 63 homens, africanos e crioulos. Não é de surpreender que entre os escravos africanos vendidos no mercado interno em Vassouras, a maioria fosse de homens. Entretanto, entre os escravos crioulos, a diferença se torna muito pouca. Em Mariana também encontramos uma população feminina comercializada alta, por volta de 43% (FLAUSINO, 2006, p. 80). Podemos concluir para Vassouras depois de 1850, através dos dados acima citados, que os senhores começaram a se preocupar com a reprodução natural de seus plantéis, investindo na compra de mulheres escravizadas, assim como apontou Ricardo Salles (2008) para a própria cidade de Vassouras, Camila Carolina Flausino (2006) para a cidade de Mariana em Minas Gerais, assim como fez Hilary McD. Beckles (1989) para Barbados – esta última, entretanto, baseada no tráfico internacional e durante um grande período. Também cabe salientar se a mulher escrava tinha vantagens como o preço mais baixo e a possibilidade de “gerar novos escravos”, o investimento feito nas mulheres também se deve às suas

habilidades como trabalhadoras agrícolas (BERRY, 2007), uma vez que era para esse tipo de trabalho que grande parte foi negociada em Vassouras.

Assim, demograficamente, a mulher escravizada se tornou cada vez mais importante durante o século XIX. Entretanto, o que os números vão nos mostrar é o quanto elas foram importantes para os senhores, quando no Brasil da segunda metade do século XIX começa a se cogitar a política de reprodução natural dos escravos. Serão objetos de mais cuidado, como queria o padre Antonio Caetano da Fonseca. Sua menstruação e gravidez vão merecer mais atenção por parte dos senhores, evitando o sol forte, o fogo das fornalhas, a água fria e a lama, e o tratamento “com rigor”. (MARQUESE, 2004, p. 290) Luis Peixoto de Lacerda Werneck, filho de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e importante cafeicultor do Vale do Paraíba (especialmente de Vassouras), no seu livro *Ideias sobre colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*, em 1855, já abordava a questão do zelo com as mulheres escravas para o crescimento vegetativo dos escravos:

“julgamos que, embora tenha cessado o tráfico, embora não nos envie mais a África, a população de outrora, seria possível fazer crescer a existente. Bastaria para isso mais solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com os recém-nascidos e as crianças. Os lavradores deviam promover por todos os meios a propagação dos escravos, uma vez que, esses meios estejam de acordo com a moral e com a religião. (...) Todos nós sabemos quais as medidas que o senhor deve tomar para assegurar-se da procriação de seus escravos. Melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermidades, e outros alvites, que são em geral desprezados entre nós, bastarão para salvar muitas vidas, que hoje se sacrificam pelo desleixo e incúria”³³

Não apenas a mulher escravizada foi importante para os senhores, mas também para a comunidade de escravos em que estavam inseridas. Passemos agora à análise dos processos criminais, que também numericamente nos informa o peso das escravas: a metade dos assassinatos cometidos é contra mulheres escravas.

Com a palavra, Inácio Francisco Monsores em 1850:

“Ano de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1850, aos 07 dias do mês de abril do dito ano, nesta freguesia de Sacra Família do Tinguá (...) levo

³³ WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1855, pp. 4-5, *apud* Marquese, Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 228. Luís também é retratado como imigrantista e à favor da abolição da escravidão no trabalho de SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ao conhecimento de vossa senhoria ter havido um assassino feito a minha escrava de nome Joaquina de nação Mina, hoje sete do corrente as 9 para 10 horas do dia, indo esta buscar água foi achada na ponte com um golpe na garganta que separou-lhe tão aquela tendo eu achadamente suspeição que fosse feito este assassino por meu escravo Valentim, pois que, logo que tal aconteceu, este evadiu-se e achando a noite em casa com destino talvez de vim buscar alguma coisa para melhor poder escapar, foi presenciado por uma escrava minha que o denunciou, venho então preso nessa ocasião, a qual remito a vossa senhoria para proceder como for de justiça. Tendo sido testemunhas de verem a dita preta degolada.”³⁴

Joaquina era de nação Mina.³⁵ Os escravos de nação Mina estão muito marcados por sua presença no Nordeste brasileiro e, em especial, no Rio de Janeiro pelo menos durante o século XVIII e XIX (SOARES, 2007). Em Vassouras, pelo menos entre as mulheres, os maiores “grupos de procedência”³⁶ são Benguela, Congo e Mina³⁷ (ALMEIDA, 2001, p. 97). Segundo Alberto da Costa e Silva, a denominação “mina” no “Rio de Janeiro e outros regiões do sul do Brasil significava qualquer africano que não fosse banto ou qualquer um que tivesse embarcado entre a costa do Senegal e os Camarões” (SILVA, 2003, p. 182). No século XIX, também muitos foram os escravos minas que saíram da Bahia para o Sudeste,

“Ao chegar ao Rio, esses baianos já encontraram muitos minas, desembarcados pelos navios negreiros diretamente da costa africana. E outros, trazidos do Nordeste, para serem vendidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o auge do café. Esse comércio inter-regional começou por

³⁴ CDH-USS, Documento 104664514006

³⁵ Segundo Mariza Soares, o grupo de procedência conhecido como “mina” guardava dentro de si uma enormidade de diferentes grupos escravizados na África ocidental. “Assim sendo, no litoral, e principalmente no interior, um grande número de pequenos grupos, aldeias, e regiões de menor destaque permaneceram desconhecidos. Mas alguns deles, mesmo pouco destacados na geografia e na nomenclatura da Costa dos Escravos e de seu interior, adquirem visibilidade na escravidão”. SOARES, Mariza de Carvalho (org). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, p. 76.

³⁶ Utilizo aqui a definição de Mariza Soares para grupos de procedência. Segundo a autora, “Em virtude do pressuposto de que os grupos étnicos chegados às Américas em condição de cativo têm à sua frente uma infinidade de possibilidades de reorganização, e não aquelas previamente definidas em suas sociedades tribais, proponho a noção de ‘grupo de procedência’. Esta noção, embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada. (...) O que me leva a alterar o enfoque da análise dos deslocamentos de escravos da África para o Brasil é que as formas de organização dos pretos africanos têm tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com seu passado tribal. Os critérios de filiação a este ou aquele grupo são definidos aqui, e não na África”. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 116.

³⁷ Segundo os historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J. M. de Carvalho, “Alguns dados sugerem que muitos dos minas que desembarcavam no Rio eram vendidos para o interior fluminense ou reexportados para outras províncias”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 – c.1853) São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 73. O que explicaria uma proporção pequena dos minas na cidade do Rio de Janeiro e grande entre as mulheres escravizadas em Vassouras.

volta de 1830, aumentou depois de 1850 e atingiu suas cifras mais elevadas nos anos 1870. Em consequência dessa migração forçada, uma área de predomínio banto como a província do Rio de Janeiro presenciou, durante cinco décadas, o crescimento numérico dos chamados minas: não somente iorubás, mas também fons, hauçás, gás, guns, evés, baribas, fantes, bornus, nupes, grunces, mahis e mandingas” (SILVA, 2003, p. 182).

As mulheres minas eram particularmente conhecidas na província do Rio de Janeiro. Na capital, as “pretas minas” foram objetos de investigação em meados do século XIX de alguns viajantes como Charles Ribeyrolles e Charles Expilly. Em suas visões, mulheres e homens minas tinham comportamento diferente dos nascidos na África centro-ocidental, basicamente as regiões do Congo e de Angola, conhecidos como “bantos”, principalmente no que tange ao trabalho: seriam avessos ao trabalho doméstico. As pretas minas chegaram mesmo a monopolizar os ramos mais rentáveis do comércio miúdo, como o da venda de comida, e quando conseguiam sua alforria, compravam outras escravas para ensinarem a forma de viver e agir. Tornaram-se uma espécie de elite negra, escrava ou forra (FARIA, 2007a). A importância do comércio para as negras minas atesta Luiz Gama em carta sobre sua mãe ao amigo Lúcio de Mendonça, em 25 de setembro de 1880:

“Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. *Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa*, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito” grifo nossos (FERREIRA, 2011, p. 199.).

Valentim era de nação Moçambique. O tráfico de escravos na África Oriental, na qual Moçambique estava envolvido, só explodiu no século XIX e possuía três destinos, a rota para Arábia-Pérsia-Índia, para as Américas e o comércio local que terminava em Zanzibar. Embora responsável pela exportação de cerca de 1.620.000 escravos, menos da metade foi exportada para as Américas, 407.000 ou 25,1%. Na primeira década do século XIX, 80.000 escravos foram comercializados, sendo 25.000 para Arábia-Pérsia-Índia, 30.000 ficaram na costa da África, 25.000 para Mascarenhas e 10.000 apenas para as Américas. Com o passar do tempo “o comércio das Mascarenhas declinou, mas o comércio americano absorveu a maior parte do excedente, subindo para 60.000 na segunda década e mais ainda na terceira e quarta década (100.000 por década)” (LOVEJOY, 2002, p. 234). Assim como os escravos “minas”, os “moçambiques” foram

buscados à mesma época da implementação da cafeicultura na região fluminense. Chegaram após os ingleses intensificarem seus esforços para acabar com o tráfico de escravos na África Ocidental. Usando navios mais modernos e velozes, os traficantes conseguiam entregar mais escravos no Rio com menos tempo e menor perda de vida. Os grupos de procedência da África Oriental ficaram conhecidos no Rio de Janeiro como “Moçambique”, “quelimane” e “inhambane”, três das maiores regiões de escravidão desta área continental. A origem, entretanto, de muitos escravos podia estar muito além das áreas de controle de Portugal, no que hoje é Quênia, Tanzânia, Malauí, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Madagascar. (KARASCH, 2000)

Valentim tinha em 1850, 24 anos, há dois anos em casa de seu senhor, trabalhador de roça que “coabitava com a preta Joaquina a qual se achava grávida”. Tanto um como outro, escravos de Inácio Francisco Monsores, provavelmente um grande proprietário³⁸ de escravos e terra, mesmo “esquecido” entre os “proprietários da villa” no *Almanak Laemert* em 1850.³⁹

Como descrito no processo criminal, pelas 10 horas da manhã de um domingo, dia sete de abril de 1850, a escrava Joaquina foi buscar água no córrego, sendo morta por seu companheiro Valentim e deixada em uma ponte. Depois disso, Valentim teria fugido da fazenda, voltando à noite para buscar seus pertences e seguir a vida fugido. Entretanto, foi preso por companheiros indignados pela morte da escrava de nação mina. Depois de matá-la, Valentim confessara o crime a João Antônio Maciel, homem pardo de 42 anos. Quando voltou à noite à fazenda de Inácio Francisco Monsores, foi preso por Justino José Dias, “homem preto”, que ouvindo gritos na casa de Monsores para lá se dirigiu com uma escolta e encontrou Valentim no paiol, onde o prendeu. À busca de arma que confirmasse o crime, Valentim informou a Justino que tinha jogado a faca no mato.

Segundo o senhor dos escravos, Inácio Francisco Monsores – o qual não ignorava o estado de sua trabalhadora agrícola Joaquina – “achando-se o barril cheio de água, a bainha da faca e cachimbo do preto Valentim sobre um toco de pau, junto ao cadáver, dizendo Valentim a preta Jacinta que a carga estava pronta para os parceiros carregarem”. Aqui, indica a indisposição de Valentim com outros escravos da mesma

³⁸ O inventário da mulher de Inácio Francisco Monsores, Emereciana Maria da Conceição, aberto em 1891 colocava como seu marido beneficiário de 22 mil e 500 pés de café, além de mais de 100 alqueires de terra em Vassouras e Barra do Pirai. É provável que à época de Valentim, 1850, o casal estivesse começando sua vida, até mesmo porque Inácio tinha apenas 34 anos. CDH-USS, inventário 102663624001.

³⁹ <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

fazenda. O escravo ainda deixou objetos que o caracterizavam para seu senhor: a bainha da faca e o cachimbo.

É entorno de riachos e cachoeiras que foram construídas as principais fazendas em Vassouras, por fatores explicitados por Francisco Peixoto de Lacerda Verneck:

“A agricultura, tendo de manipular os produtos que a terra percebe, e praticar serviços que entendem com a industria manufatureira, não prescinde do auxílio das máquinas. Ora, de todos os motores conhecidos, é sem dúvida a água o mais econômico e maleável. Por isso o primeiro cuidado do fazendeiro, que de novo vai fundar um estabelecimento rural, deve ser procurar aguada e, encontrando-a, tirar o nível dessa, com a direção a mais vantajosa localidade”⁴⁰

Obviamente, a aguada não servia somente como máquinas. Sua importância na vida das pessoas que moravam nas fazendas era vital, e na maioria das vezes, eram as mulheres escravizadas que tinham o serviço de buscá-las, tanto para a casa do senhor, como, para o consumo próprio dos escravos. No que revela a história de Joaquina, é que esta estava buscando água no domingo, dia de “vestir roupa lavada, e a suja deve na segunda feira ir para a barrela, e enxaguar-se na terça”.⁴¹ O barril de água que Joaquina levava, portanto, também poderia ser utilizada para lavar as roupas suas e de seu marido.

As armas brancas, facas e canivetes, foram sem dúvida, as mais utilizadas por escravos em assassinatos. Isso indica que não era incomum que trabalhadores agrícolas escravizados tivessem acesso a esses tipos de instrumento, em muitos casos para uso nos domingos e dias santos, quando alguns escravos cuidassem de seu pequeno pedaço de terra. A faca não estava longe nem mesmo das crianças.⁴² Isso porque a maioria dos crimes tinha como ambiente a cozinha, onde poderiam ser encontradas armas brancas com mais facilidade.

O cachimbo, o fumo, aparece como uma das negociações entre escravos e senhores. Sabe-se que o comércio de tabaco servia para a compra de escravos, tanto na Costa da Mina como na região Congo-Angola, e depois em Moçambique. Na Luanda do século XIX, o cachimbo tinha uma grande importância ritual e identitária. Quando alguém falecia, “um prato, uma cabaça e um cachimbo do morto eram quebrados e

⁴⁰ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 65.

⁴¹ Verneck, p.63.

⁴² Refiro-me a um processo-crime de 1866, quando uma criança assassinou a outra com um revólver do senhor, e fugiu com uma faca em punho, que depois foi encontrada jogada. CDH-USS, documento 104664516015.

lançados ao mar com a cabeça do porco, para que ‘o zumbi (alma) entre no eterno descanso’”. (REIS, GOMES e CARVALHO, 2010, p. 125) Portanto, a prática do fumo era valorizada pelos africanos que tiveram contato com esse comércio.⁴³ O cachimbo de Valentim, não devia ser novidade entre os africanos que chegaram a Vassouras. Os senhores, sabedores disso, ao disponibilizar terras aos escravos para comercializarem seus produtos, acreditavam que este dinheiro deveria ser utilizado para “o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”.⁴⁴

É latente nos dizeres de Valentim, através do relato de Inácio Francisco Monsore, a sua raiva em relação a outra escrava: Jacinta. Muito tem se enfatizado nos estudos sobre as trabalhadoras escravas no geral, mais especificamente ainda para as que trabalhavam no serviço doméstico, os laços que tais mulheres criaram entre si. Impressiona como Louis-Julien Jacottet em 1861 (figura 2 e 3) conseguiu captar essas relações, colocadas logo em primeiro plano da pintura da Fazenda do Secretário.

⁴³ Ver VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 2002. *A Emerlinda*, que fazia tráfico de escravos entre o Rio de Janeiro e Angola, aprisionada pelas autoridades inglesas em 1841 “carregava rolos de fumo, caixas de charutos e de açúcar, barris de cachaça, sacos de arroz e farinha de mandioca, além de uma variedade de produtos manufaturados”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 – c.1853) São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 166.

⁴⁴ Werneck, p. 63.



Figura 4. Pintura de Louis-Julien Jacottet, *Fazenda du Secretaire* (1861). Biblioteca Nacional.

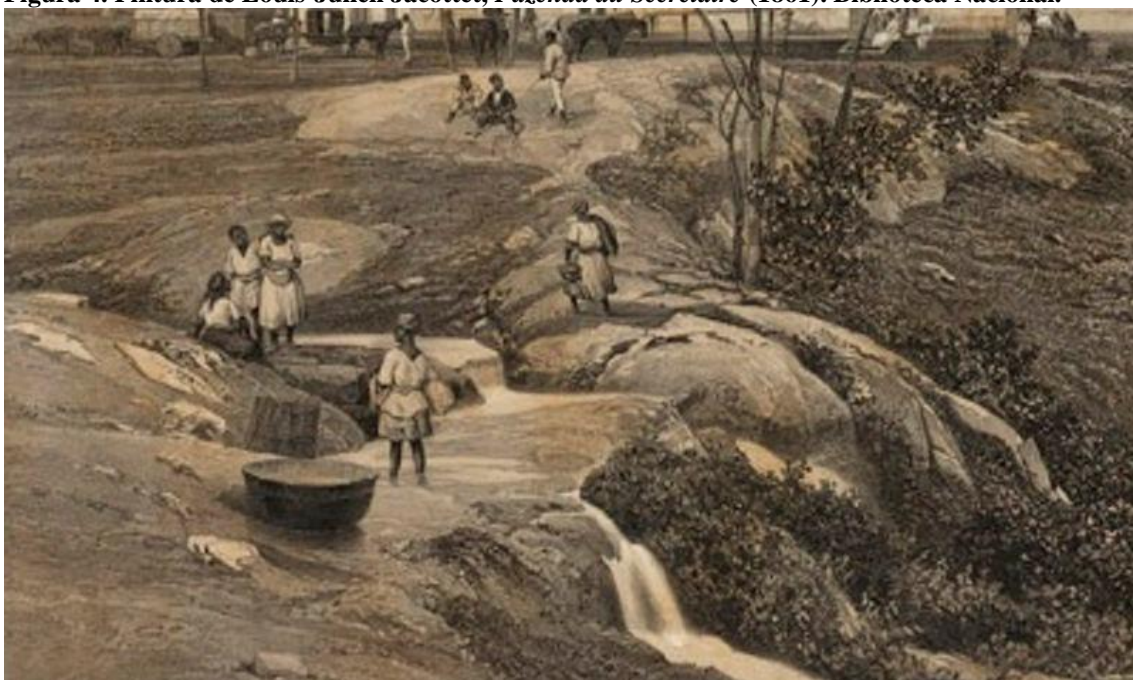


Figura 5. Detalhe da pintura de Jacottet: escravas reunidas fazendo serviço doméstico. Biblioteca Nacional.

No detalhe (figura 3) é possível ver as mulheres conversando e lavando roupa, enquanto outra sobe com um barril de água para a casa-grande. Lavar roupas era uma das várias tarefas que as mulheres escravizadas desempenhavam juntas, central tanto

para a casa-grande como para as senzalas. Em alguns casos, como nas tarefas domésticas (para si ou para os senhores) ou até mesmo no trabalho agrícola (para si ou para os senhores), as mulheres escravizadas passavam muito tempo juntas, o que permitia a criação de fortes laços entre elas. Os locais em si eram propícios a isso: geralmente distantes dos olhos senhoriais. Como também é possível ver na pintura de Jacottet, as meninas escravas passavam mais tempo, inclusive no serviço, com as mães do que os meninos – isso é bem claro quando percebemos que enquanto meninas trabalhavam ao lado de outras mulheres, passando e dividindo uma experiência comum feminina (FOX-GENOVESE, 1988, p. 178), os meninos estavam sentados acima do riacho. Esses laços consanguíneos ajudavam ainda mais a fortalecer as ligações entre as mulheres escravizadas. Em alguns casos, as relações entre as mulheres escravizadas eram mais consistentes do que as próprias relações entre maridos e mulheres. (WHITE, 1999, p. 133) Parece ser o caso de Joaquina e Jacinta. Isso é particularmente forte no caso de mulheres grávidas, como Joaquina, quando ficavam cada vez mais dependentes da ajuda de outras mulheres, durante e após a gestação. As parteiras eram mulheres, que com grande prestígio entre a comunidade de escravos, muitas vezes mais velhas e que tinham aprendido na prática com suas mães ou outras mulheres, acompanhavam a evolução da gestação até o parto propriamente dito. (WHITE, 1999, p. 111) Após o nascimento, muitas crianças eram deixadas aos cuidados de avós ou mesmo das escravas mais velhas, como foi o caso de Harriet Jacobs e Frederick Douglass.⁴⁵ Escrevendo sobre a gravidez das escravas, Francisco Peixoto de Lacerda Verneck recomendava que quando esta tiver o filho, deixar entregue “a uma outra que deve ser a ama-seca de todos, para os lavar, mudar a roupa, e dar-lhe a sua comida”.⁴⁶

É de se supor, que a ajuda emocional era também fornecida pelas escravas mais do que por escravos, o aconselhamento em decisões a serem tomadas em relação à família e o trabalho – o que fortalece essa hipótese é que a escrava Jacinta ser mãe

⁴⁵ “A esta boa avó fiquei a dever muitos carinhos. Meu irmão Willie e eu muitas vezes recebemos alguns dos biscoitos, bolos e conservas que fazia para vender; e, depois que deixamos de ser pequenos, ficamos-lhe devedores de muitos outros serviços de maior importância”. JACOBS, Harriet A. *Incidentes na vida de uma escrava*. Autobiografia. Lisboa: Edições Antígona, 1993 (1861), p.17. “My mother and I were separated when I was but na infant – before I knew her as my mother. It is a common custom, in the part of Maryland from which I ran away, to part children from their mothers at a very early age. Frequently, before the child has reached its twelfth month, its mother is taken from it, and hired out on some farm a considerable distance off, and the child is placed under the care of an old woman, too old for field labor”. DOUGLASS, Frederick. *Narrative of the life of Frederick Douglass*. New York: Dover Publications, 1995 (1845), p. 1-2.

⁴⁶ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 64.

solteira. Foi esse também o recado dado por Valentim: Inácio Francisco Monsores nos informa que quando capturado disse a Jacinta que “tencionava matá-la também, por ela dar conselhos a preta Joaquina”.⁴⁷ Sem sombra de dúvidas, a escravidão era diferente para homens e mulheres,

“The nature of plantation life required that marital relationship allow slave women a large degree of autonomy. Marriage did not bring the traditional benefits to female slaves. As we have seen, slave women could not depend on their husbands for protection against whippings or sexual exploitation. Slave couples had no property to share, and essential needs like food, clothing, and shelter were not provided by slave husbands. Thus slave men could not use the provision of subsistence goods as leverage in the exercise of authority over women. In almost all societies where men consistently dominate women, their control is based on male ownership and distribution of property and/or control of certain culturally valued subsistence goods. The absence of such mechanisms in slave society probably contributed to female slave independence from slave men” (WHITE, 1999, p. 153).

A autonomia diante de seu companheiro e os fortes laços emocionais entre as mulheres escravizadas certamente foram um dos motivos do assassinato de Joaquina. É fato que Valentim não aceitava essa “independência”. Semanas antes do acontecido teria ele ameaçado a amiga Jacinta, o que confirma o próprio curador do réu. Haveria dito a Jacinta que “lhe havia meter a faca, e que se não fosse a faca havia ser o porrete, e que no dia seguinte repetiu as mesmas palavras, acrescentando que andasse direita com ele”.⁴⁸ O que queria Valentim era diminuir a influência de outras mulheres em sua esposa. Se Bárbara Bush afirmou que as mulheres nas sociedades tradicionais da África Ocidental tinham certo grau de independência do homem (BUSH, 1990, p. 49), Sheila de Castro Faria, quando estudou os lares de mulheres forras oriundas da Costa da Mina, sugeriu que com muita frequência essas mulheres na cidade do Rio de Janeiro formavam domicílios compostos basicamente de mulheres. Para Faria, “esse arranjo familiar fazia parte da organização matrifocal, resultado da poligamia, em que cada esposa tinha sua própria residência e era ela a referência para seus filhos” (FARIA, 2007a, p. 117). Alguns grupos da África ocidental, as mulheres passavam herança de mãe para filhas. De certa forma, Joaquina parece que não queria mais a interferência de seu companheiro, talvez para criá-la ela mesma sua própria família.

⁴⁷ CDH-USS, Documento 104664514006.

⁴⁸ CDH-USS, Documento 104664514006.

A gravidez de uma escrava não pode ser vista somente sobre o prisma da reprodução da escravaria, manipulada pelo senhor. O Barão de Paty tratava sobre as escravas grávidas para melhor o seu aproveitamento enquanto estivesse em gestação:

Não mandeis a preta que estiver criando à roça por espaço de um ano, ocupai-a em serviço de casa, como lavar roupa, escolher café e outros objetos.⁴⁹

A comunidade escrava se congratulava com a chegada de mais uma vida, apesar de saber escravizada. Como um todo acompanhava cotidianamente o desenvolvimento da gravidez, e isso fortalecia cada vez mais os laços entre escravos e escravas – principalmente aqueles mais próximos. Diante disso, a atitude dos demais escravos de Inácio Francisco Monsores ganha inteligibilidade. Depois de matar a escrava Joaquina, Valentim foge da propriedade e volta à noite, talvez para pegar alguns pertences e fugir em definitivo. Entretanto, é descoberto por Jacinta, sua inimiga, quando esta ia colocar seu filho para dormir no paiol. Indo abrir a porta, achou-a aberta e dando com um vulto perguntou quem estava ali: respondeu-lhe o preto Valentim, “é este seu criado”. Jacinta gritou aos seus parceiros, que apareceram, fecharam a porta e cercaram a casa, prendendo em seguida Valentim. A mulher grávida representava a sexualidade da comunidade escrava em geral, e dela e de seu parceiro em particular. Por isso, ela simbolizava uma vida que carregava apesar da interferência senhorial (JONES, 1995, p. 20). Seja isso talvez, a importância da mulher escravizada grávida, que envolveu todos na busca de “prender” o assassino de Joaquina e seu filho.

Ao ser feito o interrogatório ao réu, este negou todas as acusações. Não se lembrou do que dissera ao escravo Agostinho, também de nação Moçambique: “que matou-a para não deixar sua mulher para os outros, e que assim é que se chamava filho de homem”.⁵⁰ Não duvidava de que o filho de Joaquina era seu, mas provavelmente desconfiava que não teria mais controle sobre ela, e culpava as ligações entre as cativas como o motivo para isso.

Há indícios, portanto, para acreditar que a separação era vista neste momento por mulheres e homens escravizados de forma diferente. Se por um lado, o divórcio ou a separação, na visão das mulheres se parecia muito com a que se encontrava nas

⁴⁹ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 64.

⁵⁰ CDH-USS, Documento 104664514006.

sociedades da África Ocidental, onde “ambos os sexos viam o divórcio como um simples e expediente significado de terminar uma relação insatisfatória” (BUSH, 1990, p. 100), sem causar estigma para a mulher e para os filhos, por outro lado, para os homens se colocava como uma questão de honra, coisa de filho de homem, bem próximo ao que os homens livres pensavam.

As escravas crioulas também lutaram contra a dependência de seus parceiros. Assim, podemos também entender o assassinato de Carlota por Bonifácio, escravos de Mathias Bernardino Alexandre. Segundo a testemunha Antonio José Pereira Coritiba, de 37 anos, solteiro, natural de Paty do Alferes (uma das freguesias de Vassouras), lavrador,

“estando em sua casa quinta ou quarta feira ali lhe foi procurado o Inspetor de quarteirão e convidando para ir a casa de Alexandre ver um preto que ali havia feito uma desordem que chegando viu o réu amarrado no terreiro, e na cozinha estava a preta deitada com umas poucas de facadas em uma delas saía as tripas. Perguntado se sabia se a preta esfaqueada ainda existia. Respondeu que sabe que faleceu a noite passada. Perguntado se sabe se o réu é preto sossegado ou se tem por costume fazer desordens. Respondeu que não sabia, disse mais que no campo da casa de Alexandre viu uma cinta amarrada em um pau de arará que naquela cinta se havia dependurado o réu para se enforcar, e que isso soube no mesmo dia em que foi ver a preta ferida, nada mais disse”.⁵¹

Mathias Bernardino Alexandre aparece na lista de fazendeiros da freguesia de Paty do Alferes, ao lado dos ilustres Barão de Capivary, Barão de Paty do Alferes, Barão de São Luiz. Mathias, apesar do apelido de Alexandre Polaco, com a menção no Alamank Laemmert⁵² parece ter tido certa respeitabilidade entre os senhores de escravos e terras, sem, entretanto, ter nenhum cargo público que lhe garantia *status* como os citados barões, o que faria dele “melhores famílias da terra”.

Bonifácio, de trinta e tantos anos, era “natural d’Angola”. A maioria dos escravos que vieram para a província do Rio de Janeiro era originária da região Centro-Oeste Africana. No século XIX, já bem avançado o tráfico, a área do Centro-Oeste Africano era comumente dividida em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. Porém o significado destes termos variava muito e o uso deles no tráfico de escravos não era consistente com a verdadeira identidade étnica (KARASCH, 2000, p. 50). Pode-se falar que o comércio de escravos da área central da África era bem antigo, pelo menos em grande número desde a década de 80 do século XVI (SWEET,

⁵¹ CDH-USS, Documento 104664516001.

⁵² <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00000968.html>

2007, p. 32). O termo “angola”, no século XIX, não compreendia todo o território do que é hoje o país Angola. No tráfico, o termo referia-se geralmente aos cativos vindos da região central controlada pelos portugueses da Angola moderna, em especial de Luanda, sua capital colonial, e seu interior, o vale do rio Cuanza (Kuanza), e a região entre esse rio e Caçanje. Em comparação com os minas, eram conhecidos como “excelentes” escravos pelos viajantes, por não se revoltarem (KARASCH, 2000, p. 55). De fato, Bonifácio chegou a declarar sua origem em “Loanda”. Não seria demais dar crédito ao escravo, que com pouco mais de trinta anos em 1862, fez parte do comércio ilegal entre Angola e Brasil, responsável por mais de 60% dos africanos que chegaram entre 1830 e 1860. Entretanto, Luanda, o grande porto do tráfico legal, perdeu cada vez mais expressão como porto de embarque de escravos durante o tráfico ilegal – ou seja, depois do decreto de 1836 pelo qual Portugal oficialmente aboliu o tráfico em suas colônias. Tornando-se um importante depósito e entreposto de escravos, até 1845, era de lá que saía boa parte dos escravos que eram embarcados pelos vários pontos da costa de Angola. Se Bonifácio não foi embarcado lá, poderia ter sido transferido para uma parte mais afastada de Angola. Como Portugal praticava um forte protecionismo em benefício dos comerciantes portugueses, só deixando como alternativa para brasileiros e crioulos angolanos contrabandear escravos pelo norte de Angola entre 1810 e 1830, quando a ilegalidade chegou em 1830, os traficantes já sabiam como burlá-la. Eles já conheciam as rotas do norte de Angola que fariam o tráfico ilegal (AMARAL, 1999).

Carlota era crioula, filha de Anacleto de nação e sobrinha de Ventura de nação, também escravos de Alexandre. Como o local do conflito entre Carlota e Bonifácio foi a cozinha, é presumível que Carlota seria uma escrava que prestava serviços domésticos. Escravas domésticas eram selecionadas entre as várias crianças e adolescentes que ficavam na casa grande⁵³, quando eram treinadas com serviços leves, auxiliar na cozinha e a passar roupas, limpar, lavar, carregar água, esvaziar os restos da cozinha, dejetos noturnos e entregar recados (GRAHAM, 2005 p. 42), até adquirir várias habilidades, que depois vai transformá-la em uma engomadeira, costureira, cozinheira ou lavadeira, por exemplo. Não era apenas por conveniência que fazia com que senhores absorvessem meninas escravas para o serviço na casa grande, eles acreditavam que esse treinamento era necessário, até porque não era fácil encontrar escravas domésticas para se comprar. A estes escravos e escravas – como veremos o serviço

⁵³ Como no processo analisado mais tarde, em que uma criança escrava se envolve no assassinato de outra dentro da casa-grande. CDH-USS, documento 104664516015

doméstico não teve uma divisão sexual como tão definida como se pensa – davam-se tarefas para manter o conforto e o bem estar diário dos senhores de escravos, o que não era uma competência da mulher do senhor: esta tinha como característica a supervisão dos serviços (JONES, 1995, p. 23). Por isso, característica mais peculiar daqueles que se dedicavam ao serviço doméstico era a ligação com a família senhorial: a isso gerava vantagens e desvantagens. Estar mais próximo dos senhores, principalmente da senhora, poderia ser importante para as escravas, porque tinham acesso a comidas, roupas e moradia melhores do que os escravos agrícolas – além da maior possibilidade de alforria. Privilégios estes que, por outro lado, custavam lealdade e informações importantes sobre o que se passava na comunidade escrava como um todo. O trabalho doméstico muitas vezes oferecia às escravas o máximo de oportunidade de trabalhar juntas com o mínimo de supervisão – exceto em pequenas propriedades, que senhores e escravas trabalhavam lado a lado. Frequentemente acompanhadas de filhas ou de



afilhadas, as mais velhas repassavam para as menores os mistérios de suas habilidades ou colocavam-nas a par das fofocas tão preciosas para senhores e senhoras de escravos (FOX-GENOVESE, 1988).

Vantagens como comida, vestimenta, moradia, trabalho sob um teto, mobilidade, e às vezes salários, criava entre escravas e escravos domésticos orgulho do seu posto. Não se pode dizer, entretanto, que sempre estivessem satisfeitos com o tratamento oferecido, pois eram muito mais vulneráveis à exploração sexual (BERRY, 2007).

Se a situação dos escravos domésticos entre os senhores era ambígua, não era diferente deles entre a comunidade escrava. Por sua proximidade com os senhores, viviam uma situação de desconfiança, ao mesmo tempo, em que poderiam ser um elo entre o eito e a casa dos senhores.

Carlota tinha habilidade para fazer comida. Como cozinheira, levantava-se antes do nascer do sol para acender o fogo debaixo dos caldeirões de ferro – cozinha provavelmente parecida com a da foto tirada por Stanley Stein em 1949 da cozinha da Fazenda Cananeia (figura 4); logo o cheiro do café, melaço e fubá cozido saíria pela porta do barracão. Após o terreiro se encher para a reza matinal e o feitor fazer a chamada, os escravos e capatazes se dirigiam até a cozinha mais próxima, em busca de café e broa de milho.

Figura 6. Interior de uma cozinha interna, com azulejos. Fazenda Cananéia. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 213)

O contato novamente entre o cozinheiro(a) e os demais escravos se dava às 10 horas, quando atendendo aos gritos de “almoço, almoço” ou mais sons de corneta vindos do rancho, os cativos desciam e passavam em fila pelo cozinheiro(a) e seus ajudantes, estendendo cuias de cabaças divididas em duas partes ou pratos de latas, em fazendas mais prósperas. Outra parada às 13:00h pra um café e angu, às vezes uma cachaça para os dias mais frios. Só 3 horas mais tarde encontravam-se escravos agrícolas e domésticos na ceia (STEIN, 1990, p. 197-201). Enquanto o ato de fazer comida pode não diferir na técnica utilizada, quando cozinheiras e cozinheiros preparavam-na para escravos e senhores, assumia-se um grande significado emocional (JONES, 1995, p. 31). Sem falar do preparo da comida em dias de “trabalho para si”, cozinheiros e cozinheiras assumiram um papel importante dentro da comunidade escrava, não só porque cozinham, mas também porque o fazia com muito orgulho. (JONES, 1995, p. 30)

Nesses momentos de intervalo para a refeição é que Bonifácio aproveitava para ver Carlota. Não lhe bastou. Fingiu-se doente⁵⁴ para encontrá-la, e foi este o último dia

⁵⁴ É preciso colocar, como fez Lucille Mathurin Mair para o caso dos escravos na Jamaica, que “a maioria dos cativos e cativas estavam tão sobrecarregados de trabalho, mal alimentados e geralmente fisicamente

de Carlota. Conseguiu enganar o feitor, que neste dia, como era de costume, ao verificar quais escravos faltavam, “tomando nota se por doença, se por omissão ou por fuga”⁵⁵, acreditou que dois dos escravos estavam adoentados, Marcos e Bonifácio. Contribuiu para que essa estratégia de fuga do trabalho desse certo, o contexto em que vivia o escravo Bonifácio: os senhores mais preocupados com a saúde de seus escravos, já que após 1850 o tráfico de escravos estava acabado. Os manuais agrícolas desde a década de 1830 já recomendavam maior cuidado com a propriedade escrava. Para tanto, os senhores deveriam ter muita atenção em caso de doenças, fornecendo uma alimentação mais saudável e pleno repouso, ou seja, afastamento do trabalho (VIANA, 2008, p. 117). Não apenas do *interesse* senhorial vinha a preocupação com a saúde da escravaria, essa pressão vinha também do próprio judiciário – e Bonifácio soube *ler* esse novo contexto para executar seu plano –, que passou a responsabilizar os senhores pela omissão de socorro aos escravos. Como, por exemplo, quando foi perguntado à testemunha do caso do assassinato de Carlota, Joaquim Rodrigues de Cairo, lavrador, se à vítima “faltou recursos necessários”, ao que respondeu que “sabe que lá esteve bom Médico, mas não sabe para que fim, nada mais disse”⁵⁶.

Na verdade, Bonifácio se fingiu doente durante dois dias. Seguiu para a senzala no primeiro dia. No outro dia, Marcos, se adoentou (ou fingiu-se doente), e foi ter com ele dentro da senzala. O fato é que Marcos, por volta do meio-dia, escutara gritos vindos da cozinha, e chegando ali viu Bonifácio e Carlota correndo em roda, em seguida saiu correndo para a roça, pois as “coisas não estavam para brinquedo”. Não deu tempo até Marcos avisar Anacleto e Ventura, pai e tio da vítima, pois o canivete já havia a ferido. Canivete este, comprado por Bonifácio para tirar bichos, o que demonstra que tinham acesso a uma economia informal.

Segundo o depoimento de Anacleto, pai da vítima, Carlota e Bonifácio formavam um casal até “o tempo da planta de feijão”. Isso provavelmente quer dizer, que há alguns meses eles haviam se separado, pois o feijão era plantado de janeiro a

abusados, que havia uma grande proporção que estava genuinamente adoentado ou cronicamente fraco. Esta situação obviamente poderia ser – e foi – explorada por eles” (MAIR, 2006, p. 240). Isto é especialmente verdadeiro quando vemos que em Vassouras “passou-se de uma proporção média de pés de café por escravo de 461 pés, entre 1821 e 1835, para 1.312 pés, entre 1865 e 1880, representando um crescimento de pouco mais de três vezes” (SALLES, 2008, p. 154). Portanto, para o período de 1850 até o fim da escravidão, os escravos trabalharam muito mais e por isso poderiam adoecer com mais facilidade.

⁵⁵ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 61.

⁵⁶ CDH-USS, Documento 104664516001.

fevereiro, e de setembro a outubro.⁵⁷ Como era começo de setembro, provavelmente, Anacleto quis dizer que os dois havia se separado em fevereiro. A importância deste produto era incontestável para aquela sociedade, tanto na mesa de senhores como de trabalhadores:

“É este o alimento mais sadio quanto necessário, e do qual um lavrador não deve deixar de ter a tua tulha bem sortida; isto é, serve ele para principal alimentação dos trabalhadores e para o prato quotidiano das nossas mesas, dando-lhe o nome vulgar de *pai da casa*”.⁵⁸

Aqui não se tem certeza, mas tudo leva a crer que Bonifácio queria uma reconciliação, e que diante de uma negativa colocou fim à vida de sua ex-mulher. Esta sendo uma escrava de prestígio por ser cozinheira, o que lhe dava respeito do lado senhorial e da comunidade escrava, por ter habilidades que a ligavam emocionalmente. Paul Escott afirma que mulheres domésticas dificilmente se casavam com escravos trabalhadores agrícolas, o que não foi visto no caso analisado (ESCOTT, 1979, p. 60). Por isso, é exagero falar de uma casta ou aristocracia escrava, o que não invalida a ideia de sentimento hierarquizado e de superioridade entre os escravos.

A cozinha também é o cenário do conflito entre Cândida, crioula de propriedade de Antonio José d’Abreu Cesar, e Augusto, de propriedade de Manoel de Oliveira Mello, no dia de 23 de julho de 1866. Desta vez, escravos de senhores diferentes. O senhor de Cândida aparece como negociante no Almanak Laemmert, enquanto Manoel de Oliveira Mello não aparece no mesmo. Negócios de carne, essa era a especialidade de Antônio José d’Abreu Cesar. No centro urbano de Vassouras vendia toucinho e galinhas, além de aparecer vendendo outro tipo de carne: escravos. No dia 14 de outubro de 1867, Antonio José de Abreu Cesar aparece como procurador do carioca Antonio da Costa Ferreira Montego, vendendo a escrava crioula de nome Igniz, de 30 anos de idade para Luis dos Santos Werneck. Dois anos mais tarde, no dia 21 de janeiro de 1869, Antonio José de Abreu Cesar aparece, agora numa transação entre proprietários de Vassouras, como procurador de João Vieira de Araújo Machado, que vendeu Celina, crioula de 13 anos, serviço de roça, a José Caetano Alves. Três anos após essa negociação, Abreu Cesar volta a ser procurador de Joaquim Pinto Braga, vendendo três escravos a João Barbosa dos Santos Werneck: Emigdio de nação e 50 anos, Fabrício e Aureliano crioulos de 22 e 26 anos, respectivamente – todos

⁵⁷ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 64

⁵⁸ Idem.

trabalhadores agrícolas. Por não terem sido muitas as negociações de escravos, parece-nos que Abreu Cesar entrava nesse negócio eventualmente, não se caracterizando como um mercador de escravos, muito provavelmente como o primeiro dono de Luiz Gama, quando este foi vendido, pelo próprio pai empobrecido, a “um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão”.⁵⁹ Diferente dos Estados Unidos, que, por causa da demanda de algodão, calcula-se que mais de 1 milhão de escravos foram revendidos no mercado interno para o sul, cujo principal mercado era New Orleans, no Brasil⁶⁰ o tráfico interno de escravos, mais especificamente, em Vassouras, era de pequenas quantidades entre escravos do mesmo município, e dificilmente chegou a dois terços de vendas feitas entre estados ou províncias, como nos Estados Unidos (JOHNSON, 1999).

O inspetor de quartirão revela o que viu do ocorrido entre Cândida e Augusto:

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que hoje pelas 4 horas da tarde, estando eu em frente ao Quartel de Destacamento, vi subindo pela rua das Flores, um preto armado de uma faca e várias pessoas atrás dele, as quais me gritaram, cerque esse preto que fez uma morte, e dirigindo-me eu para o lado do preto, este vinha dizendo, *matei, estou vingado, e ninguém que me cerque*, o qual prendi e reconheci ser o crioulo Augusto, e se acha recolhido a Cadeia desta cidade.⁶¹

O cenário são as ruas de Vassouras, não uma fazenda. Augusto, de 30 anos – cujo nome da mãe fez questão de lembrar, Ângela – passara depois do assassinato em frente à sapataria de Ignácio da Costa Rodrigues e à casa de José Rodrigues Pereira do Nascimento, com uma faca ensanguentada em punho e dizendo que acabara de matar um diabo. O senhor de Cândida, o negociante Antonio José de Abreu César esclarece o que acontecera antes:

“disse que sendo chamado por uma cunhada a fim de ver uma desordem que haviam em sua cozinha para lá se dirigiu e encontrou Candida ensanguentada; perguntando-lhe então que lhe tinha feito aquela respondeu que fora Augusto foi então ele testemunha a sala de jantar onde estava sua mulher de ali ouviu o barulho do portão que por sua mulher hoje falecida lhe foi dito que vira Augusto desses, e sair pelo portão com uma faca na mão e falando matei este

⁵⁹ “Carta a Lúcio de Mendonça, 25/07/1880” in: FERREIRA, Lygia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*. Poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 200.

⁶⁰ Como na loja de Antonio José d’Abreu, no Rio Grande do Sul, “nas mesmas lojas em que os escravos eram vendidos, os comerciantes negociavam todo tipo de secos e molhados, inclusive livros e instrumentos musicais os mais diversos”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 – c.1853) São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 47.

⁶¹ CDH-USS, documento 104664666015.

diabo estou vingado. Perguntado quanto tempo esteve Augusto em sua casa e qual foi o seu comportamento”.⁶²

Diferente da cozinha onde estava Carlota, no processo anterior, esta cozinha pertencia a uma casa na parte mais urbanizada de Vassouras. Na verdade, se tratava de duas cozinhas, a da casa de Antonio José de Abreu Cesar, onde ficava Augusto e a cozinha do negócio, onde ficava Cândida. Tudo começou quando Augusto foi até o “negócio” buscar toucinho para o jantar. A venda ou o “negócio” de Abreu Cesar era muito visitado por outros escravos, como ele mesmo confirma:

Perguntado se em sua cozinha costumavam entrar negros de fora, e se nesse dia havia lá algum. Respondeu que costumavam entrar os pajens de seus fregueses com o seu consentimento, mas que nesse dia não havia nenhum.⁶³

À circulação de escravos, tentou Cesar, atenuar afirmando que só os pajens com “seu consentimento” frequentavam a cozinha de sua venda. Como registrou Rugendas, na famosa pintura *Venta a Reziffé (1835)*, as vendas eram pontos de encontros ou locais de sociabilidade entre brancos e negros, escravos, libertos e livres.



Figura 7. Venta á Reziffé, Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Viagem Pitoresca através do Brasil (1835), gravura 76. Biblioteca Nacional.

⁶² CDH-USS, documento 104664666015.

⁶³ CDH-USS, documento 104664666015.

Como tem sido enfatizado pela historiografia da escravidão urbana, as relações senhor-escravo era totalmente diferente da escravidão rural. Luiz Carlos Soares enfatiza que a existência dos escravos ao ganho seria uma “brecha assalariada” (SOARES, 2007), parafraseando a “brecha camponesa” discutida pela historiografia da escravidão desde 1988. A crítica feita a esta interpretação é o quanto ela foi decisão senhorial ou o quanto ela foi uma pequena rachadura que se transformou em brecha pela ação dos escravos (AMARAL, 2006). A própria revolta dos Malês em Salvador tem sua explicação pelo ambiente urbano em que viviam os cativos, que ajudou a estreitar os laços de solidariedade e identidade entre os escravos.⁶⁴ Sem dúvida a afirmação de que muitos pajens frequentavam a sua venda (ou a cozinha de sua venda), juntamente com a pintura de Rugendas (figura 3), onde se encontram escravos, escravas, libertos e homens livres em uma venda na cidade de Recife, reforça a ideia de que o “negócio” de Antonio José de Abreu Cesar era um lugar utilizado pelos escravos como local de sociabilidade, não somente entre eles, mas também de libertos e livres.

Augusto, escravo de Manoel de Oliveira Mello, estava alugado ao senhor Antonio José de Abreu Cesar. Talvez, esse aluguel fosse parte do negócio de venda de escravos de Cesar, já que era mais comum a venda de escravos por consignação. O próprio escravo não sabia qual sua “profissão”, se era um trabalhador agrícola ou cozinheiro⁶⁵. Na verdade, por Abreu Cesar ter uma venda, provavelmente, ele treinava os escravos em profissões mais vantajosas, na busca de maior preço antes de oferecer aos grandes senhores de escravos, como os Werneck. O aluguel, assim, servia para o senhor que queria vender seu escravo e para valorizá-lo. Para essa interpretação contribui o “abandono” por parte de Oliveira Mello da defesa de seu escravo, como se ele já pertencesse a Abreu Cesar.

⁶⁴ Segundo João José Reis, “A escravidão urbana e o ambiente de trabalho africano em Salvador muito contribuíram para o aparecimento da rebelião de 1835. O sistema de ganho evidenciava para o escravo a exploração escravista, e trabalhar ao lado de libertos esclarecia ainda mais as coisas: enquanto estes embolsavam tudo que recebiam para transportar passageiros numa liteira, carregar caixas de açúcar e barris de aguardente, os parceiros escravos eram obrigados a entregar o grosso da fêria do dia ao senhor. Isso representava o elo fraco da escravidão urbana, um ponto de alta tensão nas relações senhor-escravo”. REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil*. História do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 383.

⁶⁵ “O ofício de cozinheiro era não raro destinado a cativos do sexo masculino nas cidades brasileiras. Quando esteve na Bahia em 1817, o viajante francês L. F. Tollenare tinha sua comida preparada por um escravo, conforme anotou em seu diário: ‘Vivo muito retirado com um só negro que me serve de cozinheiro’. O estrangeiro estava apenas se adaptando a um costume espalhado por todo o Brasil. No Rio de Janeiro, a quase totalidade dos homens escravizados anunciados nos jornais como domésticos, em meados do século XIX, era de cozinheiros”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 – c.1853) São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

Cândida aparece no processo criminal, definida pelas testemunhas e pelo réu – todos homens –, como “leviana”, não sabendo se era fiel a Augusto. Cândida, num centro urbano que começava a se desenvolver, tinha várias opções de namoro. Seu próprio senhor dizia que ela estava em contato frequente com pajens de seus fregueses em seu “negócio”. Como se tem enfatizado na historiografia sobre as mulheres escravas, muitas mulheres escravizadas preferiam escolher seus parceiros entre escravos de outros senhores, sendo assim mais uma forma de fugir da pressão dos parceiros que não conseguiam impor sua superioridade. O assassinato de Cândida também nos oferece a oportunidade de pensar que as fronteiras entre a escravidão urbana e a rural não eram tão rígidas assim, e que o contato entre escravos que viviam no campo e aqueles que viviam nas cidades poderiam ter sido intermediado entre escravos domésticos que trabalhavam para os senhores em suas casas na cidade.

Réu confesso do assassinato de Úrsula, Umbelino – ambos escravos do Barão de Vargem Alegre – não usou a embriaguez, a maior das desculpas nos casos de homicídios envolvendo escravos – assim como nos casos acima, todos tentam se defender afirmando que não lembravam porque estavam embriagados. Do ponto de vista masculino, a tão falada disputa pela “fêmea” (GUIMARÃES, 2006, p. 200) parece ser o motivo do crime de Umbelino. Do ponto de vista feminino, havia mais escolhas a fazer, e como não havia formalidades para se quebrar as uniões, Ursula decidiu buscar outro que lhe completasse melhor. Dizia um jongo que Stanley Stein gravou na década de 1940 em Vassouras:

Quem quiser saber meu nome
Não precisa imaginar
Trago verso na cabeça
Como letra de jorná

Quem quiser saber meu nome
Não precisa perguntar
Eu me chamo limão doce
Fruta de moça chupar

Tanto bem que eu te queria
Tanto bem tô te querendo
Tomara te ver morto
E os urubu te comendo

Tanto bem que eu te queria
Meu compadre eu vou falar
Tomara te ver morto

Nestes versos ou pontos se percebe a tensão existente entre os escravos por causa da conquista de uma mulher. A traição, que seria algo tão forte que seria melhor ver a companheira morta, pode-se ver nos versos “Tanto bem que te queria/Tanto bem to te querendo/Tomara te ver morto/ E os urubu te comendo”. Para intimidar os prováveis concorrentes, o verso “Tanto bem que te queria/Meu compadre eu vou falar/Tomara te ver morto/Pros urubus te carregar” resume bem. Umbelino preferiu só cantar os versos para a companheira; assassinou-a, sem arrependimento, no dia 26 de julho de 1879.

Em todos os processos criminais analisados, concubinato, “trato ilícitos”, “relações ilícitas”, mancebia eram as diversas formas de denominar as relações maritais entre escravos. Obviamente, essas relações não recebiam as bênçãos da Igreja (JACINTO, 2008, p. 120). Podemos dizer que, nas regiões rurais, é comum descobrir que entre um quarto e um terço dos escravos adultos se casava e, em alguns lugares, muito mais do que isso (GRAHAM, 2005 p. 54). Deve-se ter em mente, também, que para os africanos centro-ocidentais e seus descendentes, o casamento cristão era visto, muita das vezes, como a última etapa de todo um ritual, e mesmo este casamento “could be easily broken if the two people, formerly more or less strangers to each other, found that they could not live peacefully together” (THORNTON, 2009, p. 84). Umbelino e Úrsula mantinham “relações ilícitas” pelo menos há cinco anos. Os senhores de escravos, principalmente em Vassouras, contavam com a união entre escravo e escrava para manter um melhor controle sobre eles, dando-lhe um pedaço de terra:

“Estas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse pequeno direito de propriedade. Certamente o fazendeiro vê encher-se sua alma de certa satisfação quando vê vir o seu escravo da sua roça trazendo o cacho de banana, o cará, a cana, etc. O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano”.⁶⁷

Amor ao país queria dizer que estes escravos pensariam duas vezes antes de largar a família e fugir. Se os senhores deliberadamente estimulavam os escravos a se

⁶⁶ “As gravações de Stanley Stein – Transcrição”. In: LARA, Silvia Hunold e PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo*. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro/Campinas: Folha Seca/CECULT, 2007, p. 188.

⁶⁷ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 64.

casarem, por outro lado, a família era considerada o modo normal de ordenar a sociedade, inclusive entre os escravos, sejam africanos ou crioulos (GRAHAM, 2005). Não podemos negar, entretanto, que a mulher escrava era uma ponte para a diferenciação dentro da própria comunidade escrava. Os escravos buscavam uma aproximação da experiência de liberdade com a qual conviviam, e, portanto, como no mundo dos livres, “a família e a autonomia escrava foram os dois eixos básicos sobre os quais se constituiu esta comunidade diferenciada dentro da experiência mais evidente de desenraizamento do cativo. A mulher escrava ocupava, portanto, um papel crucial dentro deste contexto” (MATTOS, 1998, p. 137).

Umbelino rejeitou a ajuda do feitor ou administrador da fazenda para resolver seus problemas, “porque entendeu que as observações que por estes fossem feitas a falecida de nada serviam, porque ela naturalmente continuaria nos mesmos desmandos, entendeu que melhor seria para saciar o seu desejo intentar contra a existência da mesma, como o fez”⁶⁸. A descrença do escravo em relação aos mandos senhoriais é latente, e isso seria ainda mais preocupante num contexto em que as autoridades passaram a dar mais atenção aos crimes de escravos (AZEVEDO, 1987).

Os pormenores do crime quem nos dá é a escrava doméstica Graciana de 50 anos de idade:

“achando-se ela informante no quarto costurando junto com sua parceira Ana e deu vontade de fumar e dirigiu-se para um rancho acender seu cachimbo; ali encontrou-se com Umbelino o qual pediu-lhe fogo e acendeu seu cigarro. Lhe agradecendo a espontaneidade, e retirou-se depois de ter perguntado a informante ainda se achava a Ursula, e esta respondeu-lhe que Ursula estava dentro da sala engomando, dali se procurando-se o informante quando Umbelino voltou, mas só no sitio, onde se achava ouviu gritos que não pode distingui-los, e dirigindo-se de volta para dentro de casa via Umbelino, que em virtude do barulho que fazia a roupa da informante ao entrar para dentro de casa, Umbelino voltar-se para ela e apontar a faca com a qual achava-se armado nisto a informante retirou-se incontinentemente a das parte do senhor Braga e Herculano e dirigindo-se a informante e os empregados Braga e Herculano ao lugar do acontecimento já não encontraram Umbelino, mas sim, Ursula ofendida”.⁶⁹

Ursula engomando, Ana costurando. Se fosse uma propriedade pequena, provavelmente não haveria essa divisão certa de trabalho entre as escravas domésticas: elas seriam compradas para complementar o trabalho da senhora, fazendo diversos tipos de trabalhos ligados a casa. Em grandes propriedades, como era a do Barão de Vargem

⁶⁸ CDH-USS, documento 104664525004.

⁶⁹ CDH-USS, documento 104664525004.

Alegre, era autossuficientes na produção têxtil (FOX-GENOVESE, 1988, p. 180). As roupas eram produzidas mais para os escravos do que para as senhoras, que buscavam, nesse tempo, com a linha férrea Dom Pedro II, modistas no Rio de Janeiro, ou mesmo em Vassouras, onde já haviam se instalado alguns: como Dona Bernardina Meirelles e Dona Mariana Fabregas e suas irmãs; e alfaiates como: Antonio José Góes, Antonio José de Queiroz, Domingos José Fernandes, João Baptista Soares e João José Ribeiro.⁷⁰

Se Ursula engomava as roupas da casa, Ana poderia estar concertando alguma roupa de seus senhores, dificilmente fazendo alguma. As costureiras escravas eram solicitadas para produzirem roupas para os próprios escravos. Sob a supervisão dos senhores para não serem “muito generosas” com os cativos, elas trabalhavam no começo da década de 1850 com um tecido muito grosso de algodão, qualificado pelos escravos como “aniagem”. Posteriormente, o tecido manufaturado, produzido em Petrópolis ou em Magé, passou a ser comprado, juntamente com a flanela de algodão (baeta) e lã, com as quais eram feitas roupas para o frio. A autonomia na busca da vestimenta era somente atingida quando um escravo se casava, podendo assim sua mulher produzir as próprias roupas do casal (STEIN, 1990, p. 218).

Como no assassinato de Joaquina, o assassino voltou-se para a amiga de sua mulher também. Provavelmente, não tão explicitamente como Valentim, Umbelino se revoltou também com a sólida amizade entre as escravas.

Entretanto, não nos enganemos com a solidariedade instantânea entre as mulheres escravas. Havia espaço para conflitos. É o que se pode também depreender do assassinato da escrava Emília. Antes, a palavra, o senhor promotor público:

“O promotor público da comarca vem perante Vossa Senhoria denunciar o escravo Avelino, de propriedade de Joaquim Gonçalves de Moraes, pelo crime que passa a narrar. No dia 6 do corrente mês, pelas 5 horas da tarde, na Fazenda da Barra, de Joaquim Gonçalves de Moraes, dita na Freguesia de Mendes, depois de ter havido alguma altercação entre a escrava Emília e o denunciado, ambos do mesmo dono, este puxou por uma faca com que se achava na ocasião e praticou naquela 5 ferimentos, descritos no auto de corpo de delito, que produziram a morte imediata da vítima. Aos gritos de socorro dados por Emília compareceram ao lugar diversas pessoas, que ouviram do denunciado a confissão do crime e que o virão ainda armado com o instrumento fatal. Avelino depois de ter empregado alguma resistência e de ter ferido levemente no rosto seu parceiro de nome Pedro, foi preso e levado a autoridade mais próxima, que fez lavar o auto de prisão do mesmo Avelino”.⁷¹

⁷⁰ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1879/00001390.html>

⁷¹ CDH-USS, Documento 104664675013.

Mendes, hoje municipalizada, era uma das freguesias de Vassouras no século XIX. À época, em 1880, a freguesia de Santa-Cruz de Mendes possuía 1.647 pessoas livres e apenas 10 habitantes por quilômetro quadrado, pelo menos um quarto da população de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (cidade).⁷² Se era a freguesia de menor número de pessoas livres, não o era em relação aos escravos – havia mais escravos em Mendes do que na freguesia da Sacra Família do Tinguá. Como nas outras freguesias (à exceção da Sacra Família do Tinguá), a população de escravos em Mendes era maior do que a de livres: 46 escravos a mais, apenas. Se fôssemos considerar a população negra e mulata como de origem ou ascendência africana e escrava, teríamos 756 homens brancos para 2.552 homens negros/mulatos.⁷³ A ancestralidade africana era muito forte lá, como em outras freguesias vassourenses.

Avelino foi classificado no processo criminal como escravo pardo. A noção de “cor”, a partir da segunda metade do século XIX, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem. Buscava-se, sim, “definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas” (MATTOS, 1998, p. 98). É importante o momento em que a documentação designa Avelino como “pardo”. A partir da década de 1850, identificar-se como “branco”, como senhor de escravo ou potencial senhor, torna-se frágil devido ao aumento dos preços dos escravos. É um momento de mudança na autoimagem do homem livre: a população de negros e mestiços livres aumentava. Essa emergência de uma população livre de ascendência africana consolida a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implica. “Era, assim, condição de diferenciação em relação à população escrava e liberta, e também de discriminação em relação à população branca” (MATTOS, 2004, p. 18).

Voltando ao mundo dos escravos, a classificação de pardo para escravo poderia, se a considerarmos como um lugar social, a pressão exercida pelo próprio escravo Avelino de se colocar próximo ao mundo dos livres. A pressão exercida por escravos pode ser vista no processo criminal do início do capítulo. A escrava Eva, que era informante sobre o assassinato de um feitor, cinco anos antes do ocorrido na fazenda da Barra entre Avelino e Emília, pressionou para que a considerasse casada –

⁷² <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1880/00001342.html>

⁷³ “Recenseamento de 1872” apud STEIN, Stanley. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

provavelmente não era em relação à formalidade católica –, e imagino a força com que enfatizou sua posição, fazendo com que fosse escrito no processo que ela “diz ser casada”. Está claro que a documentação judicial censura, corta, recorda muitas das falas, opiniões de testemunhas e reescreve com uma linguagem e as significações do discurso jurídico. Entretanto, neste caso, o filtro não se mostrou eficiente por ação da própria escrava Eva, que certamente impôs seu ponto de vista às convenções jurídicas.⁷⁴ Assim, não seria impossível que Avelino tivesse se apresentado como escravo pardo, marcando uma diferenciação quanto aos demais escravos, sem deixar de ser uma tentativa por parte do escrivão, por outro lado, de se tornar pejorativo ainda mais o termo “pardo” para os homens livres.

Como Umbelino, o pardo Avelino era réu confesso. De vinte e cinco anos, natural de Paraibuna em São Paulo – região do Vale do Paraíba, próximo a Guaratinguetá, Taubaté e São José dos Campos –, era cozinheiro na fazenda da Barra. O assassinato também foi por ele próprio narrado, nos trazendo detalhes importantes:

“estando ele acusado na cozinha a concluir o jantar, na Fazenda da Barra, cerca de cinco horas da tarde, hoje, ali chegou a escrava Marcolina, preta, crioula, e disse, a rir, que ele acusado fosse ver uma coisa n’umas toceiras de bananeiras que há ali perto, não querendo dizer o que era, e continuando em risadas ; que ele acusado, chamando um moço por nome Antonio Maria, foi com este as tais bananeiras, e remexeu tudo mas nada encontrou. De volta, chegando ele acusado a cozinha, continuou no seu trabalho, e começou depois a tirar um bicho do pé com uma faca de ponta. Nesta ocasião chegou Emilia, muito zangada, e começou a insultar ele acusado dizendo que ele a andava espiando e não lhe dava que vestir nem nada que ela precisava. Ele acusado, que nunca teve nem procurou ter relações algumas com Emilia, pediu-lhe que se calasse e fosse embora dali. A discussão porém continuou a ponto de ele acusado dar uns cachações em Emilia que lançou mão de um pilão e procurava dar-lhe na cabeça, estando ele acusado então sentado no pilão da cozinha; e tal foi o risco em que se viu, que teve de lançar mão da faca para fazê-lo recuar, sendo certo que Emilia chegou a dar-lhe uma pancada.”

A estratégia do curador era, já que o senhor Joaquim Gonçalves de Moraes havia perdido uma escrava e não queria perder outro, através dos depoimentos tanto de pessoas livres e agregados da fazenda até de escravos e libertos, provar que foi a vítima quem provocou a briga e que o escravo era bom e matou-a em legítima defesa – o que todas as testemunhas atestam, sem, entretanto, conseguirem responder porque o escravo precisou esfaqueá-la com cinco perfurações. Em nenhuma declaração é possível ter

⁷⁴ Para uma maior discussão CORREA, Mariza. *Morte em Família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983; FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Brasiliense, 1984.

certeza que Avelino e Emília eram namorados ou tinham relações amorosas. Mas as declarações dela são fortes. Quando, provocado pelas risadas da escrava Marcolina para ver o que acontecia nas bananeiras, Avelino afirma que nada viu. Ao voltar ao trabalho na cozinha, depois chega Emília dizendo que ele não precisava vigiá-la, porque “não lhe dava que vestir nem nada que ela precisava”.⁷⁵ Palavras contundentes que ratificam a busca de autonomia em relação aos homens, nesse caso, parceiro amoroso ou não.

O que chama atenção, outrossim, é o comportamento da escrava Marcolina. Por razões das quais não viremos a saber, ela obviamente não se dava com a escrava Emília, a ponto de rindo, denunciá-la a Avelino. Apesar de somente aparecer neste caso, os conflitos entre mulheres escravizadas não devem ter sido poucos. O fato de não haver processos criminais entre mulheres não quer dizer que isso não poderia acontecer. O que se pode inferir é que ou esses conflitos nunca foram muito longe ao ponto de chegar ao assassinato e/ou eram abafados muito bem dentro e fora das casas grandes. A constante busca por um *status* social, prestígio e privilégios entre os senhores podem ter sido as causas de muitas inimizades entre as escravas domésticas – e também entre as escravas agrícolas, lembrando mais uma vez a morte do feitor José de Bastos, no início do capítulo, quando à Eva foi dito por outros escravos que ela contaria o plano aos brancos. Mas a busca de se evidenciar entre os escravos deve ser analisada também como uma das causas dos conflitos entre as mulheres escravas: no caso, Marcelina poderia querer se diferenciar de Emília aos olhos de Avelino, ridicularizando-a numa eventual disputa por um escravo pardo, além de cozinheiro. Ao rir num tom de deboche, a escrava ativa seu corpo como portador de sinais, como produtor de signos (BOURDIEU, 2008). Isso significava que acreditava ter um comportamento totalmente diferente da escrava Emília, mostrando sua superioridade a ponto de demonstrá-la com um simples movimento facial. A fofoca fazia parte deste mundo entre escravos (MAIR, 2006, p. 235) e servia também para a diferenciação entre eles. “A língua desse povo é como ferro de engomar”, já dizia um jongo recolhido em Vassouras, por Stanley Stein em 1949⁷⁶.

De tantos conflitos, e tentativas de se colocar fora do controle dos homens, as mulheres escravas, na velhice poderiam ter pensado a respeito do amor como Harriet Jacobs⁷⁷:

⁷⁵ CDH-USS, Documento 104664675013.

⁷⁶ Retirado da transcrição das gravações de Stanley J. Stein. In: LARA, Silvia Hunold e PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo*. São Paulo: Folha Seca, 2008.

⁷⁷ De fato, utilizo durante o capítulo fontes de escravos que não são de Vassouras. As autobiografias de Harriet Jacobs, Frederick Douglass, Mahommah G. Baquaqua, entre outras, foram produzidas nos

“Por que razão se entrega ao amor o escravo? Por que permitir que o coração se enleie em que poderá ser-lhe arrebatado, a qualquer momento, pela violência? Quando as separações se dão por força da morte, a alma piedosa pode refugiar-se na resignação e dizer, “Senhor, seja feita a tua vontade e não a minha!” Mas quando quem desfere o golpe é a mão brutal do homem, indiferente à desgraça que semeia, é difícil alguém submeter-se. Não era isso que eu pensava, em jovem. A mocidade é sempre assim. Amava e acalentava a esperança de que, por entre nuvens tenebrosas que se acastelavam à minha volta, rompesse um sol radioso. Esquecia-me de que, na terra onde nasci, as sombras são tão cerradas que a luz não penetra nelas” (JACOBS, 1993, p. 64).

Esta desilusão em relação ao amor, podemos estender às mulheres que passaram por aqui: Joaquina e sua amiga Jacinta, Carlota, Cândida, Úrsula e Emília. As mulheres escravizadas apareceram em metade das fontes pesquisadas, processos criminais entre escravos. Por si só, isso é evidente a violência em que estavam imersas dentro de suas relações maritais. Entretanto, acompanhando as fraquíssimas luzes jogadas na vida dessas mulheres, podemos concluir que foram essenciais à comunidade escrava. O que nos traz aos olhos é a incapacidade dos homens considerados seus maridos de impor sua superioridade dentro da família ou mesmo dentro da comunidade escrava, uma vez que não conseguiam prover as mulheres de bens materiais e simbólicos. O poder do senhor minou o poder dos homens escravizados (DAVIS, 1972). Entretanto, mesmo incapazes, estes homens fizeram uso de um arcabouço patriarcal para defender o que a eles era ser “filho de homem”, nas palavras de Valentim.

Vimos que em todos os casos acima as mulheres tentaram minar essa capacidade do parceiro de comandar sua vida. Mas não devemos cair no encanto de que todas as escravas assim procederam. Obviamente, outras aceitaram o patriarcalismo de seus maridos. Mostraram que sabiam utilizar muito bem os códigos de honra dos homens escravos de forma a se proteger dos que estavam de fora da comunidade escrava, como senhores, capatazes e feitores. O caso da luta entre Marçal, escravo de Luis de Oliveira e Silva, e Manoel, capataz deste mesmo senhor, é importante nesse sentido. Em 1883, o réu Marçal, trabalhador de roça de 25 anos, solteiro, contou à justiça o que se passara entre ele e o capataz Manoel:

Estados Unidos. Ao citá-los e trazendo suas experiências à realidade pesquisada, tentei ao máximo descobrir para os escravos de Vassouras (como Natalie Z. Davis fez para os camponeses na França) “o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido”. DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.

“ele mesmo respondente foi quem o feriu em um sábado do mês passado, sendo há já quatro semanas e seis dias; feriu a Manoel com uma enxada porque este implicava com ele no serviço por causa de uma rapariga, sendo que por isso já estava há muito intrigado com ele respondente. Quando foram tomar café, e depois que tomaram, começou Manoel a alterar com o respondente – dizendo que havia de desenganá-lo, ao que ele respondente replicava que não podia castigá-lo injustamente, visto que não tinha falta alguma no serviço; Manoel deu-lhe duas relhadas e com essa injustiça não podendo conter-se o respondente descarregou um golpe de enxada na cabeça de Manoel que caiu sem sentidos; fugiu imediatamente e veio entregar-se aqui a autoridade policial. Disse mais que Manoel aproveitou-se da sua função de capataz para castigar o respondente por desejar ter relações ilícitas com Angelica, com que o respondente anda amigado. Angelica nunca quis atender a Manoel e por isso este estava muito irritado tanto contra ela como contra o respondente”.⁷⁸

Angélica, a escrava em questão, de 40 anos e trabalhadora de roça, confirmou em depoimento como informante tudo o que seu “amasio” afirmou. Disse mais: “o capataz é muito atrevido e muito mau; implicava com o réu por ser amasiado com ela informante, e pretendia ter relações com ela”.⁷⁹ Todos os escravos chamados para serem informantes do processo reafirmam a mesma história contada pelo casal Marçal e Angélica. Com certeza os informantes escravos conseguiram reduzir a pena de Marçal, que condenado foi a 50 açoites. Angélica não poderia ter mais filhos, a união com Marçal, que poderia ser seu filho, significava uma proteção às tentativas de abusos sexuais que já há tempos deveria ser vítima. É certo que Marçal tinha suas limitações: era um escravo, e em última instância, não tinha possibilidade de proteger ninguém, nem a si mesmo das violências externas à comunidade. Denunciou a utilização do poder dado ao capataz Manoel por seu senhor para avançar em Angélica. O que vimos é que pelo menos dessa vez Marçal conseguiu evitar que sua mulher fosse violentada sexualmente.

Se por um lado, os homens usaram a defesa da honra através da união com mulheres escravas para conseguir prestígio, mesmo sabedores que os atributos do “homem honrado” das camadas livres pobres dificilmente seriam conquistados por eles – a preservação da vida material da família e a guarda da sexualidade das mulheres de sua parentela (SANTOS, 2012) –, por outro lado, as mulheres utilizaram essa mesma defesa da masculinidade de seus parceiros para, mesmo que fragilmente, se defenderem dos ataques de senhores, capatazes e feitores. Foi o que aconteceu com Angélica em 1883, mas também pode ser visto em outras duas escravas norte-americanas: Harriet Jacobs (1993) e Celia (McLAURIN, 1999). A primeira casou-se com um homem livre

⁷⁸ CDH-USS, Documento 104664526003.

⁷⁹ CDH-USS, Documento 104664526003.

pobre, casamento que lhe trouxe certa proteção contra as investidas de seu senhor. O caso de Celia aconteceu nos anos finais da escravidão nos EUA, por volta de 1855, quando pressionada por seu parceiro assassinou seu senhor, queimando-o para que não deixasse provas de seu crime. Apesar de não ter sido o caso de Angélica, talvez nem de Jacobs e Celia, Gilberto Freyre atribui também à crença popular muito do abuso sexual de escravas. Segundo ele, “por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem” (FREYRE, 2003, p. 400). Kelia Grinberg (1994), analisando os processos de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro, demonstrou como algumas mulheres escravizadas utilizavam o argumento de que foram violentadas, sexualmente como Liberata, para conseguir a alforria na justiça.

Como os homens, mulheres e crianças sofreram igualmente a dominação de senhores, o que nos faz rechaçar a ideia de uma comunidade de mulheres escravizadas dentro da comunidade escrava, como quis White (1985). A escravidão foi diferente para homens e para mulheres, e mais especificamente para esta última, ou através da amizade e cooperação de outras mulheres escravas, ou através da união com escravos que pudessem lhe trazer alguma segurança em relação à violência senhorial, lutaram para não serem vítimas do paternalismo, tanto de seus maridos escravos, tanto de senhores.

3.2. *Histórias de moleques crioulos*

A forte imagem machadiana de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quando se lembrava de como fazia seu escravo de brinquedo, montando-o como se fosse um cavalinho, pode nos levar a voltar a pensar os escravos como meros objetos.⁸⁰ Assim como Machado de Assis, Gilberto Freyre (2003) pensou-as como brinquedos que estimulavam o sadismo dos futuros senhores de escravos. Entretanto, precisamos verificar em quais ambientes esses pequenos escravos cresciam, se em rigorosa supervisão ou com alguma autonomia, que lhes permitiam brincar como crianças.

Antes de qualquer coisa é preciso afirmar que os conceitos de “criança” e “juventude” são históricos, e a maneira como a sociedade lidava com estes diferencia

⁸⁰ “Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!”. ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994 (1880).

dos dias atuais. Por exemplo, a ideia de educar crianças das camadas mais pobres no século XIX significava prevenir a criminalidade e as “desordens sociais”, e escolas foram abertas, principalmente agrícolas, para solucionar o tão propagado “problema da mão-de-obra livre”. Começava-se então uma redefinição entre 1850 e 1889 da categoria infância. Diferenciações entre as crianças e os chamados “menores delinquentes, abandonados e viciosos”, lembrando as expressões do célebre Evaristo de Moraes, tornavam-se cada vez mais tênues, ao mesmo tempo, mais evidentes (SCHUELER, 1999). Ao mesmo tempo, o conceito de maternidade também se transformava. Veremos como as crianças escravas muitas vezes cresciam longe de seus pais, e até mesmo num ambiente de autonomia, o que não diferia muito das camadas mais pobres, uma vez que o ideal da família europeia burguesa não poderia ser aplicado a este tempo (BUSH, 1990, p. 87).

No mundo rural, entre os escravos, a infância e a juventude tinham seus próprios significados. As crianças e adolescentes em condição escrava deviam ser entregues a amas-secas para que as suas mães pudessem continuar a trabalhar. Nas palavras de um barão⁸¹, um costume africano: as crianças ficavam com os mais velhos que passavam ensinamentos sobre sua comunidade. As crianças pertenciam à comunidade mais do que aos seus pais biológicos (BUSH, 1990, p.103). Entretanto, à medida que ficavam mais velhos, passam a cumprir ordem de seu senhor: este é o conflito, a qual chamado responder primeiro, dos pais ou do senhor?

Existem somente dois processos criminais em que há envolvimento de crianças escravas, seja como réus ou vítimas, em Vassouras entre 1850 e 1888. Entretanto, há neles ricas informações que podem ajudar a iluminar, nem seja um pouco, a vida dos pequenos. No primeiro caso, o assassinato de Antonio, tento mostrar que o exercício da coação física e psicológica dos escravos, tão sublinhada como monopólio do senhor, foi um campo de disputa entre este e a comunidade escrava. Ademais, analiso as trajetórias dos dois principais atores nesse processo: Pedro, um escravo da Bahia, vendido no mercado interno, que quebrou barreiras para re-significar sua vida em um novo ambiente; Antônio, um aprendiz de uma especialidade – o mexer com máquinas. Dentro da hierarquia da comunidade escrava rural, os mais velhos exerciam um poder sobre os mais jovens, mesmo estes não pertencendo à sua família nuclear, sendo mesmo

⁸¹ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 64.

naturalizada neste processo a possibilidade de um escravo mais velho castigar um mais novo. Sem dúvida, esta forma de conceber a comunidade, tem como traços característicos – mesmo em 1880 – a importância da ancestralidade para os cativos, uma redefinição dos traços vindos da África Central. No segundo caso, o assassinato da jovem Laura, discuto a sociabilidade entre os mais jovens escravos, sua infância e juventude dentro do mundo escravo. Ademais, analiso as posições dos vários atores desse processo: o subdelegado e o curador do escravo José, como eles podem nos mostrar o entendimento do funcionamento das relações entre escravos.

Começamos com o acontecido e o julgado entre Pedro e Antônio, em 1883. O promotor público de Vassouras afirmou em 14 de junho de 1883, que há dois dias o escravo Pedro havia se apresentado ao delegado de polícia declarando ser o autor da morte do pequeno escravo Antônio, de 14 anos apenas. Seguindo a explicação do promotor, Pedro declarou que

em 12 de junho passado pela 1 hora da tarde, conduzindo um carro de lenha para a fazenda Paineiras, de propriedade de seu senhor, os bois da guia tendo desviado para o lado de baixo do caminho, ele Pedro o deu com a vara de furão nos ditos bois, esta bateu na nuca do (...) Antonio, de 14 anos de idade, escravo do mesmo Jose Antonio Roxo, que imediatamente caiu sem vida. Declarou mais que não tinha aparecido na fazenda com medo de castigo.

Há uma contrariedade, entretanto, no corpo de delito e no que as testemunhas relataram. Essa dizia respeito ao modo como o crime acontecera. Algumas afirmavam que a causa da morte era a pancada que Antonio levava de Pedro⁸², outros ainda afirmavam de o escravo havia sido esmagado pela roda do carro de boi.⁸³

⁸² Gustavo Neimam, com 32 anos de idade, brasileiro, morador na freguesia de Mendes, pedreiro, casado. E sendo inquirido sobre o contido da denuncia do doutor promotor. Respondeu que no dia doze de junho, as 4 horas da tarde mais ou menos foi (...) para ver um desastre que se tinha dado da morte de um escravo da fazenda que se dizia esmagado por um carro ouvido até aqui (...) sobre o nome, pois dizia-se que era o réu que tinha sido vítima. Segundo o testemunha o lugar encontrou (...) morto nas encostas (...) uma contusão sobre a parte superior do nariz e um pequeno ferimento perto do olho esquerdo (...) tendo mais outros sinais de ofensas. Mais tarde soube que o réu fugira e disse entregar-se a prisão. Dada a palavra ao réu e ao seu curador para requerer e contestar a testemunha – disse doutor curador foi requerido as seguintes perguntas. Qual o procedimento do réu na fazenda e se era inimigo de Antonio? Respondeu que o procedimento era bom e acredita que não havia inimizade alguma pois nunca ouvia falar disso.

⁸³ Luiz Antonio Chaves, formado em medicina com 66 anos, solteiro, natural de Mato Grosso, residente em Mendes deste município. Sendo inquirido sobre a denúncia do doutor promotor. Respondeu que na ocasião em que se deu o fato de que se trata achava-se ausente; voltando soube dele pelos seus pretos (...) que comunicou-lhe conforme participação feita pelo proprietário a subdelegacia de policia (...) dos pretos que servia de guia aos bois foi vítima desse desastre (...) esmagado pela roda do carro, acrescentando o dito inspetor que assistira ao corpo de delito (...), do qual resultou que o dito preto fora ofendido por uma pancada. Perguntado se não consta que essa morte fora antes causada por uma pancada do réu a este (...) do que pelo mencionado desastre? Respondeu que não fez indagação alguma a esse respeito.

O júri formado para o julgamento não considerou a posição daqueles que enfatizaram o esmagamento da vítima, talvez porque isso poderia levar à interpretação de que o assassinato teria sido planejado pelo réu – o que o deixaria muito mais tempo na cadeia. Pelo contrário, o júri respondeu pela seguinte maneira:

“ao primeiro quesito, sim, (...) o réu Pedro no dia doze de junho do corrente ano na fazenda das Paineiras deu com uma vara de tocar bois na nuca do menor Antonio. (...) Essa pancada foi a causa da morte do paciente. (...) Este crime foi cometido por imprudência do réu. (...) O réu cometeu o crime casualmente no exercício ou pratica de ato lícito, feito com atenção ordinário”.⁸⁴

O que nos chama atenção nesse processo é a visão que tanto o promotor quanto o júri fez da ação de Pedro ao castigar Antonio. Em primeiro lugar, o promotor havia dito

“É mais natural que Pedro, zangando-se com Antonio por ter este se distraído da sua ocupação (...), o quis esse castigar com único instrumento que tinha a mão, não esperando pelo resultado funesto, o qual atualmente lhe faz demonstrar em seu favor as circunstancias desta morte”.⁸⁵

Tanto para o júri quanto para o promotor era “natural” que Pedro ao se zangar com Antonio, castigasse-o. Para o júri, “o réu cometeu o crime causalmente no exercício ou prática de ato lícito, feito com atenção ordinário”. O que mais importa aqui não é julgar o que já foi julgado, mas demonstrar que para a sociedade vassourense, naquele momento, o castigo de um escravo mais velho a um aprendiz foi naturalizado.

O escravo Pedro se declarou “da Província da Bahia” e “perguntado a Pedro qual tempo de residência no lugar designado? Respondeu que há muito tempo”. Essas respostas ao interrogatório do escravo-réu nos possibilita pensar sobre o tráfico interno de escravos para Vassouras, nos fins do século XIX. Os escravos da Bahia que vieram através do comércio interprovincial não eram originários de uma região apenas. Pelas cidades listadas nos livros de compra e venda de escravos para Vassouras é possível verificar cidades tão distantes como Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro. Poucas quantidades são possíveis verificar. Da Bahia vieram em 1874, um de Feira de Santana; 1875, dois de Feira de Santana, um de Caeté, um de Camizão, um de Capim Grosso, cinco de Cachoeira, seis de Ilhéus, um de Inhambaquei, três de Juazeiro, dois de Lençóis, um de Macaúbas, um de Maragogipe, um de Pedrão, sete de Salvador, um de Santa Izabel, um de Santa Sé, um de Santo Antônio da Barra, um de São Francisco, um de São

⁸⁴ CDH-USS, documento 102663942003.

⁸⁵ CDH-USS, documento 102663942003.

Gonçalo e um de São Raymundo; 1876, um de Abrantes, um de Feira de Santana, um de Macaúbas e um de Santo Amaro; 1877, dois de Santo Amaro e um de Taperoá; 1878, dois de Alagoinhas e um de Santo Amaro; 1879, um de Nazaré, um de Salvador e um de Santo Amaro. No total, 52 escravos vindos especificamente de diferentes cidades da Bahia.⁸⁶ Foram de cidades, e de pequenos e médios plantéis que vieram esses escravos (SLENES, 2005).

A sociedade baiana passou por várias situações turbulentas no século XIX que contribuíram para criar um estigma para os escravos que de lá vinham. Das constantes sublevações escravas e uma série de levantes federalistas culminando, respectivamente, na revolta dos africanos malês, em 1835, e na Sabinada, em 1837-38. Às instabilidades sociais somaram-se as de ordem econômica. Se nas décadas de 1830-1860, a nova fase do regime de plantação de açúcar fez com que a produção baiana perdesse terreno para Cuba, a sua economia viu um novo incremento com a desorganização da produção algodoeira e de fumo dos Estados Unidos, que, no entanto, não durou mais de poucos anos. Na década de 1870, com o fim dos conflitos e o restabelecimento da economia concorrente norte-americana, não demorou muito para que a escassez de braços para a lavoura, gerada pela concorrência da mão-de-obra escrava com os produtores de café da região Centro-Sul, somado ao impacto causado pelo envio de homens da zona rural para os combates na Guerra do Paraguai (entre 1865-1870), desse continuidade ao processo de decadência econômica da província. Terminada a Guerra do Paraguai, a Bahia não conseguiu se recuperar, e a situação foi agravada por um novo período de seca que tomou conta das províncias do Nordeste entre 1877-1879. A capital da província acabou por perder a posição de segundo maior centro comercial do país — depois da cidade do Rio de Janeiro — e, ao se aproximar do final do século, Salvador e o Recôncavo já haviam perdido muito da sua tradicional importância econômica e política no cenário nacional (REIS, 2007, p. 53-55).

A venda de escravos do Nordeste, muitas vezes foi uma forma de livrar-se de um escravo “desobediente”, e ao mesmo tempo uma intimidação aos demais escravos. A venda para o sudeste representava o fim de relações familiares e de certa mobilidade estabelecida nas cidades.⁸⁷ Entretanto, não devemos subestimar a capacidade desses

⁸⁶ Livro de Registro de Compra e Venda de escravos, CDH-USS, 109665811001

⁸⁷ O caso da tentativa de assassinato de Dona Maria Zozima por seu escravo Alexandre em 1875, analisado por Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2007, p. 72), é exemplar. Segundo a autora, “Alexandre, que já não tinha mãe, e havia sido apartado de seus irmãos vendidos no tráfico interno, com certeza se sentia traído por sua senhora não cumprir o que lhe havia prometido. Considerava-se até mesmo

mesmos escravos, uma vez transportados para as lavouras do Sudeste, de recriar laços de solidariedade com a comunidade escrava, e que traziam consigo traços culturais distintos dos escravos que vivam por aqui.⁸⁸ É o que mostra a trajetória do baiano Pedro, que conseguiu a confiança de seu senhor (o que não deveria ser fácil para quem vinha de sua região neste tempo) e se tornou um escravo de ofício de “machinista”, reservado para os escravos de maior confiança.

O medo de Pedro, como declarado por ele mesmo no seu julgamento, não era somente do castigo. A desaprovação do seu senhor, a sua decepção também contavam. Ao se entregar, dois dias depois de fugir, o delegado de polícia lhe perguntou por que razão não se apresentara ao seu senhor,

“Respondeu que sabia que seria castigado porque tal nunca lhe aconteceu; se o moleque tivesse sido machucado pelo carro, teria ido dar parte a seu senhor porque então ele respondente não tinha culpa”.⁸⁹

Pedro enfatiza que nunca havia lhe acontecido isso. Nunca foi culpado por nenhum distúrbio na vida rural que levavam os escravos do senhor José Antonio Roxo. O que nos leva a supor que seu comportamento era irrepreensível até o acontecido⁹⁰. E isso explica porque ele, um escravo vindo da Bahia, com tudo para ser considerado “perigoso”, tinha se tornado um escravo especializado, um “machinista”. Não à toa, Pedro em seu depoimento tenta deixar claro “que seria castigado por que tal nunca lhe aconteceu”. Isso deixa explícito a tentativa e o esforço por parte deste escravo de desconstruir a ideia dos rebeldes e desobedientes vindos do Norte. Reafirma também seu projeto de construir um caminho dentro da escravidão, e por isso sua fuga só acontecera porque sabia que seria castigado. Mais do que o castigo, seu prestígio seria abalado.

O medo na perspectiva do escravo Pedro têm várias faces. O castigo físico, que nunca havia sofrido, era uma imagem muito forte a repetir nas mentes de escravos. Geralmente, a primeira experiência ou visão do castigo é aterrorizador. Outra face

injustiçado, posto que, se tinha a desculpa de que não conseguir arranjar trabalho, não deveria ser culpado por não apresentar a diária exigida por D. Maria Zozima”.

⁸⁸ Edson Carneiro defende que o tráfico interno de escravos homogeneizou a cultura negra, um argumento também utilizado para os Estados Unidos. CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁸⁹ CDH-USS, documento 102663942003.

⁹⁰ Depois de ouvida a testemunha Gustavo Neimam, “dada a palavra ao réu e ao seu curador para requerer e contestar a testemunha – disse doutor curador foi requerido as seguintes perguntas. Qual o procedimento do réu na fazenda e se era inimigo de Antonio? Respondeu que o procedimento era bom e acredita que não havia inimizado alguma pois nunca ouvia falar disso”.

possível do medo corrente de ser igualado aos escravos rebeldes que vinham do Norte, e isso colocaria em xeque a sua estratégia de trilhar caminhos dentro da própria escravidão, na busca de maior autonomia. Em decorrência deste, haveria outro medo: o de ser humilhado, como um escravo do eito, a chicotadas. Seria se rebaixar na escala hierárquica presente na comunidade escrava. O ponto de jongo cantado em 1949 para Stanley Stein demonstra o quanto poderia ser difícil aos escravos do nordeste vindos através do comércio interno até mesmo se socializarem – o que torna o feito de Pedro ainda mais excepcional:

Eu vou-me embora
Que aqui não posso ficar
Mas amanhã eu vou-me embora
Que aqui não posso ficar

Que aqui não posso ficar
Vou-me embora pra Bahia
Eu vou mudar de lugar⁹¹

Provavelmente Pedro era responsável por umas das máquinas de beneficiamento de café da fazenda das Paineiras, encontradas em alguns inventários em Vassouras durante este período, como o da Baronesa de Campo Bello em 1873.⁹² Stanley Stein descreve uma máquina de moagem, idêntica à encontrada no inventário da baronesa:

“na década de 1850, a maquinaria de moagem mais moderna, na qual a casca externa e o pergaminho interno de grãos de café seco eram removidos, era o compacto engenho de pilões. Seu tamanho e *custo de manufatura em termos de mão-de-obra especializada ainda dificultavam seu uso*, a não ser por grandes fazendeiros”. (grifos nossos) (STEIN, 1990, p. 63)

Somente mão-de-obra especializada poderia ser usada nessas máquinas, o que leva a considerarmos Pedro um escravo de alta importância para o seu proprietário. O que é contraditório em relação a sua origem da temida terra dos Malês.

O moleque Antonio tinha apenas 14 anos. O paradoxo de ter uma infância escrava aparece em história contada por Harriet Jacobs, no livro *Incidents of a slave girl* de 1863. Um dia, seu irmão foi chamado ao mesmo tempo por seu pai e por sua senhora. A quem atender primeiro? A confusão tomou conta de sua cabeça. Devia obediência tanto ao pai-escravo quanto à senhora. Optou por ser propriedade (talvez o

⁹¹ Retirado da transcrição das gravações de Stanley J. Stein. In: LARA, Sílvia Hunold e PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo*. São Paulo: Folha Seca, 2008.

⁹² CDH, inventário n. 793, caixa 136.

medo de um castigo maior) e foi acudir a sua senhora. Seu pai, um escravo carpinteiro, que possuía muito prestígio e autonomia entre os senhores e a comunidade de escravos, ficou furioso, mas nada pôde fazer (JACOBS, 1993, p. 6). A criança escrava muitas vezes teve que se dividir entre as ordens dos senhores e a de seus pais, ou ainda de escravos mais velhos, com os quais possuíam mais contato.

Existem poucos registros de crianças e jovens escravos no Brasil. Diários de senhores de escravos, escritos de escravos praticamente não existem. Os viajantes podem ser uma alternativa ao escasso número de fontes. Debret analisa as crianças escravas dentro da casa dos senhores:

No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o “tete-à-tete” de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos que substituem os doguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habituam assim a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho. (Debret, 1978, p. 195, v.1)

Afora os preconceitos da época, a informação trazida por Jean Baptiste Debret é que os escravos quando crianças ficavam na casa dos senhores até completar a idade de 6 anos, quando “são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habituam assim a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho”. Isso evidencia que após certa idade, os escravos eram colocados a trabalhar sob a supervisão de outros escravos, que com eles compartilham os dissabores e do cansaço do trabalho, que os domavam a chicotadas. Como afirmou o Barão de Paty do Alferes,

“Tende o cuidado logo, em princípio, de pôr alguns moleques a aprender ofícios, como sejam carpinteiros, ferreiros e pedreiros: em pouco tempo estão oficiais e tendes de casa operários, tendo-vos aproveitado do lucro da aprendizagem”⁹³

⁹³ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847, p. 66.

Se por um lado, os senhores de escravos sabiam que poderiam tirar vantagem do aprendizado de um ofício a uma criança, o “lucro da aprendizagem” não ficava apenas com ele. Como Debret nos deixou, o aprendizado era ministrado por outro escravo, o que reforçava os laços da comunidade e o respeito pelos mais velhos escravos. Crianças acompanhadas de membros da comunidade escrava podem ser vistas na Coleção



Figura 8. Laurens, Jules-Joseph-Augustin - Pilage du café. Coleção Thereza Cristina Maria, Biblioteca Nacional.

Thereza Cristina Maria, da Biblioteca Nacional que reúne vários retratos do século XIX.

Pilage du café mostra no canto inferior direito uma criança brincando enquanto outras escravas estão trabalhando na produção de café.

As *rendeiras* (figura 7) mostram o aprendizado sob a supervisão de uma outra escrava.



Figura 9. Champagne. As *rendeiras*. Coleção Thereza Cristina Maria, Biblioteca Nacional.

No serviço doméstico, a criança escrava tinha tarefas como ajudar na cozinha, servir à mesa e buscar água. Podiam ser empregados também na venda de mercadorias nas ruas da cidade. Deviam, mesmo, ajudar suas próprias mães, porventura ganhadeiras, na comercialização de pequenos produtos, como registram os viajantes estrangeiros e cronistas da época. Esse comércio mais corriqueiro era de pleno domínio das mulheres, que monopolizavam a venda de certos produtos, como verduras, peixes, mingaus, doces, comidas prontas (PINHEIRO, 2005, p. 181). Em algumas profissões, principalmente naquelas relacionadas aos ofícios mecânicos, os escravos eram iniciados desde pequenos. No mundo rural, a principal atividade desenvolvida pelos pequenos escravos foi a de roceiro, assim como as profissões de candeeiro, pastor, carpinteiro, sapateiro, mineiro e tropeiro. Entre as meninas, predominavam os serviços domésticos. Muitas dessas crianças deviam estar na condição de aprendizes. Mas podemos cristalizar posições de “meninos” e “meninas”, como veremos no caso a seguir. O domínio das atividades acontecia progressivamente à medida que as crianças cresciam, sendo a formação para o trabalho concluída por volta de 14 anos (TEIXEIRA, 2004 e MOTT, 1979).

Como analisou José Roberto Góes e Manolo Florentino, por volta de 1830, três quartos dos escravos estavam concentrados em grandes fazendas, ligadas à agroexportação do café e do açúcar,

“Em fazendas que por vinte anos não compravam cativos, o equilíbrio entre os sexos era a norma, e as crianças podiam corresponder a um terço da escravaria; em estabelecimentos apartados do mercado há cinquenta anos, as crianças correspondiam a quase metade de todos os cativos (2008, p. 180).

Obviamente, durante o período estudado pelos dois autores, não foi constatado nenhum mercado de crianças cativas, uma vez que o comércio transatlântico privilegiava adultos homens.

Vassouras depois do fim do comércio transatlântico foi palco de algumas mudanças na vida dos escravos. Como demonstrado por Ricardo Salles (2008), foi um período de aumento das tensões entre senhores e escravos, com a diminuição do número de alforrias, o aumento das fugas e da intensidade do trabalho escravo. Houve um crescimento vegetativo dos plantéis de escravos, só interrompido com o fim do ventre cativo da mulher escrava.

Os cafeicultores buscaram através da melhoria de condição de vida dos escravos a manutenção da ordem, ameaçada pelo crescimento dos movimentos abolicionistas. Entretanto, diante do quadro de diminuição da produção cafeeira isso se mostrou impossível. A partir de 1865, a subnutrição, as condições precárias de higiene, as moradias inadequadas e o trabalho pesado na lavoura de café, influenciaram negativamente nos padrões de morte da população escrava. Por conseguinte, os escravos cada vez mais padeciam de doenças infecto-parasitárias e por tuberculose, cuja influência do meio foi determinante. As crianças e adolescentes até 12 anos sofreram igualmente neste quadro (REIS, 2009).

Mesmo com as péssimas condições de vida e alta taxa de mortalidade, Vassouras passou na segunda metade do século XIX a uma nova dinâmica demográfica, marcada pela

“comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos. Essa comunidade tendia a um processo de crescimento vegetativo, quando nele já não havia ingressado”. (SALLES, 2008, p. 254)

Houve, portanto, uma significativa mudança na expectativa de vida de crianças e adolescentes em Vassouras, por mais que a taxa de mortalidade ainda continuasse alta.

As crianças e os adolescentes também não eram o principal objetivo do comércio de escravos após 1850, mas tiveram seu lugar destacado. De acordo com os livros de Registro de Escritura de compra e venda de escravos, entre os anos de 1867 a 1872, foram comercializados 457 escravos, sendo 138 menores de 16 anos. Entre os anos de 1874 a 1882 foram comercializados 628 escravos, sendo 181 menores de 16 anos. Portanto, de 1085 escravos comprovadamente comercializados 319 foram menores de 16 anos, ou seja, 29,4% ou, podemos dizer, um terço era de crianças. Portanto a imagem que podemos ficar desses números era que interessava muito aos cafeicultores as crianças escravas. A compra de “moleques” serviria para esticar um pouco o regime escravocrata, ainda mais depois da lei de 1871. Não podemos deixar-nos enganar, tampouco, da impossibilidade de “venda” dos ingênuos. Por exemplo, em 10 de abril de 1877, o caso de Dr. Ponciano Vieira de Araujo Machado, José Caetano Alves, Carlos Caetano Alves e Pedro Celestino da Silva Peres que se juntaram para vender 15 escravos a Antonio Vieira de Araujo Machado de Sapucaia é emblemático: dos 15 escravos, 8 eram ingênuos.⁹⁴

Como assinala José Roberto Góes e Manolo Florentino, o aprendizado de um ofício refletia no preço do pequeno.

“O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalho em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam. Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho que levava o melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis”. (2008, p. 182)

O fato é que o preço pago ao escravo tinha pouco impacto sobre sua autoestima, uma vez que a venda era uma experiência humilhante para os escravos (BLASSINGAME, 1976, p. 140). Em nenhum momento, o seu valor monetário é colocado como importante para adquirir *status* e prestígio entre a comunidade escravo, ou até mesmo entre o senhor. Se para o senhor, o seu valor importava sim, ao escravo era a sua aproximação com o senhor para a conquista de alguns privilégios que poderia

⁹⁴ Livro de Registro de Compra e Venda de escravos, CDH-USS, 109665811001.

dar-lhe capital simbólico entre os escravos, mesmo sabedor de que nem sempre prestígio com o senhor queria dizer prestígio com a comunidade escrava.

Há outra variante importante em toda esta história. Diz respeito à organização da família escrava. Por vários anos foi discutida a “brecha camponesa” dada aos escravos pelos senhores, e sua inversão: a conquista pelos escravos de uma economia interna que os daria uma identidade autônoma.⁹⁵ Sabe-se que para os camponeses a organização da família era o aspecto fundamental de sua sobrevivência (CHAYANOV, 1974). Entre os escravos, possuir uma família daria a possibilidade de ter acesso a uma economia interna através das roças (SLENES, 1999).

O que nos mostra o conflito entre Pedro e Antônio é que nem só da roça girava a economia interna dos escravos. O aprendizado de uma ocupação especializada para os filhos de escravos dava também a oportunidade de acesso a uma economia informal, pois poderiam ser alugados e receberem algum retorno por isso, que influenciava na busca de alforria. Assim se voltava ao sentido que os bantos davam a se ter muitos filhos: ter alguém em que possam ser ajudados (THORNTON, 2009, p.132). Se o momento de Vassouras não permitia a expansão das roças escravas, isso não quer dizer automaticamente que ficava mais difícil a acumulação de pecúlio. Outras formas de acumulação podem ser vistos neste momento: roubos de sacos de café, o ingresso em ofícios especializados, até jogos de baralho⁹⁶.

Por fim, vamos recuar ao acontecido e não julgado entre José e Laura, em 1866. Antonio Brás, inspetor de quarteirão, informava ao subdelegado que

“ontem às seis horas da manhã, na fazenda de Hilario de Avellar e Almeida, o escravo de menor idade, José Crioulo deu um tiro de revólver na escava Laura Crioula, propriedade do Senhor José de Avellar e Almeida”.⁹⁷

Menor de idade, José Crioulo. Menor de idade, Laura Crioula. Segundo o corpo de delito, Laura teria “estatura mais que ordinária de treze para catorze anos, gorda, não

⁹⁵ A discussão da “brecha camponesa” começou, no Brasil, entre Ciro Flamarion Cardoso (1987) e Jacob Gorender (1978), já que para o último o seu impacto sobre o escravismo não seria importante. Enfatiza Gorender, que o cultivo de roças não tirava do escravo o fato de ser um bem – o que acaba por negar também a possibilidade de que existisse uma luta entre senhores e escravos para definir o grau de dependência ou a autonomia um do outro. João José Reis e Eduardo Silva (1988) comentam a possibilidade da utilização da “brecha camponesa” pelos senhores como uma forma de mantê-los subjugados. Não negando esta possibilidade, Robert Slenes (1999) nos dá uma oportunidade de ver as coisas “às avessas”. Contrário ao termo “brecha camponesa”, que na visão da historiografia não ameaçava o sistema, propõe o termo “economia interna dos escravos” que enfraqueceu sim o sistema à medida que contribuiu para uma identidade autônoma dos escravos.

⁹⁶ Processos-crimes encontrados no CDH-USS, 104664514008, 104664521011.

⁹⁷ CDH-USS, documento 104664516015.

apresentando em todo corpo sinal de lesão, (...) só sim, (...) ferida resultante de um projétil que marcando horizontalmente foi passado o fígado”.⁹⁸ Para o perito, o tiro teria sido letal e não faltaram tentativas de se salvar Laura.

Todos os depoimentos arrolados contam a mesmíssima história: José foi até o escritório de seu senhor Hilário de Avellar e Almeida e brincando com Laura e outro escravo que não foi dito o nome, “brincadeiras de criança”, a arma foi disparada. Quando o discurso jurídico afirma que os escravos estavam fazendo “brincadeiras de criança”, acabam por confirmar a possibilidade de que um escravo poderia ser criança, e não tão somente um pequeno trabalhador ou o próprio brinquedo de crianças das famílias senhoriais, como afirmou Gilberto Freyre (2003). Depois do ocorrido, José fugiu para o mato, sendo encontrado uma légua depois com uma faca, mostrou a todos os informantes seu arrependimento ao voltar para fazenda. Nesses documentos de inquirição é também muito significativa não só em relação à resposta do inquirido, mas também à direção dada pelo investigador. Sem dúvida, enquanto a autoridade buscava respostas àquele aparente acidente, mostrava sua visão do caso através de suas perguntas. Por exemplo, as perguntas feitas à primeira testemunha são: “se José andara armado”, “se havia algum motivo de ódio de José contra Laura”, “qual seria pouco mais ou menos a idade de José para brincar desta sorte com uma arma de fogo”. As questões, que não diferiram para outros depoentes, levavam a uma construção na opinião do investigador, que José ou sua família poderia ter tido uma rixa que explicasse sua ação e que poderia ser maior de 14 anos, podendo ser julgado pelo código criminal vigente, o que foi sumariamente rechaçado por todos, inclusive pelo senhor e senhora da escrava Laura, que confirmaram a menoridade do réu e a casualidade do crime⁹⁹ – pelos senhores serem parentes, muito provavelmente a questão foi resolvida internamente, ao mesmo tempo em que queriam que suas escravarias não fossem abaladas por “desordens”, que poderiam aparecer diante do trauma da morte de uma criança na comunidade escrava. A estratégia da defesa também pode ser vista claramente, pois a cada depoimento o curador de José afirmava que “o depoimento da testemunha continua a mostrar a casualidade do crime e por conseguinte base para sua não pronuncia visto do mesmo se demonstrar que é seu curatelado menor de quatorze anos”.¹⁰⁰ Ao final, o escravo foi considerado menor de idade e que não obrou com discernimento.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Depoimento de Caetano Silvestre da Silva, CDH-USS, 104664516015.

¹⁰⁰ Depoimento do carpinteiro João de Deus da Cruz Venâncio, CDH-USS 104664516015.

Durante todos os interrogatórios, o único a chamar José de moleque foi justamente seu feitor. No caso anterior, tinha sido o escravo Pedro a chamar Antonio de moleque. Isso demonstra claramente como a palavra *moleque* nessa época estava intimamente ligada à escravidão, sendo injurioso aplicar o termo a crianças negras livres (ALKMIN e PETER, 2009, p.162). Ainda mais, demonstra a relação hierárquica criada com uma só palavra: o feitor e Antonio buscaram assim colocarem-se acima dos jovens. Ao mesmo tempo, a palavra “moleque”, que deriva do quimbundo *lukeke*, garoto, filho, correspondente ai quicongo *mu-léeke*, criança e da mesma raiz de *nléeke* (pl. *mileke*), jovem, irmão mais novo (LOPES, 2012, 176). Como se pode verificar, a palavra *moleque* poderia também trazer algum grau de parentesco, e nesse sentido, seria uma forma de se referir à responsabilidade de Pedro, como membro da comunidade, de cuidar de Antonio.

Insistentemente, o inquiridor fez a seguinte pergunta a todos: “se José tinha mãe na fazenda e em caso afirmativo se ela tinha alguma rixa com Laura”. Esta questão nos leva a certeza de que quem perguntou sabia da possibilidade de haver rivalidades dentro da comunidade de escravos. Laura não era do mesmo senhor do que José e sua família nuclear, o pai Sebastião e sua mãe – que não foi dito o nome, mas que se sabe que morava na fazenda. Rivalidades entre escravos de outros senhores e dentro da própria fazenda era comum, tanto que o questionamento incessante sobre isto.

O contato entre José e Laura, assim como a outras crianças/adolescentes podem ajudar a entendermos como cresciam os jovens escravos nas fazendas. Segundo Deborah Gray White,

The children’s world was by no means segregated by sex. Boys and girls were Constant companions and it seems that neither work nor play was strictly differentiated on the basis of sex. There was almost no activity engaged in by girls that was not, at some time or another, also engaged in by boys. (...) Both sexes performed a variety of other kinds of work, such as “toting” water to thirsty field hands, collecting the mail, and tending livestock” (WHITE, 1999, p. 92).

Da mesma forma, as brincadeiras também não eram estreitamente separadas ou categorizadas como “masculinas” ou “femininas”. Isso sugere que tanto as mulheres como os homens cresciam numa atmosfera que era sexualmente integrada. Isso não significa, entretanto, os pais tratassem igualmente meninos e meninas. Para White,

“If their activities of work and play are any indication of the degree of sex role differentiation which existed before age ten or twelve, the young girls probably grew up minimizing the difference between the sexes while learning far more about the differences between the races” (WHITE, 1999, p. 94).

Somente na puberdade e depois dos dezesseis anos é que a separação acontece, quando as mães passam a se preocupar com as investidas dos senhores a suas filhas.

José, apesar da idade, estava sendo treinado para ser pajem do seu senhor. Para isso deveria ter uma conduta irrepreensível não só para o senhor, como para as outras pessoas que o circundavam. A própria maneira como tinha acesso à casa de seu senhor, como sabia onde se encontrava a arma, indicava a total confiança que este gozava do senhor. É isso que pode ser percebido do depoimento do enfermeiro da fazenda. Ser um pajem era importante tanto para o próprio escravo, que ganharia um capital simbólico dentro de suas redes sociais, como também seria importante para a própria comunidade, que poderia tê-lo como um intermediário entre a casa-grande e a senzala. Como em Vassouras nunca aconteceu de um escravo chegar ao posto de feitor, ocupado por portugueses recém-chegados, sem especialização – como era o caso da fazenda Cachoeira, onde o homicídio ocorreu, cujo feitor era Vitorino de Paiva e Souza, natural da ilha de São Miguel, no arquipélago de Açores – os escravos domésticos é que poderiam fazer a intermediação entre a Casa Grande e a Senzala. Aliás, ser feitor já em si carrega o fardo de ter que “escutar” o que vinha dos escravos também, o que poderia acontecer mais do que imaginemos. Nesse caso específico, por exemplo, Vitorino revela que quando encontrou o menino José, este o pediu para que o apadrinhasse, obviamente com medo do castigo do senhor. Situação, no mínimo curiosa, pedir proteção do feitor, só sendo possível se tirarmos a imagem do feitor de Debret. Entretanto, parece que este fato era incomum, e a possibilidade de ser negro/escravo e ao mesmo tempo feitor não parece ter acontecido no Brasil, e assim, o espaço entre o eito e a casa parece ter sido ocupado pelos escravos domésticos, que gozavam de grande prestígio entre a comunidade de escravos. Discordo assim de Paul Escott que coloca os escravos domésticos entre os mais odiados entre os escravos (ESCOTT, 1979, p. 61). A posição de Blassingame (1976, p. 140) parece mais razoável, quando coloca que tanto os feitores quanto os escravos domésticos viviam em situação ambígua com a comunidade escrava: ao mesmo tempo inimigos e protetores. Talvez a fonte utilizada por Paul Escott, entrevistas da década de 1930, indicassem mais uma situação vivida naquele momento entre a comunidade negra norte-americana, do que o passado nas plantações.

Obviamente, o ódio poderia acontecer, e aconteceu no Brasil, mas também poderia advir da expectativa gerada pela comunidade escrava em torno do escravo doméstico como um aliado.

Por fim, cabe analisar a fuga de José. Aí os depoimentos não são unânimes. Alguns dizem que ele não saiu com arma alguma, outros dizem que José quando fugiu tinha em suas mãos uma faca. O escravo Justino que o encontrou, disse “que em distância de alguns passos encontrou na estrada uma faca de ponta de um palmo ou pouco mais a qual reconheceu ser de Hilario de Avellar”.¹⁰¹ José tinha se arrependido do que fizera, e o enfermeiro da fazenda Caetano Silvestre da Silva chegou mesmo a afirmar que algumas pessoas da fazenda (provavelmente escravos) disseram que José recusara se alimentar. Será possível que Laura e José teriam combinado a morte como fuga dos seus destinos de escravos? Essa hipótese não foi levantada em nenhum momento. Dificilmente isso aconteceu, porque os dois se encontravam na companhia de uma terceira criança, mas dois escravos outros que escreveram sobre sua experiência contam que em determinada fase da adolescência pensaram em se matar. O primeiro deles é o africano Mahommah G. Baquaqua. Ele nos conta que por causa dos desentendimentos com seu senhor em Pernambuco,

“eu disse a ele que não deveria mais me açoitar e fiquei com tanta raiva que me veio à cabeça a ideia de matá-lo e, em seguida, suicidar-me. Por fim, resolvi me afogar. Prefiria morrer do que viver sendo um escravo. Corri então até o rio e me joguei na água, mas como fui visto por algumas pessoas que estavam num barco, fui salvo”¹⁰²

José também estava indo em direção ao rio Paraíba. Pensou em se jogar? Outra fonte que nos ajuda a entender a juventude de um escravo é a escrava Harriet Jacobs. Seu tio, tão jovem quanto ela, havia fugido após uma surra que levava de seu senhor. Depois de capturado e preso, voltara a fugir e estava prestes a se lançar ao rio, quando se lembrou de sua mãe, a avó de Jacobs. E sua mãe lhe confessou:

“Ela explicou-lhe que nem sempre fora assim; em tempos, também era como ele, mas, quando grandes desgraças lhe bateram à porta e não teve a quem se amparar, aprendeu a confiar-se a Deus e ele aliviara-lhe o fardo que carregava. Aconselho-o a fazer o mesmo” (JACOBS, 1993, p. 91).

¹⁰¹ Depoimento do informante Justino, escravo de Ignacio José de Souza, CDH-USS, 104664516015

¹⁰² A biografia de Mahommah G. Baquaqua se encontra em parte traduzida por Silvia Hunold Lara na Revista Brasileira de História, vol. 8, n° 16, 1988.

O que não podemos afirmar com certeza é se José tentaria suicídio. Apesar de, haveria a morte de uma escrava adolescente, de outro senhor, o que perderia em muito o prestígio dentro da comunidade escrava, assim como o ato de roubar a arma do escritório de seu senhor: provavelmente não seria tratado como um escravo irrepreensível, e talvez não mais seria um pajem. Mais do que isso: tudo indica que matara acidentalmente uma amiga. O que se pode verificar, através dos outros dois casos, o de Baquaqua e de Benjamin e sua mãe, é que o pensamento em se matar aparecia com frequência na cabeça de escravos mais jovens. Embora não possamos generalizar tal afirmação.

O que de mais importante podemos tirar desse caso é a autonomia que os *moleques* poderiam crescer. Ninguém estava ao momento em que o disparo foi dado, assim como ninguém viu José, de apenas 14 anos (segundo as tentativas reforçadas de seu curador), entrar no escritório de seu senhor e pegar a arma em seu esconderijo. O próprio feitor “não estava em casa na ocasião que se deu o fato, mas que sendo depois chamado soube que José havia dado um tiro em Laura e que não sabe onde José tirou essa arma”.¹⁰³

“Mas, a certa altura, entrei nos meus quinze anos – uma época triste na vida de uma escrava”. Assim lembrava Jacobs (1993, p. 49) sobre sua adolescência, quando o seu senhor começou a molestá-la. Certamente, a experiência da escrava adolescente, quando seu corpo começava a se desenvolver, significava outro aprendizado: diferente da infância (ou em também em alguns momentos dela), neste período se toma a consciência de que seu corpo não lhe pertence. A busca de proteção dentro da comunidade de escravos era fundamental nesse momento, e Jacobs procurava a avó, escrava de maior prestígio. Conta a escrava americana que

Apesar de ter sido escrava, o doutor Flint receava-a. Temia os seus remos incisivos. Além disso, era conhecida e estimada por muita gente; e ele não queria que as suas vilanias fosse propaladas. Tive a sorte de não viver numa plantação distante, mas sim numa cidade bastante pequena, em que os habitantes estavam ao corrente dos assuntos uns dos outros. Apesar das leis e dos costumes de uma comunidade escravagista, o médico [Dr. Flint], que mantinha sua clínica, considerava prudente manter uma certa aparência de probidade. (JACOBS, 1993, p. 52).

Além da sexualidade, o trabalho começava a assumir contornos mais sérios. Sexualidade e trabalho mostravam na adolescência que a infância tinha passado. Os

¹⁰³ Depoimento do feitor Vitorino de Paiva e Souza, CDH-USS, 104664516015.

escravos quando garotos assumiam gradualmente cada vez mais trabalho até chegar à idade madura. Não somente isso. As pessoas que possuíam ou alugavam crianças usavam-nas inicialmente para dar assistência a trabalhadores mais velhos, mas quando eles cresciam, ganhavam experiência para substituir escravos mais idosos (KING, 2011). Os senhores acompanhavam de perto o desenvolvimento físico das crianças de idade de 8 a 12 anos, sabendo que durante estes anos a maioria dos meninos e meninas ganharia força, resistência, paciência, habilidade e conhecimentos necessários para completar um trabalho mais difícil (SCHWARTZ, 2001). Essa deve ter sido a avaliação do senhor de Antonio, julgando-o capaz e hábil o bastante para se tornar aprendiz de uma profissão tão complexa. Esse deve ter sido a avaliação do senhor de José, julgando-o capaz e hábil o bastante para se tornar seu pajem, uma profissão de confiança e de relevância para os escravos.

A comunidade escrava muitas vezes, entretanto, antecipava-se aos desígnos dos senhores, colocando seus jovens, na medida do possível, em algumas atividades na sua economia interna – coleta de frutos para venda, trabalho nas roças –, definindo muitas vezes o interesse da família como diferente do proprietário. Para as famílias, o trabalho para o senhor tinha que ser cada vez mais deixado para o futuro do jovem, já que ele poderia ajudar a família na economia interna, fazendo com que ela dependesse menos do senhor para sobreviver. Para o senhor, quanto mais novo trabalhando para ele, melhor. A questão então estava em que momento o jovem se transforma em adulto, o que vai se tornar uma disputa entre a comunidade escrava como um todo e os senhores (SCHWARTZ, 2001). Assim, tanto na questão da sexualidade quanto na questão do trabalho, a comunidade escrava servia como um freio aos *interesses* senhoriais. Ela queria tomar para si – e fizeram na medida do possível – os ensinamentos aos jovens.

O aprendizado cumpre um papel importantíssimo dentro da comunidade escrava. Ao ser colocado em companhia de um escravo mais velho e especializado, o pequeno escravo reconstrói todo o sentido de pertencimento e solidariedade com outros escravos.¹⁰⁴ Ao mesmo tempo, em que convive com escravos de sua idade, não diferindo entre brinquedos e trabalhos “femininos” e “masculinos”, agia sobre a sociabilidade dos escravos. Assim, mesmo em caso de separação de parentes próximos, como aparece muito nos relatos de ex-escravos norte-americanos ou dentro do comércio

¹⁰⁴ Um exemplo disso é a ajuda recebida durante a sua fuga por Harriet Jacobs de Peter, que fora aprendiz de seu pai, um escravo especializado. JACOBS, Harriet. *Incidentes na vida de uma escrava*. Lisboa: Antígona, 1993, p. 183.

de escravos interno na segunda metade do século XIX no Brasil, deu à comunidade a importância da formação dos novos escravos. Frederick Douglass fora criado por uma escrava mais velha, não conheceu seu pai (que desconfiava ser um senhor de escravos) e viveu separado de sua mãe biológica (DOUGLASS, 1995).

Portanto, o castigo que o escravo mais velho, Pedro, de maior *status*, em um escravo aprendiz e adolescente, Antônio, deve ser visto como um *incidente* dentro de uma comunidade complexa, que pode nos mostrar sobre sua hierarquia. O assassinato de Laura mostra como os *moleques* poderiam crescer com autonomia (OWENS, 1977, p. 204), sendo que mesmo seu feitor não estava vigiando seus passos. Crescer com autonomia não quer dizer crescer sem afeição. Como acontecia nas sociedades pré-industriais europeias e na África centro-ocidental, as crianças pertenciam a toda comunidade, sendo vistas como parte da força de trabalho, com suas obrigações baseadas na disciplina e nos códigos de comportamento (BUSH, 1990, p. 103).

Por mais que algumas crianças escravas se tornassem brinquedo de meninos e meninas das famílias senhoriais, “apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os judas de sábado de aleluia” (FREYRE, 2003, p. 419), em sua grande maioria cresceram ao redor e aos cuidados da comunidade escrava, que lhe dava muita autonomia, diferentemente da falta de alegria e vivacidade dos rapazes filhos das famílias patriarcais. Também brincavam e não tão somente eram os brinquedos.

3.3. *A comunidade escrava vista a partir de mulheres e crianças escravizadas*

É consenso entre os historiadores sociais que havia grandes diferenças entre a mulher livre e a mulher escrava. Stanley Stein afirma que “entre os escravos, as mulheres eram bem mais independentes em termos econômicos. Elas desempenhavam os trabalhos masculinos – capina, trabalho com a enxada e colheita – nas plantações de café”. (STEIN, 1990, p. 187). Da mesma forma, Angela Davis, Hillary Beckles, Deborah Gray White, Sheila de Castro Faria e Barbara Bush, assim destacaram.

Diferentemente do homem, a mulher escravizada não tomava como experiência de liberdade a mulher livre. Em grandes fazendas, baronesas sofriam os desmandos do marido, em pequenas, tinham que trabalhar junto com os escravos e não estavam livres da interferência e violência de seus homens. A mulher escravizada, então, buscou um caminho alternativo, aproveitando o paternalismo senhorial para se proteger. Não que as

mulheres livres não tenham lutado para inverter a ordem patriarcalista e paternalista em que viviam¹⁰⁵, mas as mulheres escravas tinham ao seu favor a própria ordem vigente, em que seus maridos não constituíam os seus mantenedores, sendo esse papel do senhor. Por outro lado, se algumas mulheres livres buscaram até mesmo a justiça em casos de crimes sexuais, as escravas aparentemente nada podiam fazer quando aquele que a perseguia era o seu senhor. O livro de Harriet Jacobs (1993) é a descrição mais forte disso. Contudo, se não podiam contar com a justiça no caso de perseguição por parte do senhor, Jacobs e muitas escravas se valiam de seus próprios parceiros para fugir da violência sexual. Portanto, seria importante pensar que, ao mesmo tempo, as mulheres escravizadas lutaram para ter alguma independência em relação aos homens escravos, elas também se utilizaram de seus parceiros na busca de alguma proteção por parte da exploração sexual, como foi o caso de Angélica demonstrado acima. Interessante seria pensar nessas duas estratégias como guarda-chuvas que poderiam ser utilizados conforme as circunstâncias, na dinâmica da própria comunidade escrava.

Em todos os casos analisados, as escravas enfatizaram que não dependiam de seus parceiros amorosos¹⁰⁶ – como disse Emília, o homem “não lhe dava que vestir nem

¹⁰⁵ Ver PASSOS, Aruanã Antonio dos. *Histórias de sangue e de dor*. Crimes passionais no Sudoeste do Paraná, (1909-1939). Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2009. PÁDUA, Sílvia Amaral Pimenta de. *Idealização do masculino e do feminino a partir dos processos de crimes passionais na cidade de Vitória*. Dissertação (mestrado em História Social das Relações Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2010. FILGUEIRAS, Carlos Eduardo de Albuquerque. *Do ciúme ao crime*. Crimes passionais no Recife da década de vinte. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2008. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “*Moças honestas*” ou “*meninas perdidas*”. Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres de Pernambuco Imperial (1860-1888). Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2007. JÚNIOR, Walter de Carvalho Braga. *Marias e Madalenas entre a violência e a lei*. Crimes contra as mulheres pobres na Vila de Fortaleza e seu termo (1790-1830). Dissertação (mestrado em História) – Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFCE), Fortaleza, 2010. CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas*. As relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém de final do século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1997.

¹⁰⁶ É interessante notar que as mesmas justificativas, de que homens não assumiam um papel mantenedor, aparece em crimes no pós-abolição. Sidney Chalhoub em trabalho sobre a classe trabalhadora carioca da *belle époque*, demonstrou que como o homem pobre não tinha condições de assumir tal papel, previsto entre a ideologia dominante, muito menos o papel de dominador. Sofrendo influência dos padrões dominantes, e na medida que sua companheira resistia aos impulsos tirânicos, este era acometido de insegurança, contribuindo para que partisse para uma solução de força. Portanto, a violência surgia da incapacidade de exercer um poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que força e poder. A forte reação à resistência feminina também dizia respeito a falta de poder e autoridade pública – no trabalho e na política. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. Rachel Soihet e Magali Gouveia Engel também chegam às mesmas conclusões para este período. SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. In: *Projeto História*, nº 25, “corpo

nada que ela precisava”, não havendo por isso a possibilidade de interferência masculina em sua vida –, ao mesmo tempo, em que formavam com outras escravas experiências comuns que resultavam em fortes laços de amizade e companheirismo – como era o caso de Joaquina e Jacinta, a primeira grávida e a segunda mãe solteira. Esses laços eram afrouxados e muitas vezes arrebatados pela disputa por prestígio não só senhorial, mas como também da própria comunidade escrava. Já em 1974, em sua *PhD dissertation*, Lucille Mathurin Mair (2006, p. 235) ao estudar as mulheres na Jamaica, entre 1655 e 1844, chamava a atenção para uma característica que vimos em todos os casos aqui apontados: a língua afiada de mulheres escravas como instrumento de poder. Como as mulheres negras escravas na Jamaica, as de Vassouras também souberam utilizar-se desta arma, tanto para delatar outros escravos – como no caso de Eva, que os escravos tinham medo que ela contasse ao seu senhor sobre os planos de assassinar o feitor, como na fofoca de Marcolina. Em nenhum dos processos os escravos justificaram suas ações como busca de honra, já que para a sociedade em que viviam não lhes era atribuído esse valor. Entretanto, pode-se dizer que as situações em que se encontravam os escravos se assemelham muito à busca de provar sua honradez – e uma sociedade patriarcalista, vingar-se através da morte era a maneira encontrada não só por livres, mas por escravos para justificarem suas ações: assim foi com Valentim (1850) que afirmou “que é assim que se chamava filho de homem”, com Bonifácio que justificou que, por ela não ter feito o feijão, “lhe deu algumas bofetadas”, com Augusto que dizia que “havia matado um diabo”, com Umbelino que confessou ter “única desafronta praticar o que praticou” –, próximo daquela que imagina que era vivida por homens livres. Outrossim, através dessas afirmações os escravos tentavam alcançar o reconhecimento público da sua capacidade de defender a honra, que eles achavam ter sido ultrajada por suas mulheres (SANTOS, 2010). Em suas mentes, era através desse reconhecimento público que conseguiriam retomar o prestígio e honra ferida.

O papel da mulher é crucial, mas sozinhas não formaram uma comunidade em separado, nem ocuparam postos que não poderiam ser ocupados por homens. A cozinha não era só um lugar feminino, muitos foram os cozinheiros. A casa não era apenas um lugar feminino, muitos foram os escravos domésticos. Dividir a casa como espaço da mulher e o campo espaço do homem é cair em estereótipos criados *a posteriori*, mais

&cultura”, n° 25. São Paulo: Educ Editora da PUC-SP, 2002. ENGEL, Magali Gouveia. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

especificamente o modelo burguês de família, indiferente ao mundo cafeeiro dos cinquenta anos finais do século XIX.

Os filhos de escravos e escravas também foram criados em um mundo paternalista, tanto da casa grande como da senzala. Se os senhores os colocaram para crescerem com as pessoas mais velhas do terreiro, isso não diferia muito de como foram criados os escravos em suas comunidades africanas. O respeito aos mais velhos, tanto às senhoras de idade que os criaram como aos escravos que lhes ensinavam algum trabalho eram características desse ambiente. A crueldade e violência tanto pautada entre as relações entre senhor e escravo não ficavam somente entre estes. O “direito” de corrigir as crianças estava presente entre a comunidade de escravos, e era não somente requerido pelos escravos mais velhos, como era legitimado em relação ao poder público e até aos senhores.

O ambiente em que as crianças e adolescentes em condição escrava viviam era muito característico. Até certa idade não havia separação rígida entre meninos e meninas. Obviamente isto poderia marcá-los pelo resto de suas vidas. As crianças e adolescentes escravizadas tiveram seu espaço para serem crianças, fazerem “brincadeiras”, e não somente pequenos trabalhadores ou futuros trabalhadores como queriam seus senhores. As crianças eram os únicos personagens dentro da comunidade escrava que, apesar de terem que cumprir pequenas tarefas, não estavam diretamente sob a vigilância de feitores. O que não quer dizer necessariamente o mesmo que afirmar que viviam em plena liberdade. As lições do comportamento desejável a um escravo eram dadas diretamente por senhores, ou o que parecia ser mais comum, pela experiência dos escravos que os circundavam. As pequenas recebiam ensinamentos de escravas mais velhas dos limites impostos a sua condição. Com o passar do tempo eram iniciadas em tarefas ministradas por escravos trabalhadores: agrícolas, artesãos ou domésticos. Isso dependia não somente das necessidades senhoriais, mas dentro do possível de suas próprias habilidades precoces ou de seus parentes mais próximos.

A adolescência era o período de questões mal resolvidas em relação à situação em que viviam, comparativamente às crianças livres das quais tinham conhecimento e contato. Era a época dos primeiros amores, geralmente “platônicos” e das dolorosas realidades quanto a sua sexualidade, a qual aprendiam que não lhes pertenciam. Essas experiências serão fundamentais para o futuro comportamento de homens e mulheres escravizadas e de suas vivências em comunidade. Provavelmente, a memória, principalmente das meninas adolescentes do abuso sexual de senhores, e talvez de

outros escravos, no futuro fará com que busquem proteção ou de outras mulheres da comunidade ou de parceiros. O fato é que não aceitarão facilmente a utilização de seu corpo sem sua própria vontade.

4. “PORQUE SE SOUBESSE TINHA AVISADO SEU SENHOR”: ECONOMIA E PRESTÍGIO ESCRAVO

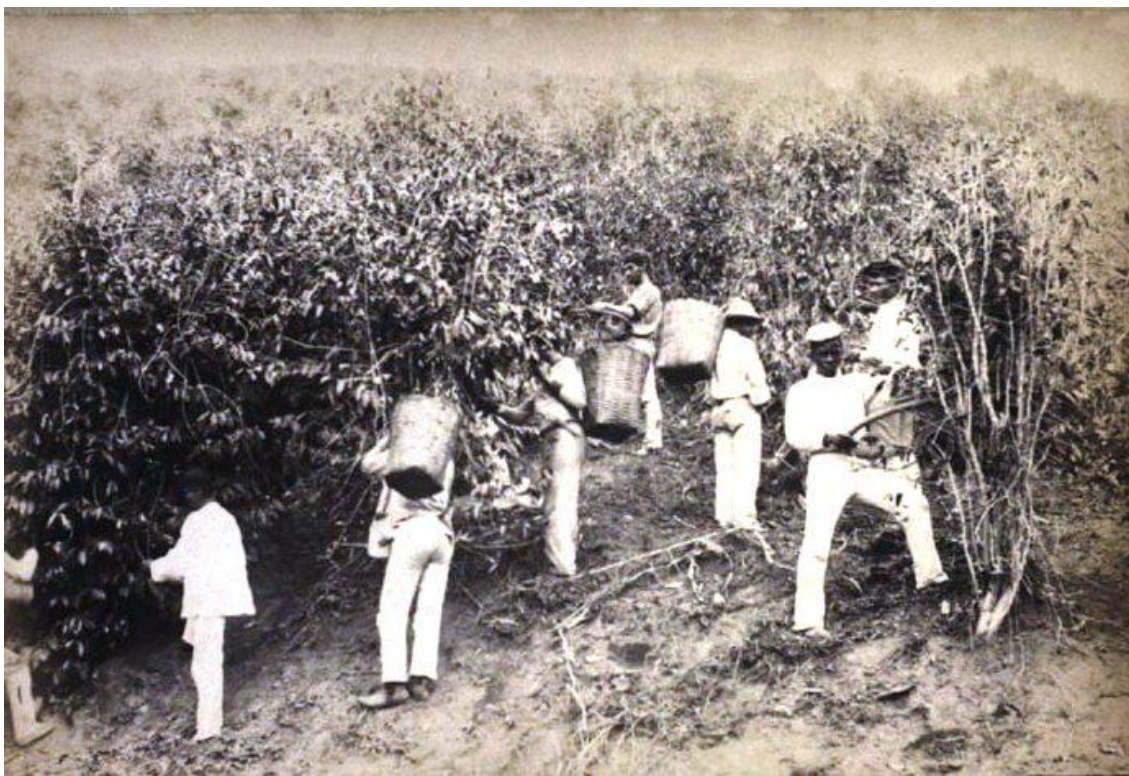


Figura 10. Ferrez, Marc – *Le récolte du café*. Coleção Maria Thereza Cristina, Biblioteca Nacional. Já dizia o Barão de Paty do Alferes, a plantação de café deve ser feita em “meias-laranjas” ou morros.

Se entre os historiadores da escravidão nos Estados Unidos os testemunhos e biografias de ex-escravos foram importantes fontes para revisar interpretações acerca das relações entre senhores e escravos e entre os próprios escravos¹⁰⁷, principalmente enfatizando-os como agentes históricos, no Brasil outros tipos de fontes foram fundamentais para tais revisões, e entre elas destaca-se os livros de batismo. A partir dessas fontes, foi possível verificar como os escravos multiplicaram os laços de parentesco espiritual, dentro e fora do cativeiro. A comunidade escrava, portanto, passou a ser vista através das relações de compadrio que os escravos estabeleciam, constatando suas preferências por indivíduos hierarquicamente superiores. Segundo Cacilda Machado,

“(…) em geral, os pesquisadores encontraram pouquíssimos casos de compadrio de escravos com seus senhores. Quase todos concordam,

¹⁰⁷ Ver BLASSINGAME, Jonh W. *Slave testimony*. Two centuries of letters, speeches, interviews and autobiographies. Austin: Louisiana State University, 1977.

igualmente, que a despeito disso a instituição não deixava de se constituir em uma aliança hierárquica, já que muito raramente um escravo era padrinho ou madrinha de uma criança livre, e os cativos tendiam a preferir madrinhas e, especialmente, padrinhos forros ou livres para seus filhos, sobretudo os cativos de unidades escravistas de pequeno porte” (MACHADO, 2006, p. 50).

Trabalhos como o de Cacilda Machado, José Roberto Góes, Roberto Guedes Ferreira, Silvia M. J. Brügger, Ana Maria Lugão Rios e Sheila de Castro Faria, entre outros, mostraram como o compadrio foi um instrumento de formação e consolidação da comunidade escrava e de suas ligações com pessoas livres (MACHADO, 2006). Outrossim, segundo Robert W. Slenes, o caráter hierárquico nas relações de compadrio entre cativos também é reforçado quando, em geral, os escravos domésticos ou os que possuíam algum tipo de qualificação profissional apadrinhavam mais do que os escravos agrícolas (SLENES, 1997).

O objetivo deste capítulo é se aprofundar nas relações entre escravos, a partir de outras fontes, os processos criminais, em busca de uma comunidade escrava hierarquizada, como mostraram os autores que trabalharam com as fontes de batismo. Procuraremos ver que as hierarquias se formavam, não apenas através da posse de uma qualificação profissional, mas também a partir do que os próprios escravos – através da pena do escrivão – entendiam como prestígio e desprestígio em suas próprias vidas. Para isso, é preciso entender que o trabalho no eito ou no campo não significou necessariamente menor *status* ou desprestígio para os próprios escravos. A habilidade, como analisou Diana Ramey Berry (2007), não estava ausente de homens e mulheres escravizadas que faziam trabalho agrícola. Assim, para entender melhor a hierarquia dentro da comunidade escrava, deve-se levar em conta também que o trabalhador agrícola escravizado, através de suas habilidades, poderia alcançar prestígio entre os próprios escravos e, até mesmo, entre os senhores de escravos. Habilidades múltiplas, fora e dentro do eito.

O quanto o trabalho agrícola (figura 1) poderia ser valorizado por senhores e escravos, pode-se ver no depoimento de Izaquiel Inácio de 72 anos a Ana Lugão Rios, no dia 19 de setembro de 1994. Segundo Izaquiel, seu pai lhe contara que seu avô, um escravo, era muito trabalhador, “trabalhava muito, muito trabalhador, então o fazendeiro achou de fazer uma aposta com outro fazendeiro, dizendo que o meu avô apanhava mais café que os escravos dele, que ele dava a fazenda para o outro, se meu avô apanhasse mais café, o outro perdia a fazenda” (RIOS & MATTOS, 2005, p. 93). Não dizendo

nada ao seu avô, este foi à fazenda do outro fazendeiro apanhar café a mando de seu senhor. O fazendeiro então tratou de separar o avô de Izaquiel dos outros escravos, inclusive o local onde ele colocaria o café apanhado. Conforme afirma Izaquiel, “o meu avô não morava na senzala, junto com os outros não. Meu avô tinha uma casinha de sapê bem fora da fazenda, retirada um pouco, fora da fazenda” (RIOS & MATTOS, 2005, p. 93). O capataz da fazenda que estava apostada, vendo que os escravos não estavam conseguindo trabalhar ao mesmo ritmo do avô de Izaquiel, começou a castigá-los, talvez para que fossem mais rápidos. Mas não teve jeito, o senhor do avô de Izaquiel ganhou a fazenda por causa dele. Essa narrativa demonstra que a possibilidade de diferenciação dentro da comunidade escrava também poderia existir entre os escravos agrícolas, certamente por suas maiores habilidades.

Voltando ao dia 8 de outubro de 1879, o crime contra o feitor José de Bastos, mencionado no início do capítulo anterior, vimos como as mulheres foram deixadas de fora do planejamento do assassinato. Mas não só elas. Os escravos Mathias, Narciso e Custódio também não foram informados sobre os planos dos escravos Gil e Manoel (há suspeita de que os escravos Quintiliano – irmão de Gil – e Marciano também tinham participado do crime, o que não é comprovado). Perguntados se sabiam que havia ajuste entre seus parceiros¹⁰⁸, Mathias, afirmou que Gil havia dito que “quem quisesse acompanhá-lo que seguisse”; Narciso, afirmou que se soubesse contaria ao seu senhor. Custódio é que nos dá a dimensão de como Manoel e Gil (senão, também Quintiliano que estava na roça de “carapuça”, segundo o mesmo Custódio, e Marciano) se impuseram sobre os outros trabalhadores agrícolas:

“Perguntado se seus parceiros Quintiliano Marciano e Joaquim tinham também ajudado, respondeu que não visto que a primeira pancada dada por Gil o homem com certeza tinha morrido e não vendo ele testemunha mais nada porque fazendo ele e alguns parceiros menção de acudir foram ameaçados por Manoel e Gil e então fugiram”.¹⁰⁹

Manoel e Gil, não só ao matar o feitor, mas ameaçando aqueles que pudessem ou iriam ajudá-lo, colocaram-se em posição mais elevada. Nesse caso, essa posição advinha do poder coercitivo que tinham. Tanto é que todos fugiram. O prestígio de

¹⁰⁸ Parceiros nos documentos dizem respeito a escravos que estavam sob a propriedade de um mesmo senhor, não a uma suposta “parceria entre os escravos”. Ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 23. O que o discurso judicial faz é homogeneizar os escravos supondo-os todos “parceiros”.

¹⁰⁹ CDH-USS, Documento 105664514033

Manoel e Gil, e seus mais próximos, era mantido pelo medo que causavam aos próprios escravos, a revelia de seu senhor.

O prestígio dentro de uma comunidade escrava poderia advir de várias formas: o poder coercitivo, como Manoel e Gil implantaram entre os escravos de Antonio de Souza Guimarães, foi apenas uma das formas de se conseguir-lo. O que se pretende, por conseguinte, através da análise dos demais documentos é buscar outros tipos de se diferenciar entre os cativos. Suas escolhas eram também escolhas políticas, que refletiam na forma de ver a sua própria situação e tentar modificá-la. Aqui a “resistência” não tem sinal positivo. Homens e mulheres escravizados procuraram escolher, através de caminhos diversos, e mesmo que dentro de um sistema opressor, uma forma de manejar suas próprias vidas.

4.1. *Prestígio e economia escrava: furtos, quilombos e endividamento.*

Por nossa própria escolha, decidimos que no capítulo anterior daríamos ênfase aos incidentes em que mulheres escravas estivessem envolvidas. Chegamos à conclusão de que, apesar de ser criada uma solidariedade muito forte entre elas, as cativas não se tornaram uma comunidade dentro da comunidade escrava – a ponto de se falar de uma comunidade feminina de escravas. Ao nosso entender, se mulheres e homens escravizados viveram formas distintas de repressão, não quer dizer que se separassem. A hierarquização não se dava, necessariamente, entre homem superior e mulher inferior. Portanto, os casos de tentativas de homicídios e homicídios que serão discutidos neste capítulo envolvem, especialmente, homens escravizados.

I

Os cinco processos criminais adiante, em ordem cronológica, de 1858 a 1872, podem ser agrupados em torno da busca da consolidação de uma economia interna por parte dos escravos. *A priori*, os escravos não teriam direito a qualquer tipo de remuneração, mas a economia própria do escravo ou a economia interna se desenvolveu entre os costumes vassourenses ou vale-paraibanos, como afirmou o Barão de Paty do Alferes:

“O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam suas roças; plantem seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana, etc. Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna. Este dinheiro serve-lhe para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos. (...) Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir amor pelo país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com seu pequeno direito de propriedade. (...) O extremo apearreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal”.

Na opinião do Barão, a roça deveria ser uma dádiva dada aos escravos pelos senhores, evitando furtos em tabernas, e até mesmo revoltas de grande porte. A historiografia brasileira tentou, desde os anos 70, entender qual o significado dessa possibilidade do escravo acumular pecúlio através da venda de produtos de seu próprio trabalho.

Ciro Flamarion Cardoso foi o primeiro a enxergar a existência de uma “brecha camponesa”, que, entretanto, não faria o escravo sair da condição de objeto, sem atuação:

“La condición de ‘cosa poseída’ que reviste el trabajador en el régimen esclavista, su dependencia completa e inapelable, encubrían a sus ojos la realidad del funcionamiento de ese régimen; aún cuando, objetivamente, se puede considerar que la asignación de parcelas a los esclavos de ‘brecha campesina’ en el sistema, éste no permite que el esclavo lo advierta plenamente y actúe en consecuencia” (CARDOSO, 1973, p. 216).

Jacob Gorender, retomando a questão levantada por Ciro F. Cardoso, afirmou que a condição do escravo não era incompatível com a posse limitada e condicional de bens. “Dentro desse âmbito, incluía-se a prática de conceder ao escravo o cultivo de minúsculos lotes de terra no domínio do plantador” (GORENDER, 1978, p. 258). Entretanto, antes de ser um prova da benignidade do escravismo no Brasil como quiseram João Ribeiro, Pandiá Calógeras e Manuel Diégues Júnior, era “indiscutivelmente útil ao senhor”. A concessão de lotes de terras aos escravos acontecia mais frequentemente nas plantações de algodão e café do que na de cana, justamente porque nas duas primeiras a mão-de-obra não trabalhava durante todo o ano. “Daí ter sido fácil ao plantador de algodão a concessão de um dia por semana – não mais do que isso – para que o escravo cultivasse gêneros alimentícios e cuidasse, por si mesmo, de sua comida” (GORENDER, 1978, p. 259). Aparando-se em escritos de cronologia dilatada, desde Jorge Benci a Vilhena, Gorender acredita no “caráter

fortuito” da concessão de lote de terra ao escravo, uma vez que não havia tempo para que pudessem cultivar gêneros alimentícios para melhor se alimentarem. Assim, “o escravo não extraía do lote de terra concedido senão parte dos elementos componentes do produto necessário, mas se privava do dia de repouso, com o que resultava aumentado o grau de exploração de sua força de trabalho” (GORENDER, 1978, p. 267). Portanto, para Jacob Gorender, a concessão dos senhores de lotes de terra a escravos tinha uma lógica econômica, sendo uma forma maquiada de aumentar a sua própria produção e lucro.

João José Reis e Eduardo Gomes, em *Negociação e conflito*, aludem à prática de uma “brecha camponesa” enquanto mecanismo de manutenção da ordem escravista. Analisando justamente o livro do Barão de Paty do Alferes, *Memória sobre a fundação e o custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, cujo trecho reproduzimos acima, os autores afirmam que “a documentação disponível para o Rio de Janeiro do século XIX aponta insistentemente para o aspecto da segurança, mais do que para o interesse em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho” (REIS e SILVA, 2005, p. 29). Entretanto,

“O fato de que esse ‘pequeno direito de propriedade’ se destine, primordialmente, a prender o escravo à fazenda, não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica – para um produtor direto ‘embrutecido’ por severas relações de produção. Com efeito, os escravos lutam tanto para manter quanto para ampliar esse direito. O melhor exemplo disponível, nesse caso, vem dos escravos que se rebelaram no século XVIII, no engenho Santana de Ilhéus. Eles exigiam claramente, entre as condições para voltarem ao trabalho, a ampliação da ‘brecha camponesa’” (REIS e SILVA, 2005, p. 31).

Em 1987, Ciro Flamarion Cardoso retoma a análise sobre a “brecha camponesa” no Brasil, seguindo as mesmas interpretações de João José Reis e Eduardo Silva, muito diferente da sua proposta em 1973. Assim passou a afirmar que os escravos “viam, com razão, que o sistema de parcelas comportava benefícios e vantagens para eles, e lutavam para que assim fosse ao máximo, ampliando sua autonomia e extensão na medida do possível” (CARDOSO, 2004, p. 111). Segundo Cardoso,

“Os elementos errôneos na concepção de Gorender sobre a ‘brecha camponesa’ e sua relevância (ou, para ele, sua pouca relevância) decorrem de uma visão monolítica, ‘classificatória’ (à maneira dos velhos manuais de marxismo) e irrealista do próprio escravismo e, em geral, da noção de modo de produção; de uma tal visão resulta, entre outras consequências, a imagem do escravo como objeto, e jamais como sujeito social. Decorrem também do

tradicional paroquialismo brasileiro neste campo de estudos. Como o próprio Gorender admite que, nas Antilhas, a economia se baseava ‘no mesmo modo de produção’ e se regia ‘pelas mesmas leis objetivas’ que no Brasil colonial, é possível que uma informação mais circunstanciada acerca da ‘brecha camponesa’ no Caribe pudesse fazê-lo mudar sua perspectiva ou, pelo menos, atenuar-lhe a rigidez dogmática”. (CARDOSO, 2004, p. 111)

A crítica poderia também ser feita à interpretação de Rafael Bivar Marquese acerca da economia própria do escravo. A diferença entre sua interpretação e a de Jacob Gorender é que nega que o produto das roças era a alimentação diária do escravo. Sendo o fornecimento de comida responsabilidade do senhor,

“As roças próprias dos cativos serviriam exclusivamente como uma recompensa ao escravo, permitindo-lhe a suplementação da dieta ordinária do dia-a-dia e o acúmulo de alguns bens. Um aspecto importante a se ressaltar é que, mesmo aqui, o ‘preceito policial’ fazia-se sentir com toda a força, pois os escravos em hipótese alguma poderiam comercializar o excedente de suas roças com outras pessoas que não o seu senhor. Em todo caso, o objetivo último das roças era vincular o cativo à propriedade, a mesma destinação dada à instrução religiosa, particularmente na ocasião da confissão anual, encarada como ‘um freio que os sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores e a quem os governa” (MARQUESE, 2004, p.283)

Marquese não considera a possível visão que os escravos teriam das roças próprias, porque justamente analisa apenas os manuais de administração dos escravos – inclusive Marquese utiliza-se do mesmo trecho acima assinalado do Barão de Paty do Alferes. Assim, a crítica de Ciro Flamarion Cardoso também poderia ser aplicado a esta interpretação, quando afirma que “de uma tal visão resulta, entre outras consequências, a imagem do escravo como objeto, e jamais como sujeito social” (CARDOSO, 2004, p. 111).

Stuart B. Schwartz ao analisar a questão “brecha camponesa” nos alerta a pouca atenção que tem se dado às mudanças ocorridas com o tempo. “O ‘sistema brasileiro’ de permitir que os escravos cultivassem suas próprias safras existiu pelo menos a partir do século XVII, mas é provável que só tenha sido praticado com mais intensidade em alguns lugares e épocas do que em outros” (SCHWARTZ, 2001, p. 155), principalmente no mais no Sudeste durante o final do século XVIII e o século XIX. Vassouras se tornou um marco deste debate por ter sido o Barão de Paty do Alferes quem claramente aborda esta questão em seu manual.

Robert Wayne Slenes, em *Na senzala uma flor*, também se dedicará à questão. De forma diferente pelos autores aqui abordados, Slenes vai pensar numa *economia*

interna dos escravos ao invés de uma “brecha camponesa” ou “roças próprias”, uma vez que estes termos aprisionam a discussão em torno da existência de uma fenda ou do tamanho dela, podendo apenas variar entre pequeno e minúsculo. Aproximando-se da historiografia norte-americana sobre a escravidão, a *economia interna dos escravos* é

“um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos, desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, ao furto. Como as lutas entre escravos e senhores se desenvolveram em contextos diferentes, os perfis desta economia interna foram bastante variados. Como essas lutas se travaram entre adversários muito desiguais, não surpreende que a economia escrava, qualquer que fosse seu perfil, tenha tido pouca garantia de ‘estabilidade’. (...) Até aqui enfatizei as adaptações dos cativos em torno da roça e do lar, que (para usar os termos de Mintz) ‘enfraqueceram o sistema’, na medida em que contribuíram para uma identidade escrava autônoma” (SLENES, p. 200).

Elione Silva Guimarães (2009) considera a existência uma economia autônoma dos escravos, nos quais os ganhos também poderiam ser obtidos com atividades extras aos domingos e feriados para os seus próprios senhores ou outros da vizinhança e a venda dos produtos de suas roças, que poderiam, às vezes, até servir para a compra da liberdade para o escravo ou para um de seus familiares.

Identidade autônoma que também levaria a hierarquização dentro da própria comunidade escrava. Esta é a outra faceta da economia interna escrava. Se voltarmos ao trecho da *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* do Barão de Paty do Alferes – citado por quase todos os autores que interpretaram a economia interna dos escravos –, vamos encontrar que a destinação do dinheiro dos escravos não era apenas para a alimentação. Segundo as *Memórias*, “este dinheiro serve-lhe para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”. Ao assim dizer, um dos maiores senhores de escravos do Vale do Paraíba reconhece a possibilidade de diferenciação dos escravos através do dinheiro que consegue. Para ele, este dinheiro deveria provir exclusivamente do pedaço de terra *concedido* aos cativos. Entretanto, a economia interna dos escravos não funcionou somente através da concessão senhorial. Haveria outras formas de conseguir seus regalos.

II

A economia interna dos escravos afetava-os de várias formas, dentro de um contexto específico que era Vassouras e o Vale do Paraíba entre 1850 e 1888. O acesso ao dinheiro era uma realidade para alguns escravos, e uma forma de consegui-lo era vendendo café, fruto de suas próprias roças ou de furtos aos armazéns dos senhores, ou de quem mais o plantasse. O dinheiro ou o acesso a um nicho econômico maior polarizavam-nos. Igualmente, foi a dicotomia criada pelo combate aos quilombolas – especialistas em furtos de café –, entre escravos tidos como “o braço armado do senhor” contra “o quilombola”. A atividade quilombola esbarra na economia interna dos escravos na medida em que cria uma espécie de *campo negro*, onde uma complexa rede social é tecida, constituindo conexões entre quilombolas, cativos nas plantações e nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos do mundo da escravidão (GOMES, 2006). Por isso, o congelamento em tipos de escravos muitas vezes não nos faz perceber que aquele escravo que feriu ou matou um quilombola a mando de seu senhor, muitas vezes contribuiu para a manutenção dos mesmos, comercializando comida ou simplesmente fazendo vistas grossas aos assaltos perpetrados por escravos fugidos.

A fim de entrever essa economia interna dos escravos e sua influência nas relações entre escravos, deixemo-nos navegar pelas palavras dos escrivães, em homicídios e tentativas de homicídios entre escravos.

A morte de Antônio, escravo de Antônio José da Costa, trouxe um grande mistério a ser resolvido. Ouvido várias testemunhas, soube-se que este escravo havia sido alvo da fúria de outro escravo, Simão, por causa de um saco de café – deduzido assim pelas testemunhas graças aos grãos que se achavam no local –, sendo que sua morte não se deu imediatamente depois desta surra: dez dias separaram o acontecido da morte de Antônio. O curador de Simão, escravo de João Borges Damaceno, vai se apegar nessa questão para inocentar seu cliente. A testemunha ocular das pancadas recebidas por Antônio fora o jovem negociante Manoel José Pereira, que afirmou

“que sabe por ver que em um sábado, amanhecendo para domingo do próximo passado mês ouvira ele testemunha de sua cama gritos de pessoa que apanhava, chegando a janela, viu um vulto que atravessava um rio que corre em frente a sua casa, aproximando a ele conheceu ser o escravo de Antonio Jose da Costa, o qual achava-se molhado com um lado da cara ferida e uma brecha na cabeça, e muito ensangüentado, e que pedira a ele testemunha para lavar a cabeça com aguardente, e que ele testemunha não pode asseverar que fosse uma ou mais brechas, por quanto não teve a curiosidade de levantar o cabelo, o qual se achava bastante ensangüentado, e quanto ao autor do delito, ele testemunha não pode afirmar quem seja, por quanto e apesar de ter visto

dois vultos que saiam do mesmo lugar aonde apanhava o paciente, não os pode conhecer, só sabe por ouvir dizer que o escravo Simão e outros, que não pode designar os nomes, escravos de João Borges Damaceno, é que foram os autores desse atentado”¹¹⁰.

O acontecido tinha se dado em um rio à frente da casa de Manoel José Pereira, por isso a referência de Antonio estar molhado, e foi para lá levado por Pedro Gomes de Carvalho e Almeida. Manoel sustentava que o escravo Jorge, do mesmo senhor de Simão, com a promessa de uma aguardente, havia lhe confessado que tinha sido o seu “parceiro” Simão o autor das pancadas. O escravo, em depoimento, afirmara categoricamente,

“disse que sabe por ouvir a seu parceiro Simão se gabar na roça que tinha brigado e dado pancadas no paciente Antonio, e que lhe tinha tomado o saco de café que ele levava, e que o fora vender para si, mais que tinha feito o diabo, e que daí a dias falecera o preto Antonio, que era das pancadas que tinha apanhado”.¹¹¹

O único a sustentar que as pancadas dadas em Antonio teriam sido a causa de sua morte fora Jorge. Entretanto, seu depoimento é recheado de contradições. As testemunhas oculares do espancamento, Manoel José Pereira e Marcelina Maria de Jesus, afirmaram que o acontecido se deu em “um sábado, amanhecendo para domingo”, o que entra em conflito com a declaração do escravo Jorge, de que “sabia disto também por Marcelina de tal, casada com Manoel de tal, a qual lhe contou que o barulho tinha acontecido na sua porta, tendo ela e seu marido saído armados de espingardas e que conheceram o preto Simão, sendo isso a horas de fechar as portas”. Na versão do escravo, Antônio apanhara ao final da tarde, enquanto os citados por ele, Manoel e Marcelina, confirmavam ter sido no amanhecer de domingo. Outra contradição é o momento em que Simão havia lhe confessado o crime: ao mesmo tempo em que afirma ter sido no dia seguinte, no domingo, que ouvira do escravo a confissão na roça de seu senhor, ao ser perguntado sobre os dias de trabalho, confirma que o seu senhor não os forçava a trabalhar no domingo, e “que só fazem serão em casa, e depois vão para suas roças”.

Com tantas incertezas, Simão não foi condenado. Fica a impressão de que Jorge quis culpá-lo a todo custo, mas foi inconsistente nas suas palavras. Qual motivação teria Jorge? Antigas rixas? Ou teria Jorge também participado da ação contra Antônio

¹¹⁰ CDH-USS, documento 104664515010.

¹¹¹ CDH-USS, documento 104664515010.

juntamente com outros escravos, uma vez que tanto Manoel como sua mulher confirmam que tinham outros “dois vultos”, que não conseguiram reconhecer. Tendo isto em vista, abre-se outra possibilidade para desconfiarmos que os “espólios de guerra” não foram distribuídos como o combinado.

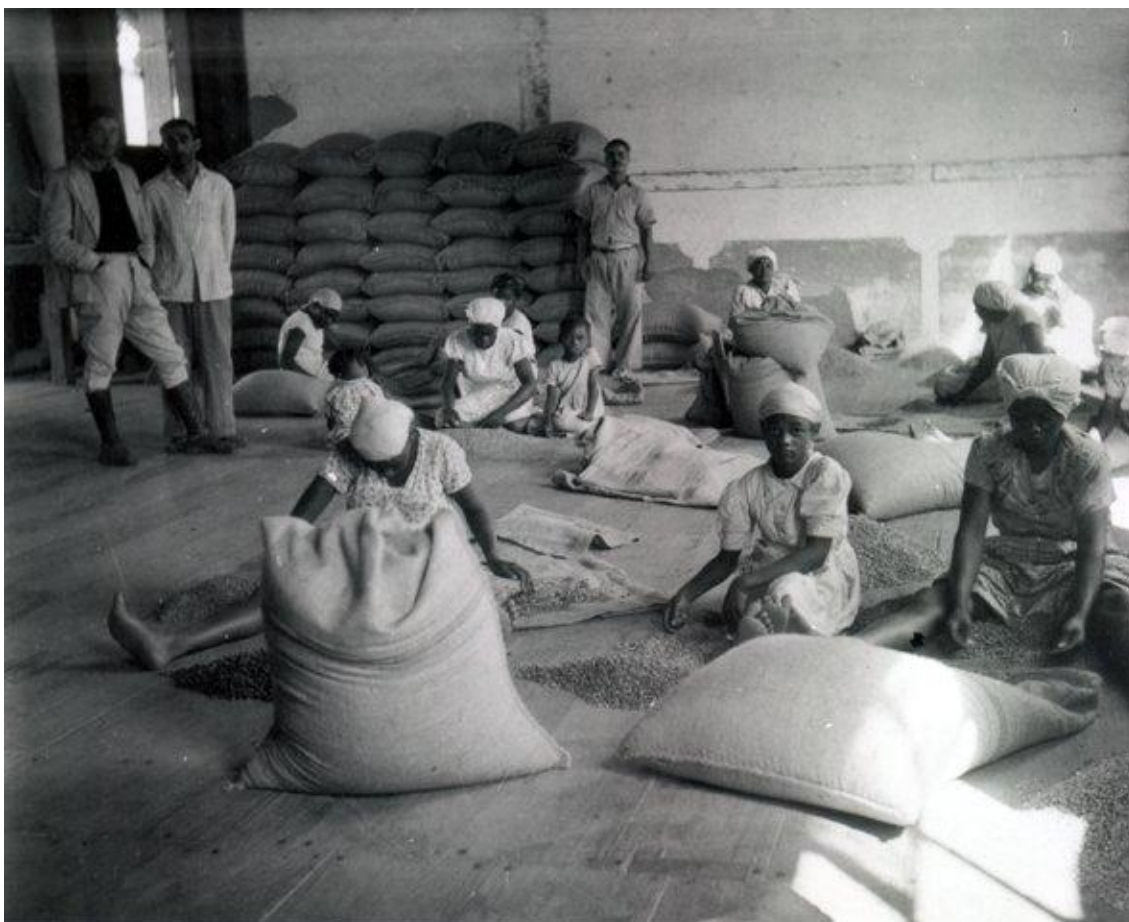


Figura 11. Seleção final de grãos de café, tarefa laboriosa e demorada, usualmente atribuída às mulheres e meninas. Fazenda Cachoeira Grande, Santa Tereza. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 179). Muitos escravos tinha acesso aos locais de armazenagem de café, e aproveitaram disso para conseguir dinheiro vendendo os sacos de café já embalados (ou não) para a exportação.

Mas não estamos aqui para ser juiz. O que se pode ter certeza, contudo, é que um roubo ao saco de café que carregava Antônio no amanhecer de sábado para domingo, quando todos estavam dormindo. Portanto, provavelmente, Antônio não queria que outras pessoas o vissem carregando aquele saco de café (ao ver a foto acima, podemos ter uma ideia da dificuldade de se carregar um saco de café), levantando suspeitas de que o próprio poderia ter roubado o café de seu senhor ou de outro, e logo em seguida sido vítima de seu próprio golpe. Isso somente corrobora para a interpretação de que escravos roubavam sacos de café para serem vendidos a comerciantes, ou a seu próprio

senhor, como no caso de Simão e Jorge, que possuíam roças onde plantavam variados produtos, inclusive café.¹¹²

O roubo de café também foi a motivação de um assassinato, em 1864, na fazenda do Capitão João Barbosa dos Santos Werneck. Como se aludiu no capítulo introdutório, a família Werneck possuía vários membros das ilustres famílias escravistas de Vassouras, além de fazerem parte da política municipal. O Capitão João Barbosa dos Santos Werneck era parente próximo do proprietário da fazenda São Fernando, Fernando Luis dos Santos Werneck, e o próprio delegado de polícia encarregado do caso, João Baptista d'Almeida Werneck, fazia parte do clã mais poderoso da freguesia do Paty do Alferes.

Henrique, escravo do Capitão João Barbosa dos Santos Werneck, a própria vítima do homicídio, dias antes de morrer, foi quem narrou ao delegado Almeida Werneck o que havia acontecido naquela noite de luar,

“Respondeu que sendo mandado por seu senhor reconhecer os vultos que passavam junto a cerca de seu pasto com sacos de café e procurando ele reconhece-los dois outros que ele não pode saber quem sejam fugiram ficando o que está preso que resistindo mandou que ele interrogado não chegasse a ele e nesse inter deu-lhe um tiro, e desesperado pela dor ele interrogado arrumou-lhe o pau e agarrou-se a ele conseguindo desarmá-lo não só da pistola com que estava como uma faca, que se acham depositados em juízo e também uma foice e que depois de uma luta recebida que tiveram chegaram seus companheiros Adolfo e Agostinho e puderam prendê-lo”.¹¹³

Henrique era de nação Cabinda. O porto de Cabinda, ao norte de Luanda, se tornou um dos mais importantes durante o tráfico ilegal para o Brasil, a partir de 1840. Os traficantes de escravos, que anteriormente utilizavam a cidade de Luanda, encontraram em Cabinda local mais seguro para embarcar suas mercadorias – assim como nos portos de Malemba, Loango e Maymba, mais ainda ao norte –, uma vez que a pressão inglesa sobre os portos tradicionais africanos era imensa. Qualquer que fosse seu grupo étnico de origem, mesmo que fosse do Norte de Angola, Henrique e outros escravos embarcados em Cabinda e lugares ao norte eram chamados cabindas no Rio (KARASH, 2000). Africano, vindo provavelmente na época do final do tráfico de escravos, Henrique Cabinda se tornou um dos “braços armados” do Capitão. Tanto que

¹¹² Diferente dos senhores de café de Vassouras, que incentivavam e permitiam aos escravos a produção do mesmo produto em que trabalhavam (café), alguns fazendeiros estadunidenses, no início do século XIX, na “cotton frontier” faziam exatamente o contrário para evitar roubos. ROTHMAN, Adam. *Slave Country. American Expansion and the Origins of the Deep South*. Cambridge: Harvard University Press, 2005, p.49.

¹¹³ CDH-USS, documento 104664516010.

sua morte aconteceu quando ele e mais três escravos foram mandados por seu senhor a reconhecer os vultos que passavam junto a cerca de seu pasto com sacos de café. Escravos que trabalhavam no serviço doméstico ou agrícola poderiam transformar-se, segundo as necessidades senhoriais, numa espécie de milícia particular, “que executava atentados, castigava invasores de terras, galanteadores, pretendentes desqualificados, etc. (...) esta força não era composta apenas pelos escravos: dela também muitas vezes feitores e agregados” (LARA, 1988, p. 200). Essa relação era de muita confiança, bastando lembrar as palavras do Barão de Paty do Alferes: “nem se diga que o preto é sempre inimigo do senhor”. Poderiam esses escravos ter servido numa espécie de “polícia interna noturna paga”, como mostrou Elione Silva Guimarães para o caso do Vale do Paraíba Mineiro. Segundo a autora, “para tentar coibir os furtos Casimiro [o proprietário da fazenda Santana da Barra em Mar de Espanha] havia estabelecido uma polícia noturna – que era exercida por cativos remunerados para esse fim” (GUIMARÃES, 2009, p. 142).

Se a relação dos escravos “braços armados” com o senhor poderia se tornar mais forte, a relação com os outros escravos se tornava cada vez mais conflituosa, já que era constantemente requisitado para usar do poder coercitivo em favor do senhor. Não mais poderia consentir com atividades que prejudicassem seu amo, principalmente se viesse de outros escravos, como roubos de café, seja por escravos agrícolas ou quilombolas. Ao mesmo tempo, constituíam uma força contra feitores, como Manoel e Gil demonstraram no começo desse capítulo. A milícia criada pelo senhor poderia se impor sobre a comunidade escrava, através do poder coercitivo, agindo a favor ou contra seu senhor. Como demonstra o ponto de jongo recolhido por Stanley Stein em Vassouras, esses escravos, conhecidos como “soldados”, não eram bem vistos pelos outros escravos:

“Oi , soldado
Ai, quando é tempo de guerra
Dia inteiro tá no campo,
Ou de noite de sentinela, soldado”¹¹⁴

Este canto mostra a contradição da situação desses escravos, que ao mesmo tempo poderiam estar no campo trabalhando lado-a-lado com outros escravos, e à noite

¹¹⁴ Gravações de Stanley J. Stein – Transcrição. LARA, Silvia H. e PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo*. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

vigiando a fazenda, reprimindo fugas e furtos de café, muito frequente entre os cativos do Vale do Paraíba.

O acusado de matar Henrique Cabinda era outro escravo africano cuja procedência também era daquele porto tão vital para o comércio ilegal de escravos. José Cabinda tinha vinte e cinco anos, portanto, ainda chegara criança ao Brasil. Escravo de dona Paulina de Jesus, com outros comparsas roubaram cerca de três sacos de café de Manoel Vicente, deixando inclusive o paiol deste arrombado, quando foram interceptados pelos escravos de João Barbosa dos Santos Werneck, que depois de escutar os barulhos que faziam as galinhas nos fundos da casa, mandou os cativos Henrique, Agostinho e Adolfo, o agregado Jacinto e o feitor português Joaquim Ferreira dos Santos ver o que estava acontecendo. O conflito se desencadeou porque Henrique não quis dar passagem a José Cabinda, que diante da situação deu-lhe um tiro. Henrique ainda conseguiu desarmar José, que além da pistola de dois canos, carregava uma faca e foice.

Apesar do Capitão João Barbosa dos Santos Werneck mencionar que José “andava fugido”, o acusado não parece caracterizado de quilombola. Sua fuga poderia ter sido para conseguir roubar os sacos de café com os outros três comparsas desconhecidos. Os motivos para fugas de escravos são tão variados quanto à experiência humana, como afirmaram John Hope Franklin e Loren Schweninger (1999). Poderiam fugir após a morte de seu senhor, depois de serem alugados ou de serem severamente punidos. Essas condições também se apresentavam em Vassouras, como demonstrado através da apresentação da Fazenda São Fernando, no capítulo introdutório. De fato, o período pós-1870 é de quebra de muitos fazendeiros. Segundo Ricardo Salles, as fugas de escravos em Vassouras apresentam uma tendência de subida de 1856 a 1870, sendo que “entre 1876 e 1880, as fugas de escravos deram um salto, passando de 0,13% dos cativos registrados em inventários para 0,73%. Nesse mesmo período, as alforrias no movimento de queda que se iniciara no quinquênio anterior” (SALLES, 2008, p. 295). Não ocorre ao autor que as fugas também poderiam advir, não somente da queda de alforrias, mas também da situação de insegurança porque passavam os escravos naquele momento de muita troca de senhores. Visto desse ângulo, as negociações entre senhor e escravos se modificavam a todo instante. A possibilidade de alforria nesses casos ficava mais difícil: a de fuga, mais fácil.

A ação dos três escravos encontrados por Henrique tinha finalidade clara: vender os sacos de café ao comerciante Joaquim de Mattos. Assim sendo, poderia ter sido este

quem idealizou o roubo, ou teria sido uma oferta dos escravos? A acusação de que Joaquim de Mattos comprava café roubado não foi investigado no processo, mas sua anúncio reforça a ideia de que a economia interna dos escravos, quando realçada por furtos, era da conivência de negociantes. Como dito, os escravos estavam fugidos, sem aparecerem como quilombolas. Essa classificação é difícil de fazer. Os norte-americanos, principalmente aqueles dedicados à história da Revolução Haitiana, preocuparam-se em distinguir a fuga, por período curto, do aquilombamento. Com os termos *petit marronage*¹¹⁵ e *grand marronage*, definiam aquilo que era ou não um acampamento de escravos fugitivos (GEGGUS, 2002). Segundo Richard Price (1973), por todas as Américas, os fazendeiros parecem ter sido aceito como parte de um sistema a prática comum da *petit marronage*, ou seja, repetitiva ou periódica escapadela com objetivos temporários, tais como visita a parentes ou amantes em plantações vizinhas. Em Saint Domingue, entre os escravos que fizeram a revolução (FICK, 2004) ou em Campinas, nas rebeliões escravas da década de 1830 (PIROLA, 2011), as saídas noturnas para encontros sediciosos se tornaram comum. Entretanto, a transformação de um “escravo fugido” para um “quilombola” parece ser mais uma questão colocada pelas fontes, que os classificavam de acordo com o que acreditavam serem esses conceitos. Ademais, esses dois tipos de conceitos não podem ser estanques, uma vez que a historiografia sobre os quilombos nos mostra que a cooperação entre quilombolas, escravos fugidos, escravos assenzalados e pessoas livres era muito forte, e essencial para a sobrevivência dos acampamentos, aqui em Vassouras, após 1850, chamados de ranchos.

A rede de solidariedade criada entre livres, libertos, escravos e quilombolas, contribuiu para a formação daquilo que Flávio Gomes chamou de *campo negro*. Neste, os quilombolas eram parte central. Em Vassouras, terra de Manoel Congo, os aquilombamentos eram parte da paisagem, e também devem ser analisados à luz das relações entre escravos. Destacam-se três processos criminais em que quilombolas estão presentes. Como o próprio Flávio Gomes atesta, as narrativas sobre os quilombos na documentação policial – e também para o nosso caso, judicial – falam quase que

¹¹⁵ Ver a discussão levantada por Stuart B. Schwartz, “na historiografia brasileira raramente se faz distinção entre a *petit marronage* de escravos, que se ausentavam por curtos períodos, e aqueles que fugiam para escapar definitivamente da escravidão”. Segundo o mesmo, “a diferença entre a resistência dos mocambos e a *petit marronage* foi reconhecida no Brasil. Em dezembro de 1698, em reação ao pedido da prefeitura municipal de Olinda, a Coroa ordenou que os escravos que fugissem de um engenho para o outro não fossem tratados como os que fugiam para Palmares”. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 221.

exclusivamente das tentativas de destruição. “São fontes dispersas, nas quais as informações mais detalhadas a respeito da organização social, motivações, estratégias e objetivos dos quilombolas aparecem sob forma de indícios” (GOMES, 2006, p. 21).

Por volta de 1860, no mato por detrás da casa do Comendador José Joaquim Botelho havia um “rancho dos quilombolas” – a facilidade para se acamparem perto de casas de fazendas era a mata densa, muitas vezes próxima a elas, como na foto abaixo. Estes eram o “terror dos moradores deste lugar, pelos roubos que praticam e a ousadia com que fazem, chegando a virem até aos terreiros das fazendas armados, de facas, e um deles de pistola”. Sendo o dito Comendador o “mais perseguido por eles, que lhe tem devastado os porcos, arrombado paióis”, mandou “alguns escravos seus em companhia de Francisco José de Medeiros, e outros para darem no referido rancho”. Quando lá chegaram, todos correram em várias direções,

“a um dos quais por nome Ignacio escravo de Manuel Francisco Alves, seguiu atrás dele, o crioulo João do Comendador Botelho, o qual mandava ao quilombola que parasse, esse, assim o fez investindo para ele com uma faca de ponta tentado apoderar-se de sua espingarda com a qual se achava o crioulo, e vendo o crioulo que ele quilombola mais forte e ligeiro conseguiria apoderar-se da espingarda e ferido, disparou-a, de cujo tiro resultou um ferimento, sobre o peito (...) desse quilombola que assim ferido, ainda veio com a faca sobre o crioulo e foi então rechaçado por um outro negro, que lhe atirou uma bordoadada sobre a cabeça, é esse mesmo quilombola o que com seus companheiros praticara o roubo de madrugada, é esse que nessa mesma ocasião resistiu com essa mesma faca ao Pedestre Geraldo conseguindo evadir-se de suas mãos, e desafiando-o, prometendo-o vingar-se dele pedestre por querer agarrá-lo”.¹¹⁶

A invasão ao “rancho dos quilombolas” tinha sido autorizada pelas autoridades competentes.¹¹⁷ Assim, a morte do quilombola Ignácio pelo escravo João passa a ser narrada como uma legítima defesa contra o terror dos moradores, por isso absolvido é.

¹¹⁶ CDH-USS, documento 104664521021

¹¹⁷ Como é demonstrado neste caso, a afirmação de Stuart B. Schwartz tem fundamento também para Vassouras. Segundo o autor, “a grande maioria dos mocambos da Bahia e de outras regiões do Brasil estacam próximas a cidades e plantações, se bem que quase sempre em lugares inacessíveis”. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.228.

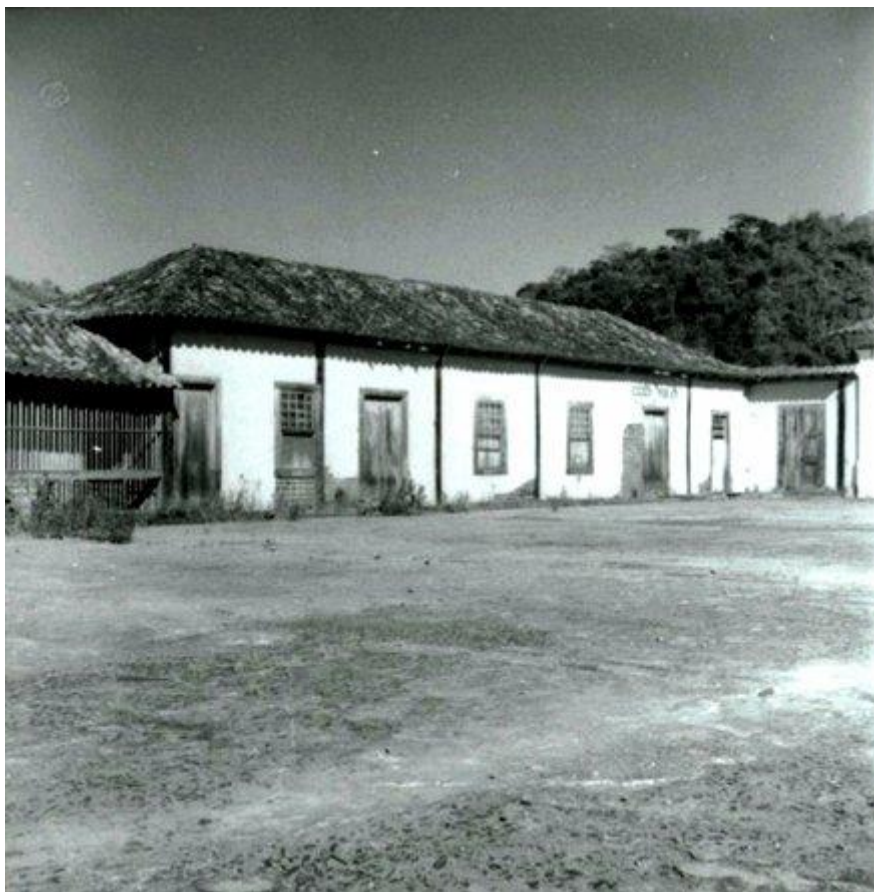


Figura 12. Terreiro da Fazenda São Luis de Massambará, casa ao lado da senzala. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 49). Em lugares como esse os quilombolas costumavam visitar, seja para se apropriar de alguns pertences da fazenda ou fazer comércio com os escravos da fazenda.

João, crioulo, filho de Balbina, de 24 anos apenas, era o típico *braço armado do senhor*, como definição de Silvia Lara. Sincero, respondeu ao interrogatório que lhe foi feito, “que é escravo do Comendador José Joaquim Botelho, e por isso não tem profissão, desta em razão de não poder dispor de tempo algum, mas que seu Senhor quase sempre o manda trabalhar na lavoura”. Estava ao dispor de seu senhor para formar sua milícia.

As informações contidas no processo nos permitem pensar que a relação entre os quilombolas e os escravos das plantações, nem sempre eram ásperas como o confronto de João com Ignácio. O estopim para que o Comendador dessa ordem a sua “milícia” para procurar o rancho quilombola havia sido o roubo de um porco, em dia anterior. Roubo de cafés e outros grãos também eram feitos, já que paióis viviam arrombados. Portanto, podemos dizer que a economia própria desse quilombo era o furto às fazendas, e mesmo até a moradores da zona urbana, como atesta o português Francisco José de Medeiros ao afirmar que “o assassinado era um dos quilombolas que já uma vez tinha

resistido aos pedestres e capitães do mato na fazenda da Estiva também com uma faca”. Não se pode, entretanto, descartar que pudesse organizar uma produção própria, como indica a própria denominação dada pelos locais de “rancho dos quilombolas”.¹¹⁸

Doze anos depois outro processo contra quilombolas pode ser encontrado. Em 31 de abril de 1872, o escravo pernambucano Antônio, pertencente a Manoel Ignácio de Jesus, devido a um ferimento feito a arma pelo escravo Possidonio, escravo de Caetano Gonçalves da Costa, faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. Antes, porém, de falecer, Antônio conta sua versão da história,

“que tendo fugido da casa de seu senhor procurou o lugar chamado morro da vacca, e fez um rancho em terras de Augusto Perret, e ali vivia escondido comprando algumas vezes o que necessitava em uma venda próxima. Ontem ao meio dia seu rancho foi cercado por camaradas e escravos de Caetano Gonçalves da Costa, no número de sete, armados, uns de pau e o crioulo José com uma espingarda; como ele respondente procurasse fugir o escravo José deu-lhe um tiro nas pernas o qual levou-o ao chão; logo depois o cometeram de cacete produzindo os ferimentos (...) que se acha. Perguntado se se achava no mato quando o fato se deu. Respondeu que tinha apenas um pau e que logo que viu seus perseguidores tratou de fugir que ainda foi ferido por este tiro. Perguntado para onde foi conduzido depois de ferido. Respondeu que veio para a casa de Caetano Gonçalves da Costa o qual se pretendeu a seus escravos e camaradas por terem dado a espingarda a José”.¹¹⁹

Novamente, o escravo fugido, tido como quilombola no processo, contava com a convivência de comerciantes do local, pois vivendo no Morro da Vaca, em terras de Augusto Perret, algumas vezes ia à venda mais próxima quando necessitava. Este “quando necessitava”, parece um indício de que, quando o rancho dos quilombolas não conseguia produzir os produtos necessários à alimentação dos seus ou quando queriam realmente comprar algo que não pudessem produzir, estes iam à procura de comerciantes que aceitavam fazer algum tipo de troca ou comércio com escravos aquilombados, sem denunciá-los.

Como no julgamento anterior, os depoimentos se basearam em legítima defesa, que resultou novamente na absolvição dos réus. Segundo o próprio Caetano Gonçalves da Costa, há muito tempo lhe incomodava o “quilombo de pretos fugidos” que viviam

¹¹⁸ Ver a discussão sobre a economia interna dos quilombos em SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. Segundo o autor, “mais importante é o fato de que a economia interna dos mocambos fazia da proximidade às áreas colonizadas um pré-requisito para o êxito. A economia dos mocambos, ao invés de retomar às origens pastoris ou agrícolas africanas, eram muitas vezes parasitária, dependente de assaltos nas estradas, roubo de gado, invasões e extorsão. Essas atividades podiam combinar-se à agricultura, mas raros eram os casos de mocambos que se tornassem auto-suficientes e completamente isolados da sociedade colonial que, ao mesmo tempo, os gerava e os temia” (SCHWARTZ, 2001, p. 228).

¹¹⁹ CDH-USS, documento 104664521011.

nas cercanias de sua casa. Gonçalves da Costa, por seu trabalho, dormia algumas noites fora de sua casa, deixando família sem sua proteção. À vista disso, mandou “convidar seu vizinho Manuel Dias Maciel e dois filhos deste, juntamente com seus escravos Ambrosio, Bibiano, João, Possidonho” para dar fim ao incômodo. Tendo lá chegado, o pernambucano Antônio se gabou que eram poucos para ele e investiu contra o crioulo Possidonio com uma foice, ao que para se defender disparou contra o quilombola. Manuel Dias Maciel, vizinho de Gonçalves da Costa, ainda acrescentou em seu depoimento, “que Caetano Gonçalves não dera ordens para atirarem no preto, e que pelo contrário, ficou muito aborrecido, assim como ele testemunha quando viu o preto ferido”. Caetano confirmara o fato, afirmando que “não autorizou ninguém a atirar no quilombola e que se o mandou prender foi porque este estava em suas terras”.

Desta vez, a trajetória de Antônio, escravo pernambucano, vindo do comércio interno, contrasta com a de outro escravo que vimos no capítulo anterior, Pedro, escravo baiano que fez o possível para ganhar a confiança de seus senhores, mesmo vindo de terras tão perigosas. Antônio, pelo contrário, “andava fugido e nunca trabalhava” desde que Bernardino Gomes Coelho, seu primeiro comprador havia lhe tirado de Pernambuco. Esse escravo “mau”, como foi qualificado pelos depoimentos, havia sido transferido através do tráfico interprovincial, que aumentou bastante a tensão social nas províncias do sudeste, especialmente a partir da década de 1870. Os negros transferidos eram em geral jovens e nascidos no Brasil, no máximo filhos ou netos de africanos que haviam sofrido a experiência do tráfico transatlântico. Assim como no caso de Antônio, muitos desses negros estavam passando por uma primeira experiência mais traumática da escravidão, quando foram comercializados. Separados de familiares e amigos e de suas comunidades de origem, esses escravos teriam provavelmente de se habituar ainda com tipos e ritmos de trabalho que lhes eram desconhecidos. Antônio não quis se acostumar, ou quem sabe tentou e não conseguiu, sendo dito a todos que nunca trabalhava. Ou tentara influenciar na sua venda. O fato é que ao se aquilombar e de ser conhecido como quem nunca trabalhava, um escravo mau, Antônio e outros escravos vindos do comércio interprovincial podem não ter atingido seus objetivos individuais, mas a repercussão de seus atos generalizou aos poucos entre os senhores do sudeste a impressão de que “o flagelo da comunidade” aumentava e de que o perigo rondava constantemente suas cabeças (CHALHOUB, 2003).

Entretanto, mesmo sendo o “flagelo da comunidade” ou o “terror dos moradores”, os quilombolas não eram sujeitos que vivessem em plena harmonia. Na

historiografia especializada, é comum vê-los como uma comunidade harmônica, mesmo que vivendo em contato com parte dos escravos em senzalas ou em centros urbanos. A harmonia, entretanto, nem sempre imperava entre os quilombolas, como nos vão demonstrar Irineo e José.

Em 16 de dezembro de 1884, na fazenda da Boa Vista, situada na freguesia de Paty do Alferes e de propriedade do Banco do Brasil, o escravo Irineo achava-se no “tronco” com mais três escravos, José, Vicente e Antonio. Após ouvir gritos de socorro, o feitor corre ao quarto onde estavam os escravos e flagra Irineo assassinando o “infeliz José”. Segundo o português Francisco Garcia, o crioulo Irineo era “um grande perverso vivendo quase sempre no mato, seduzindo escravos das fazendas vizinhas e que já foi cúmplice de uma tentativa de assassinato na pessoa do doutor Antonio Alves de Azevedo Nogueira, pelo que parece respondeu ao júri; que depois disso que acaba de referir já ele tentou contra a vida de Manoel França, irmão e administrador de sua senhora dona Rosa França”.¹²⁰ Em depoimento, o denunciado assim responde às perguntas,

“Respondeu que andava fugido e que encontrava-se com Jose no mato, que tencionava vir para casa no dia em que se deu a morte de Jose; que fora preso juntamente com ele e postos no mesmo tronco e foi nessa ocasião que ele respondente matara Jose apertando-lhe o pescoço com as mãos. Perguntado qual motivo porque fez a morte de Jose? Respondeu que o matou sem ter motivo nenhum para o fazer, e sim por ser seu companheiro de mato. Perguntado quem estava com ele respondente no tronco? Respondeu que estavam Jose, Antonio e Vicente”.¹²¹

Neste depoimento, Irineo confessa o estrangulamento que matara José, mas ao mesmo tempo afirma que “matou sem motivo nenhum”. Polycarpo, escravo de 18 anos, pertencente ao Banco do Brasil, afirma que foi deixado de vigia, com as chaves do quarto, pelo feitor Joaquim e que quando ouviu os gritos de Vicente e Antônio para chamarem o feitor “dizendo que Irineo estava matando Josezinho”. Quando entrou no quarto Joaquim teve ainda que dar cinco chicotadas para livrar a vítima de seu algoz. Entretanto, o que tanto instigou aos que inquiriam as testemunhas era a motivação do crime, sendo que o autor, apesar de réu confesso, não tinha deixado pistas sobre o assunto.

¹²⁰ CDH-USS, documento 102663943004.

¹²¹ CDH-USS, documento 102663943004.

A questão somente começou a ser desanuviada quando o escravo Vicente foi ouvido. Segundo ele,

“que na terça-feira ele respondente fora preso juntamente com Irineo e seu irmão Antonio, e que estavam no mesmo tronco, porém ele respondente na extremidade do tronco; que ele respondente por estar cansado principiava a dormir quando Irineo o chamou fazendo-lhe a proposta seguinte: - vamos ao que serve – *devemos matar uns aos outros e que ele respondente não aceitara semelhante proposta* e puxara por seu irmão que estava a seu lado dormindo, para acordar, e que então verificou que Irineo estava agarrado ao pescoço de Jose”.¹²² (grifo nosso)

Quando Vicente, mais tarde, novamente foi inquirido, omitiu a motivação do crime, dizendo “nada sabia dos precedentes de Irineo, pois nunca o viu brigar nem se queixar com Antônio”. Nesse momento, o réu se manifesta, e confirma a primeira versão de Vicente: “pelo réu foi dito que é verdade que ele foi quem matou a Jose, porém que tinha sido trato entre todos acabarem com a existência um dos outros, o que foi confirmado pela testemunha”.¹²³ Posteriormente é colocada nos autos a seguinte carta do curador do réu, Alexandre Chaves,

“O presente processo oferece uma dessas deploráveis cenas da escravidão, aliás muito comuns nos estabelecimentos agrícolas. Um infeliz escravo, cujo único crime era o de ter ido pedir as feras nas maltas o agasalho e repouso, que civilização lhe negara, é preso em um tronco pelos pés, provavelmente mal alimentado e mal vestido. Neste estado combina com seus três companheiros de prisão e de infortúnio, incursos no mesmo crime, porém temo a sua vida de angustias e de suplícios. No auge do desespero e mais corajoso de que seus míseros companheiros o réu começa por em execução o plano combinado a seu vizinho mais próximo o seu escravo Jose, também preso pelos pés, tendo por leito uma tabua e por vestido uma simples camisa de algodão. Mas em presença das agonias da vítima alteram-se os outros presos e esquecidos de seu lúgubre convenio bradam por socorro. Acode o feitor Joaquim Gomes Ribeiro, que nesta triste conjuntura revela a mais inaudita covardia, porque, desembaraçado, como estavam e auxiliado pelo escravo Polycarpo, presente, poderia talvez salvar o infeliz Jose, quando o réu preso pelos pés e tolhido em seus movimentos abandonara a vítima e segurara no cabo do relho do feitor. Deixando porém escapar a ocasião usada a uma boa ação o feitor preferiu praticar uma crueldade ociosa desfechando no réu cinco pauladas. Nenhum socorro médico foi perpetrado ao infeliz Jose, a quem se deu logo certidão de óbito e cujo o cadáver continuou preso ao tronco ao lado de seus companheiros vivos desde o dia 16 de dezembro até o dia 17, em que se fez o auto do corpo de delito. Tinha o réu Irineo a intenção deliberar, o firme propósito de cometer um crime? Parece-nos que não. A vítima era seu comparsa de fuga, de perseguição, de suplicio, não houve entre eles rixas, nem ofensas; portanto o atentado foi o resultado do contrato de se matarem, e tanto que o escravo Antonio, também preso receava que o réu também o matasse. No seu espírito acanhado e bruto, estortegado nas ânsias do desespero talvez o réu considerasse uma obra

¹²² CDH-USS, documento 102663943004.

¹²³ CDH-USS, documento 102663943004.

meritória libertar seus companheiros dos martírios, porque passaram, matando-os e suicidando-se depois. Só Deus o sabe. A razão do réu estava transviada e presa de uma alucinação momentânea; ele se justificara e obterá”.¹²⁴

Alexandre Chaves, na ânsia de defender o escravo Irineo, num surto abolicionista, alega que o processo é uma das deploráveis cenas da escravidão. “O infeliz escravo”, mal alimentado e mal vestido, teria feito um lúgubre pacto entre seus companheiros, esquecido diante do gemido de José. Coloca a culpa no feitor e no socorro médico, afirmando que poderia ele ter salvado a vida de José. O crime não havia acontecido, já que a vítima era seu comparsa e o atentado foi um contrato entre ambos para se matarem. Chaves via nisso até mesmo um ato meritório do réu, de libertar seus companheiros dos martírios, matando-os e suicidando-se depois. Termina com, “Só Deus o sabe”.

Contudo, em resposta ao posicionamento de Alexandre Chaves, o promotor público José de Avelar Fernandez contesta a ideia de pacto suicida. Segundo ele,

A autoria do crime esta evidentemente demonstrada por testemunhas oculares. Os negros, que estavam com Irineo e Jose no tronco, vendo este surrar as mãos daquele chamaram por socorro, e quando o feitor acudiu ao quarto de tronco teve necessidade de empregar a violência para tirar a vítima do poder do réu. É defesa do réu a invenção de um pacto de suicídio entre os escravos que se achavam presos. (...) Os escravos, companheiros de tronco, informam que estavam dormindo, e que acordaram os gemidos da vítima, e que vendo o réu preso a ela, tentando matá-lo, chamaram por socorro o fato do sono e do socorro exclui a possibilidade do pacto de suicídio. Alem disso se pacto tivesse havido, o réu logo que ouviu os gritos de socorro dos companheiros, e viu acudir o feitor, deveria abandonar seu companheiro Jose; mas assim não foi: somente a pancadas que lhe tiraram as forças e que retiraram as mãos dos pescoços deste. A testemunha Francisco Garcia diz que indagando do móvel do crime, pelo qual o réu é processado, soube que era por ter a vítima aconselhado ao réu de ser demorar mais tempo fugido.¹²⁵

O promotor público acaba com os argumentos do curador, argumentando que o simples fato de estarem dormindo os outros escravos e pedirem socorro atesta a invenção da defesa de um pacto lúgubre. Ademais, se assim fosse, vendo a impossibilidade de continuar o pacto, Irineo deveria ter soltado o pescoço de Antônio, o que não o fez, senão através de pancadas. O promotor ainda lembrou o testemunho do português Francisco Garcia, que afirmou que a motivação tinha sido porque a vítima tinha aconselhado ao réu de se demorarem mais no mato. O promotor convenceu o júri, e Irineo foi condenado à pena de 50 açoites.

¹²⁴ CDH-USS, documento 102663943004.

¹²⁵ CDH-USS, documento 102663943004.

Saber a verdade, nunca iremos. O importante é através de estas frestas abriremos um horizonte mais crível. O pacto de morte não parece um absurdo se analisarmos a questão mais detidamente. A comunidade quilombola intacta, romântica e harmônica não parece ter existido. Entretanto, a lealdade era um ponto fundamental para seus membros, assim como o era para a comunidade escrava como um todo, da qual a quilombola fazia parte por suas ligações. A vida no mato, a tentativa de ficar “invisível” dos inimigos e as alianças por conveniência (tanto inimigos como amigos foram encontrados entre todos os setores da sociedade escravista) cobrava coesão e entrega daqueles que viviam sob um “rancho”. Saber muito bem com que estavam lidando era fundamental para a sobrevivência enquanto quilombola, tanto internamente como externamente. Assim como poderia haver inimigos fora, poderia também haver ao lado, no convívio diário, e isso fazia com que a liberdade pessoal de cada indivíduo fosse retirada em nome daquele grupo específico. Daí nasceria um “pacto” inerente. Assim construído, o pacto como um instrumento de poder, poderia suscitar desentendimentos e conflitos, uma vez que a coesão cobra que a liberdade de decisão dos indivíduos seja limitada. Dessa forma, voltando ao primeiro capítulo, quando refutamos a ideia de que as mulheres escravizadas pudessem ser consideradas uma comunidade dentro da comunidade escrava, essa possibilidade parece mais forte para o caso quilombola.

O caso da morte de José, por outro lado, pode nos mostrar outros contornos da vida nos “ranchos”. Richard Price (1973) nos mostra como a lealdade era cobrada em outras regiões da América. Em Cuba, os rebeldes tinha o costume de matar desertores, mesma penalidade entre os “Windward maroons” da Jamaica, no Suriname e na Guiana Francesa. O autor conclui que “throughout the hemisphere, desertion was commonly punished by death” (PRICE, 1973, p. 17). Outrossim, entre os novos pequenos quilombos era possível a emergência de um autoritarismo, que poderia levar a dissensões internas. Assim podemos ver o argumento do promotor público, quando lembra o depoimento de Francisco Garcia, de que o escravo José teria sido morto porque não concordava com Irineo sobre o tempo em que ficariam no mato. O próprio Irineo confirma essa versão, quando afirma que “andava fugido e que encontrava-se com Jose no mato, que tencionava vir para casa no dia em que se deu a morte de Jose”. Irineo queria desistir, queria desertar, ou esta “volta para casa” tinha outro significado, como uma estratégia para conseguir mais recursos para a vida no mato. Qualquer que seja o significado dessa discordância, há uma disputa de poder entre os dois escravos sobre o destino a ser tomado em relação ao futuro. Essa discordância pode ter evoluído

a uma clara deserção por parte de Irineo; o medo da morte, talvez prometida por José, por terem sido presos, pode ter levado a fim de sua vida.

III

A economia escrava poderia dar oportunidades a alguns escravos ganhar e emprestar dinheiro, fazer dívidas. Veremos como isso funcionava através de dois casos de homicídio, e como o endividamento poderia afetar a relação entre escravos.

O primeiro caso acontece em um armazém entre dois escravos carroceiros, Victor e Samuel, em 1862. Já dizia o Barão de Paty do Alferes, “sem o trem de carga você não pode ser um fazendeiro Serra Acima”. Até que a Estrada de Ferro Dom Pedro II solucionasse o problema, os fazendeiros de Vassouras – aqueles que tinham condições de ter sua própria tropa e aqueles que arcavam com despesa de terceiros no transporte dos produtos agrícolas – dependiam dos tropeiros escravos, gastando altas despesas com mulas aleijadas ou afogadas e café encharcado ou sujo de lama, sem falar de outros gastos fixos. Essa dependência não era exclusiva dos cafeicultores, mas também de estancieiros e senhores de engenho, nas áreas rurais ou urbanas.¹²⁶ No mundo canavieiro de Campinas do início do século XIX, os tropeiros também eram necessários. Para os senhores de engenho, assim como para os cafeicultores, a montagem das tropas significava uma importante economia de gasto ou quem sabe até mesmo uma fonte de lucros, ao transportar as produções agrícolas de pequenos proprietários. Por outro lado, para os escravos tropeiros representava a possibilidade de mobilidade dentro de uma vasta área, levando e buscando mercadorias, de abrir uma economia própria (PIROLA, 2011). Thomas Ender retratou em um de seus desenhos, um carroceiro.

¹²⁶ Para Gilberto Freyre, “para as carruagens, era costume usarem-se mulas em vez de cavalos, por serem as mulas mais resistentes do que eles, machos bonitos porém débeis para os trabalhos cotidianos ou de rotina. Também por serem as mulas capazes de tolerar melhor do que os cavalos o calor do verão em cidades como o Rio de Janeiro. De modo que às obrigações de transporte rural, nas quais o rival do boi de carro, a mula, no Brasil da primeira metade do século XIX, juntou as igualmente duras obrigações de transporte urbano. Já na segunda metade do mesmo século – em 1865 – Codman, tendo observado a entrada de uma tropa de mulas na cidade de Santos, notou que quando os tropeiros retiravam as cangalhas dos animais, viam-se em muitos deles feridas que iam até aos ossos. Resultado de longas viagens por maus caminhos, sem que os homens se preocupassem com os animais. E quase o mesmo martírio sofriam as mulas nas cidades, transportando pelas ruas esburacadas, em caleças e carros arcaicos, gordos vigários, imensas baronesas acompanhadas de pretas também opulentas, fidalgos enormemente arredondados pelo pirão e pela inércia ou inchados mostruosamente pela elefantíase”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 632.



Figura 13. Ender, Thomas (1793-1875). Uma mula e uma carroça de carga. Desenho. Biblioteca Nacional. Uma atividade sem a supervisão direta dos senhores de escravos.

Segundo Stanley Stein (1990), de acordo com o relato de um tropeiro ex-escravo, na manhã de uma viagem para a costa, as mulas eram trazidas para o armazém da fazenda (nesse em que deve aconteceu o conflito entre Victor e Samuel). Pesava-se na balança da fazenda uma grande saca de couro (broaca) com quatro arrobas de café. Um arreio de carga era colocado na mula para carregar oito arrobas igualmente distribuídas dos dois lados; se a mula pinoteava quando carregada, uma arroba extra de café era jogada em seu lombo “para acamá-la”. Dois tropeiros escravos supervisionavam cada lote de sete burros. Foi nessa hora que Victor e Samuel resolveram acertar algumas pendências.

Victor, escravo africano de Manoel Antônio de Menezes que estava trabalhando de carroceiro para João Antônio Pereira, afirma que quando foi deitar no carro, depois do serviço feito, Samuel veio arrumar briga. Vendo-se enforcado pelo pescoço, Vitor com um canivete mata Samuel, que antes de ser morto havia dito, nas palavras de Francisco Correa de Figueiredo, “então tu pensavas que não me havia de pagar os nove mil réis”. Figueiredo as ouviu da porta de sua casa após escutar um estranho falatório na casa de João Antônio Pereira.

Duas versões foram sustentadas pelo africano Victor, que obviamente não confirmou ser devedor de Samuel. A primeira era de que havia sido vítima da fúria do escravo por tinha separado uma briga no mesmo dia entre Samuel e Adriano, outro

escravo. A segunda foi porque tinha chamado a atenção de Samuel para fazer o serviço bem feito. Como réu confesso, foi preso.

O que nos salta aos olhos nesse processo é que, nas palavras de John Campbell (1993, p. 268), “os escravos também adquiriram um dos mais ilusórios – e poderosos – objetos: o dinheiro”. Em Vassouras, como em Charleston na Carolina do Sul, os escravos conseguiram dinheiro através de suas atividades econômicas. Aqui, no assassinato de Samuel, mostra-nos que não apenas os escravos poderiam deter dinheiro como o emprestava. No processo não aparece como seria possível um escravo ter emprestado 9 mil réis – equivalente mais ou menos a 8 ou 9 alqueires de arroz (GUIMARÃES, 2009, p. 144) –, mas é possível desconfiar que era através de sua atividade de carroceiro. Segundo Stanley Stein (1990, p. 122), “20% da força de trabalho masculina produtiva e efetiva da fazenda (‘sempre escolhida entre os melhores’) ou sete entre 35 escravos eram tirados do campo para trabalharem como tropeiros”. Girava em torno dos tropeiros muitas despesas, e talvez alguns recebessem pelo trabalho feito: assim seria a mais provável fonte de dinheiro de Samuel¹²⁷, exatamente como acontecia em Mar de Espanha no mesmo período (GUIMARÃES, 2009, p. 143). O dinheiro também foi significativo, após a primeira metade do século XIX, na economia escrava do Caribe Britânico (MARSHALL, 1993), na Martinica (TOMIC, 1993) e na Louisiana (MCDONALD, 1993).

Outro caso de assassinato reforça a utilização não só do dinheiro, mas do empréstimo entre escravos. No “dia de ano”, ou seja, primeiro de janeiro de 1867, o escravo de Moçambique, Valentim, de Joaquim Ribeiro de Avellar, saiu de sua senzala e partiu em direção à casa do escravo Ancelmo, que criava galinhas. Segundo dois escravos testemunhas que estavam presentes à hora em que Valentim chegou, este vinha com uma garrafa de aguardente e uma espingarda na mão, cobrar uma dívida. O escravo africano Generoso, de 24 anos,

“disse que no dia em que se deu o tiro ele testemunha foi a casa de Ancelmo vender um pouco de toucinho, e seguindo disse-lhe Ancelmo que viesse na volta receber o dinheiro; e quando chegou de volta achou Paulo com Ancelmo, estando todos três dentro de casa, chegou Valentim (...) trazendo uma espingarda e uma garrafa com aguardente, chegando disse a Ancelmo

¹²⁷ Segundo o próprio Stanley Stein, no inventário do finado Luís dos Santos Werneck, de 1855, o proprietário da fazenda São Fernando, da qual aludimos no capítulo introdutório, consta “os custos de homens e animais no Rancho Alto” durante um período de cinco meses ou Rs. 300\$220”. STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1990*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 122. Quem sabe aí não estariam algum pagamento para os escravos carregadores.

que ia ali receber o dinheiro que ele lhe devia, e foi respondido por Ancelmo, que não tinha dinheiro.”¹²⁸

Ao retirar-se, Generoso, juntamente com o escravo Paulo da casa de Ancelmo, foram surpreendidos com o barulho de tiro; como voltaram e verificaram que Ancelmo estava ferido e Valentim à porta, os dois partiram em disparada avisar ao feitor do acontecido.

Paulo, escravo crioulo de 16 anos, disse que

“chegando a casa de Ancelmo, acender o fogo, isso fazia por ordem de seu senhor, quando ali chegou, achou Valentim, Ancelmo e Generoso, nessa ocasião, ouviu Valentim dizer a Ancelmo: são três vezes que venho aqui buscar o meu dinheiro e não venho cá mais = retirando-se Valentim, ele testemunha foi acender o fogo, fecharam nessa ocasião a porta, quando ele testemunha ouviu um tiro, e abrindo a porta estava Ancelmo ferido, e Valentim a porta dizendo a Ancelmo que aquilo não era nada”¹²⁹

A história de Ancelmo, Valentim, Generoso e Paulo nos dá a chance de tirarmos alguns apontamentos acerca da economia interna escrava. Primeiro vamos aos personagens. Ancelmo, ao que parece, não morava numa senzala coletiva como o próprio Valentim. Em sua casa recebia escravos que vendiam (e possivelmente trocavam) mercadorias como toucinho, que Generoso havia lhe oferecido. Valentim, mesmo morando numa senzala, teria conseguido meios suficientes para juntar algum pecúlio e emprestá-lo. Poderia também ter vendido a crédito a Ancelmo, o que exatamente não sabemos. Generoso, aproveitara o feriado do primeiro dia do ano para vender toucinho para os escravos (e quem sabe livres e libertos). Paulo, como adolescente, fazia favores ao senhor, mas o pedido deste tinha sido incomum: acender o fogo da casa de Ancelmo. O pedido incomum pode nos dá a ideia de como Ancelmo era prestigiado pelo senhor, e também pela comunidade escrava, que lhe vendia e emprestava dinheiro.

Das duas histórias aqui contadas, de Victor e Samuel e de Ancelmo e Valentim, podemos vislumbrar melhor como funcionava esta complexa economia escrava. Antes de tudo, vimos que alguns escravos fizeram o possível e foram capazes de explorar o contexto econômico de Vassouras para alargar ou expandir as possibilidades de uma economia interna. Se esta esbarra no paternalismo dos senhores, não há dúvidas de que foi imprescindível a capacidade dos escravos de transformarem as poucas oportunidades

¹²⁸ CDH-USS, documento 104664546009.

¹²⁹ CDH-USS, documento 104664546009.

que dispunham para tentar se desvencilhar daquilo que lhe era permitido ou não fazer (MARSHALL, 1993).

O Barão de Paty do Alferes ao dizer que a roça própria era positiva porque daria aos escravos a possibilidade de comprar os seus regalos, não cabia em sua escrita que estes regalos tivessem uma grande importância para aqueles que o possuísem. Aos olhos de um dos mais ricos fazendeiros vale-paraibanos, o dinheiro conseguido pelos escravos era muito pouco. Mas como tem sublinhado Robert Slenes para o Brasil, Woodville K. Marshall para o caribe inglês, Dale Tomich para a ilha francesa de Martinica, John Campbell para a Carolina do Sul e Rodrick A. McDonald para a Louisiana, todos para o século XIX, o fundamental nessa economia é o espaço criado de “independência” e de “autonomia” para os escravos. Ter acesso ao dinheiro, ganhado ou emprestado, e decidir o que e de quem comprar, era uma decisão não apenas econômica, mas também política (TOMICH, 1993, p. 222). Como dizia um jongo cantado em Vassouras,

O diabo do dembo, [...]
Ô, [...]
Não deixou eu vestir calça, [...]
Ô, [...]
Não deixou vestir camisa, [...]
Ô, [...]
Não me deixou botar cueca, [...]
Aê, [...]
Não me deixou vestir chapéu, [...]¹³⁰

Aqui o “diabo do dembo” pode ser encarado como uma autoridade, senhorial ou dentro da comunidade escrava, pois *dembo* pode vir do kibundu *ndembu*, “potentado, autoridade superior [que tem *sobas* (chefes), sob sua jurisdição”, ou do umbundu *ndembo*, “mulher principal do soba, rainha”. No ponto, a canção nos leva a interpretar que os escravos de Vassouras davam grande importância aquilo que poderiam comprar, uma calça, camisa, cueca ou chapéu, que servia também como uma forma de distinção (basta lembrar que o escravo Felisberto do capítulo introdutório foi reconhecido pela sua calça, camisa e, principalmente, seu chapéu).

Como analisado por Dale Tomich (1993), as roças próprias dos escravos e seus produtos vendidos por entre a escravaria poderia aglutinar a solidariedade escrava, e

¹³⁰ Gravações de Stanley J. Stein – Transcrição. LARA, Silvia H. e PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo*. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

interferiam no desenvolvimento da comunidade escrava (MCDONALD, 1993), quando homens, mulheres, crianças e idosos ajudavam a cultivar um pedaço de terra ou a cuidar de criações de galinhas e porcos, principalmente. Sob outra ótica, os ganhos das roças e criações poderiam servir para uma diferenciação entre os próprios escravos. Isso fica claro nos casos analisados, em que o empréstimo de dinheiro foi o principal motivo dos assassinatos entre os escravos (apesar desta não ter sido a avaliação da justiça naquele momento). A morte foi o efeito extremo dessa relação econômica-social.

A utilização de crédito pelos escravos levava a algumas consequências. Para o devedor, primeiramente, ele se vê em uma situação de subordinação, colocado como inferior em relação àquele que lhe emprestou o dinheiro. Ao mesmo tempo, como se posicionou Jonh Campbell (1993), alargava o que os escravos poderiam comprar. Para o escravo que emprestava o dinheiro, primeiramente, poderia ter sua renda aumentada através de prováveis juros e criava uma força alternativa e paralela ao senhor, na qual os escravos poderiam se socorrer, cobrando mais do que juros, lealdade e prestígio social entre seus pares. Assim, essa rede de interdependência econômica e social se cria a contra gosto dos senhores de escravos, pois como nos fala o Barão de Paty: “Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna”.¹³¹

A economia interna dos escravos, vistos aqui pela ótica do furto, de quilombolas ou não, e do endividamento, foram situações limites do nicho econômico encontrado pelos escravos na busca de dinheiro, autonomia e diferenciação dentro da comunidade escrava. Em vários aspectos esse dinheiro poderia influir no prestígio e desprestígio de um escravo: numa economia bem abastecida de poder monetário, não só escravos especializados ou aqueles cujas terras davam-lhes algum rendimento, tiveram a possibilidade de acesso à economia. Isso tem a ver com o perfil da economia interna dos escravos em Vassouras, a partir da metade do século XIX, quando vários fatores mudam a paisagem extremamente rural da primeira metade e colocam a cidade praticamente como uma das mais importantes da província do Rio de Janeiro. Comprova-se isso, pelo número de barões e baronesas, pela repercussão de revoltas que chegam aos ouvidos da capital (como a de Manoel Congo), como a construção da ferrovia Pedro II, como a

¹³¹ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

urbanização e o intenso trânsito de comerciantes vindos da capital do Império. O furto passou a ser uma chance de ter acesso à economia. Entretanto, isso acabava por acarretar mudanças nas relações entre escravos. Isso fica mais evidente nos casos de cobrança de dívidas, como o de Ancelmo e Valentim.

4.2. *Prestígio e poder simbólico: de dentro e de fora do portão das senzalas*

Nesta segunda parte do capítulo, vamos ver como o poder simbólico era uma importante forma de gerar prestígio dentro da comunidade escrava. Este poder poderia vir de diversos lugares, desde um simples jogo de baralho até a complexa compreensão do fogo para os escravos em Vassouras.

O primeiro caso a ser analisar teve como vítima Narciso, escravo de Laureano Correia e Castro Junior, filho do Barão e Baronesa de Campo Bello, no dia 22 de maio de 1853. Narciso, crioulo, foi achado por seu senhor moço na estrada de ferreiros às 11 horas da noite. O Barão de Campo Belo, Laureano Correia e Castro, era um dos maiores senhores de escravos de Vassouras: o inventário de sua mulher, em 1873, contam-se 335 escravos, mais 16 ingênuos.

Correia e Castro, justamente por ter sido um dos grandes senhores de escravos da região do Vale do Paraíba fluminense, um ano após a morte de Narciso – escravo de Junior –, presidiu uma reunião entre os fazendeiros alarmados com os rumores de insurreições escravas nas cidades vizinhas, como Campos, Barra Mansa, Valença e Paraíba do Sul. Já havia se passado dez anos da maior ameaça aos senhores em Vassouras, a conhecida como a insurreição quilombola de Manoel Congo¹³². Realizada em 05 de agosto de 1853, os fazendeiros deliberaram sobre a nomeação de uma “comissão permanente”, que, formada por quatro fazendeiros locais – entre eles Laureano Corrêa e Castro –, tinha como principal objetivo fazer com que os fazendeiros tomassem providências para deter insurreições futuras. As instruções constituíam-se em seis itens: emprego de colonos para cada grupo de escravos; ter armamento disponível correspondente ao número de pessoas livres; impedir comunicações entre escravos de

¹³² Segundo Flávio dos Santos Gomes, na cidade de Vassouras em 1838, “grande número de escravos – a maior parte pertencente ao mesmo fazendeiro – sublevou-se, realizando saques às propriedades, roubando mantimentos e ferramentas. Em seguida, refugiaram-se na floresta, visando – ao que se sabe – a formar um quilombo. Dias depois, viram, porém, suas expectativas sucumbirem em meio à retaliação imediata desencadeada pelas autoridades e grandes fazendeiros da região”. Manuel Congo, um africano com o ofício de ferreiro foi denunciado como o principal “cabeça” da insurreição e condenado à morte. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 144.

várias fazendas; promoção de divertimentos aos cativos; incentivar o catolicismo entre os escravos; e o cultivo de roças próprias pelos escravos e a compra de seus produtos pelo senhor (GOMES e MOTA, 2009, p. 104-110). Os escravos não envolvidos diretamente com a eclosão de insurreições, perceberam tais medos e apreensões por parte dos proprietários e barganharam melhores condições de vida (GOMES e MOTA, 2009, p. 101-102). Foi o que talvez tenha feito Narciso. Voltemos a sua história.

Narciso era um escravo crioulo. Isso pode dizer muito naqueles anos do fim do tráfico transatlântico. Um crioulo falava o português desde a infância e conhecia bem os hábitos e costumes locais. Entretanto, os exemplos dos africanos Rufino, Bacquaqua, Domingos Sodré, Olaudah Equiano e – como veremos a frente – Lino, mostram-nos que estes não eram incapazes de transitar por entre a cultura do novo mundo em que estavam imersos. Se não se pode falar de uma divisão tão rígida de crioulos e africanos, obviamente os crioulos poderiam ter mais facilidade do que aqueles para tirar proveito dos costumes locais. E um dos hábitos e costumes de Vassouras, na segunda metade do século XIX, era o jogo de cartas. E Narciso foi um dos “bons”, segundo o depoimento do ferreiro Antonio de Farias Braga, português de 24 anos:

“respondeu que ouviu o agredido dizer (ah meus amigos não me matem) e aos agressores dizer a um deles (você é bom); perguntado se quando passou no arraial viu alguma casa aberta, respondeu que a ultima casa da povoação estava com uma porta entre aberta, vindo pelo quintal da casa luz, perguntado se recordava-se que horas eram quando ele passou nesse lugar do assassino, ouviu as bordoadas; Respondeu que serem (...) onze horas para meia-noite”¹³³

A casa seria de José Fernandes Gorito, negociante português de 29 anos que tinha uma venda em Vassouras. A acusação veio mais forte do carpinteiro Antônio Lopes Camargo, mineiro de 59 anos. Deixando claro que não tinha nenhuma amizade com o negociante e seu caixeiro e já havia trabalhado muitas vezes para aquele, afirmou que “é público e notório” que Narciso foi assassinado a pancadas ao pé de uma lagoa, distante apenas 300 braças da venda de Gorito. Sabia por ouvir dizer de Manoel Inácio que

“os autores dessa morte são Jose Fernandes Gorito e um seu caixeiro cujo nome não sabe se não o primeiro, que é Manoel, os quais tendo jogado como costumados (...) tempo com o dito escravo, e tendo perdido muito, no depois

¹³³ CDH-USS, documento 104664514008.

que o dito escravo se retirou da casa deles o foram cercar a diante e ali o mataram para tomar-lhe o dinheiro que lhe tinha ganho”.¹³⁴

Ademais, a testemunha dizia que tinha visto o próprio Gorito jogar com o escravo Narciso há pelo menos um ano. Manoel Inácio, suposto informante de Antônio Lopes Camargo, era um “homem preto” de 75 anos (liberto?), pedreiro, e quando foi testemunhar no caso ratificou o que havia dito ao carpinteiro Camargo. Não apenas isso, deu mais detalhes de como ficou sabendo que Narciso foi morto por causa de sua habilidade no carteadado. Foi um menino de apenas 12 anos, Cezario, filho de Antonio Thomaz de Aguiar, que havia lhe dito que Narciso depois de ganhar muito dinheiro fora assassinado pelos outros três jogadores que lhe tiraram o dinheiro. A testemunha, Manoel Inácio, vai mais adiante e acusa José Fernandes Gorito de costumar “jogar na sua casa até com pretos cativos a dinheiro e com ele testemunha tem jogado”. Cezário foi ouvido logo depois, ratificando que “José Fernandes Gorito costuma jogar na sua casa, não só com homens forros, como com cativos”. O paulista João Felipe São Tiago, também citado nos autos, afirmou que além de Gorito jogar a dinheiro em sua casa, truco e outros jogos, é turbulento e dado a pancadas “como sucedeu com o falecido Tavares e a pouco tempo segundo dizem com João Francisco Simões”.

Através destes depoimentos, podemos ver o escravo Narciso circulando pela cidade de Vassouras, mais especificamente na freguesia de São Sebastião de Ferreiros. Assim como todas as outras freguesias de Vassouras, excetuando a de Sacra Família, em Ferreiros havia mais escravos do que livres por ocasião do recenseamento de 1872. Quanto à composição racial, também de acordo com o recenseamento, os brancos só constituíam-se de 1.239 pessoas, enquanto negros e mulatos o resto dos 4.666 habitantes.

Provavelmente, pelas circunstâncias do crime de Narciso, este era um escravo ao ganho. Estes conseguiam ter acesso a uma rede de pessoas muito maior e diversificada do que os escravos das fazendas. A venda, como vista no capítulo anterior, era um ponto de encontro de diversos grupos sociais, muitos escravos e libertos. Por ali se faziam negócios, provavelmente era onde Narciso procurava por algum serviço, bebia-se, jogava-se e apostava-se. O jogo a dinheiro também foi encontrado por Sidney Chalhoub (2001) entre os estivadores no Rio de Janeiro do início do século XX, mas nada, aparentemente, tem se visto entre jogos a dinheiro entre escravos e livres.

¹³⁴ CDH-USS, documento 104664514008.

O que nos cabe apontar é que Narciso logrou uma reputação de bom jogador de cartas, que era desejado por muitos livres daquela região. Sua fama ultrapassava as fronteiras dos escravos e forros para ganhar a admiração dos livres. Já há muito jogando com Gorito e outros, livres, forros ou escravos, pode ter conseguido muito dinheiro (e perdido também), mas era sua habilidade no carteadado que o qualificava, que o diferenciava perante os outros escravos.

O processo do assassinato de Narciso, entretanto, não acaba com a condenação do comerciante português José Fernandes Gorito. Vale a pena transcrever o seu depoimento, que a partir daquele momento será a versão aceita para a morte de Narciso,

Disse que sabe por ouvir dizer a Manoel da Cunha Frazão (então nessa ocasião caixeiro dele testemunha), que quem matara o preto Narciso foram dois escravos de Claudino de Figueiredo e Souza, um de nome Quintiliano e outro João, e um escravo da viúva de Antonio Joaquim Machado, de nome Manoel, tanto que o mesmo seu caixeiro Frazão, tinha vendido nessa mesma ocasião uma garrafa de aguardente, um canivete, cujos objetos, os réus trouxeram ao depois que fizeram o assassino, e que o dito Frazão conheceu bem como viu as roupas sujas de sangue, e Emanoel, com um corte na mão, sabe mais que Quintiliano se gabara ao mesmo Frazão, que ele é quem tinha matado Narciso com uma forte pancada que lhe dera, perguntado se sabia a razão que deu lugar a este assassino, respondeu que sabe por ouvir dizer que o ciúmes quem tinham de uma escrava de Antonio Pereira dos Santos, declarou mais a testemunha, que ao depois de terem estado com seu caixeiro, e de terem declarado o acima dito dirigiram-se a casa de Antonio Fernandes Gorito, e entrando pelo muro para o lado da cozinha tentaram violar Claudina (...) da mesma casa, e que esta gritara e ouvindo Antonio Gorito os ditos gritos acudira e achou a Quintiliano deitado com uma crioula, e querendo corrigi-los, Quintiliano evadiu-se, e ele castigara a crioula, neste ato a dita declarou que Quintiliano tinha contado que tinham acabado de fazer uma morte em um escravo de Laureano Correa. Declarou mais a testemunha, que sabe que Quintiliano e seu parceiro João, e Manoel Crioulo da viúva de Joaquim digo de Antonio Joaquim Machado, já haviam premeditado fazerem este assassino, porque já haviam esperado dias antes de emboscada ao dito Narciso, tanto que foram vistos por João de Azevedo Ramos, que lhes perguntou o que estavam fazendo, responderam que estavam a espera de uns negros dos Correa.¹³⁵

O argumento do português Gorito mudava completamente a motivação do crime. Seria um crime motivado por ciúmes de uma escrava de Antonio Pereira dos Santos. Como vimos, no capítulo anterior, todos os assassinatos de mulheres escravizadas foram cometidos por homens escravizados, maridos ou não. Ao contar uma história totalmente diferente dos depoimentos predecessores, Gorito – que era acusado de fazer apostas com escravos e de ter cometido outros crimes – colocou outras cartas na mesa: era de conhecimento de todos que a disputa por mulheres entre os escravos era grande

¹³⁵ CDH-USS, documento 104664514008.

naqueles tempos em Vassouras. A versão de Gorito, torna-se ainda mais verossímil, quando reforça que foi uma escrava crioula sua, depois de ter se deitado com um dos assassinos, quem lhe contou tudo. Foi porque um dos assassinos invadiu sua casa para “violar” sua escrava, que ele pode contar por ouvir dizer, que a verdadeira versão era a sua.

Depois do depoimento de Gorito, Manoel Crioulo, um dos acusados pelo comerciante apareceu morto. De propriedade de dona Ana Machado, foi encontrado boiando em um açude no dia 29 de maio de 1853. Levados a júri, os outros dois acusados, o mineiro Quintiliano e o angolano João foram condenados.

A morte de Manoel Crioulo não foi sequer considerada. Na batalha das versões sobre a morte de Narciso, aquela favorável ao comerciante José Fernandes Gorito prevaleceu. Sua influência como negociante (aparece como negociante no Almanak Laemmert em 1853) pode ter sido fundamental para esse desfecho.

Voltando às reuniões entre os senhores de escravos vassourenses a que Flávio Gomes nos informa, não seria demais pensar que o medo suscitado por rumores de revoltas escravas no interior do Rio de Janeiro não tivesse reverberado nesse processo. O escravo do filho de um dos líderes desta reunião de 1853 tinha sido morto, e a ideia de que um comerciante proporcionava em sua própria casa jogos em que escravos e pessoas de cor estavam presentes seria um escândalo numa sociedade em que apenas 25% da população era branca. O assassinato seria de conhecimento de toda a sociedade vassourense, uma vez que Laureano Correa e Castro Junior era Juiz de Paz da freguesia da Sacra Família do Tinguá. A reviravolta no caso e a morte do escravo Manoel acenam para uma vitória da versão mais branda do assassinato de Narciso: um crime passional como tantos outros, que tinham manchado de sangue negro aquelas ruas de pedra e aqueles morros de cafezais.

O fato é que uma versão não contradiz a outra. Em nenhum momento, Gorito nega que jogasse carteadado com escravos e negros livres daquela freguesia. Somente apresentou uma história, que naquele momento de cuidados com a escravaria, não expressava a força simbólica de um escravo vencedor, um escravo cujas habilidades seriam invejadas, um escravo que tinha invertido a ordem social, mesmo com reis e rainhas de um jogo de cartas.

Narciso, crioulo, era escravo do filho do Barão de Campo Bello. Este, que falecera na década de 1860, deixou sua grande fortuna para a Baronesa de Campo Bello. Entre casas de moenda, casarões, fazendas, destaca-se o escravo Lino. A trajetória deste

africano nos faz questionar um pouco o “abismo” de adaptação entre africanos e crioulos. Como outros escravos africanos, entre eles Rufino, Bacquaqua, Domingos Sodré e Olaudah Equiano, foi capaz de transitar na cultura do novo mundo, e chegar a ser um escravo de ofício especializado. Sua especialização, “machinista do Vagão”.



Figura 14. Engenho de pilões sendo acionado por um homem. Fazenda Cachoeira Grande, próximo de Engenheiro Nóbrega. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 186). Lino era responsável por uma dessas máquinas.

Provavelmente Lino era responsável por umas das máquinas de beneficiamento de café (figura 5) da fazenda do Retiro, encontradas no inventário da Baronesa de Campo Bello em 1873.¹³⁶ Stanley Stein descreve uma máquina de moagem, idêntica à encontrada no inventário da baronesa: “na década de 1850, a maquinaria de moagem mais moderna, na qual a casca externa e o pergaminho interno de grãos de café seco eram removidos, era o compacto engenho de pilões. Seu tamanho e custo de manufatura em termos de mão-de-obra especializada ainda dificultavam seu uso, a não ser por grandes fazendeiros” (STEIN, 1990, p. 63).

¹³⁶ CDH, inventário n. 793, caixa 136

A história de Lino, entretanto, nos será contada através de um acontecimento na fazenda de sua senhora: um caxambu ou jongo. Foi nesse momento que quis mostrar sua superioridade diante de outro escravo, Félix. Peço licença, então, para contar a história, portanto.

O dia 21 de março de 1872 parecia especial para os escravos da fazenda do Secretário (ver figura 1, capítulo 2), na época de propriedade da Baronesa de Campo Bello, viúva do Barão de Campo Bello, Comendador Laureano Corrêa e Castro. Haveria caxambu, autorizado pela baronesa dias antes, enquanto a notícia circulava entre os escravos das fazendas próximas. Provavelmente, foi numa dessas conversas que Lino descobriu que a festa teria lugar em outra fazenda de sua senhora. Imaginaria, por conseguinte, a lenha empilhada no terreiro de secagem, um casal de tambores – às vezes acompanhado de um terceiro tambor ou “chamador” – ocupando um lado da fogueira, e negros idosos de outro, africanos como ele, os macota (“pessoas da África, pessoas sábias”). Lembraria, com certeza de outros caxambus que havia participado, dos percussionistas no período de aquecimento dando o ritmo com a palma da mão, ensaiando com os tambores acompanhantes, enquanto os jongueiros cantarolavam os versos para si mesmos e para os percussionistas. E o rei e a rainha do caxambu, quem seriam? O boato ouvido por Lino provavelmente já lhe dava os nomes, ao mesmo tempo em que na sua cabeça imaginava acompanhamento do nguízu (nos pulsos e tornozelos) dos monarcas. Os participantes primeiro cumprimentariam o rei e beijariam sua mão. Em seguida o rei começaria o caxambu. Vestido com uma roupa de flanela vermelha e um chapéu com uma cruz, o rei entraria na roda e, aproximando-se dos tambores de maneira respeitosa, ajoelhar-se-ia com a cabeça inclinada e cumprimentá-los-ia (o maior era o caxambu, o menor candongueiro). De pé, cantaria as duas linhas enigmáticas do jongo, os tambores percutindo na batida enquanto outros escravos repetiriam o refrão, batendo palmas e entrando na roda.¹³⁷ Lino sabia de tudo isso, e parece não ter sido

¹³⁷ E Stanley Stein continua a sua descrição sobre o caxambu: “Os escravos homens vestiam calças brancas e possivelmente uma camisa listrada; as mulheres, blusas frouxas e saias rodadas, lenços no cabelo; dançavam uns em volta dos outros sem se tocarem. Os dançarinos moviam-se no sentido contrário do relógio. Quando se cansavam, dançavam em direção aos do mesmo sexo, convidando-os a substituí-los tocando-os com a palma da mão. Mesmo as crianças entravam na roda para imitar os movimentos dos mais velhos. Após o primeiro desafio, mas ainda sob o ritmo do tambor, o rei se retirava para o fundo, deixando a roda para outro jongueiro que tentaria decifrar o desafio com duas linhas a mais e introduzir sua resposta rimada (“um linha sobre a outra”). No entanto, se aparecesse algum problema entre os verzejadores que se contestavam, o rei retornava imediatamente e silenciava os tambores colocando suas mãos sobre eles. ‘Ele não desejava que houvesse qualquer distúrbio na roda’, explicou o filho de um rei de caxambu”. STEIN, Stanley. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 246.

coincidência que justamente neste dia, 21 de março, teve que levar azeite de sua fazenda, a do Retiro, para a do Secretário. “Deixou-se ficar no brinquedo”, como ele mesmo ressaltou.¹³⁸ Foi lá que encontrou Felix, horas antes de assassiná-lo no seu quarto na senzala.

Como afirmou João José Reis, as festas foram vividas pelos escravos de diversas formas e para diversos fins, desde rituais de identidade étnica, solidariedade até competição entre os próprios escravos e contra os livres. No caxambu, se algum problema houvesse entre os verzejadores, o rei tinha o poder de parar a cantoria e recomeçar quando entendesse que havia uma ameaça de conflito. E para conseguirem festejar tiveram que negociar com os detentores de pequenos e grandes poderes (REIS, 2002). É bem nítida a denúncia do promotor público, contrário a divertimentos nas senzalas:

“O Promotor Público da Comarca (...) denuncia perante V. S. o escravo Lino, pertencente a Baroneza do Campo Bello, o qual em conflicto com um parceiro de nome Felix na fazenda do Secretario às 11 horas, mais ou menos, da noite do dia 2 do corrente produzio no mesmo os ferimentos constantes do auto de corpo de delito (...), em vistas dos quaes ferimentos falleceo o offendido às 6 horas da tarde do dia 5(...). As testemunhas afirmão a embriaguez do denunciado ou jugão que se acharia em tal estado em virtude de seo costume, e de ter havido na senzala o divertimento conhecido sob o nome de cachambú” (21).

Assim, para o promotor, o caxambu é, ao lado da embriaguez do acusado, uma das causas do acontecido. Acreditava naqueles versos de jongo, *Congonha*¹³⁹ *é que mata homem, é, congonha*. Não seria somente o promotor público a discordar sobre a questão das festividades de escravos. Era um momento difícil para os senhores de escravos vassourenses – tão difícil que levou a uma reunião para se pensar a melhor forma de se governar os escravos em 1854 –, e a ideia de que era necessário promover divertimentos aos cativos para não causar “desordens” no mundo do trabalho, era corrente – embora não unânime. Certamente, a Baronesa de Campo Bello acreditava que seus escravos estariam mais satisfeitos se divertindo com o caxambu. Julgado pelo júri, todos os discursos apresentados, tanto pelas testemunhas – homens livres –, como pelo acusado levam a um mero conflito repentino causado pelo excesso de congonha, ou cachaça. Se acreditarmos na versão apresentada pelo acusado e testemunhas esta será a

¹³⁸ CDH, processo n. 102663936007.

¹³⁹ Aguardente de cana, cachaça. Gravações de Stanley J. Stein – Transcrição. LARA, Silvia H. e PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo*. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

única conclusão possível. Contudo, ao reafirmá-la, não estaríamos reforçando a imagem de que não haveria maiores conflitos entre os escravos? A Baronesa provavelmente tinha interesse de que tal acontecimento fosse julgado como um mero incidente, causado pela embriaguez. Ela já havia perdido um escravo, que morrera, provavelmente não gostaria de perder outro, preso. Ainda mais pelo fato de Lino não ser escravo do eito como Félix. Como “machinista do Vagão”, ele era escravo especializado e certamente gozava de um status mais elevado.

Entretanto, se acreditarmos que o crime de morte é um ato limite antecedido por várias manifestações de desagrado, podemos avançar em busca de outras conclusões. Tudo leva a crer que Lino cometeu o assassinato por ter bebido demais, a não ser por uma pequena declaração de José Fernandes Camello, morador da fazenda do Secretário, local do caxambu, português de 40 anos: “perguntado se conhecia o reo e se cumpria bem com suas obrigações – respondeu que sim, costumando a beber de vez em quando. Quanto a Felix que era pacifico, costumava a fugir”.¹⁴⁰

Este dado não foi levado adiante. Passou despercebido no julgamento. Porém, para nossos propósitos, é revelador. Ele nos evidencia que havia na senzala, naquela noite, um conflito entre duas estratégias de sobrevivência. Lino, africano, escravo especializado, com status elevado, que não fora convidado para a festa, mas sim levava azeite de uma fazenda para a outra (já aqui se evidencia que o cativo tinha confiança de sua senhora e certa mobilidade dentro da cidade), certamente buscava melhores condições de vida através de caminhos dentro da própria escravidão. Félix, escravo que, nas palavras do português José Fernandes Camello, “costumava fugir”, buscava melhores condições de vida tentando escapar da escravidão – a documentação não explicita o tipo de fuga que Félix costumava fazer, provável ser um *petite marroon*, mas enfatiza que ele era muito diferente de Lino. Os dois escravos, como disseram as testemunhas, discutiram também pouco antes, por um lugar na hora de se deitarem¹⁴¹, e não eram inimigos. Talvez não fossem inimigos, mas suas estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista, naquele momento, tornaram-se tão antagônicas ao ponto de só

¹⁴⁰ CDH, processo n. 102663936007, de 1872, página 40.

¹⁴¹ Segundo Agostinho José de Medeiros, com 38 anos, feitor de terreiro, morador da fazenda do Secretário, “ouviu dizer pelos pretos que dormião na mesma senzalla, que havia certa indisposição entre elles por causa do lugar onde dormião, mas que antes disso não consta que tivessem desamisade”. CDH, processo n. 102663936007, de 1872.

haver espaço para uma delas. Em vários outros momentos, podem ter perfeitamente convivido sem que essas diferenças viessem à tona.¹⁴²

O simbolismo aqui explicitado pelo lugar na hora de dormir não é banal. Muito pelo contrário, é revelador na medida em que Lino saiu de uma fazenda, participou do caxambu (será que houve algum entrevero entre eles em que o “rei” teve que agir? Será que a indisposição entre eles não se refletiu também na dança?), e dormiu em uma senzala que não era sua. Pior, no lugar de Félix. As senzalas dessa região eram tipo barracões de solteiros, trancadas à noite, utilizadas primordialmente para dormir (Slenes, 1999a). Dentro dela também havia lugar para disputas internas. “Deveis fazer (...) as senzalas dos pretos”, afirmava o Barão de Pati de Alferes em sua Memória sobre a fundação de uma fazenda de 1847, “voltadas para o nascente ou o poente, e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos [aproximadamente 5,3 metros] em quadro, e uma varanda, de oito [1,8 metros] de largo em todo o comprimento”. Famílias conjugais, de acordo com o Barão, deveriam receber um tratamento diferenciado: “Cada quarto destes deve acomodar quatro pretos solteiros e se forem casados, marido e mulher com os filhos unicamente” (Slenes, 1999a, p.150). O quarto abaixo pode nos dar uma dimensão daquilo que estava falando o Barão (figura 6). Lino, como buscava se diferenciar de Félix e outros escravos do eito, impôs sua superioridade na escala hierárquica ao desejar dormir onde quisesse.

¹⁴² Lino e Felix se assemelham assim como os irmãos escravos Patricio e Lorenzo, analisados por Carlos A. Mayo no Pampa argentino. “Patricio y Lorenzo encarnaban así las dos respuestas existenciales más extremas y claramente contrapuestas a la esclavitud: el ‘buen esclavo’ que busca superarse y construye una vida llena de sentido a partir de los intersticios que le deja el sistema esclavista y el que se resiste invertebrada, intermitente e individualmente a su condición servil, llegando a veces hasta el doloroso límite de su marginación social. A diferencia de Patricio, Lorenzo simplemente no se hallaba en Las Vacas ni en ninguna parte donde se le diera ordenes y lo obligaran a trabajar”. MAYO, Carlos A. Estancia y sociedad en la pampa (1740-1820). Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 192.



Figura 15. Cubículo de senzala de chão batido. Fazenda Cachoeira Grande, perto de Engenheiro Nóbrega. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 73). Em um quarto como esse que a disputa entre Lino e Félix aconteceu.

Existem outros detalhes. Todos os homens livres, trabalhadores da fazenda do Secretário¹⁴³, ouvidos na justiça afirmavam conhecer Lino, escravo na fazenda do Retiro, mostrando como havia uma rede de ligações pessoais entre eles. O que nos leva a crer que as fronteiras entre escravos e trabalhadores livres não eram tão rígidas assim.¹⁴⁴

¹⁴³ A Fazenda do Secretário, em Vassouras, foi fundada no início do século XVIII e adquirida, posteriormente, por Laureano Corrêa e Castro, o barão de Campo Bello. Segundo Stanley Stein, “uma das famílias mais influentes, a Corrêa e Castro, que, de acordo com registros, mantinha vastas propriedades nas paróquias de Conceição e Ferreiros, originou-se de um grupo de obscuros lavradores localizados na Fazenda Pau Grande, no fim do século XVIII. Os meios pelos quais três irmãos Corrêa e Castro se tornaram proprietários de grandes fazendas na década de 1830 são obscuros”. (STEIN, 1990: p. 154) No inventário da Baronesa de Campo Bello, falecida em 1873, constam 335 escravos, 16 ingênuos e fazendas, entre elas, a do Secretário, do Retiro e do Pau Grande, além de inúmeras máquinas para beneficiamento do café e prataria. CDH, inventário n. 793, caixa 136.

¹⁴⁴ Isso tem sido enfatizado pela novas dissertações que se debruçaram sobre os processos-crimes em que escravos são envolvidos. A saber: MACHADO, Maria H. P. T. Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987; WISSENBACH, Maria C. C. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998; SILVA, César M. Processos-Crime. Escravidão e violência em Botucatu, 1850-1888. São Paulo:

A trajetória¹⁴⁵ do escravo Lino mostra uma grande diferença em relação ao escravo Félix. Primeiramente, era africano de “nação Moçambique”¹⁴⁶. Sua profissão mostra que era uma das mais especializadas que poderia alcançar no eito: o trabalho com o beneficiamento de café. A autonomia que alcançou é demonstrada por sua mobilidade: foi de uma fazenda a outra para levar azeite, provavelmente, como desculpa, para participar de uma festa para a qual não tinha sido convidado. Além de ir de uma fazenda a outra, e se “deixar ficar” como ele mesmo disse, Lino dormiu “fora”, na senzala da fazenda do Secretário. Mesmo dormindo em outra senzala, se achou “maltratado com palavras”. Como analisa Hebe Mattos, a proximidade entre livres e escravos, exercia influência na concepção dos escravos, que buscavam a mobilidade como uma diferenciação (MATTOS, 1998). Portanto, a trajetória de Lino, mostra acima de tudo que ele teve êxito numa busca de diferenciação com o mundo dos escravos e uma aproximação ao mundo dos livres e libertos, colocando-o hierarquicamente dentro da comunidade. Esta diferenciação vinha de fora, da sua escolha pelo seu senhor para ocupar um lugar na fazenda hierarquicamente superior. Esta ideia parece ter sido aceita por Lino, mas não por Félix, o que evidencia um conflito sobre o que era ser um escravo com prestígio. Na imposição de uma lógica externa à comunidade escrava, lógica essa

Alameda, 2004; SANTOS, L. de L. dos. Crime e liberdade: o mundo que os escravos viviam. Araraquara, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista; FERREIRA, Ricardo Alexandre. Senhores de poucos escravos. Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: UNESP, 2005; FERREIRA, Ricardo Alexandre. Crimes em comum. Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca, 1830-1888). 2006. (Tese de Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP, 2006.

¹⁴⁵ Trajetória aqui definida segundo Guarinello utiliza o conceito criado por Patterson, ou seja, “a escravização pode ser entendida como um processo de morte simbólica, na qual o escravizado perde sua identidade original, sua pessoa, para tornar-se quem seu senhor determinar. Mas não se transforma, nesse processo, numa coisa, a despeito de como o direito tente definir sua persona social. Pelo contrário, é ressocializado dentro da sociedade em que nasceu ou que o escravizou, seguindo trajetórias determinadas, tanto pelos desejos e necessidades de seu dono, como por suas próprias capacidades e oportunidades individuais”. GUARINELLO, Norberto Luiz. Escravos sem senhores. Escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 232.

¹⁴⁶ O fato de Lino ser africano e um escravo especializado, ou seja, que tenha buscado uma estratégia individualista na busca de maior autonomia, leva-nos a contestar os trabalhos que dizem que os “crioulos” eram os mais propensos a isso. A oposição africano versus crioulo deve ser vista como uma entre as possíveis. Para Michael Mullin, “in a long history of persistent but often ineffectual slave resistance, Africans as if instinctively cooperated when attempting to free themselves. By contrast, Creoles usually favored individual strategies of liberation”. MULLIN, Michael. *Africa in America. Slave acculturation and resistance in the American South and the British Caribbean, 1736-1831*. Chicago: University of Illinois Press, 1994, p. 2. No Brasil, a opinião de Luis Nicolau Parés, baseado principalmente em documentos de irmandades urbanas, reflete bem este tipo de visão. Segundo ele, “a fronteira africano-crioulo enquanto marca de origem e enquanto salto de geração implicava numa fronteira cultural e num posicionamento diferenciado na estratificação social”. PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de crioulição no Recôncavo baiano (1750-1800). In: *Afro-Ásia*, 33 (2005), p. 97.

criada pelos senhores de escravos na distribuição das atribuições de cada escravo, é que a morte teve lugar.

A senzala também foi o local do assassinato do escravo Fábio por Felisberto, escravos do Barão de Massambará, Marcelino de Avelar e Almeida, na noite de natal de 1875. Filho do Barão de Ribeirão, que deixou sob seus cuidados 163 escravos e um patrimônio de mais de 125 contos de réis em 1874, quando falecera, o Barão de Massambará pertencia a uma família agraciada com títulos de nobreza: além de seu pai, Barão do Ribeirão, era irmão do Visconde de Cananéia e do Barão de Avelar e Almeida. Quando do assassinato de Fábio já morava em seu solar em Vassouras (foto abaixo), juntamente com sua primeira mulher, sua prima-irmã Ana Rita de Avelar – neta de Laureano Correia e Castro, o Barão de Campo Belo, acima mencionado –, uma vez que sua fazenda Santa Anna estava sob os cuidados do administrador Manoel de Souza, português de cinquenta anos de idade.



Figura 16. Palacete do Barão de Massambará, hoje pertencente à Fundação Severino Sombra. Na noite de Natal de 1874, o Barão foi chamado a sua fazenda pelo administrador Manoel Souza por causa do conflito entre dois escravos seus: Fábio e Felisberto.

Conta-se nos autos que na noite do dia vinte e quatro de dezembro às onze horas da noite, o escravo Ignácio, capataz da fazenda bateu desesperado na porta do

administrador Manoel de Souza, afirmando que Felisberto havia dado uma facada em Fábio. O português imediatamente

“saiu e trazendo consigo a chave da senzala dirigiu-se ao lugar do delito; chegando ali escondido, digo, abrindo a porta da referida senzala, encontrou o escravo Felisberto seguro pelo escravo Raymundo Pedreiro tendo este em suas mãos um pequeno pedaço de faca que fora encontrado com o escravo Felisberto em um dos cantos da referida senzala estava o escravo Fábio com as mãos comprimindo o ventre com a camisa suja de sangue. A testemunha (...) do estado de Fábio que parecia naquele momento sofrer algum incômodo perguntou-lhe o que havia sucedido ao que respondeu que levava uma facada do seu parceiro Felisberto. Imediatamente a testemunha procedeu em prisão segura o ofensor e conduziu para enfermaria o ofendido o qual foi socorrido logo, e a testemunha foi comunicar o fato ao Senhor Barão de Massambará que apenas soube do ocorrido veio prestar ao infeliz todos os socorros necessários tendo imediatamente se expedido aviso ao senhor doutor Francisco Bernardo que com toda presteza apresentou-se e (...) todos os recursos da ciência a fim de salvar a pessoa do ofendido, o qual apesar de tudo veio a falecer vinte e quatro horas depois de recebido o ferimento”.¹⁴⁷

Rixas antigas, revelou o administrador sobre o relacionamento entre Felisberto e Fábio. O feitor foi mais longe sobre os motivos que teria levado o acontecido, afirmando que

“ouviu dizer que estando Felisberto ceando junto do fogo se apresentara Fabio dizendo que ia espalhar o dito fogo; Felisberto disse que não fizesse tal, ao que respondeu Fabio dizendo que lhe dava um tapa. Felisberto fez observar que ele não lhe daria diante dos parceiros mais velhos que ali estavam Fabio botando digo pondo de parte estas considerações atirou-se a Felisberto e deu-lhe algumas bofetadas, resultando esse conflito o ferimento de que fora vítima Fábio”.¹⁴⁸

Dois aspectos são importantes aparecem no depoimento do feitor Antônio Pimentel: primeiro, a ameaça de Fábio de espalhar o fogo onde Felisberto estava ceando; segundo, a reação de Felisberto duvidando que este o faria algo perto “dos parceiros mais velhos”.

Não podemos esquecer que o assassinato aconteceu na noite de Natal, quando tinha sido distribuído aos escravos algum alimento especial para a ceia. O fogo tem um simbolismo todo especial para os escravos, como analisou Robert W. Slenes em *Na senzala, uma flor*. Slenes nos apresenta a representação do fogo para os ovimbundu e para os bakongo. Entre os primeiros o fogo nas habitações era um símbolo da continuidade da autoridade do *soba* (chefe político). Já entre os bakongo e os mpangu,

¹⁴⁷ CDH-USS documento 104664663008.

¹⁴⁸ CDH-USS documento 104664663008.

na região do rio Zaire, um fogo sempre aceso fazia parte do culto aos ancestrais (SLENES, 1999, p. 242). O fato de Fábio ameaçar espalhar o fogo de Felisberto, para as testemunhas portuguesas, como o feitor e o administrador, tinha a ver mais com a comida que esquentava ao fogo, do que de uma representação da religiosidade escrava. Entretanto, não podemos descartar facilmente o cunho religioso do conflito entre Fábio e Felisberto, justamente por ter lugar exatamente no Natal, a principal data para os religiosos moradores de Vassouras.

O catolicismo da população de Vassouras, entre ela os escravos, aparecia cotidianamente, seja na igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição no centro da cidade, onde D. Pedro II assistiu a uma missa em 1848, sejam nos oratórios, capelas construídas nas fazendas e ao longo das estradas principais. Para esse ambiente religioso vieram milhares de escravos africanos, a maior parte entre 1830 e 1850. Alguns devem ter sido batizados logo após a chegada; a maioria simplesmente recebeu nomes escolhidos por seus novos senhores. Stanley Stein se aprisiona a isso e ao argumento de que poucos padres apareciam nas fazendas para desdenhar do catolicismo entre os escravos (STEIN, 1990). No entanto, como esses escravos vinham da região do rio Zaire, muitos já conheciam o catolicismo, e tinham visões particulares dele. O batismo, por exemplo, era muito popular, diferente de outros rituais no Kongo. Segundo John Thornton (2009, p. 17), os habitantes do antigo reino Kongo tinham orgulho de chamarem-se católicos, e isso os faziam superior daqueles habitantes do norte e do leste de seu território. Para eles, era o sal mais do que a água que conferia a benção do batismo, uma vez que, de acordo com a crença geral, as pessoas e os espíritos malignos não gostam de sal.

A sociedade insurreta descoberta em Vassouras no ano de 1848 também nos dá amostra como o catolicismo permeava as crenças escravas, misturando-se à herança africana. Essa insurreição estava marcada para o dia de São João Batista (24 de Junho), dia em que se comemora a festa junina, como manda a tradição brasileira. As “mocambas do Anjo” seriam encarregadas de envenenar os seus senhores, provavelmente através dos quitutes típicos dessa festa. Apesar de Robert Slenes (2006) apontar que as “mocambas de Anjo” podem ter significado vindo do kikongo *nkàma* (esposa de primeira classe) e Anjo de *nzo* (casa), parece mais plausível a interpretação de que essas mulheres fossem mesmo escravas domésticas e que seus apelidos se devessem a uma das festas mais importantes do calendário católico. Ademais, alguns

pontos de jongos nos fornecem pistas de que o catolicismo entre os escravos era, muitas vezes, levado a sério. Cantavam, como por exemplo,

“O Anjo São Gabriel foi quem
anunciou Maria
Foi quem anunciou Maria, oi
Que haverá de dar à luz um
verdadeiro messias
Virgem Maria (...)
Haverá de dar à luz a seu menino
em Belém
A Deus menino em Belém”¹⁴⁹



Figura 17. Vista externa da fachada e lateral da capela da Fazenda São Luis de Ubá. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 79). Muitos escravos tinham o hábito de rezarem em capelas como essa em suas fazendas.

Por isso, a noite de Natal entre os escravos não pode ser desconsiderado como uma noite especial. Obviamente, a religiosidade de matriz africana não desapareceu. Em

¹⁴⁹ Gravações de Stanley J. Stein – Transcrição. LARA, Silvia H. e PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo*. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

um “Relatório do estado da nossa caza desde 6 de dezembro de 1862 a 6 de dezembro de 1863”, no inventário da Baronesa do Paty do Alferes, não apenas se reconhece a religiosidade, mas como a ação de alguns escravos, considerados “advinhos”, “decidi afastar do meio do nossos escravos o escravo mulato Ciro, em vista de seu mau caráter e da capacidade que sempre demonstrou quanto à ciência da advinhação, na qual foi mantido e proclamado como um reconhecido pontífice”.¹⁵⁰

De fato, em Vassouras, assim como em todo o Novo Mundo, partindo da concepção do Atlântico não mais como uma barreira, mas como um facilitador das trocas culturais entre Europa, Brasil e África Atlântica. Na formação desse mundo atlântico, Vassouras do tempo da escravidão, assim como grandes cidades e regiões de plantation, foi marcada por um diálogo inter-religioso, católico e de religiões de matriz africana. A circularidade nesse mundo atlântico acaba com a discussão de *puritanismo religioso* entre as diversas regiões. As práticas religiosas foram constituídas em reconstrução, e um ponto importante para essa reconstrução, em Vassouras, foi o tráfico interno de escravos. Como vimos com o escravo Antônio, no primeiro capítulo, muitos escravos vieram especificamente da Bahia, na década de 1870, e de pequenos e médios planteis de diferentes cidades. É nesse momento de tráfico interno de escravos, que as concepções acerca da religião escrava de diferentes pontos do Brasil se encontram em um ambiente particular no Sudeste, principalmente no Vale do Paraíba.

Felisberto era baiano, apenas há dois anos na fazenda do Barão de Massambará. Lá, ele encontrou escravos que vinham do tráfico interno de escravos, como Raymundo Pedreiro do Ceará, e escravos mais velhos, como aquele que intercedeu para evitar a briga: Eleutério. Este parecia ser uma das lideranças daquela senzala.

O depoimento de Ambrósio, escravo africano pode nos abrir uma hipótese para o caso – infelizmente este documento encontra-se muito destroçado, e várias páginas que poderiam nos dizer mais do caso, simplesmente não podem ser mais vistas. Segundo seu depoimento, Fábio ao pedir fogo a Felisberto – e não querendo dispersá-lo – vinha do fundo da senzala “pulando e dançando”. Diante da negativa de Felisberto, pois “precisava” do fogo para acender seu cachimbo, o que explica a faca que matou Fábio estar na mão do escravo baiano, pois este cortava o fumo diante de seu fogo.

Primeiramente, um conflito que demonstra como os escravos vindos do tráfico interno, principalmente das províncias do Norte, sofriam com a adaptação e a

¹⁵⁰ STEIN, Stanley. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 238.

reconstrução de laços com os escravos já mais antigos nas fazendas. Mais que isso, o fato de Fábio incomodar Felisberto no seu fogo, tentando dispersá-lo, às onze horas da noite, na ceia de Natal de 1874, pode nos mostrar uma disputa um conflito de concepções religiosas, que naquele momento, agravaram-se e resultou na morte de um escravo.

Pular e cantar, naquele momento, nas palavras de um escravo africano, poderia esconder toda uma questão de religiosidade afro-brasileira. Sabe-se, através do inventário da Baronesa de Campo Belo, avó da baronesa de Massambará, que havia escravos tidos como “adivinhos” em Vassouras, prestando serviços como guias espirituais. Para Stanley Stein, o adivinho, conhecido também como quimbandeiro, cangirista, curandeiro ou benzedor, era comum na região,

“Conselheiro dos escravos, líder da resistência ao sistema imposto pelo senhor e um mortal através do qual eram feitos contatos com os seres sobrenaturais para influenciar atividades humanas, o quimbandeiro era obrigado a viver *sub rosa* [expressa da língua inglesa para denotar segredo]. No entanto, para os negros, parece ter sido prontamente identificável. Entre outras práticas, o quimbandeiro punha de lado em cada refeição, antes de tocar qualquer alimento, uma colherada para os ajudantes espirituais. Se qualquer alimento caísse de sua boca ou colher ao comer ele não o tocava, pois era sinal de que os ‘guias espirituais’ estavam com fome também. Sendo um escravo, tinha que comparecer à ‘forma’ ou chamada diária; no entanto, ele era descrito como capaz de aparecer junto de seus colegas quando de fato, segundo informantes, estava a quilômetros de distância dando conselhos. Reuniões eram marcadas para que um grupo encontrasse com o quimbandeiro nos bosques, em dias santos ou de descanso. Reuniões noturnas também eram realizadas nas senzalas, onde ‘nem mesmo o feitor que estivesse próximo podia ouvir’, por causa dos ‘poderes dos quimbandeiros’. As pessoas batiam palmas e cantavam enquanto o quimbandeiro ‘trabalhava’ com determinados ‘santos’ para resolver problemas físicos ou mentais”. (STEIN, 1990, p. 239)

“Trabalhavam” em dias santos, com pessoas cantando e batendo palmas, em reuniões noturnas. Este talvez seja a chave para entendermos o que o africano Ambrósio dizia que Fábio vinha do fundo da senzala, “pulando e dançando”. Naquela noite de natal, ao aproximar a meia noite, quando os católicos celebram o nascimento do Deus menino, importantíssimo para as religiões afro-brasileiras, Fábio e outros escravos na senzala se reuniram para pular e cantar. Se o quimbandeiro que nos conta Stein, era Fábio ou não (poderia ser Eleutério, que mandou Fábio não entrar em conflito com Felisberto), pouco nos importa. A atitude de Fábio nos mostra que Felisberto não estava dando importância a um ritual importante entre aqueles escravos.

Entretanto, o fato de Felisberto se isolar com seu “fogo” e cachimbo, no dia de natal, pode nos mostrar que ele também estava em um ritual em busca de contato com a sua ancestralidade. Importante é o contexto religioso baiano em que Felisberto estava ainda imerso. Segundo João José Reis (2008), as práticas religiosas de matriz africana, no Brasil Imperial, existiam numa espécie de limbo jurídico. Não eram consideradas religião pelas autoridades e, portanto passíveis de serem toleradas, conforme a Constituição, o que não impedia, por outro lado, de se perseguir e punir aqueles negros que desviavam da religião oficial. Na Bahia, essas religiões, na primeira metade do século, os batuques tinham sido proibidos porque muitas autoridades acreditavam que serviam de antessala para a revolta escrava. Durante a segunda metade, cessado o medo das revoltas escravas, o raciocínio para a proibição se fixa no incômodo que os tambores causavam aos moradores de cidades e vilas, além de supostamente promoverem bebedeiras, desordens e desviarem escravos de seus afazeres. Eram apontados como obstáculos ao processo civilizatório ocidental.

De um ambiente hostil aos “divertimentos”, Felisberto chega a um ambiente mais ameno em relação aos “divertimentos”. Como já foi demonstrado, ao contrário da Bahia, os senhores de escravos de Vassouras, a partir do fim do tráfico, consentiram em deixar os escravos em seus divertimentos, pois assim estariam longe das revoltas escravas.

Ligar Felisberto ao candomblé ou outras práticas religiosas vindas da Bahia é complexo pelas pistas deixadas pelas autoridades e pela conservação do documento – temos que contar também para este caso o desinteresse senhorial em saber o que acontecia por dentro das senzalas. O que temos em mão é apenas que ele estava isolado, com seu fogo e acendendo um cachimbo. Como nos diz Slenes, a fumaça serviria em vários pontos da África Atlântica como reverência à ancestralidade. Felisberto, ao se isolar, não participar da dança e dos cantos que se realizava numa terra distante da sua, com prováveis elementos distantes dos que aprenderam na Bahia, desafiava Fábio, que se transformando em *cavalo*, pode tê-lo atacado pelas “rixas antigas”. Isso se torna claro quando ligamos o conflito de Felisberto e Fábio com sedições escravas marcadas para dias santos. A revolta escrava em Campinas, em 1932, havia sido marcada para o Natal do ano anterior, mas eclodiu num domingo de Páscoa. Segundo Ricardo Figueiredo Pirola, o início da revolta coincidindo com feriados e festas religiosas não chega a ser uma particularidade do caso campineiro. Os estudos sobre as insurreições escravas no Brasil têm mostrado que, de fato, o domingo e dias santos eram os momentos prediletos

dos escravos para iniciarem uma rebelião. Nessas datas, normalmente, os escravos eram dispensados de suas funções nas propriedades senhoriais e aproveitavam a folga para trabalhar em suas próprias roças e para participar das celebrações locais. Também os senhores costumavam se dirigir à Igreja matriz da vila, onde ouviam a missa e participavam das festividades organizadas pela comunidade. Tratava-se, portanto, de um momento de menor vigilância senhorial nos engenhos e de folga dos escravos. Ademais, eram nesses dias que a circulação e encontro dos cativos eram facilitados pela cidade (PIROLA, 2011, p. 42). Esses dias também são marcados como dias em que acertos de “antigas rixas” poderiam acontecer. Principalmente em muitas festas regadas a congonha.

Os desafios trazidos pelo tráfico interno de escravos para a comunidade escrava de Vassouras estava, sem dúvida, a religiosidade. Milhares de escravos que foram deslocados para o Vale do Paraíba tinham concepções, por mais que com alguns denominadores comuns, diferentes do divino. Felisberto e Fábio, claramente, não conseguiram dialogar em questões importantes como as práticas religiosas, e isso deve ter sido comum. O candomblé da Bahia e outras religiões de matriz africana trazidas pelos escravos nordestinos passou por conflitos e dividiram a comunidade após 1850.

A divisão entre escravos também ocorria sobre uma questão aparentemente banal: a hora de se alimentar. Banal não o era para o Barão de Paty do Alferes,

“O preto trabalhador de roça deve comer três vezes ao dia, almoçar às oito horas, jantar à uma hora e ceiar às oito até nove. Sua comida deve ser simples e sadia. Em serra acima, em geral, não se lhe dá carne; comem feijão temperado com sal e gordura, e angu de milho, que é comida muito substancial. A farinha de mandioca é fraca e de pouca nutrição. Quando por necessidade me vejo obrigado a dar-lhe seguidamente dela com feijão, começam a sentir-se fracos e tristonhos e vêm requerer o angu: por isso o mais que faço é intermear uma comida com duas de angu”.¹⁵¹

Os senhores de escravos estavam cada vez mais preocupados com a morte escrava, desde pelo menos 1830 (MARQUESE, 2004) e isso interfere na busca de uma melhor alimentação, principalmente na tentativa de evitar as doenças. A alimentação, então, se torna crucial para a manutenção dos cativos: aí se insere a negociação e a busca por melhores condições alimentares por parte dos escravos. O próprio Barão de

¹⁵¹ VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

Paty do Alferes chega a criticar outros senhores que, em sua opinião, não alimentavam corretamente os escravos:

“Alguns agricultores adotaram há tempos a esta parte o costume de dar só duas comidas aos escravos, dando-lhe às 10 ou 11 horas do dia o almoço, e o jantar às 5 da tarde. Tais lavradores não têm em vista os seus interesses; seus escravos devem fazer muito menos serviço, além de começarem a arruinar o estômago. Como é pois que um homem ou mulher (que ainda são mais fracas) pode aguentar desde as cinco horas até às dez ou onze do dia seguinte sem comer, e trabalhando ao rigor do tempo com uma enxada, foice ou machado?! Vai comer já inanido de forças, enche demasiadamente o estômago que se acha fraquíssimo; cai em apatia, a digestão dificulta-se, e em breve espaço está ele doente. Eu aconselharia antes que essas duas comidas, embora menores, fossem divididas por três: almoço, jantar e ceia, e às horas acima prescritas. As funções digestivas se estabeleceriam com regularidade, e o homem se tornará mais hábil e satisfeito, além de mais sadio, embora mais fraco pela falta de alimento necessário”.¹⁵²

Muito menos foi banal para os escravos. Como disse Frederick Douglass, “não dar a um escravo o bastante para comer, é considerado como o mais agravante acontecimento até mesmo entre os senhores de escravos. A regra é, não importa quão grossa é a comida, apenas tenha o suficiente” (DOUGLASS, 1995 [1845], p. 31). Igualmente é o que se depreende, à primeira vista, do processo do conflito entre Amaro, Sebastião e Ponciano. Segundo o promotor público, no ano de 1886,

No dia 16 de abril próximo findo, tendo um certo numero de escravos da fazenda do Capitão Joaquim Vieira Xavier de Castro se queixado a João Vieira de Azevedo Coutinho pelo fato de ser haver demorado o jantar, o proprietário da mesma fazenda chegando aí oito horas da noite, mandou procurar os escravos, para examinar o valor da queixa. Dissolvido (...) e procedendo Amaro, que se achava armado com uma faca, fugiu da Fazenda foi capturado, foi levado ao seu senhor, e então evadindo-se de novo, fez em seu parceiro Sebastião e Ponciano os ferimentos constantes dos autos . Estes ferimentos resultaram horas depois a morte do ofendido Sebastião.¹⁵³

Como explica o escravo Gregório, crioulo de mais de quarenta anos, numa sexta-feira, às sete horas da noite, chegaram ele e outros escravos, que haviam estado trabalhando em outra fazenda, e foram se queixar com o primo de seu senhor, João Vieira de Azevedo Coutinho, que se encontrava ali, pois a comida era dada muito tarde. Acostumavam comer às cinco horas, já havia se passado mais de três horas, portanto. João Vieira prometeu que falaria com o seu primo e senhor dos escravos Joaquim Vieira

¹⁵² VERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda no Rio de Janeiro*. Sua administração e em épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847,

¹⁵³ CDH-USS, documento 104664531008

Xavier de Castro. Quando seu senhor e o feitor da fazenda tocou o sino para verificar quem havia falado com seu primo sobre a alimentação, Amaro, o líder do grupo de “dez ou doze” escravos segundo Azevedo Coutinho, tentou fugir porque sabia que seria castigado. Na fuga, o escravo Sebastião, reconhecido entre as testemunhas como inimigo de Amaro, quis detê-lo, saindo ferido da confusão.

O primeiro aspecto que pode ser enfatizado pela descrição do processo criminal é, a visão do grupo de escravos de Amaro, da alimentação como um direito. Mais ainda, não somente o direito à alimentação, mas à alimentação em horário adequado. Este horário deveria ser entre sete e oito horas, e estava demorando. Como a questão era polêmica, como vimos com o Barão de Paty do Alferes, o escravos sabiam que poderiam resolvê-lo através da intermediação com outro senhor. Como o primo de Joaquim Vieira estava na fazenda no momento, foi a ele que se reportaram os escravos, e escolheram o certo, pois Azevedo Coutinho criticou o feitor da fazenda em seu depoimento. Nesse sentido, pode-se falar que, naquele momento, a percepção interna de tempo dos escravos se modificou muito devido à reestruturação dos hábitos de trabalho. Basta lembrar o caso da morte de Carlota por Bonifácio (capítulo 2) em 1862, vinte e quatro anos atrás, quando Anacleto afirmou que sua filha e Bonifácio haviam formado um casal até “o tempo da planta de feijão”. A mudança da notação interna do tempo entre os escravos, provavelmente, não aconteceu nesse curto período de mais de vinte anos. O importante é notar que a partir da metade do século XIX, os escravos vão participar dessa mudança, tanto quanto os trabalhadores ingleses (THOMPSON, 2010), e para o fim do século já buscavam tomar o controle do tempo para si.

O grupo formado para falar com Azevedo Coutinho era liderado pelo escravo Amaro, baiano, da cidade de “São Salvador de Todos os Santos”, de trinta e sete anos, nas suas palavras era “trabalhador de roça e tem ofício de preparador de fumo”. Por suas palavras, tinha orgulho de uma especialidade que trazia consigo da Bahia – o ofício de preparador de fumo, que nada lhe servia em lavouras de café – e dele não queria se desgarrar, como se fosse parte de sua identidade e sua distinção. Neste contexto, temos a formação de um grupo, que divergia de outros escravos, pois segundo Henrique crioulo, capataz da fazenda, o feitor havia mandado recolher o milho e colocar no paiol, logo após terem chegado, e depois “mandou a gente a jantar, uns foram jantar e outros não e vieram queixar-se a João Vieira que o jantar estava frio”. Ademais, podemos desconfiar que este grupo se impunha sobre os outros escravos e que era muito coeso, uma vez que quando o senhor pediu que todos se reunissem e pediu-lhes que aqueles

que tinham sido os queixosos fossem para frente, “mas nenhum saiu”, segundo o escravo Gregório. Este disse que os escravos estavam receosos de algum castigo, mas pode-se perguntar, castigo de quem, do senhor ou dos escravos? Difícil acreditar que quem delatasse o grupo queixoso sairia ileso. Entretanto, após algum tempo, “Amaro procurou evadir-se porque um dos escravos disse que ele é que se tinha ido queixar”. A divisão na senzala estava declarada.

Se no processo anterior vimos como os escravos vindos do Norte, principalmente os baianos, poderiam ter sofrido para se adaptar, Amaro é outro exemplo de que estes mesmos escravos poderiam interferir na vida dos escravos no Vale do Paraíba, especificamente, em Vassouras durante a vigência do tráfico interno de escravos. Essa interferência existia se os escravos do Norte que para cá vieram se adaptaram facilmente, como o caso de Amaro e Antônio (capítulo 1), ou não, como o caso de Felisberto. As mudanças não paravam por aí. Vassouras deixou de ser uma vila para se tornar uma cidade importante no Vale do Paraíba, com ligações fortes com a capital, com uma estrada de ferro e a urbanização do final do século XIX. Tudo isso trouxe mudanças na vida em comunidade dos escravos, trazendo novos desafios, novas formas de lidar com seu grupo.

Durante todos os capítulos, os senhores de escravos não foram os protagonistas das histórias aqui narradas. Algumas vezes, seus nomes só apareceram para diferenciar algum escravo. A relação senhor-escravo não foi objeto de investigação, mas sim a relação escravo-escravo. Entretanto, as relações entre escravos esbarram e modificam a relação com o senhor. Todos aqueles cargos que, na lavoura cafeeira, serviu de “prêmio” maior, já que todos os escravos estavam sujeitos a prêmios, como afirmou o Barão de Paty do Alferes – “um dos melhores expedientes que estabeleci, e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios (...) com esse engodo que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires” –, desde os “soldados” até o “machinista”, eram escolhas dos senhores entre os mais fieis de seus escravos. Essa mesma fidelidade, entretanto, era resultado de escolhas feitas pelos escravos, com base nas experiências e relações com outros escravos. No caso anterior, quando Amaro e mais alguns escravos decidiram falar com o primo de seu senhor, discutiram antes com o restante dos escravos, os quais não quiseram reclamar o horário e foram jantar, e assim foram tentar cobrar o direito de jantarem mais cedo. Aqui, o conflito com o senhor não foi gerado por todos os escravos, mas de uma divisão interna entre eles, da

qual nasceu a reivindicação. Por isso, a relação com o senhor está também relacionada com a relação dos escravos.

4.3. *Economia e prestígio dentro da comunidade escrava*

Pela última vez, voltando ao processo do assassinato do feitor José de Bastos, ao qual aludimos no início deste e do capítulo anterior, é notória a imposição de um grupo de escravos sobre os outros escravos. O feitor, como representante livre da sociedade e muitas vezes estrangeiro (principalmente portugueses¹⁵⁴), era uma figura contraditória, que deveria saber dosar a economia moral dos escravos¹⁵⁵, mas também deve ser visto como um membro influente da comunidade escrava. Seu prestígio e poder vinham do cargo que exercia, do poder dado pelo senhor de castigar os empregados na colheita de café, e este tipo de prestígio ajudou a moldar a forma como os escravos buscaram ter poder dentro da comunidade escrava. Por outro lado, como contradição, o feitor poderia ganhar prestígio que emergia da própria comunidade escrava, seu respeito a ela, concessões, favores. A visão dos escravos sobre os feitores não foi unívoca, e foi o resultado do embate destes dois tipos de prestígios que eram inerentes à comunidade escrava.

Neste capítulo, analisamos como a economia interna dos escravos poderia trazer *status* aos escravizados. Antes de tudo, deve-se compreender que a essa economia interna todos os escravos eram potenciais participantes, não somente pela escolha do senhor quanto aos cargos especializados e com remuneração, mas também pelo fruto de suas roças e, principalmente, pela possibilidade do furto de café de suas fazendas ou vizinhas, sem falar da renda vinda de empréstimos dos próprios escravos. Assim, a economia interna dos escravos, que deveria ser uma criação, uma dádiva do senhor, fruto de seu paternalismo, espaiava-se por toda a população cativa. A partir do dinheiro que conseguiam dentro e fora dos limites senhoriais, os escravos se distinguiam ao utilizá-lo para o investimento em seu próprio corpo. A compra de “regalos”, como assinalou o Barão de Paty do Alferes, era também, simbolicamente, a acentuação das

¹⁵⁴ Entre os processos de homicídio de feitores após 1850 em Vassouras, praticamente todos eram imigrantes portugueses, muitas vezes sem especialização e encontravam na lavoura o primeiro emprego. Foi assim com o assassinato de Antônio Ferreira da Costa e Joaquim Ferreira Pinheiro em 1877, José de Bastos Oliveira em 1879. O único caso de um feitor que tinha sido escravo foi as ofensas físicas ao liberto Agostinho em 1878. Ver discussão sobre a imigração para Vassouras no período em MARTINS, Roselene. *Colonização e política*. Debates no final da escravidão. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹⁵⁵ Ver LARA, Silvia Lara. *Campos da Violência*. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

diferenças de portar o corpo, de apresentar-se, mesmo de comportar-se em relação ao mundo social. As suas relações de marcar diferença, como bem conseguiu Felisberto ao ser reconhecido pela vestimenta, também aparecem nos aspectos modificável do corpo, em particular, pelo conjunto das marcas relativas ao físico – penteado, barba, bigode, etc. – ou ao vestuário que, “dependendo dos meios econômicos e culturais suscetíveis de serem investidos aí, são outras tantas marcas sociais que recebem seu sentido e seu valor de sua posição no sistema de sinais distintivos que elas constituem, além de que ele próprio é homólogo do sistema de posições sociais” (BOURDIEU, 2008, p. 183). Os escravos africanos e crioulos da segunda metade do século XIX, por desejo próprio, vão investir em consumo de alimentação e maneiras de apresentar-se.

Os escravos quilombolas, ao contrário das mulheres escravas, podem ter conseguido formar algo mais próximo de uma comunidade à parte. A isto contribui a própria constituição interna dos quilombos, com uma hierarquia bem definida e um “pacto”, no qual a coesão deveria ser muito forte, a ponto das divergências serem colocadas como traições.¹⁵⁶ Esta coesão vinha do fato óbvio de que os quilombolas se defendiam da sociedade escravista. Entretanto, o contato com os escravos das fazendas e livres, muitas vezes mercadores, não deixava que os quilombolas se isolassem do resto da sociedade totalmente.

Outros processos criminais entre os escravos demonstraram outros aspectos das suas relações. Narciso foi considerado um bom jogador na mesa de apostas do carteador de Vassouras, reverteu a ordem, ganhou dinheiro de comerciantes e escravos na casa de Gorito. Seu prestígio vinha ser um bom jogador, o que era respeitável numa sociedade, onde até terras eram apostas. O escravo Lino quis mostrar sua superioridade, depois de um caxambu, escolhendo o lugar onde deveria dormir. O cargo que Lino ocupava na fazenda da Baronesa de Campo Bello lhe garantia prestígio diante de seus senhores, mas não conferia com a importância dada pela comunidade escrava. Nem sempre um cargo superior dentro da fazenda de café refletia dentro da comunidade escrava, e Lino queria demonstrar exatamente isso. Essas duas hierarquias, a que vem de dentro da comunidade escrava e a que se impõe por fora, é bem visível entre os escravos “soldados”, como um jongo canta, explorando a contradição de estarem estes a trabalharem lado a lado com outros e à noite se tornarem braços armados do senhor, ou “sentinelas”. A religião parece ter sido também um lugar de embates e tentativas de se

¹⁵⁶ Ver discussão sobre o quilombo de Palmares em SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

diferenciar ou obter prestígio dentro das senzalas. Fábio e Felisberto assim se enfrentaram, aparentemente por causa de um “fogo”, mas ao descobrirmos que era ceia de natal e que se cantava e dançava na senzala, é provável que o conflito opunha duas formas de ver o mundo, sem falar que Felisberto era baiano, com outras concepções religiosas. Outro baiano, Amaro, juntou-se a outros escravos para reclamar do horário da janta. Entretanto, outros escravos aceitaram o horário e foram comer, o que demonstra a formação de grupos dentro da fazenda poderia esbarrar nas relações senhor-escravo. Ao fugir, assassinou um inimigo, que se fazia de sentinela ao senhor.

Claramente a comunidade escrava era (des)organizada através das benesses dos senhores, principalmente no que tange à distribuição de cargos de maior prestígio na lavoura. Entretanto, não se pode acreditar que essa hierarquia construída de fora para dentro não tenha encontrado resistência entre os próprios escravos. A comunidade escrava tinha sua própria forma de ver os escravos hierarquicamente, e o embate dessas duas possibilidades de se tornar prestigioso perdurou num conflito constante entre os escravos. Outras formas de se mostrar e diferenciar foram buscadas pelos escravos. Que as encontraram.

CONCLUSÃO – COMUNIDADE ESCRAVA EM VASSOURAS (1850-1888)
E OS FILHOS DE OXALÁ



Figura 18. Homem virando os grãos de café no terreiro, com um largo rodo de madeira. Fazenda Cachoeira Grande, Santa Tereza. Vassouras, RJ, set. 1948 - nov. 1949. (AEL, Coleção Stanley J. Stein, foto 176). Segundo Barão de Paty de Alferes, conhece-se que o grão está seco, quando tem a cor de azeitona de Elvas e bem por igual, sem que apresente mancha no meio, e que trinque no dente.

Conta-se¹⁵⁷ que os filhos de Oxalá eram meninos muito malcriados. Junto com outros moleques levados, sem respeito, invadiam roças e fundos de quintal dos vizinhos. Roubavam frutas, mel e tudo o que podiam apanhar. Viviam atormentando os habitantes do lugar. Orunmilá e Oxalá, então, combinaram um *ebó* para dominar os traquinas, acalmar os seus *oris*. Oxalá levou os filhos à casa de Orunmilá, onde os meninos ficaram reclusos para as obrigações. No outro dia, os outros meninos vadios foram procurar os filhos de Oxalá, mas não os encontraram para levá-los às suas algazarras. Foram então para suas aventuras sem os filhos de Oxalá. Mas, quando se encontravam na copa de uma árvore, comendo as frutas e rindo do roubo do proprietário, eis que o dono surge gritando contra eles e dando tiros para o ar. O susto das crianças foi tamanho

¹⁵⁷ PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

que caíram lá de cima, no chão, quebrando pernas, braços e cabeça. Os filhos de Oxalá, que estavam em paz na casa de Orunmilá, em oferendas para acalmar o buliçoso temperamento, livraram-se, assim, do castigo que os companheiros receberam. Com a lição e o *ebó*, tomaram juízo e cresceram homens respeitosos e respeitados.

A história dos filhos de Oxalá nos traz duas características que devem ser tocadas em relação às comunidades, e em particular a de escravos: a segurança e a autonomia. Essas duas características são como extremos de um pêndulo, no qual, quanto mais se busca a segurança, menos se tem autonomia; quanto mais se aproxima da autonomia, mais distante se fica da segurança. Esse não é um problema somente da comunidade escrava, mas nela é mais visível e desesperador. Afinal, se os escravos construíram uma comunidade enquanto uma agência, enquanto uma fortaleza a marchar contra as injustiças da escravidão, menos estes mesmos escravos tinham espaço de autonomia interna, uma vez que, como um buraco negro a atrair toda a gravidade, o consenso dentro dela deveria ser tão forte, que deveria sugar toda e qualquer decisão ao seu redor. Portanto, a história das comunidades escravas é a história desse movimento pendular, entre uma coesão/segurança e a autonomia/individualismo. Para tornar seus filhos respeitados e respeitosos, Oxalá teve que privá-los de sua liberdade – mas para isso ter acontecido, para que Oxalá e Orunmila tivessem se unido teve que existir uma ameaça, a desobediência das crianças. Essa era a inimiga da comunidade orixá.

Penetrar na comunidade escrava tem sido uma das tarefas mais difíceis que os historiadores se atribuíram. A relativa falta de documentos que exponham os aspectos mais mundanos da vida, em especial entre os escravos, vem criando, historicamente, uma situação na qual provas secundárias, como os comentários feitos por viajantes ou observadores informais, têm servido de base para a compreensão desses aspectos da vida. É uma situação que quase sempre deixa os escravos mudos. Assim, os raros vislumbres do funcionamento interno das comunidades escravas revelados em documentos jurídicos ou outras fontes, tornaram-se os mais valiosos; esses materiais, porém, costumam ser fragmentares demais para servir de base sólida de generalização. Em muitas áreas, portanto, os historiadores são obrigados a examinar uma série de acontecimentos, tais como casamentos ou fugas, e, depois, a partir de padrões de características e de comportamento individuais analisados dentro do agregado, tentar extrair a importância e o significado dos fatos (SCHWARTZ, 2001, p. 263). Assim analisava a situação da pesquisa da comunidade escrava há uma década Stuart Schwartz, e as dificuldades permanecem as mesmas. Através de uma série de

homicídios que envolviam somente escravos, nos capítulos anteriores se buscou saber exatamente como essas fontes poderiam ajudar no entendimento da comunidade escrava em Vassouras após a extinção do tráfico de escravos.

A comunidade escrava não é o simples agregado de indivíduos, em situação jurídico-social comum, e os indivíduos que a formam são muito mais do que a biologia pode imaginar. Como foi sinalizado no primeiro capítulo, a comunidade escrava é o contato emocional entre seus membros. Desse contato ou relação, não surgiu apenas a amizade, o companheirismo, a simpatia e a irmandade, mas também conflitos que tentamos entender. Histórica, ela deve ser buscada em diversos contextos em que foi possível sua existência. Ela surge da experiência¹⁵⁸ dos escravos num determinado momento, mostrando o quanto é móvel e mutável. Diante disso, a comunidade escrava de Vassouras após 1850 é muito diferente da época de Manoel Congo (1838) e das Mocambas do Anjo (1848). Nesta época, a comunidade se tornou muito mais coesa, apesar de suas diferenças. Seus membros decidiram abertamente pela luta a um inimigo comum, os senhores de escravos, e buscaram também um objetivo comum, a liberdade. Passado o medo e a repressão após as descobertas de revoltas, a “guerra” se transformou em “paz”, não se verificando nenhum movimento parecido nos anos seguintes. Sempre preocupados, os medos senhoriais não tiveram fim, contudo. O contexto pós-1850 foi propício, então, à implantação de uma política de dominação senhorial, que baseada nas experiências de 1838 e 1848 – momento em que o Barão de Paty do Alferes era o capitão da Guarda Nacional, e principal articulador dessa nova política de dominação através de seu livro *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, editada sob o furacão da década de 1838 e 1848 e reeditada em 1878, na década em que os escravos do “Norte” desciam como cachoeira – buscou abrandar a repressão aos “divertimentos escravos” na tentativa de promover o “amor ao país” daqueles que se revoltavam, principalmente através de incentivos e prêmios. Já no livro do Barão de Paty do Alferes publicado em 1847 e nas discussões da suposta revolta generalizada do Vale do Paraíba em 1854, algumas conquistas escravas foram estimuladas, principalmente no que diz respeito à religião, festas e economia própria – obviamente sob o verniz do paternalismo senhorial. A comunidade escrava se reestrutura após o decênio 1838-1848, cuja característica principal se torna a alta

¹⁵⁸ O sentido de experiência aqui é a entendida por Edward Palmer Thompson, ou seja, “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 15.

competitividade de seus membros, quando o prestígio vindo dos senhores vai tentar se sobrepor ao prestígio vindo de dentro da comunidade escrava. Em muitas vezes, alguns escravos conseguiram conjugar essas duas formas de prestígio, se tornando ao mesmo tempo alguém de respeito reconhecido tanto pelos senhores quanto pelos escravos, vistos como intermediários entre casa grande e da senzala. Quando isso não acontecia, os conflitos eclodiam.

O momento que se acostumou chamar de “paz na senzala”, muitas vezes escondia disputas internas por prestígio social. A comunidade como um todo perdia coesão, enquanto alargava-se a busca de autonomia e individualidade. Esse era o preço pago pela autonomia: para a coesão existir a autonomia e a individualidade deveriam ser suprimidas, inclusive a capacidade de tomar suas próprias decisões, colocadas nas mãos dos líderes – como Manoel Congo. Em tempos de “guerra” na senzala o inimigo era comum, em tempos de “paz” os desafetos se multiplicavam: desde o senhor altivo que com dinheiro comprou trabalho, passando por aquele que sibilava no ar o chicote para estalar em costas negras, até chegar àqueles que com palavras abriam ainda mais as feridas, mesmo igual em mísera sorte, colocando-se como superior. Determinar coesão/união entre os escravos não depende somente de uma ancestralidade cultural africana, mas também do objetivo de toda uma comunidade, ou de grandes grupos, para levar adiante tal objetivo: sempre a liberdade. Em alguns momentos, por diversos fatores os escravos assim o fizeram, em outros, não. E a maior parte do tempo, pelos 38 anos em que a escravidão permaneceu após 1850, os escravos de Vassouras optaram pela busca individualizada de autonomia e prestígio. Era também uma procura por poder: poder entre seus pares, que estabelece posições, impondo-se uns sobre outros.

Na política de dominação senhorial da segunda metade do século XIX, um dos aspectos ressaltados – tanto pelo Barão de Paty do Alferes como pela “comissão permanente” de 1854 – que fariam dos escravos mais amorosos em relação ao “país” era o casamento. O casamento ou a união estável entre homens e mulheres escravizadas serviria como prêmio dado pelos senhores, já que assim não estariam dispostos a entrar em “aventuras revoltosas”, podendo desfrutar de privilégios e até mesmo de uma maior autonomia, longe da vigília senhorial e com maiores oportunidades financeiras. Nunca é demais lembrar, contudo, que as famílias e as revoltas escravas muitas vezes andaram juntas (PIROLA, 2011), bastando citar que Manoel Congo era casado. No primeiro capítulo, intitulado “Pra que me faz assim, parceiro”, foi possível entrar em contato com o universo feminino das senzalas. Isso foi realizado devido ao grande número de

homicídios de homens contra mulheres escravizadas. O que se pode apurar é que as mulheres escravas não foram parceiras passivas nas relações amorosas. Muito pelo contrário, muitas vezes rejeitaram a submissão ao parceiro, sendo por alguns punidos com a própria vida pelas suas escolhas. Vimos mulheres que optaram por uma maior autonomia em suas vidas, preferindo não conviver com um duplo paternalismo, do esposo escravo e de seu senhor. Por outro lado, algumas mulheres enxergaram nas uniões com escravos uma fuga das ameaças sexuais de outros homens, principalmente de senhores e feitores.

O casamento enquanto privilégio nem sempre era a visão de homens e mulheres escravizadas. O prestígio vindo da concessão senhorial esbarrava nas concepções do que era uma relação amorosa das mulheres escravas; concepções que tinham forte ancoradouro em tradições centro-africanas. A peculiaridade da situação das mulheres as unia. Formando redes de solidariedade dentro da comunidade escrava, ligando as mais velhas, que cuidavam das crianças, passando pelas mais jovens em idade de se casar até as menores, que acompanhavam a labuta das mais velhas. Porém, essa solidariedade não era tão forte a ponto de suprimir inimizade entre elas próprias.

Os escravos crianças e adolescentes também aparecem em disputas. A comunidade escrava estabelecia muito bem a quem deveriam obedecer: aos mais velhos. E a punição por desvios de comportamentos era forte. Como os filhos de Oxalá, não só os pais biológicos zelavam pela aprendizagem, sendo tarefa de todos em idade adulta para que os pequenos crescessem respeitosos e respeitados. Porém, a adolescência chegava e com ela a desilusão e revolta sob sua condição escrava, e muitos pensaram em dar cabo a suas vidas. A pouca vigilância sobre os pequenos permitiam que crescessem numa maior autonomia, por mais que fossem vistos como brinquedos pelos filhos dos senhores.

Os escravos não formavam uma comunidade igual a qualquer outra, afirmou com clareza Stuart Schwartz. Para este, havia uma hierarquia fundada na criação de cargos pelo próprio processo produtivo. Portanto, os ofícios especializados poderiam se beneficiar de uma economia interna. Essa visão, apesar de mostrar as divisões dentro da comunidade escrava, congela suas mudanças e sua intensa movimentação. Ela faz parte, sobretudo, da visão que os senhores de escravos faziam de seus escravos. A permissão de possuir terras era do senhor, para “evitar extravios e súcias de taberna”: outra concessão senhorial. Como tentamos demonstrar, entretanto, não eram só os escravos especializados em algum ofício que poderiam acumular riquezas. Particularmente na

segunda metade do século XIX, os escravos poderiam acumular algum pecúlio através de sua própria plantação e criação, vendendo o excedente, ou mesmo roubando o paiol de algum senhor vizinho, senão o de seu próprio senhor, ou quem sabe nas mesas de carteados da cidade, o que fugia completamente do controle dos senhores e minava seu poder como criador da economia escrava. A possibilidade de vender café roubado dava a qualquer escravo o potencial de entrar em uma economia interna sem possuir uma “especialização”.

A ideia de um escravo com ocupação doméstica/especializada fazer parte da “elite” dos escravos é recorrente na historiografia brasileira. Entretanto, o prestígio e a hierarquia dentro da comunidade escrava não apenas girava em torno da ocupação dos escravos. Não que os escravos que possuíssem ocupações especializadas/domésticas não se vissem como superiores. O fato é se a comunidade escrava em que estes estavam submersos assim também os viam: em Vassouras, algumas pistas nos dizem que não. Escravos que formavam milícias e atrapalhavam o roubo de café. Escravos especializados que impunham até mesmo seu lugar dentro da senzala que não era sua. Escravos que divergiam em relação à religiosidade dentro da própria senzala. Escravos que, mesmo em fuga e considerados quilombolas, queriam tomar para si as decisões de outros quilombolas. Escravos que não concordavam com o horário da comida servida, separando-se de outros que aceitavam, sendo punidos por outros escravos de confiança do senhor. Por isso, preferi acreditar no embate de dois tipos de prestígios: a externa, criada pelos senhores de escravos através de prêmios/ocupação; e a interna, criada e recriada a cada momento pelos próprios escravos. Esta última tinha como características, nos anos após a abolição do tráfico transatlântico de escravos, o valor dado pelos homens ao matrimônio e a resistência das mulheres a parceiros que queriam subjugar-las; o aprendizado das crianças escravas de acordo com os mais velhos, principalmente no trabalho; o dinheiro conseguido de diversas formas e, principalmente, a diferenciação que o poder de compra trazia no vestuário, alimentação e comodidade; o domínio de aspectos culturais regionais, como o carteados; a importância de escolher o lugar dentro do espaço físico da senzala; a religiosidade sincrética daqueles que nasceram no Sudeste, diferente de escravos de outras regiões; entre os quilombolas, a obediência a seus líderes; e a distribuição de comida em horários em que os escravos achavam mais adequados, mostrando que queriam tomar para si, cada vez mais, as decisões sobre o uso do tempo. Tudo isso era de suma importância para os escravos,

dessas diversas características nascia o prestígio internamente, naqueles anos, naquela região.

A solidariedade entre os escravos nunca desapareceu, entretanto. A grande complexidade da comunidade escrava é que solidariedade conviveu com a busca de autonomia e prestígio. A união das mulheres contra homens que queriam diminuir sua autonomia; a união de homens e mulheres na tentativa de assegurar a esta, um pouco que seja, de segurança contra abusos de feitores e senhores; a união de crianças e mães, de mulheres e homens que cuidavam dos meninos, muitas vezes lhes ensinando algum ofício; a união de homens que furtavam café em busca de acumulação; a união de escravos por melhores condições, por mais que sejam de pequenos em número.

Como nós, os escravos pensaram e desejaram a comunidade como um lugar confortável e aconchegante, um teto sob o qual se abrigar da chuva pesada, uma fogueira diante da qual esquentar as mãos num dia gelado. Nesse lugar, todos poderiam se entender bem, confiar no que era ouvido, estar seguro a maior parte do tempo e raramente ficar desconcertados ou surpreendidos. Nunca se tonariam estranhos. Poderiam discutir – mas discussões amigáveis, na tentativa de tornar o estar juntos ainda melhor e mais agradável e, embora levados pela mesma vontade de melhorar a vida em comum, poderiam discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejariam má sorte uns aos outros, e poderiam estar certos do querer bem dos outros ao redor. Poderiam contar com a boa vontade dos outros.

Para nós hoje, em particular, que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em nos ajudar, quando em repostas a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertência para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer “sim”, e mesmo eles apenas nos comerciais e nunca em seus escritórios; para nós, essa comunidade não está ao alcance, mas gostaríamos de vivê-la (BAUMAN, 2001). Para os escravos, essa forma de comunidade, por mais que fosse desejável, também não era possível. O medo os rondava, fazendo desse lugar seguro ainda mais uma miragem. Entretanto, não por isso deixaram de construir uma comunidade, imperfeita e muito diferente do paraíso bíblico, que escutavam de vez em quando de um religioso. Seria mais parecida à comunidade orixá, de moleques traquinas, de confusões com vizinhos, de deboche ao proprietário roubado, de conflitos, mas também de busca de respeitabilidade como os filhos de Oxalá.

A verdade é que nem mesmo grãos de café seco eram todos iguais; as mãos que os manejaram também não poderiam sê-lo. Essas mãos cativas foram responsáveis por todo o processo produtivo, desde plantar, limpar, colher, despolpar, secar, socar, brunir, lavar e ensacar o café. Ao mesmo tempo, também se tocaram em um cumprimento, acariciaram uma barriga de grávida, se bateram ao caxambu ou jongo, sinalizaram a chegada de perigo, roubaram café, mataram senhores ou feitores ou escravos, se contraíram quando o chicote ardia, secaram as lágrimas que caíam de olhos escravos, apertaram o abraço, afastaram inimigos, acusaram traidores, rezaram pai-nosso e vibraram quando cantaram “o cativo se acabou”. Diminuir qualquer esforço de uma mão cativa, de um dedo sequer, da experiência de construção de uma comunidade, é dela tirar o sangue e a vida. Oxalá, todas as relações comunitárias fossem harmônicas. Nem as de Oxalá.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Luís e Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865/1866)*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, p. 157.
- ALKMIM, Tania e PETTER, Margarida. “Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje”. In: FIORIN, José Luiz e PETTER, Margarida. *África no Brasil. A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALMEIDA, Ana Maria Leal. *Da casa e da roça. A mulher escrava em Vassouras no século XIX*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras, 2001.
- AMARAL, Rodrigo de Aguiar. *Nos limites da escravidão urbana. A vida dos pequenos senhores de escravos na urbes do Rio de Janeiro, c. 1800 – c. 1860*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- AMARAL, Roquinaldo do. “Brasil e Angola no Tráfico Ilegal de Escravos, 1830-1860”. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BECKLES, Hilary McD. *Natural Rebels. A social history of enslaved women in Barbados*. New Jersey: Rutgers University Press, 1989.
- BEEMAN, Richard. “The new social history and the search for ‘community’ in Colonial America”. In: *American Quarterly*, vol 29, 1977.
- BENDER, Thomas. *Community and social change in America*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1978.
- BERRY, Daina Ramey. *Swing the sickle for the haverst is ripe. Gender and slavery in antebellum Georgia*. Urbana and Chicago: Univesity of Illinois Press, 2007.
- BERRY, Daina Ramey. *Swing the sickle for the haverst is ripe. Gender and slavery in antebellum Georgia*. Urbana and Chicago: Univesity of Illinois Press, 2007.
- BLASSINGAME, John W. “Status and social structutre in the slave community”. In: OWENS, Harry P. *Perspectives and Irony in American Slavery*. Jackson: University Press of Mississippi, 1976.

- _____. *The Slave Community*. Plantation Life in the Antebellum South. New York/London/Toronto: Oxford University Press, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2008.
- BROWN, Steven E. "Sexuality and the Slave Community". *Phylon*, vol. 42, n. 1, 1981.
- BURTON, Orville Vernon Burton. *Im my father's house are many mansions*. Family and community in Edgefield, South Carolina. North Carolina/London: University of North Carolina Press/Chapel Hill, 1985.
- BUSH, Barbara. *Slave women on Caribbean Society, 1650-1838*. Indianapolis: Indiana University Press, 1990.
- CAMPBELL, John. "As 'a kind of freeman?': slaves' market-related activities in the South Carolina Up Country, 1800-1860". In: BERLIN, Ira and MORGAN, Philip D (ed.). *Cultivation and culture*. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.
- CAMPOS, Adriana P. "Crime e escravidão: uma interpretação alternativa". In: CARVALHO, J. Murillo (org). *Nação e cidadania no Império*. Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. "El modo de producción esclavista colonial en América". CARDOSO, Ciro Flamarion et alli. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.
- _____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, Fábio Pereira. "E tomarão lugar à mesa do reino de Deus: Eugene D. Genovese e o evangelho nas senzalas". *Revista Outros Tempos*, vol. 8, número 12, dezembro 2011.
- CARVALHO, Leonam Maxney. *Africanos e crioulos no banco dos réus*. Justiça, sociedade e escravidão em Oliveira, MG, 1840-1888. 2009. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e História/UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

- _____. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CREEL, Margaret Washington. *A peculiar people. Slave Religion and Community-Culture among the Gullahs.* New York: New York University Press, 1989.
- DAVIS, Angela. “Reflections on the Black woman’s role in the community of slaves”. In: *The Massachusetts Review*, vol. 13, n. 1/2, 1972.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca ao Brasil.* Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978.
- DOUGLASS, Frederick. *Narrative of the life of Frederick Douglass.* New York: Dover Thrift Editions, 1995 [1845].
- ENGEMANN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade.* Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *De laços e de nós.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2007.
- ESCOTT, Paul D. *Slavery remembered. A record of a Twentieth-Century Slave Narratives.* North Carolina: The University of North Carolina Press, 1979.
- FARIA, Sheila de Castro. “Identidade e comunidade escrava: um ensaio”. In: *Tempo*, v. 11, n. 22, 2007.
- _____. “Damas mercadoras – as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)”. In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora negra: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro.* Niterói: Eduff, 2007a.
- FERREIRA, Ligia Fonseca (org.). *Com a palavra Luiz Gama.* Poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum. Escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888).* 2006. (Tese de doutorado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP, Franca, 2006.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos. Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888).* São Paulo: UNESP, 2005.

- FICK, Carolyn E. *Making Haiti. Saint Domingue Revolution From Below*. Nashville: University of Tennessee Press, 2004.
- FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão*. Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2006.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the plantation household*. Black and White Women of the Old South. The University of North Carolina Press, 1988.
- FRANKLIN, John Hope and SCHWENINGER, Loren. *Runaways slaves. Rebels on the Plantation*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala*. Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- _____. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.
- GEGGUS, Patrick David. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington e Indianápolis: Indiana University Press, 2002.
- GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida*. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, sécul XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Flávio dos S. e MOTA, Isadora M. “Rituais e poder: controle social, temores e violência no Brasil escravista”. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha e MOURA, José Francisco de. *Violência na História*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad X, 2009.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade*. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de preto*. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativo*. Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb/Annablume, 2006.

- HIGGINBOTHAM, Elizabeth and WATTS, Sarah. "The New Scholarship on Afro-American Women". *Women's Studies Quarterly*, Vol. 16, No. 1/2, Teaching the New Women's History(Spring - Summer, 1988), pp. 12-21.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços e enlaços. Relações de intimidade de sujeitos escravizados - São Luís, século XIX*. São Luís: Edufma, 2008.
- JACOBS, Harriet (Linda Brent). *Incidentes na vida de uma escrava*. Lisboa: Antígona, 1993 [1º ed. 1861].
- JESUS, Alysson L. F. *No sertão das Minas. Escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- JOHNSON, Walter. *Soul by soul. Life inside the antebellum slave market*. Massachusetts/London: Harvard University Press, 1999.
- JONES, Jacqueline. *Labor of Love, labor of sorrow. Black women, work, and the family from slavery to the present*. New York: Vintage Books, 1995.
- JOYNER, Charles W. *Down by the riverside. A south Carolina slave community*. Chicago: University of Illinois Press, 1985.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KING, Wilma. *Stolen Childhood. Slave youth in Nineteenth-Century America*. Indiana: Indiana University Press, 2011.
- KOLCHIN, Peter. "Reevaluating the Antebellum Slave Community: a comparative perspective". In: *The Journal of American History*, vol. 70, n. 3, 1983.
- _____. *American slavery, 1619-1877*. New York: Hill and Wang, 2003.
- _____. *Unfree Labor. American slavery and Russian serfdom*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- LARA, Sílvia e PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.
- LARA, Sílvia H. e MENDONÇA, Joceli M. N. (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil. Ensaio de História Social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEE, Jean Butenhoff. "The problem of slave community in the Eighteenth-Century Chesapeake". In: *The William and Mary Quarterly*, vol. 43, n. 3, 1986.
- LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACHADO, Cacilda. “As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 49-77, 2006.
- MACHADO, Maria H. P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria H. P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAIR, Lucille Mathurin. *A historical study of women in Jamaica, 1655-1844*. Kingston: University of the West Indies Press, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660 – 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARSHALL, Woodville K. “Provision ground and plantation labor in four windward island: competition for resources during slavery”. In: BERLIN, Ira and MORGAN, Philip D (ed.). *Cultivation and culture*. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, sec. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MCDONALD, Roderick A. “Independent economic production by slaves on antebellum Louisiana sugar plantations”. In: BERLIN, Ira and MORGAN, Philip D (ed.). *Cultivation and culture*. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.
- McLAURIN, Melton A. *Celia, a slave*. A true story. New York: Avon Books, 1999.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, Dez. 1979, no.31, p.57-68.

- MOTTA, José Flávio. “Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 15-47 – 2006
- NEDER, Gizlene et alli. “Os estudos sobre a escravidão e as relações entre a História e o Direito”. In: *Revista Tempo*. Niterói, n.6, vol. 3, 1998.
- OWENS, Leslie Howard. *This species of property*. Slave life and Culture in the Old South. Oxford/New York: Oxford University Press, 1977.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888”. *Afro-Ásia*, número 32, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente*. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas, 1832. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRICE, Richard (ed.). *Marron Society*. Rebel slave communities in the Americas. New York: Anchor Books, 1973.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), Campinas, 2007.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos Gomes e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*. Tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 – c.1853) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- REIS, Thiago de Souza dos. *Morte e escravidão: padrões da morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2009.
- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição*. Família negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. (1990). (Dissertação de mestrado) – Instituto de Ciências Sociais e Filosofia/UFF, Niterói, 1997.
- RIVERS, Larry Eugene. *Slavery in Florida*. Territorial days to emancipation. Florida: University Press of Florida, 2009.
- ROEDIGER, David R. “And Die in Dixie: funerals, death, & heaven in the slave community, 1700-1865”. In: *The Massachusetts Review*, vol. 22, n. 1, 1981.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- SANTOS, Martha S. *Cleansing honor with blood*. Masculinity, violence, and power in the backlands of northeast Brazil, 1845-1889. California: Stanford University Press, 2012.
- _____. “Nem turbulentos, nem despossuídos: mudança social, honra masculina e violência sertaneja no interior da província do Ceará, 1845-1890”. In: *Revista de História Regional*, n. 15, Inverno, 2010.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. *Revista brasileira de História [online]*. 1999, vol.19, n.37, pp. 59-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Born in Bondage*. Growing up enslaved in the antebellum south. Harvard University Press, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SECRETO, María Verónica. “Justiça na desigualdade: ações de liberdade, ‘papéis de venda’ e ‘justo preço’, Rio da Prata, 1776-1815”. In: *Afro-Ásia*, 42 (2010), 27-62.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio Chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Edufrj/Nova Fronteira, 2003.
- SLENES, Robert W. “A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)”. In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX, São Paulo, Annablume, 2006.
- _____. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*.

- Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market”. In JOHNSON, Walter (coord). *The chattel principles: internal slave trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- _____. *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil*. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7 Letras, 2007a.
- SOARES, Mariza de Carvalho (org). *Rotas atlânticas da diáspora africana*. Da baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2007.
- _____. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOTO, Maria Cristina Marínez. *Pobreza e conflito*. Taubaté, 1860-1935. São Paulo: Annablume, 2000.
- STEIN, Stanley. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STEVENSON, Brenda E. “The question of the slave female community and culture in the American south: methodological and ideological approaches”. In: *The Journal of African American History*, vol. 92, n. 1, 2007.
- _____. *Life in Black and White*. Family and community in the Slave South. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888)*. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2004.
- THOMPSON, Edward. *Senhores e Caçadores*. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THORNTON, John K. *The Kongolese Saint Anthony*. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- TOMICH, Dale. “Une petite Guinée: provision ground and plantation in Martinique, 1830-1848”. In: BERLIN, Ira and MORGAN, Philip D (ed.). *Cultivation and culture. Labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1993.
- VIANNA, Iamara da Silva. *Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1888)*. Hierarquias raciais, sociais e simbólicas. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, 2008.
- VIANNA, Larissa. *O idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- WHITE, Deborah Gray. *Ar'n't I a woman? Female slaves in the plantation south*. New York/London: Norton & Company, 1999.